LIS DE FREITAS COUTINHO

***Interdição e silenciamento: o resgate da história da Escola de Comunicações
e Artes da Universidade de São Paulo a partir dos processos
administrativos de desligamento de docentes no período ditatorial (1969-
1979)***

São Paulo

2018

LIS DE FREITAS COUTINHO

Interdição e silenciamento: o resgate da história da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo a partir dos processos administrativos de desligamento de docentes no período ditatorial (1969-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina Castilho Costa

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo**

C871i

Coutinho, Lis de Freitas

Interdição e silenciamento : o resgate da história da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo a partir dos processos administrativos de desligamento de docentes no período ditatorial (1960-1979) / Lis de Freitas Coutinho. -- São Paulo : L. F. Coutinho 2018.

227 p. : il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicações – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Maria Cristina Castilho Costa

Bibliografia

1. ECA/USP 2. Cassações 3. Comunicações 4. Interdição 5. Silenciamento I. Costa, Maria Cristina Castilho II. Título.

CDD 21.ed. – 323

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado CRB-8/6194

COUTINHO, Lis de Freitas. ***Interdição e silenciamento:*** o resgate da história da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo a partir dos processos administrativos de desligamento de docentes no período ditatorial (1969-1979). 2018. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

*Às minhas felinas: àquelas que já se foram e às que estão.
À maior delas, minha mãe.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado uma família (Yara, Percy e Marina) tão especial que sempre me apoiou e incentivou.

À Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa, orientadora que percorreu conosco a jornada do mestrado e agora, a do doutorado. Agradeço a acolhida, a parceria e a confiança desses últimos anos. Sou muito grata pelas oportunidades e lições ensinadas.

À Profa. Dra. Alice Mitika, testemunha ocular dos acontecimentos presentes na pesquisa, sempre generosa e disposta a contribuir com indicações, dados e relatos.

À Profa. Dra. Dilma de Melo e Silva, pelos comentários e sugestões, tão fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca da ECA/USP, pelo acesso a tantas fontes de pesquisa e bibliografia.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, pois sem o auxílio deles não teríamos realizado parte da pesquisa empírica. Aos colegas e funcionários da Escola de Comunicações e Artes da USP, pelo auxílio na parte burocrática da pesquisa. Aos funcionários da copiadora Multiofício, que tanto nos ajudaram a imprimir as várias versões desta pesquisa.

A Taís Machado pela dedicação e paciência em revisar nosso trabalho. Nosso muito obrigado.

Às amigas da ECA/USP, resultantes do trabalho de pesquisa no Projeto Memórias da ECA: 50 anos. Em especial à querida amiga Tânia Anibal, companheira nesta empreitada e que se tornou uma pessoa muito especial, tendo me auxiliado para conseguir as documentações da USP, tão necessárias para o desenvolvimento dessa pesquisa. À amável Kelly Pacheco, estimada amiga, que sempre nos ajudou em inúmeras tarefas, dentre elas obter os contatos de professores e ex-alunos para composição desta tese, nosso muito obrigadas.

Aos amigos que fiz no Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da ECA/USP, em especial Jacqueline Pithan, José Ismar Petrola, Liliane Moiteiro, Eliane Almeida e Myrian Clark, porque foi através das conversas, desabafos e trabalhos em conjunto que esta pesquisa se tornou possível. A todos os bolsistas de iniciação científica, pela experiência de aprender e ensinar os caminhos da pesquisa.

A meus amigos de graduação, minha base ao longo dos anos. Em especial aos componentes do grupo que convencionamos chamar de "Bloquinho": a Taís Machado, mais do que uma amiga, "my person"; Juliana Lopes, amiga querida; Alessandra Pedro e Raquel Gomes, minhas eternas veteranas preferidas; aos amigos Kleber Amancio, Rafael Pavani, Breno Juz, Gustavo Almeida e Marcelo Gaudio, amigos que carreguei para além das salas do IFCH.

RESUMO

COUTINHO, L. de F. *Interdição e silenciamento*: o resgate da história da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo a partir dos processos administrativos de desligamento de docentes no período ditatorial (1969-1979). 2018, 227 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta tese apresenta o estudo dos casos de desligamentos de cinco professores da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) durante o regime militar (1969-1979): Jean Claude Bernardet, Thomaz Farkas, José Freitas Nobre, Jair Borin e José Marques de Melo. O objetivo desta pesquisa foi entender, por meio de documentos, depoimentos e pesquisa bibliográfica, a perseguição a intelectuais e cientistas na ditadura militar. O propósito foi realizar um estudo de caso para compreender como funcionava a lógica de investigações e controles dos expurgos nas universidades nesse contexto histórico brasileiro. Além disso, esta investigação tratou das diferentes estratégias de expurgos realizadas na USP, dentre elas as chamadas "cassações brancas", nas quais docentes não eram cassados formalmente, mas eram desligados dos quadros universitários sumariamente, sem justificativas. Para entender esses fenômenos, tratamos das trajetórias dos docentes desde o ingresso na ECA/USP, passando pelo desligamento, até o retorno na década de 1980 após a Lei da Anistia. Para tanto, utilizamos como base metodológica o método historiográfico, o paradigma indiciário e qualitativo de análise. Assim, dentro das discussões de que temos participado do Observatório de Comunicação, Censura e Liberdade de Expressão da ECA/USP, pudemos concluir que a intimidação e a autocensura foram preponderantes nas práticas de interdição dos dispositivos de vigilância nas universidades, gerando grandes consequências para a produção de conhecimento, principalmente no que se referiu à área de comunicação.

Palavras-chave: ECA/USP. cassações. comunicações. interdição. silenciamento.

ABSTRACT

COUTINHO, L. de F. *Interdiction and silencing*: the rescue of the history of the School of Communications and Arts of the University of São Paulo from the administrative processes of dismissal of teachers in the dictatorial period (1969-1979). 2018, 227 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This thesis presents the study of the cases of dismissals of five professors of the School of Communications and Arts of the University of São Paulo (ECA/USP) during the military regime (1969-1979): Jean Claude Bernardet, Thomaz Farkas, José Freitas Nobre, Jair Borin and José Marques de Melo. The objective of this research was to understand, through documents, testimonies and bibliographic research, the persecution of intellectuals and scientists in the military dictatorship. The purpose was to carry out a case study to understand how the logic of investigations and controls of purges in universities in this Brazilian historical context worked. In addition, this investigation dealt with the different strategies of purges carried out at USP, among them the so-called "white cassation", in which teachers were not formally revoked, but were summarily dismissed from university staff without justification. In order to understand these phenomena, we have examined the trajectories of teachers since joining the ECA/USP, passing through the dismissal, until the return in the 1980s, after the Amnesty Law. For that, we use as methodological basis the historiographic method, the indiciary paradigm and qualitative analysis. Thus, within the discussions that we have participated in the Observatory of Communication, Censorship and Freedom of Expression of ECA/USP, we could conclude that intimidation and self-censorship were preponderant in the practices of interdiction of surveillance devices in universities, generating great consequences for the knowledge production, especially in the area of communications.

Keywords: ECA/USP. cassation. communications. interdiction. silencing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo do site Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos	18
Figura 2 - Trecho de Ofício do Processo Contrato Docente do Prof. Dr. José Marques de Melo	20
Figura 3- Seção de Fichas do Site da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo ..	61
Figura 4 - Capa do Jornal Folha de S. Paulo de 14 de dezembro de 1968	77
Figura 5 - Trecho de notícia do Jornal Folha de S. Paulo de 16 de abril de 1975	78
Figura 6 - Página do site Acervo Folha - Busca Detalhada.....	79
Figura 7 - Página inicial do Processo de Contrato Docente do Prof. Dr. José Freitas Nobre. .	80
Figura 8 - Índice do Memorial do Prof. Dr. Thomaz Jorge Farkas de 1985 para Concurso de ingresso na carreira docente	82
Figura 9 - Primeira página do Índice do memorial do Prof. Dr. Jair Borin de 1993 para provimento de cargo de Professor Associado (Livre Docente).....	83
Figura 10 - Relato do Prof. Dr. Jair Borin sobre sua prisão e primeira passagem pela ECA...	84
Figura 11 - Sistema de busca de Fichas do DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo	85
Figura 12 - Trecho da Ficha no DEOPS do Prof. Dr. José Marques de Melo.....	86
Figura 13 - Continuação da Ficha no DEOPS do Prof. Dr. José Marques de Melo.....	86
Figura 14 - Aviso ao Pesquisador na página Brasil Nunca Mais Digit@l	89
Figura 15 - Seção de Videoentrevistas do site do Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos ..	90
Figura 16 - <i>Folha de S. Paulo</i> noticia a aposentadoria por Decreto de docentes na USP em 1969	106

Figura 17 - Editorial da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre a demora na reintegração dos docentes anistiados	110
Figura 18 - Reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre busca por apoio à reintegração dos docentes anistiados	111
Figura 19 - Notícia sobre a reintegração dos docentes anistiados	112
Figura 20 - Documento da Delegacia de Ordem Social de São Paulo sobre Thomaz Farkas	122
Figura 21 - Autorização de aditamento do Contrato Docente de Freitas Nobre em 1970	137
Figura 22 - Trecho de documento do DEOPS sobre o Prof. Dr. Freitas Nobre e seu posicionamento sobre a morte de Vladimir Herzog	146
Figura 23 - Lista de Docentes e Disciplinas do CJE de 1979.....	168
Figura 24 - Nota sobre a indicação e contratação dos primeiros docentes da Escola de Comunicações Culturais	178
Figura 25 - Notícia sobre a autorização de matrícula dos excedentes no primeiro vestibular da Escola de Comunicações Culturais	179
Figura 26 - Notícia sobre a aprovação dos primeiros docentes da Escola de Comunicações Culturais	180
Figura 27 - Capa da apostila <i>Técnica do "Lead"</i>	184
Figura 28 - Trecho sublinhado da apostila <i>Técnica do "Lead"</i>	185
Figura 29 - Trecho da apostila <i>Técnica do "Lead"</i>	186
Figura 30 - Trecho da coluna de Perseu Abramo sobre a greve na ECA no 1º semestre de 1975	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - LUGAR SOCIAL: A ESCOLHA E O RECORTE DO OBJETO	12
1. ENTRE LIBERDADE E INTERDIÇÃO: CONTEXTOS	24
1.1. A Universidade de São Paulo e projeto da ECC (1930 a 1966): comunicação, educação e contexto.....	24
1.2. USP e os expurgos: vigilâncias, dispositivos de controle, esquecimentos e silenciamentos	44
2. METODOLOGIA: "PRÁTICAS" CIENTÍFICAS	73
2.1. Jornais.....	77
2.2. Processos de admissão da USP e memoriais	79
2.3. Documentação do DEOPS.....	85
2.4. Documentação Brasil: Nunca Mais (BNM)	86
2.5. Entrevistas	89
2.6. Legislações municipais, estaduais e federais.....	91
3. ARQUIVE-SE: OS EXPURGOS NA ECA/USP EM DUAS FASES.....	93
3.1. Jean-Claude Bernardet.....	93
3.2. Thomaz Farkas	118
3.3. Freitas Nobre	129
3.4. Jair Borin	147
3.5. José Marques de Melo	172
4. OS ARQUIVOS DO SILÊNCIO	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209

INTRODUÇÃO - LUGAR SOCIAL: A ESCOLHA E O RECORTE DO OBJETO

[...] a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita*.

[...] Toda pesquisa [...] se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2013, p. 47).

Ampliando a afirmação de Certeau, a operação de pesquisa nas ciências humanas em geral é composta por um lugar social, práticas "científicas" e uma escrita. A presente pesquisa não foge a essa operação, e é com esse ponto de partida que apresentamos nosso lugar social como forma de construirmos e apresentarmos o objeto da tese proposta.

Certamente o caminho que nos levou até este ponto não teve início com o doutorado, mas tem raízes já nos tempos de colégio. O interesse pelo período histórico de 1964 a 1985 já despontava ainda na adolescência, através de uma visita guiada ao, na época, recém-inaugurado Memorial da Resistência de São Paulo¹. O contato com o acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) suscitou uma enorme curiosidade sobre a documentação que, embora datasse desde sua criação (1924), perpassou praticamente de 1964 à década de 1980, sendo extinto em 1983.

Os períodos de autoritarismo ditatorial da História do Brasil Republicano – o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985) – proporcionaram os momentos de maior atuação do Deops/SP, embora durante o período democrático de 1945 a 1964 também tenha atuado. Subsidiadas por legislação específica, as ações do Deops/SP “variaram de intensidade, entretanto, dependendo dos tempos que se vivia e a quem se pretendia atingir”. (SECRETARIA DA CULTURA, s.d.a).

A influência dessa visita ao Memorial seria vista na escolha do curso de graduação, História, e na iniciação científica e monografia produzidas. O tema de pesquisa foi o da censura ao teatro no período ditatorial, um estudo de caso de duas peças encenadas pelo grupo

¹ "O Memorial da Resistência de São Paulo, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo por meio de sua Secretaria da Cultura, é uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade) por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime militar." (SECRETARIA DA CULTURA, [20--]).

Teatro Oficina: *Os inimigos* e *O rei da vela*. O estudo teve como recorte temporal os primeiros anos da ditadura, isto é, de 1964 a 1967. Foi através da busca pela documentação sobre a censura que tivemos nosso primeiro contato com o Arquivo Miroel Silveira:

Trata-se de um grande acervo constituído por mais de seis mil processos de censura prévia ao teatro em São Paulo, datados de 1930 a 1970, oriundos do serviço de censura da Divisão de Diversões Públicas (DDP) da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, resgatados, na década de 1980, pelo professor Miroel Silveira. (COSTA, 2013).

A partir dessas primeiras pesquisas e a aproximação com as fontes primárias, foi possível constatar que havia uma lacuna no processo de censura prévia de *O rei da vela*. Embora liberado na época de sua estreia, 1967, havia elementos que indicavam uma mudança que culminaria em sua interdição em 1968. Com base nessa inquietação foi construído nosso objeto de pesquisa do mestrado: a trajetória da censura de *O rei da vela* de 1967 até 1980.²

Foi essa inquietação que nos levou até o Grupo de Pesquisa Arquivo Miroel Silveira (GPAMS), que mais tarde seria Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC), hoje Núcleo de Apoio à Pesquisa Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Esse grupo de professores e pesquisadores foi criado através da coalizão de interesses em torno do Arquivo Miroel Silveira. É importante frisar que esse acervo foi, inicialmente, após a extinção da Divisão de Diversões Públicas (DDP), mantido pela Secretaria de Segurança Pública. Os processos de censura ali contidos eram de conhecimento de poucos.

Poucas pessoas sabiam de sua existência tanto antes quanto depois da extinção da censura prévia às diversões públicas. Uma delas era Miroel Silveira - autor, diretor, crítico, organizador de companhias de teatro, tradutor, ator e professor do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo -, que utilizou esse arquivo como fonte de pesquisa para sua Tese de Doutorado [...]. Sabedor da importância do conteúdo do arquivo e de seu potencial de pesquisa, Miroel Silveira o levou para a ECA, em 1988, alguns meses antes da promulgação da nova Constituição, que extinguiria a censura prévia às diversões públicas.

Na ECA, esses documentos passaram da sala do professor à Biblioteca, onde receberam o nome de Arquivo Miroel Silveira. [...].

Em 2002, depois que a então presidente da Comissão de Biblioteca, a Prof^a Dr^a Maria Cristina Castilho Costa, conseguiu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), iniciou-se projeto de pesquisa científica *Arquivo Miroel Silveira: a Censura em Cena - organização e análise dos processos de censura teatral do Serviço de Censura do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo*. Mais tarde, em 2005, conseguiu-se apoio da mesma FAPESP para o projeto temático

² O resultado foi a dissertação "O Rei da Vela e o Oficina (1967-1982): censura e dramaturgia" (COUTINHO, 2011).

(portanto, uma pesquisa de maior duração) *A Cena Paulista: um estudo da produção cultural de São Paulo de 1930 a 1970 a partir do Arquivo Miroel Silveira*, que se estendeu até 2009. [...] outro projeto temático foi aprovado: *Comunicação e Censura: análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP*. O projeto [...] acrescenta, à pesquisa teórica e documental, um projeto de videoentrevistas. (SOUSA JUNIOR, 2012, p. 10-11).

No período de desenvolvimento de nossa dissertação, estávamos inseridos entre os dois projetos temáticos citados acima, quando o grupo havia se tornado um núcleo de pesquisa sólido e reconhecido. Participar desse momento foi importante, pois pudemos ter contato com a chamada censura clássica, aquela promovida pelo Estado através de um órgão do aparelho político. Neste caso nos referimos à censura prévia realizada pela Divisão de Diversões Públicas, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública, ao teatro. Costa (2013) nos traz uma definição dessa censura clássica a qual mencionamos:

A censura é um processo psicossocial, provavelmente, tão antigo quanto o desenvolvimento da capacidade simbólica humana, pois desde os primórdios da cultura, estabeleceu-se o conflito entre uma subjetividade única e indivisível que nos distingue como individualidade e a força hegemônica da cultura forjada nas relações estabelecidas pela vida coletiva. A oposição entre o eu e o outro, entre sujeito e cultura, assim como entre diferentes grupos dentro de uma mesma cultura, tem levado a sucessivas tentativas de repressão das dissidências, das críticas e das insubordinações, com uso de diferentes recursos de autoritarismo e violência. A censura - o poder de impor pela autoridade, pela força, pela dependência, pela barganha e até pela violência, o silêncio ao dissidente - fez sempre parte desses recursos ao longo da história da humanidade [...].

Na Modernidade Ocidental, que se situa entre os séculos XV e XX da nossa era, a censura se caracterizou prioritariamente como ação política do Estado, parte integrante de seu aparelho administrativo, cuja função era controlar a produção artística e as comunicações. (p. 20-21, grifo nosso).

Esse controle atua também no campo das ideias “em função da imagem que se quer construir em torno das instituições e das relações de poder de determinada época, mas sempre procura se embasar em valores já presentes na consciência coletiva”(BERG, 2002, p. 79). Ou seja, há a necessidade de controle de ideias na medida em que pensamos a cultura enquanto um conjunto de subjetividades que se organiza por um objetivo comum, e, portanto, subjetividades que precisam ser cerceadas quando vão contra o discurso dominante, contra o detentor do poder simbólico, este entendido como

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física e econômica), graças ao

efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.(BOURDIEU, 2007, p. 14).

Assim a ideologia é formada através da visão de mundo condicionada pelo conflito das relações de produção material e simbólica. Nesse jogo de poder prevalece o sistema ideológico daquele que está na posição de dominação, assim a censura e o controle de ideias agem em defesa da ordem, da manutenção do poder nas mãos de quem o possui. Ou seja, é o jogo de poder que legitima a censura.

Sobre a questão de poder, em vez do termo aparelho, podemos utilizar o termo *dispositivo* cunhado por Michel Foucault e interpretado por Giorgio Agamben:

- a. É um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
- c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e relações de saber.(AGAMBEN, 2009, p. 29).

Podemos pensar então o Arquivo Miroel Silveira como um *dispositivo* utilizado pelo Estado para o controle e a censura de textos dramáticos. Para compreendermos esse processo, adotamos como metodologia o uso da memória, uma vez que nossa pretensão era levantar as memórias sobre a peça encenada pelo Teatro Oficina.

Desde então, fomos trabalhando com o tema da censura, tal como explicado, ao mesmo tempo em que o OBCOM foi expandindo os estudos sobre censura, comunicação e liberdade de expressão para além das questões da censura clássica estatal, passando a mapear os

[...] mecanismos atuais, insidiosos e indiretos, capilarizados - no sentido que utiliza Michel Foucault [...] ao analisar as formas pelas quais o poder se manifesta nas ações cotidianas e nas relações sociais mais particulares e privadas [...].(COSTA, 2017, p. 29).

Assim, os estudos do grupo vêm entendendo que as interdições, a repressão e toda forma exercício de poder que extrapola os limites da liberdade e da democracia se manifestam, principalmente, desde que a comunicação se implantou como uma categoria das relações sociais a partir do século XIX³. Essas formas de poder atuam diretamente sobre o veto, a interdição e o silenciamento de artistas e comunicadores, de suas obras, de seu

³ Quando passamos àquilo que Costa chama de I Era Midiática, período de Revolução Tecnológica que vai do século XIX ao XX, com o surgimento "[...] de tecnologias de gravação, reprodução e transmissão de som a distância - o telefone, o gramofone e o fonógrafo". (COSTA, 2002, p. 55).

trabalho e de seu discurso. Ou seja, no controle daquilo que é dito, partilhado, ensinado, escrito etc.

Nesse sentido, a ditadura militar, embora não tenha inventado a censura e a interdição elevou-as a um grau nunca antes visto, burocratizando e levando a repressão à condição de dispositivo de estado, organizado para coibir e silenciar os opositores.

É importante definir de início nosso posicionamento em relação ao uso do termo "ditadura militar" em contraposição a "ditadura civil-militar", proposto por alguns pesquisadores que vêm revisando a bibliografia e discutindo o papel dos militares e dos civis tanto no momento do golpe, em 1964, como nos anos seguintes, nas diferentes fases do regime que se seguiu. Para tanto, valemo-nos da discussão bibliográfica elaborada por Ridenti(2016), na qual ele levanta as origens do posicionamento de alguns pesquisadores, principalmente da Universidade Federal Fluminense, que têm revisitado o termo "civil-militar", cunhado inicialmente por Dreifuss (1981) e reinterpretado como forma de enfatizar o apoio civil aos militares, isto é, a cumplicidade da sociedade brasileira em geral com a ditadura.

A crítica desses autores, como Denise Rollemberg (2015), por exemplo, é a tendência da memória social em responsabilizar apenas os militares pelos eventos ocorridos no período. Eles questionam a ideia de uma sociedade civil resistente contra a ditadura. Rollemberg, inspirada nos estudos de Pierre Laborie sobre Vichy e a ocupação nazista durante a II Guerra Mundial, apontou para o que ela chama de "zonas cinzentas" entre os apoiadores e os opositores da ditadura em seus estudos sobre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). De acordo com Ridenti(2016, p. 37), o risco do uso do termo civil-militar é que não apenas dilui as responsabilidades dos militares como categoria social, mas também minimiza as responsabilidades dos setores do grande empresariado que foram os maiores beneficiários do autoritarismo modernizador e cujos representantes conduziram ministérios e outras instituições públicas no período da ditadura.

Além disso, há o perigo de assentar o discurso dos autores do próprio golpe, que o chamaram de movimento civil-militar desde o começo. Os militares apenas teriam agido então para responder ao chamado da sociedade civil, portanto o golpe e o regime militar eram legítimos, expressando a vontade da maioria. "So the risk for the scholar would be to assent to the mystifying ideology of the military instead of showing the complex social contradictions of the period." (RIDENTI, 2016, p. 37). Em contraste a essa chave interpretativa, há autores que minimizaram a participação civil, tanto no golpe como na ditadura, como forma de elevar a importância da ação de alguns líderes na história.

Há ainda uma linha bibliográfica que usa a versão híbrida dos termos, tratando o golpe como civil-militar, mas o regime posterior como militar. Nesta linha está inserido o historiador Napolitano(2014), que afirma que importa menos se o autor usa o termo "militar" ou "civil-militar" para caracterizar o golpe, o regime, ou a ditadura. O mais importante é a maneira como ele analisa o objeto e a atenção dada à intrincada relação entre os militares e os civis que precisa ser revelada. Sendo assim, por tratarmos de episódios ocorridos durante o período pós-64, optamos pela posição de Napolitano, referindo-nos a ditadura militar, sem nos esquecer das questões levantadas por Rollemberg, como veremos no decorrer do texto.

Inseridos nas discussões do OBCOM, e após o fim do mestrado, fomos convidados a participar de um novo projeto científico. Estava em curso o levantamento histórico de dados relevantes para a construção de uma proposta de investigação sobre a história da Escola de Comunicações e Artes de São Paulo. Tratava-se de um projeto importante que visava às comemorações dos 50 anos de fundação da ECA⁴ em 2016. Em andamento desde fins de 2011, um dos projetos teve início em fins de 2012, através do auxílio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP. O objetivo principal era digitalizar documentos importantes da Escola, incluindo os memoriais dos docentes que seriam disponibilizados em um site.

A Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes abriga mais de 400 Memoriais de professores, ou seja, conjuntos de documentos que comprovam a trajetória acadêmica de cada docente com a finalidade de participar de concursos na ECA. Desses, pouco mais de 100 professores autorizaram a publicação para consulta no Projeto Memórias da ECA. Esses documentos trazem informações consolidadas sobre a trajetória dos professores que geralmente estão espalhadas em diversas produções acadêmicas. Digitalizados, esses documentos podem ser aqui consultados. (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA/USP: 50 ANOS, 2014).

O segundo projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), aprovado no início de 2013, era voltado à construção do website e de um banco de dados que abarcasse os diferentes tipos de documentos sobre a ECA: memoriais, fotografias, videoentrevistas etc. Uma das principais funções e participações que tivemos nesses projetos foi a de realizar uma pesquisa histórica capaz de produzir uma linha do tempo com os principais acontecimentos da instituição.

⁴ Para viabilizar e oficializar tais pesquisas foi criada a Comissão Memórias da ECA, em 19 de junho de 2012,

Figura 1 - Linha do tempo do site Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos

Fonte: Projeto Memórias da ECA (2014a).

A produção da linha do tempo envolveu uma pesquisa abrangente, isto é, desde uma investigação bibliográfica até a gravação de videoentrevistas com docentes da Escola. Por lidar com diferentes tipos de fontes, utilizamos a discussão de memória já colocada em nossa dissertação, porém com o escopo ampliado.

Inicialmente, ainda em 2011, realizamos algumas videoentrevistas com docentes aposentados, como forma de comprovar a eficácia e a possibilidade daquela metodologia nas pesquisas pretendidas. Nossos depoentes foram: Jacó Guinsburg (Prof. Dr. da Escola de Artes Dramáticas e do Depto. De Artes Cênicas), Renata Pallottini (Prof^a. Dr^a. da Escola de Artes Dramáticas e do Depto. De Artes Cênicas), José Marques de Melo (Prof. Dr. do Depto. de Jornalismo e Editoração) e Ana Mae Tavares Barbosa (Prof^a. Dr^a. do Depto. de Artes Plásticas). Seguindo algumas das sugestões de Bosi (O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social, 2003), realizamos os seguintes passos:

antes do encontro com o depoente, convém recolher o máximo de informações sobre o assunto em pauta para formular questões que o estimulem a responder. Uma consulta às publicações: jornais, revistas, músicas, livros, imagens, anedotas, enfim tudo o que terá feito o narrador vibrar na época que desejamos estudar.

[...] É de muito bom alvitre sair com ele, caminhar ao seu lado nos lugares em que os episódios lembrados ocorreram (ruas, fábricas, bairros cuja transformação assistiu...). (BOSI, 2003, p. 59-60).

A videoentrevista com o Prof. Dr. José Marques de Melo nos marcou, pois o docente levantou acontecimentos até então desconhecidos, ou melhor, não comprovados por aqueles a que diziam respeito.

Eu fui processado [...] por uma aula que eu havia dado aqui em 1968, chamada “Técnica do líder”. Vejam vocês, a “Técnica do líder” deu um processo. Eu fui processado pelo decreto 477 e não fui condenado porque o ministro da educação era quem tinha a última palavra e foi ler o processo e, ao lê-lo, disse que não considerava o caso como o meu, fosse caso para aplicar o decreto 477 e me absolveu. (MELO, J. M. M. apud PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014).

Possuindo já um interesse pelo estudo do período ditatorial, esse dado nos instigou a realizar uma investigação mais apurada. Uma das formas de entender o ocorrido era consultar o Processo de Admissão do docente, alocado na própria ECA. Num rápido exame do material não observamos nada que indicasse esse processo, embora fosse extremamente longo, com 556 folhas. Havia um cuidado em reportar todas as atividades anuais de Melo e do Departamento de Jornalismo e Editoração. Porém, na parte final do processo, um trecho de um ofício da Diretoria da ECA, de 1986, endereçado à Reitoria, nos chamou a atenção:

Figura 2 - Trecho de Ofício do Processo Contrato Docente do Prof. Dr. José Marques de Melo

Magnífico Reitor

A Congregação da Escola de Comunicações e Artes, em sua reunião ordinária de 18 de dezembro p.p. a analisou os requerimentos dos Profs. José Marques de Melo, Thomaz Jorge Farkas e Jair Borin datados de 2 de dezembro e do Prof. José Freitas Nobre datado de 10 de dezembro, solicitando os benefícios decorrentes da anistia política constante da Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso Nacional no dia 22 de novembro de 1985. Na referida reunião, a Congregação, por decisão unânime, resolveu, não só aprovar o encaminhamento feito pelo Conselho do Departamento de Jornalismo e Editoração através dos ofícios CJE/621 de 04/12/85 e CJE/644 de 11/12/85, como também a apoiar a petição dos requerentes.

Entre os lamentáveis fatos ocorridos e a gravados a partir de 1968 inserem-se as demissões dos do centes citados, configurando-se o que se convencionou de nominar de "cassação branca", expediente utilizado na é poca para se impor a triagem política nos quadros funcionais da Universidade de São Paulo. Entre aqueles fatos in clue-se, como exemplo de violência, a prisão e as torturas sofridas pelo Prof. Jair Borin.

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ([entre 1967 e 2015]a, p. 487).

Apesar de não citar o processo de Melo enquadrado no Decreto 477, havia o indício que ele e outros professores tinham sido atingidos pela ditadura militar de uma forma que, até então, não havíamos encontrado na bibliografia e em outros documentos: "cassação branca". Tínhamos aí um quebra-cabeça a resolver, isto é, entender o que era a "cassação branca" e o que ocorreu com os outros docentes citados (Thomaz Jorge Farkas, Jair Borin e José Freitas Nobre).

Ao buscar informações na bibliografia sobre o tema das cassações e das universidades no período ditatorial, encontramos um material produzido pela Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo), *O controle ideológico na Universidade* (ADUSP, 2004). Com esta leitura conseguimos mapear e entender melhor como funcionava a chamada

"cassação branca" e tomamos conhecimento de um órgão de triagem de funcionários, docentes e alunos que teria funcionado junto à Reitoria da Universidade. Além disso, apreendemos também a informação que outro docente da ECA/USP havia sido incluído no rol dos aposentados pelo Decreto de 29 de abril de 1969, o professor Jean Claude Bernardet. Esses novos dados nos levaram à consulta dos processos de contratação desses docentes, além de seus memoriais. Embora não possamos chamar o processo de aposentadoria compulsória de Bernardet de "cassação branca", por motivos que veremos adiante, havia a necessidade e a instigação de cruzar esses fatos como forma de entender os primeiros anos de funcionamento da então Escola de Comunicações Culturais, depois chamada de Escola de Comunicações e Artes a partir de 1969.

Um outro fato que nos intrigou foi a relação entre os primeiros professores citados: todos foram desligados da USP na década de 1970. Foi através da pesquisa da ação militar nas Universidades que tomamos conhecimento de um órgão que funcionou na maioria das Universidades públicas, ligado ao Serviço Nacional de Informação: as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI ou ASI).

[...] a *Revista Adusp* [...] documentou a existência, na USP dos anos setenta, [...] um órgão denominado Assessoria Especial de Segurança e Informações, que atendia pelas siglas "Aesi" ou "ASI". O regime militar implantou a Divisão de Segurança e Informações (DSI) no MEC e em todos os ministérios, e "assessorias" como aquela em todas as universidades importantes do país. (POMAR, 2004, p. 5)

A Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi ou ASI) [...] funcionou durante dez anos, de 1972 a 1982, exercendo diferentes papéis: "triava" candidatos a funcionário ou professor, colhia e repassava dados sobre supostas atividades subversivas ocorridas na USP à chamada "comunidade de informações" e até interferia nas disputas estudantis, dando apoio a chapas politicamente identificadas com o regime militar. (CHRISPINIANO, PICANÇO e GONZALEZ, 2004, p. 37).

Incitados pelo cruzamento das cassações dos professores supracitados e a existência desse órgão no mesmo período dos desligamentos da USP iniciamos a construção do nosso objeto de pesquisa: haveria alguma ligação entre as cassações brancas dos quatro professores e a aposentadoria de Bernardet? Mais do que isso, o processo de desligamento desses cinco professores poderia ser caracterizado como uma forma de "cassação branca"? Se sim, de qual forma isso ocorreu? Qual o papel que a Aesi ou ASI da USP teve nesses desligamentos, ou não teve papel algum?

Mais do que isso, teria havido na produção científica também alguma forma de coerção, interdição e silenciamento? As demissões dos professores da ECA teriam sido um

movimento com a intenção de silenciar manifestações de opinião, críticas, denúncias ao regime?

Marques de Melo, em sua entrevista ao Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos, de alguma maneira nos apontava na direção afirmativa a essas duas últimas questões e, dessa forma, configurou-se na nossa hipótese de pesquisa.

Nossa hipótese, a princípio, era que teria havido uma forma indireta de interdição a esses docentes e que tais processos estariam interligados e diriam respeito a um período específico da história do Brasil e de reforma universitária. As respostas a esses questionamentos e a confirmação ou não de nossa hipótese principal só foram possíveis através do levantamento da bibliografia e da documentação relativa aos professores referidos. Para tanto, foi necessário o estudo também da produção acadêmica dos mesmos, além de uma contextualização sobre a história da ECA. Para entender a trajetória, início e posicionamento da Escola, precisamos recuar à história da própria Universidade de São Paulo, a pretensão de suas funções na sua fundação e os caminhos que levaram à criação da então chamada Escola de Comunicações Culturais.

Embora haja uma bibliografia interessada nos expurgos ocorridos nas universidades durante o regime militar, não há ainda pesquisas sobre as chamadas cassações brancas pensadas no viés das interdições e silenciamentos no âmbito das comunicações.⁵ Com relação à ECA, não há uma pesquisa específica sobre os casos que são objeto de estudo de nossa tese: o desligamentos dos professores Jean Claude Bernardet, Thomaz Jorge Farkas, José Freitas Nobre, Jair Borin e José Marques de Melo.

A presente investigação pretende trazer tais temas à tona e, para tanto, estrutura-se da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos nosso objeto, premissas para o estudo e quadro de referências teóricas. Para tanto fazemos uma contextualização sobre a criação da Universidade de São Paulo, sobre a política dos anos de 1930 e os planos educacionais que culminariam na criação da nova unidade, Escola de Comunicações Culturais (1966), e o momento político do regime militar. Após tratamos sobre os expurgos realizados na Universidade de São Paulo no período ditatorial, além da criação de um órgão de informação junto à reitoria e seu funcionamento. A partir desses dados, pensamos especificamente no

⁵ Podemos citar pesquisas recentes como a de Motta (As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária, 2014b), ou textos mais antigos, anteriores à abertura dos arquivos dos órgãos de informação da ditadura, como a iniciativa da ADUSP (O controle ideológico na Universidade: 1964-1978, 2004), publicada originalmente em 1979. Há ainda iniciativas sobre o estudo da reforma universitária e a maneira como ela influenciou a Universidade: BIAZO(Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP), 2014); SANTANA (Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60, 2014).

caso da Escola de Comunicações e Artes e de seus docentes na ditadura militar. Como forma de balizar e pensar teoricamente esses fatos, passamos a uma discussão sobre vigilância e dispositivos de controle, fundamental para entender o desligamento dos professores naquele contexto.

O segundo capítulo discorrerá sobre a amostra; sua divisão leva em conta a tipologia que adotamos da documentação. Além disso, discutimos as técnicas de coleta, descrição da amostra e interpretação da mesma.

No terceiro capítulo serão apresentadas as interpretações dos dados obtidos a partir das amostras coletadas. Para tanto, tratamos, num primeiro momento, de cada professor individualmente para, no capítulo seguinte, realizar uma interpretação conjunta dos dados, relacionando-os a fim de testarmos nossas hipóteses iniciais e respondermos os problemas de pesquisa.

1. ENTRE LIBERDADE E INTERDIÇÃO: CONTEXTOS

1.1. A Universidade de São Paulo e projeto da ECC (1930 a 1966): comunicação, educação e contexto

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, e considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística, constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressado, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos; considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes; considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão, Decreta:

Da Universidade de São Paulo

Artigo 1.º - Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Artigo 2.º - São fins da Universidade:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolveram o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (SÃO PAULO (ESTADO), 1934).

O ano de 1934 encerrou diversos acontecimentos históricos que mudariam ou marcariam a trajetória política brasileira. Naquele ano, meses após a criação da Universidade de São Paulo, foi aprovada a Lei de Sindicalização (12/07), assim como foi promulgada a nova Constituição da República (16/07), que mesclava ideais do liberalismo político e reformismo econômico. Convém lembrar que o Conselho de Segurança Nacional (CSN) foi organizado também em 1934 pelo então presidente Getúlio Vargas, que afirmava:

"... o Conselho não era um órgão técnico militar, e sim um complemento da organização política do país, para facilitar o exercício do poder civil e estabelecer a indispensável coordenação entre as atividades dos diferentes

ministérios, tendo em vista a Segurança Nacional". Ao não definir o que seria exatamente o conceito de "segurança nacional", Vargas abria um amplo leque de possibilidades para a atuação do Conselho, que viria a marcar toda a sua existência.

Apesar do cuidado de Getúlio Vargas em qualificar o CSN como um facilitador do "exercício do poder civil", esse órgão do Estado acabaria por tornar-se emblemático da ditadura erigida após o golpe de 1964. [...] O CSN foi um foro central da política repressiva da ditadura, atuando decisivamente no encaminhamento da cassação de mandatos e da suspensão de direitos políticos de opositores do regime e de suspeitos de corrupção. Não por acaso, a reunião mais lembrada do Conselho é aquela em que foi lançado o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. O golpe de 1964 foi, portanto, um "ponto de virada" sobre a atuação do Conselho.(ALMEIDA, 2015, p. 83-84).

A fundação da USP em 25 de janeiro de 1934, dia da comemoração do aniversário da fundação de São Paulo, significou uma escolha que evidentemente marca um dos sentidos incorporados ao mito de origem (não por acaso a comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954, teve como um dos seus temas significativos os 20 anos da criação da Universidade).(CARDOSO, 2004, p. 15).

Como se vê, a criação da USP foi marcada por um contexto político que influenciou suas bases e sua trajetória. É importante frisar que a origem da USP dava-se já no início do século XIX, com escolas e institutos que foram incorporados em 1934. A Faculdade de Direito de São Paulo, fundada em 1827, oferecia o primeiro curso jurídico do país, cujo objetivo era "formar governantes e administradores públicos para o país, cuja independência havia sido proclamada cinco anos antes".(GOLDEMBERG, 2015, p. 9).

Outros cursos e institutos foram sendo criados em fins do século XIX, início do século XX, como a Escola Politécnica (1893), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1898), a Escola Prática de Agricultura (1900), a Faculdade de Medicina (1913), a Escola de Medicina Veterinária (1928) e o Instituto de Educação (1933). De acordo com Goldemberg (2015, p. 9), as principais referências para essas escolas vinham da Europa e Estados Unidos, com objetivo de "gerar e disseminar conhecimentos". A década de 1920 e o início dos anos de 1930 indicavam debates sobre a possível criação da Universidade de São Paulo. É pertinente notar que estava incutido, naquele momento, o ideal do papel do intelectual como "irradiador de novas ideias"(GOLDEMBERG, 2015, p. 10). De acordo com Oliveira:

ressurge a crença de que as elites, desde que recebam treinamento especializado, podem adquirir o conhecimento necessário para transformar o Brasil. E, dentro dessa necessidade de treinamento, a sociologia reaparece como a ciência que orientará os indivíduos e os grupos no caminho da salvação nacional.

É nos anos 30 que temos a instalação dos primeiros cursos específicos de sociologia. A Escola Livre de Sociologia, sonho e realização de Roberto

Simonsen, é fundada em 1933, em São Paulo, e, dentro desse mesmo espírito, cria-se, em 1934, a Universidade de São Paulo. (OLIVEIRA, 1999, p. 91-92).

A forma de atingir esses objetivos seria através de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁶, tema extremamente citado e detalhado no Decreto de criação da USP. Cerca de sete artigos esmiuçavam o funcionamento e os cursos e disciplinas oferecidos por essa unidade. Dentre os três cursos, a seção de Filosofia possuía quatro cadeiras (Filosofia, História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Psicologia), já a de Ciências abrangia seis cadeiras fundamentais (Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Naturais, Geografia e História, e Ciências Sociais e Políticas) que compreendiam algumas subseções (de três a seis, dependendo do caso). A seção de Letras possuía o maior número de cadeiras, dez no total (Linguística, Filologia Comparada, Filologia Portuguesa, Literatura Luso-Brasileira, Língua e Literatura Grega, Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Alemã, Técnica e Crítica Literária).

Havia ainda um curso para licença cultural, com duração de três anos, "em cada uma das seções e subseções que compõem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, abrangendo todas as matérias da respectiva seção ou sub-seção [sic] e outras afins ou fundamentaes [sic]" (SÃO PAULO (ESTADO), 1934). Os artigos 12 e 13 do Decreto contemplavam o nível de doutorado e a possibilidade de criação de novas cadeiras na Faculdade:

Artigo 12 - Para o doutoramento em cada uma das seções ou subseções, o licenciado é obrigado, a um curso e estágio de dois anos, em seminários ou laboratórios, findos os quais lhe será conferido o grau de doutor se aprovado na defesa de trabalho original, de pesquisa ou de alta cultura.

Artigo 13 - À medida que convier aos interesses do ensino, poderá ser instituído o ensino de outras disciplinas, mediante a criação de cursos e cadeiras, ou desdobramentos das existentes.

Outro dado significativo era a proposta da Escola de Belas Artes no capítulo V, artigos 19 a 21, que, de acordo com Goldemberg (2015, p. 11), diziam respeito à criação da Escola de Comunicações Culturais: "Embora também previstas desde o início, somente muito mais tarde seriam criadas [...] a Escola de Comunicações Culturais (1966), prevista originalmente como uma Escola de Belas Artes". É oportuno afirmar que a Escola de Belas Artes contemplava os cursos de Pintura, Escultura e Gravura, ou seja, ainda não havia a preocupação com a área das comunicações propriamente dita. Essa lacuna de cerca de 30 anos entre a criação da USP e a

⁶ "O projeto da USP, gestado já nos anos 20, concebia a Universidade de São Paulo tendo como núcleo uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que deveria ser o lugar da "produção do universal", por via da formação das elites dirigentes, que expressariam o "saber desinteressado" a partir do qual teriam a visão integrada da totalidade da sociedade."(CARDOSO, 2004, p. 15).

fundação daquela que seria chamada de Escola de Comunicações e Artes pode ser entendida ao pensarmos no processo descrito por Lopes(2005, p. 14):

O processo de autonomização científica do campo da Comunicação é correlato à crescente autonomização da organização cultural nas sociedades contemporâneas, ou seja, a constituição da cultura de massas e de seus principais agentes, os meios de comunicação de massa (MCM). A esfera cultural - como conjunto distinto de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos - passa a reger-se por uma lógica própria, dentro do conjunto dos demais setores da sociedade. É nessa ordem histórica que surge o ensino da Comunicação nos chamados Cursos de Comunicação. Estes têm por objetivo a formação especializada de profissionais para o mercado cultural ao mesmo tempo que passam a concentrar a pesquisa acadêmica em Comunicação, o que vem a dar formas de legitimidade ao campo.

Além disso, Lopes explica que a demanda por profissionais de comunicação é datada principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, uma vez que

A instalação das bases industriais do mercado cultural nos anos 60 e sua consolidação nos anos 70 outorgaram aos fenômenos de comunicação de massa a importância que tem se expressado tanto pela atenção crescente de disciplinas afins ou próximas, como pela demanda de um mercado ávido por profissionais competentes.(2005, p. 17).

Neste ponto retornamos à década de 1930 e à criação da USP para entender historicamente como se deu o desenvolvimento da sociedade brasileira para que propiciasse a necessidade e a afirmação do campo das comunicações.

É pouco provável explicar a fundação da USP e do projeto da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras sem nos remeter ao contexto político do ano de sua criação e ao período iniciado em 1930, com a chamada Revolução de 1930.⁷

É oportuno apontar que a crise que culminou na ditadura de Getúlio Vargas teve em seu bojo uma disputa política sobre a sucessão presidencial. A clássica explicação da história afirma que

As regras do jogo não davam margem a dúvida: representantes de São Paulo e de Minas Gerais deveriam se alternar na Presidência. Embora não desconhecesse o peso desse pacto, Washington Luís decidiu ignorá-lo quando, na metade do mandato, como costumava ocorrer, começou a disputa sucessória. Em vez de indicar um mineiro como candidato oficial, o presidente não abriu mão do nome de sua preferência: o paulista Júlio Prestes.

[...] Ao ter passado por cima da política do café com leite, Washington Luís cometeu um grave erro de avaliação. O governador de Minas Gerais, ao

⁷ Nosso objetivo não é o estudo minucioso dos acontecimentos que levaram Getúlio Vargas à presidência do Brasil em 1930, porém é importante salientar que há uma bibliografia que questiona nomear tais acontecimentos como Revolução(DECCA, 1988). Há inclusive os que chamam de golpe a ascensão de Vargas no plano federal. Em nossa tese utilizaremos o termo Revolução de 1930, cunhado por parte da historiografia.

contrário do que o presidente imaginava, não se resignou com a derrota. Em vez disso, passou a articular um movimento de contestação à candidatura de Prestes. (PILAGALLO, 2009, p. 44-45).

Em resumo, o resultado foi

[...] o movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. (OLIVEIRA, 2009).

Após assumir a presidência em 1930, Vargas deveria realizar as eleições para a Assembleia Constituinte e promulgar uma nova Constituição. Na prática isso não ocorreu de imediato, o que levou, aliado ao fato da nomeação de um tenente como interventor do estado de São Paulo, a uma guerra civil em 1932.

A 9 de julho de 1932 eclodiu na capital paulista a Revolução Constitucionalista, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, o mesmo do levante de 1924. [...]

Nos poucos meses de conflito, São Paulo viveu um verdadeiro esforço de guerra. Não apenas as indústrias se mobilizaram para atender às necessidades de armamentos, mas também a população se uniu na chamada Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo. Pela primeira vez buscavam-se iniciativas não apenas militares para romper o isolamento a que o estado fora submetido. Faltou, no entanto, a esperada adesão das forças mineiras e gaúchas. Os governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, embora apoiassem a luta pela constitucionalização, decidiram manter-se leais ao Governo Provisório.

Isolado, o movimento fracassou. Em 1º de outubro de 1932 foi assinada a rendição que pôs fim à Revolução Constitucionalista. (MOREIRA, [20--]).

Dois anos após a Revolução Constitucionalista, a USP seria fundada em meio a um surto de industrialização⁸, o que influenciaria o seu desenvolvimento.

Sua fundação constitui parte emblemática da modernização brasileira e, em especial, da cidade de São Paulo. Mais do que isto, a universidade expressa significativamente a novidade radical objetivada pelas mudanças sociais trazidas pela industrialização em curso. Iniciava-se nossa transformação de economia agrário-exportadora para uma economia industrial, cujo ritmo será intensificado mais tarde, depois da Segunda Guerra Mundial. O Brasil assistia à constituição de uma sociedade urbana, cujo epicentro do processo foi São Paulo, cidade que se torna pólo [sic] de recepção de contingentes humanos provindos de várias partes do país e do mundo. Passa a receber

⁸ "No Brasil, a República Velha, ou Primeira República, terminou em 1930, com o golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder, dando início a quinze anos de ditadura populista e carismática, de característica nacionalista e autoritária, a qual só seria abalada pela vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Nesses primeiros anos do século XX, conseguiu-se abolir efetivamente a monarquia, instaurar a indústria e criar as instituições públicas que formaram o aparelho de Estado [...]" (COSTA, 2010, p. 89).

levas de migrantes nacionais e imigrantes de diversas partes da Europa. (REGO, 2006, p. 176).

Rego chega a afirmar que a USP era uma universidade moderna, calcada em padrões científicos internacionais e que sua criação teria significado "a constituição de um espaço público institucional de produção de conhecimento presidido por critérios até então inéditos de autonomia e de liberdade de investigação sobre a realidade nacional" (2006, p. 177). Tal afirmação pode ser constatada ainda em trecho do Decreto da criação da USP citado no início desse capítulo que versa sobre "institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressado".

Apoiada nessa independência em relação ao governo federal, a USP contém em seu DNA a influência francesa vinda do Liceu Franco-Brasileiro que aproximou intelectuais franceses e brasileiros. Em conferências de professores franceses, em 1927, discutia-se a necessidade de uma Faculdade de Filosofia e Letras e de uma Faculdade de Ciências.⁹

Outra importante influência era o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, cuja redação ficou a cargo de Fernando de Azevedo e contou com a assinatura de intelectuais como Anísio Teixeira e Júlio de Mesquita Filho. Com o título de *A Reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo*, o texto equipara o educador ao sociólogo, corroborando para a necessidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O físico e o químico não terão necessidade de saber o que está e se passa além da janela de seu laboratório. Mas o educador, como o sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; as alturas e as profundidades da vida humana e da vida social não devem estender-se além de seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, "o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social", e a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização. (AZEVEDO, 2010, p. 34-35).

O tripé básico que o Manifesto defende são os ideais de laicidade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino. Foi com esses princípios que a USP foi criada e gestada.

Ainda com relação à década de 1930 e o governo de Getúlio Vargas,

Podemos dizer que, do ponto de vista cultural, o crescimento do mercado editorial e a criação dos cursos superiores na área das ciências sociais indicam a complexificação do panorama intelectual da década de 30.

⁹ "As ciências sociais, os estudos culturais e literários realizados na FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas] são herdeiros da rica tradição científica e cultural trazida pela missão europeia que está na origem da USP. Além da introjeção, nas sucessivas gerações de pesquisadores, dos cânones científicos e acadêmicos, essa tradição incentivou a inovação e a criação de intelectuais." (ADORNO, 2015, p. 101).

Paralelo a esta efervescência de eventos culturais, muitos deles resultantes da iniciativa privada, temos o aumento das atividades do Estado enquanto promotor, organizador e mecenas do mundo da cultura. A criação do Ministério de Educação e Saúde (1930), do Instituto Nacional do Livro (1937), do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936, em caráter experimental) e do Serviço Nacional de Teatro (1937) podem ser tomados como exemplos dessa ampliação da esfera de atuação do Estado no campo da cultura.

A década de 30 congrega crítica à realidade existente e perspectiva reformadora; busca do Brasil real e demanda por novas crenças.(OLIVEIRA, 1999, p. 92).

Ou seja, o Estado iniciou um amplo movimento no sentido de centralizar as ações tanto no que se refere ao campo político propriamente dito, quanto da cultura e da educação.¹⁰ Uma das principais facetas desse aspecto centralizador, promotor e organizador foi a instauração do Estado Novo em 1937.

Em 1937, sob o pretexto de eliminar uma possível revolução comunista, Getúlio Vargas instaurou no Brasil o Estado Novo, inspirado no regime de Antônio de Oliveira Salazar criado quatro anos antes. Vargas extinguiu o Congresso Nacional e os partidos políticos, disciplinou o exército e desarmou as polícias estaduais, passando a governar por meio de decretos-lei. Dessa data até 1945, quando terminou o Estado Novo, Vargas desenvolveu uma política intervencionista, nacionalista e centralizadora, baseada também no corporativismo e na criação e regularização das organizações trabalhistas. (COSTA, 2010, p. 98).

A esfera educacional foi pautada principalmente pelo projeto do Ministério de Educação e Saúde (MES) na figura de Gustavo Capanema¹¹, e pela implementação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com Lourival Fontes¹².

¹⁰ " [...] assistiu-se a um período de ditadura, militarismo e forte centralização, cujo objetivo era implementar um projeto político de extrema direita e que fez do populismo um dos mecanismos para obter apoio da população." (COSTA, 2010, p. 96).

¹¹ "Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Durante seus tempos de universitário vinculou-se, em Belo Horizonte, ao grupo de "intelectuais da rua da Bahia", do qual também faziam parte Mario Casassanta, Abgard Renault, Milton Campos, Carlos Drumond de Andrade e outras futuras personalidades das letras e da política no Brasil. Em 1927 iniciou sua vida política ao eleger-se vereador em sua cidade natal. Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançado pela Aliança Liberal - coligação que reunia os líderes políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. No entanto, Vargas foi derrotado pelo candidato situacionista, o paulista Júlio Prestes. Nessa mesma ocasião seu primo Olegário Maciel elegeu-se para o governo de Minas. Após a posse de Olegário, Capanema foi imediatamente nomeado seu oficial-de-gabinete e, logo em seguida, secretário do Interior e Justiça. Partidário decidido do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e conduziu Vargas ao poder em novembro de 1930 liderou, em fevereiro de 1931, junto com Francisco Campos e Amaro Lanari, a formação da Legião de Outubro, organização política criada em Minas Gerais com a finalidade de oferecer apoio ao regime surgido da Revolução de 30.

[...] Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945.

[...] Morreu no Rio de Janeiro, em 1985." (CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), 2001a).

¹² "Lourival Fontes nasceu em Riachão do Dantas (SE), em 1899.

O Ministério da Educação e Saúde criado em 1930, no início do governo de Getúlio, teve à sua frente, durante 11 anos, Gustavo Capanema. Entre 1934 a 1945 diversas foram as realizações de Capanema, inclusive a de se manter durante mais de uma década no Ministério:

essa continuidade no Ministério da Educação é, por si só, uma particularidade que merece registro. O Brasil não foge à tradição latino-americana de instabilidade nas gestões ministeriais e desprestígio nas nomeações dos titulares da pasta educacional. Capanema não apenas se manteve ao longo de 11 anos à frente do Ministério da Educação e Saúde, o nome à época, como agregou em torno de si uma linhagem de homens ilustres nos campos da educação, da cultura e das artes, deixando-nos a responsabilidade de avaliar as políticas e projetos ali implementados, a despeito das estrelas de primeira grandeza que compunham a constelação do poder ministerial. Afinal, a formulação das políticas cultural e educacional para o Brasil contou com a atuação nem sempre simétrica, mas inequivocamente ativa, de intelectuais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade¹³, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Rodrigo Mello Franco, Alceu Amoroso Lima (mais tarde Tristão de Ataíde) e até Villalobos, Jorge de Lima, Manoel Bandeira... Foi o ministério dos modernistas, dos Pioneiros da Escola Nova, de músicos e poetas. Mas foi também o ministério que perseguiu os comunistas, que fechou a Universidade do Distrito Federal (UDF), de vida ativa e curta, expressão dos setores liberais da intelectualidade do Rio de Janeiro (1935-39). Foi, ainda, o ministério que apoiou a política nacionalizante de repressão às escolas dos núcleos estrangeiros existentes no Brasil. (BOMENY, 1999, p. 137).

Essa dualidade da atuação do Ministério durante o Estado Novo pôde ser vista também em relação às universidades. Os grandes projetos desse período concentraram-se no ensino secundário, no ensino profissional (SENAI, SENAC, SESI etc.) e principalmente no ensino

Jornalista, colaborou em diversos jornais de Sergipe e Bahia. Partidário da Aliança Liberal, coligação oposicionista que disputou a presidência da República em 1930, tendo à frente o gaúcho Getúlio Vargas, apoiou o movimento revolucionário comandado pelo próprio Vargas, que assumiu o poder em novembro daquele ano.

Em 1931, fundou e dirigiu, no Rio de Janeiro, as revistas Política e Hierarquia. Esta última, de tendência fascista, contou entre seus colaboradores, com Olbiano de Melo e Plínio Salgado. Nomeado funcionário da Prefeitura do Distrito Federal, foi indicado oficial de gabinete do prefeito e, em 1932, diretor da Secretaria do Gabinete da Prefeitura.

Eleito representante dos usineiros sergipanos junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937. No ano seguinte o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda e em 1939 no Departamento de Imprensa e Propaganda. Lourival Fontes permaneceu à frente do órgão até 1942.

[...] Em 1950, participou ativamente da campanha de Getúlio Vargas para as eleições presidenciais de outubro. Vitorioso, Vargas nomeou-o para a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Permaneceu no cargo até o desfecho da grave crise política que afetava a vida pública brasileira e que culminou com o suicídio de Vargas em agosto de 1954. Naquele mesmo ano, elegeu-se senador por Sergipe, exercendo o mandato entre 1955 e 1963.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1967." (CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), 2001b).

¹³ "O caso de Carlos Drummond de Andrade tornou-se emblemático: membro do PCB, ocupou durante todo o Estado Novo o cargo de chefe de gabinete do Ministério de Educação e Saúde, a convite de Gustavo Capanema, seu amigo de infância." (FLORENT, 2006, p. 144).

superior. O ensino primário não foi contemplado em nenhum projeto ou reformulação. O projeto universitário

implicava a reordenação da tradição que abrigava diferentes faculdades esparsas que, na avaliação de especialistas do ministério, apenas forneciam diplomas para as profissões normais sem um plano de conjunto que caracteriza a vida universitária. Esperava-se da universidade que fosse articulada e preparada para a educação das elites que dirigiriam a nação. Capanema empenhou-se no ensino universitário, certamente o mais ambicioso segmento de seu programa de reformas educacionais. No projeto Capanema, o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas. (BOMENY, 1999, p. 138-139).

O objetivo das reformas e projetos realizados no Estado Novo era criar um "sentimento de brasilidade"¹⁴, aproveitando-se daquela inquietação da busca pelo Brasil e sua essência que foi mote da Semana Moderna de 1922: "redescoberta do Brasil, atualização intelectual, modernização social, crítica às oligarquias, incorporação dos elementos populares e folclóricos, valorização do negro e do mestiço". (VENTURA, 1991, p. 130). A criação da USP vem na esteira desse projeto mais amplo do governo Vargas no qual

incluem-se no projeto universitário a Universidade do Brasil, uma continuação da antiga Universidade do Rio de Janeiro (constituída em 1920 como uma reunião das escolas superiores da cidade), concebida para ser o núcleo do grande projeto, e a Universidade de São Paulo (USP), uma iniciativa do governo estadual, em 1934, na interventoria de Armando de Sales Oliveira. Mas, foi em 1937 que finalmente ganhou corpo a formação da nova Universidade do Brasil, que teve como um de seus principais objetivos implantar em todo o país *um padrão nacional e único de ensino superior*, ao qual a própria USP se deveria amoldar. A concepção unitária do projeto universitário e a normatização de procedimentos para a nacionalização do ensino superior talvez sejam as heranças mais fortes daquele ministério nos tempos do Estado Novo. (BOMENY, 1999, p. 140, grifo do autor).

De acordo com Bomeny, com o Estado Novo há uma preocupação maior dos militares pela educação. A autora argumenta que, em regimes autoritários, a relação entre educação e segurança nacional é posta como forma de controle. Como a segurança nacional é monopólio do Exército, quando esta é integrada à educação, é compreensível a interferência militar.

¹⁴ "Apesar das diferentes propostas de organização apresentadas pelos intelectuais ao longo das décadas de 20 e 30 - jurídica (Francisco Campos); econômica (Azevedo Amaral), espiritual (Jackson de Figueiredo) -, todas convergem para um mesmo ponto: a solução autoritária e a desmobilização social.

No Estado Novo (1937-45) esta matriz autoritária de pensamento, que confere ao Estado o poder máximo da organização social vai adquirir contornos mais definidos. As elites intelectuais, das mais diversas correntes de pensamento, passam a identificar o Estado como o cerne da nacionalidade brasileira. Se historicamente a construção do nacionalismo vinha se constituindo em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais, agora eles passariam a situar a sua tarefa nos domínios do Estado. Verifica-se, então, a união das elites intelectuais e políticas que se pretendem, as verdadeiras expressões de uma política superior." (VELLOSO, 1987, p. 3-4).

Tanto é que o então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, "define a educação como setor de atividades estreitamente ligado aos imperativos da segurança nacional." (BOMENY, 1999, p. 141). Ou seja, para que os órgãos militares cumpram com o previsto na Constituição, é imprescindível a militarização da sociedade, projeto realizado através do controle da educação. Este projeto de militarização "acabava significando o fortalecimento e a consolidação do Exército como organização de defesa da nação" (BOMENY, 1999, p. 143). No bojo desse pensamento, havia a desvalorização da ideologia do pacifismo, uma vez que a democracia liberal¹⁵ havia se mostrado ineficaz e falida.

Pensar militarmente se fazia necessário, assim como coibir e evitar a "propagação de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade" (BOMENY, 1999, p. 143). O problema, de acordo com Dutra, era a interferência e a falta de colaboração de alguns docentes, intelectuais e educadores. Dentro desta ótica era fundamental uma aproximação do Estado e dos militares com a juventude. Porém, não como se dava nos regimes totalitários europeus; os projetos do Estado Novo tinham como meta a busca por um meio termo.

Entre a experiência liberal e o totalitarismo propõe-se a militarização que, se de um lado evita o individualismo pernicioso criado e procriado no liberalismo, de outro controla os possíveis excessos e as possíveis ameaças que um projeto de mobilização política da juventude poderia gerar.(BOMENY, 1999, p. 144).

No viés da militarização, estava implícito o conceito de que cabia ao Estado e aos intelectuais a racionalidade para a concentração do poder político como forma de garantir a aceitação das massas. Na prática, a proposta era evitar a mobilização e a reação ao regime imposto, assim como o individualismo. Uma das saídas para esse impasse era a criação de organizações para que a juventude pudesse ser tutelada e modelada de acordo com os preceitos do Estado Novo.

Um órgão estatal usado a serviço do Estado Novo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Já em 1930 foi criado o Departamento Oficial de Propaganda que, em 1934, foi transformado em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DCDP) e passou a ser dirigido por Lourival Fontes. Em 1939, em pleno Estado Novo, o DCDP mudou seu nome para o famigerado DIP, ainda dirigido por Fontes até 1942.

Colocado sob a tutela direta do Presidente, porta-voz autorizado do poder, o DIP é o órgão de controle e de repressão e de pensamento.

¹⁵ "Os intelectuais, em grande parte, apoiavam Getúlio. Predominava entre eles a crítica ao liberalismo econômico, típica dos anos 30, e a seu equivalente no campo político: a democracia representativa."(PILAGALLO, 2009, p. 82).

[...] Mecanismo essencial de difusão da imagem do Estado Novo e da construção do mito varguista, o DIP dispõe de um orçamento importante, possui agências nos estados (DEIPs), subordinadas ao Rio de Janeiro, e manifesta no início da Guerra uma atividade abundante.(ROLLAND, 2006, p. 100-101).

De acordo com Rolland, uma das primeiras atitudes do governo varguista e de regimes autoritários é controlar os meios culturais como forma de controle social; para isso a censura e a propaganda são fundamentais. É uma maneira de organizar a sociedade e conseguir seu consenso, ou seja, obter a aprovação da opinião pública. É importante frisar, porém, que a censura às chamadas diversões públicas não teve seu início com o DIP; no caso do teatro, por exemplo, a censura já havia sido realizada em 1845, através do Conservatório Dramático(COSTA, 2006). Temos, no entanto, uma burocratização da censura no Estado Novo, como atesta a legislação concernente ao assunto em seus onze capítulos (Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939). Costa(2010, p. 98) detalha o funcionamento do Departamento:

o grande mentor e diretor geral do DIP até 1942 foi Lourival Fontes, cujo objetivo era "fazer da presença do Estado Novo algo visível e palpável no cotidiano dos cidadãos urbanos". Para isso, conseguiu a maior centralização de poder da burocracia estatal do Estado Novo. Para melhor administrá-lo, o DIP foi organizado em cinco divisões: Rádio, Turismo, Imprensa, Cinema e Teatro; cada uma delas com seis serviços auxiliares: Comunicações, Contabilidade e Tesouraria, Material, Filmoteca, Discoteca e Biblioteca. A sede de poder de Fontes foi o motivo de sua incompatibilidade com Vargas e de seu afastamento do Departamento.

De acordo com Bastos (2006, p. 127), no que se refere ao papel do Estado na organização da cultura,

o fato de o Estado Liberal ter aberto mão dessa tarefa teria levado à crise no mundo ocidental. O papel dos intelectuais seria retomá-la. No Brasil foi o Estado Novo que passou a organizar esses intelectuais e assumiu a missão de "realizar, através de uma cultura total, um homem total, quer dizer: um homem pleno, dentro de uma sociedade plena".

Dáí podemos compreender a necessidade e o contexto da criação da USP e de seus anos durante a ditadura de Vargas. Foi em meio a incentivos e censura que a Universidade foi gestada. Há de se reconhecer a multiplicidade de posicionamentos políticos em seus quadros, que foram controlados e utilizados nos termos descritos anteriormente. Embora houvesse o projeto de controle e persuasão dos intelectuais para abraçar a agenda proposta pelo Estado Novo, tínhamos docentes ligados a partidos de esquerda, aqueles afeitos ao regime, e os de extrema direita. Sobre a FFLCH, Adorno (2015, p. 100) afirma que "o espectro político

ideológico é largo, o leque de opções político-partidárias é colorido. O caleidoscópio de concepções de poder e de organização política, inclusive acadêmica, é atuante em especial nos momentos de tensão e de conflitos internos".

Em 1945,

o fim da guerra, o retomo das eleições, a aliança com a União Soviética contra o nazismo, a anistia aos presos políticos são eventos que criam novo espaço, fora da esfera governamental, para a atuação dos intelectuais. Essas mudanças políticas permitem, inclusive, a realização do I Congresso Brasileiro de Escritores¹⁶, em janeiro de 1945, com o objetivo de lutar contra a censura e a ditadura, em favor da redemocratização do país.(OLIVEIRA, 1999, p. 96).

Getúlio Vargas vê aos poucos o Estado Novo chegar ao seu fim. De acordo com Pilagallo (2008, p. 27), o Congresso era símbolo do isolamento de Vargas perante alguns dos segmentos mais organizados da sociedade. Por outro lado, havia uma campanha em curso daqueles que desejavam a continuidade do governo varguista. O palco das eleições de 1945 estava armado e tinha como candidato oficial o então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Acuado pelos militares, Vargas recebeu um ultimato que o obrigava a renunciar a presidência: "Assinou então um documento em que assumia a iniciativa de se afastar da Presidência." (PILAGALLO, 2008, p. 34) Vargas voltaria, porém, em 1950, à presidência através do voto de 48% dos eleitores, suicidando-se em 1955.

Costumou-se chamar o intervalo de 1945 até 1964 de período de redemocratização no Brasil. É no governo de Juscelino Kubitschek, de 1955 a 1960, que observamos um acirramento do ideal desenvolvimentista, notável inclusive na campanha "50 anos em 5", na qual o presidente prometia que o Brasil iria crescer e se desenvolver no seu mandato de cinco anos o equivalente a 50 anos. Tal objetivo seria atingido por meio de um Programa de Metas, no qual

o Brasil romperia com a tradição econômica rural, se industrializaria, reduziria a distância em relação aos países ricos. JK sonhava, mas, partindo dele, o sonho parecia realizável. Afinal, como prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais, fizera jus à fama de ousado tocador de obras. Em seu estado, JK privilegiara os setores de transporte e energia. Para o Brasil, a experiência seria ampliada para o que ficou conhecido como Programa de Metas.

[...] Apesar de abrangente, o programa não deixava de ser setorial. Energia e transporte continuavam a ser os principais pilares, absorvendo quase três

¹⁶ "Embora a pressão pela abertura política datasse de 1943, foi só no início de 1945, enquanto os pracinhas ainda lutavam na Itália, que a campanha pela redemocratização ganhou corpo. Em janeiro, realizou-se em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Escritores, durante o qual foi redigida uma declaração de princípios em defesa da liberdade de expressão e da instalação de um governo eleito." (PILAGALLO, 2008, p. 26-27).

quartos dos investimentos previstos. Além dessas áreas, foram contempladas as de alimentação, indústria de base e educação.(PILAGALLO, 2008, p. 77).

Em relação à educação, havia uma preocupação em formar técnicos que fossem trabalhar em setores estratégicos para o Programa de JK.

[...] em 1956 grande ênfase era colocada sobre as escolas técnico-profissionais [sic], "onde se formariam empregados qualificados que se destinariam aos inúmeros setores da produção econômica". A educação profissionalizante serviria para integrar o homem na almejada civilização industrial. Juscelino visualizava um ensino secundário com maiores possibilidades de opções, além da tradicional via de acesso ao ensino superior. Assim, "reconhecia a premente necessidade de aprimorar professores, técnicos, administradores e inspetores daquele nível de ensino", e, mais adiante, em 1958, valorizava a preparação de "técnicos de nível médio, para irem trabalhar na indústria, no comércio, na agricultura e mesmo no magistério primário." [...] para Kubitschek os "estudos predominantemente intelectuais" deveriam ser reservados apenas àqueles jovens que demonstrassem possuir "vocação" para tal caminho.(CUNHA, 2002, p. 132).

Ou seja, o ensino profissionalizante era foco, enquanto o superior seria destinado aos vocacionados. De acordo com Lopes (Pesquisa em Comunicação, 2005, p. 26), foi neste período em que houve a constituição do mercado cultural no Brasil e o processo "transnacional" de desenvolvimento:

[...] a realidade do mercado cultural no país [...] se caracteriza, fundamentalmente, pela consolidação do mercado cultural em bases industriais e pela reorganização da política cultural do Estado enquanto promotor do desenvolvimento capitalista em sua forma mais avançada.

Na década seguinte, a partir de 1960, o cerne da discussão é a educação popular, esta personificada nos

Movimentos de Educação Popular (Centros Populares de Cultura - CPC - ligados à União Nacional dos Estudantes; Movimento de Educação de Base - MEB - ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; e os Movimentos de Cultura Popular) que propunham levar ao povo, elementos culturais como teatro, cinema, artes plásticas; além de alfabetizá-lo e fazer com que a população adulta participasse ativamente da vida política do país.(RIBEIRO, 1993, p. 25).

Com relação às universidades, Motta afirma que desde o fim da década de 1950 e início da 1960

havam se tornado lugares propícios à propagação dos valores de esquerda, sob o influxo de eventos mundiais - A Revolução Cubana, as guerras de libertação na Ásia e na África - e de transformações no quadro nacional - crescimento urbano e industrialização, expansão e organização dos

movimentos sociais, como sindicatos, entidades de camponeses e favelados.(MOTTA, 2014b, p. 23-24).

O autor comenta ainda que houve um crescimento no número de formandos, de 30 mil em 1945 para 142 mil em 1964. Neste contexto, reformas eram necessárias para dar conta da quantidade de discentes. Quanto aos docentes, Motta explica que as ideias de esquerda não eram tão bem aceitas pois ainda havia laços conservadores, principalmente nas faculdades de direito e medicina, com algumas exceções, é claro.

Havia docentes com opiniões de esquerda, alguns até com militância no PCB¹⁷, ativa ou pregressa. E havia também pequeno grupo de jovens professores, na faixa etária entre os vinte e os trinta anos, que partilhava os ideais do movimento estudantil, do qual, aliás, eram egressos. Mas os docentes sensíveis ao apelo da esquerda representavam franca minoria nos meios universitários antes de 1964. Como se verá, paradoxalmente, esse quadro iria mudar durante os anos do regime militar.(MOTTA, 2014b, p. 25).

No ano de 1964, marco na história do Brasil,

ocorre um golpe de estado e os militares assumem o poder, ligados a grupos empresariais e políticos tendentes ao capital e interesses estrangeiros, notadamente norte-americanos. Num período inicial, empenharam-se à recuperação econômica, e a partir de 1967/68, retomaram um acentuado desenvolvimento do setor industrial.

Era necessário afastar das decisões políticas e administrativas, os setores da sociedade que não comungavam com as mesmas ideias do governo, e o Brasil irá passar por um extenso período de repressão política, censura à Imprensa e aos outros meios de comunicação, reforço do Executivo, tortura a presos políticos, exílio voluntário ou não, de grandes nomes da Ciência e Educação, uma política de arrocho salarial que perdura até hoje, com conseqüente [sic] aumento da concentração de renda nas camadas altas e médias altas.(RIBEIRO, 1993, p. 25-26).

Lopes(2005, p. 26-27) argumenta que, no período de 1964 a 1985, o governo militar conseguiu combinar dois aspectos que, à primeira vista, podem parecer antagônicos, mas não o são necessariamente: a organização do Estado autoritário e o desenvolvimento econômico. Através desses aspectos, pôde ser implantada uma infraestrutura tecnológica de

¹⁷ "Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, sigla PCB. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização. O objetivo do PCB desde a fundação foi promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. É o mais antigo partido político brasileiro, embora tenha atuado a maior parte de sua existência na ilegalidade. Sobreviveu a todas as alterações político-institucionais [sic] por que passou o Brasil desde a década de 1920, assim como às crises internas que em muitos momentos determinaram a saída ou expulsão de vários de seus membros. Entre essas crises destacam-se as que deram origem ao novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, às diversas organizações ligadas à luta armada, em 1968, e ao Partido Popular Socialista (PPS), em 1992". (ABREU, 2010).

telecomunicações e um sistema básico de micro-ondas que promoveria a integração nacional pela televisão.

Neste ponto de nossa tese, deter-nos-emos em algumas questões relacionadas à área de comunicação para realizarmos um dos principais objetivos deste capítulo: explicar o contexto no qual a Escola de Comunicações Culturais da USP foi criada, gestada e sua relação com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Assim poderemos explicar o porquê de sua criação através do entendimento do momento histórico da comunicação no Brasil.

Precisamos, inicialmente, explicar o que é comunicação para apreendermos a necessidade de seu ensino a ponto da criação de um instituto de ensino superior dedicado à formação de profissionais da área. É importante frisar que em momento algum estamos desconsiderando as artes, até porque esse corte seria impossível de ser realizado. Estamos nos atendo às comunicações porque nosso objeto de estudo se insere especificamente neste campo, daí privilegiarmos sua teorização.

De acordo com Costa (2002, p. 12)

A comunicação é a ponte que integra subjetividades através de ferramentas de linguagem - os signos, as técnicas e as tecnologias comunicativas. Os discursos construídos pela linguagem referem-se ao mundo real traduzido pelas individualidades que o experimentam, mas transformam-se, uma vez expressos, em modelos que orientam futuras percepções do real. Aderem às coisas como parte integrante delas, adquirindo concretude quase da mesma natureza.

A comunicação transforma-se, assim, em veículo que liga interioridade e exterioridade, reconstituindo o elo perdido entre o homem e o mundo que o rodeia. Em razão disso, a expressão humana dirige-se para o real, constituindo-o, impregnando-o de um simbolismo que o acultura e torna partilhável.

Já Eduardo Duarte(2003, p. 42-43) afirma que

a palavra *comunicação* é derivada da palavra latina *communis*, da qual surge o termo *comum* em nosso idioma. *Communis* quer dizer *pertencente a todos* ou *a muitos*. Dessa mesma raiz latina surge a palavra *comunicare*, origem de *comungar* e *comunicar*. Num novo desdobramento dessa raiz, ainda no latim, chegamos a *communicatioonis* que indica a ideia de *tornar comum*. Desdobrando um pouco mais a palavra comunicação temos junto a ideia de *tornar comum* que deriva de *communis*, o sufixo latino *ica* que indica *estar em relação* e o sufixo *ção* que indica *ação de*.

Aluizio R. Trinta(2003, p. 159) oferece uma explicação que une as duas definições citadas acima:

a Comunicação constitui, portanto, um ato social e um fenômeno psicológico. Implica uma interação e envolve uma troca de cunho simbólico. Se as ações de comunicação forem inibidas ou paralisadas, a sociedade - o

conjunto de seres humanos em contínua inter-relação - deixa de existir como tal.

Naquela que Costa chama de "I Era midiática", a partir da Revolução Tecnológica e da instauração da sociedade midiática, entramos num período de "consagração do audiovisual como linguagem dominante e das mídias analógicas como mediações da relação do homem com o mundo" (2002, p. 53). No caso brasileiro, a intensificação desse processo ocorreu durante e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, na qual o rádio foi utilizado como veículo de comunicação de massa, com apelo comercial e propagandístico. Nessa esteira, a televisão consagra-se e monopoliza "a produção cultural contemporânea"(COSTA, 2002, p. 68).

Com essas informações, podemos compreender a afirmação de Lopes(2005) sobre o período militar, no qual o desenvolvimento econômico propiciou a implantação de uma infraestrutura tecnológica e de um sistema básico de micro-ondas. Com essas inovações e intensificação da Revolução Tecnológica observamos que

a partir da década de 1960, começam os primeiros cursos de graduação da área de comunicação no Brasil, numa conjuntura de política nacional muito complexa e difícil, sob os ditames do estado autoritário provocados pela ditadura militar. (KUNSCH, 2015, p. 25).

Melo também corrobora essa afirmação quando trata sobre a midiologia brasileira:

a midiologia brasileira projeta-se desde os fins do século XIX, focalizando exclusivamente a mídia impressa. Configura-se, porém, como campo de estudos profissionais na metade do século XX, englobando e comparando toda a mídia maciça.

No final dos anos 1960 adquire perfil acadêmico, justamente porque as escolas de comunicação priorizam a pesquisa, iniciando os programas de pós-graduação na área. (2003, p. 111).

É neste contexto que surge a Escola de Comunicações Culturais (ECC), fundada em 16 de junho de 1966 através do decreto nº 46.419, que em seu 2º artigo postula:

Artigo 2.º - A Escola de Comunicações Culturais tem por finalidades:

I - formar pessoas habilitadas ao exercício das profissões técnicoartísticas [sic] e de magistério no campo das comunicações culturais;

II - promover, incentivar e divulgar, ao mesmo tempo, a cultura e a pesquisa. (SÃO PAULO (ESTADO), 1966).

É importante apontar que as discussões e o projeto para a fundação e criação da Escola datam de 19 de março de 1965 com o processo nº 65.1.8185.1.4 da Reitoria da USP, cujo título é "Sobre designação de uma comissão especial para estudar e propor a criação de um instituto que trata das formas de comunicações culturais - escola" (UNIVERSIDADE DE

SÃO PAULO, 1965). De acordo com o então reitor, Luís Antônio de Gama e Silva, uma das justificativas para uma comissão que discutisse e propusesse um novo instituto era que

o desenvolvimento da vida contemporânea e sua complexidade no campo das artes e técnicas das formas de comunicações culturais não mais permitem improvisações ou auto-didatismo, impondo a criação de meios e processos que promovam, incentivem e divulguem métodos e técnicas para aqueles fins, despertando e aproveitando vocações, aprimorando conhecimentos e tornando o homem mais apto às profissões. (Portaria GR nº 148 de 19 de março de 1965 apud UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1965, p. 3).

Podemos explicar essa fala levando em conta o pensamento de Melo de que

qualquer campo do conhecimento humano surge como consequência de demandas coletivas. Trata-se da resultante de um processo destinado a compreender e controlar os fenômenos sociais emergentes. Começa na base da sociedade, robustecido pelo senso comum. Amplia-se e desenvolve-se no interior das organizações profissionais, culminando com sua legitimação cognitiva por parte da academia.(MELO, 2003, p. 105).

Ou seja, diversos foram os fatores que levaram à criação da ECC, depois transformada em ECA, em 1969: o contexto histórico que propiciou o desenvolvimento das mídias e da comunicação no pós Guerra, aliado ao que Melo disserta sobre a demanda coletiva e o processo de controle dos fenômenos sociais. Havia uma área em franco crescimento e que, por ser oriunda das Ciências Sociais, do ponto de vista político, deveria ser controlada desde sua criação.

A Ciência da Informação, assim como a Comunicação, constituíram sua identidade a partir das Ciências Sociais, sendo ambas entendidas como Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que seu objetivo mais amplo está em resolver os problemas de informação da sociedade.(STUMPF e WEBER, 2003, p. 124).

A Comunicação Social se inscreve no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. As próprias instâncias avaliadoras ligadas ao Ministério da Educação indicam a inclusão de nosso campo de estudo nessa categoria, como se pode observar nos *sites* da Capes e do CNPq.(BARROS, 2003, p. 227).

Esse controle poderia ser explicado pelo viés de que o regime instaurado em 1964 desconfiava mais das instituições de Ciências Sociais, pois eram "consideradas mais próximas ao universo cultural da esquerda e mais propensas ao questionamento da ordem tradicional" (MOTTA, 2015, p. 53). Jean Claude Bernardet corrobora essa ideia em depoimento de 2013:

na USP, o que depois a gente conseguiu entender é que, além da necessidade de criar novos cursos, conforme as transformações das universidades no mundo, eram disciplinas, cursos bastante... pela sua novidade, por serem de

comunicação, bastante atraentes para os jovens. Isto era muito interessante para a universidade. Porque a universidade pensou, muito provavelmente, o seguinte: que os jovens irrequietos, vamos mandá-los para lá, o que **esvaziava o curso de filosofia, o curso de ciências sociais, o curso de letras, aonde os irrequietos iam**. E o curso... Nessa época, a Maria Antônia funcionava, ainda. E os irrequietos, iam botá-los lá no campus, de forma que eles não fariam manifestações. Quer dizer, essa ideia de que esses cursos podiam servir para **cercar os estudantes**. Com certeza houve isso. Quer dizer, nenhum reitor veio anunciar isso para a população, obviamente, mas circulava essa ideia – pelo menos essa suposição – de que isso deve ter sido pensado. E, realmente, para alguns cursos da ECC [Escola de Comunicações Culturais], na época, vieram alunos [inaudível]. Realmente, cinema atraiu... Não sei nos outros departamentos, mas [cinema] atraiu pessoas politicamente e culturalmente irrequietas, instáveis etc. Inclusive, as primeiras turmas da ECC são maravilhosas [...]. Não tem nada a ver com as turmas de agora. Eram turmas muito participantes, inquietas. (BERNARDET, 2013a, p. 40).

Havia, portanto, a necessidade de criar uma instituição de comunicação como forma de controle dos novos profissionais que seriam formados. Ao mesmo tempo, os docentes ligados à esquerda deveriam ser expurgados ou controlados, num jogo de conciliação e negociação típico da tradição política do país (MOTTA, 2014a, p. 54). Tanto é que após o golpe de 1964 ocorre a "caça às bruxas",

[...] a tomada da Faculdade de Filosofia da USP pela polícia, com cães farejadores parados à sua porta localizada na Rua Maria Antonia, em São Paulo, a franquear o acesso dependendo da "escola" em que o professor ou aluno estava vinculado. Professores das Ciências Sociais e Filosofia, "todos comunistas", eram presos ou mandados para casa. Professores da Letras, como nos conta Antonio Candido, tinham liberada a passagem, pois essa disciplina não estava "infestada" pela "peste comunista". (MATHIAS, 2004, p. 103).

Essas contradições podem ser mais bem compreendidas ao considerarmos que a "'coalizão' golpista era ampla e heterogênea, difícil de enquadrar em uma análise simples" (MOTTA, 2014a, p. 49). Ademais, entre os grupos que apoiaram e efetivaram o golpe de 1964, não havia coesão quanto ao futuro, apenas a destituição de Goulart da presidência e a interrupção do "processo de esquerdização (ou comunização, como se dizia), então em curso, que afetaria o interesse de todos" (MOTTA, 2014a, p. 49). Há que se considerar, porém, as ambiguidades visíveis ao longo da ditadura militar, pois, por não possuir uma agenda e um plano de governo uno, seus programas resultaram de uma combinação de negociações entre os apoiadores do regime, pressões internacionais, conjuntura econômica, a atuação da oposição, além das questões pessoais dos detentores do poder e as tradições brasileiras. As

principais fontes ideológicas do regime eram o nacionalismo autoritário, o liberalismo e o conservadorismo. Mas, segundo Motta, foi justamente

A falta de coesão ideológica da ditadura [que] tornou mais fácil a tolerância a iniciativas culturais inspiradas nos valores da esquerda, a exemplo do estilo arquitetônico dominante nos campi universitários erigidos nos anos 1970, traçado por arquitetos modernistas desafetos do regime e vítimas dos expurgos políticos. (2014a, p. 53-54).

Nesse contexto observamos, ao mesmo tempo, o autoritarismo e a modernização, inclusive no campo da educação no nível superior. A faceta modernizadora "implicava desenvolvimento econômico e tecnológico e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além da expansão industrial e mecanização agrícola" (MOTTA, 2014a, p. 51). Isso levaria ao aumento da urbanização e do operariado, promovendo a mobilidade social e urbana.

Neste cenário, as universidades foram usadas pelo regime militar na faceta modernizadora, "pelo papel que [...] têm na preparação de elites administrativas, de tecnólogos e cientistas, mas também por sua importância política, como formadoras de lideranças intelectuais" (MOTTA, 2014a, p. 56).

Para tanto, a ditadura militar utilizou-se do projeto da reforma universitária, uma demanda da esquerda ainda no pré-golpe, "que defendia, entre outras coisas, a democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de carreira docente atrativa, sobretudo com o regime de trabalho de dedicação integral" (MOTTA, 2014a, p. 56). Efetivamente, a partir de 1961, temos um primeiro passo na chamada reforma universitária, com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024/61, que aboliu a obrigatoriedade do sistema de cátedras¹⁸, que, de acordo com os legisladores, não deveria ser tratado na LDB, pois necessitava de um tratamento mais acurado que deveria ser realizado por meio de leis federais e estaduais de regulamentação da carreira do magistério superior. Caso a obrigatoriedade das cátedras fosse incorporada à lei, oneraria consideravelmente o custo do ensino superior (CELESTE FILHO, 2006, p. 11). Apesar disso, as cátedras não foram abolidas das universidades, pois estavam na Constituição então vigente, tornando-se, porém, opcionais.

Já em 1966, o Decreto-Lei nº 53, que estabelecia princípios e normas de organização para as universidades federais, inovava ao definir que essas instituições deveriam se organizar

¹⁸ "A unidade básica das Faculdades era os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis inferiores." (MOTTA, 2015, p. 39).

por meio de unidades universitárias que funcionariam como órgãos de ensino e pesquisa no campo de estudo concernente. Ou seja,

o ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada passaram a ser feitos em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluíam no plano da Universidade e a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos envolvidos em cada curso ou projeto de pesquisa. (LIRA, 2010, p. 249).

A complementação viria com o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que concebeu o departamento como unidade administrativa das universidades, ou seja, contribuía para o fim das cátedras e auxiliava no avanço das reformas. A reforma universitária foi levada a cabo com a Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968, ao mesmo tempo em que as lutas estudantis atingiam seu auge¹⁹. A Lei foi resultado da criação de um Grupo de Trabalho pelo governo militar, em julho de 1968, designado por decreto presidencial. Os componentes eram:

Tarso Dutra, deputado federal pelo RS e ministro da Educação, (presidente do GT) Antônio Moreira Couceiro, professor da UFRJ e presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Padre Fernando Bastos D'Ávila, vice reitor da PUC-RJ e assessor da Associação dos Dirigentes Cristãos das Empresas; João Lyra Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do Ministro do Planejamento; Roque Spencer de Barros, catedrático da USP, membro e relator da Comissão de Reestruturação da USP, Newton Sucupira, ex-reitor da UFPE, membro do CFE [Conselho Federal de Educação]; Valnir Chagas, ex-diretor de faculdade da UFC, membro do CFE; João Carlos Moreira Bessa, presidente do DCE da PUC/RJ e Paulo Bossas, aluno da Escola de Engenharia da UFRJ. No dia 5 de julho foi indicado o deputado Aureliano Chaves. (LIRA, 2010, p. 253).

Composto por intelectuais de formação filosófica idealista e economistas tecnicistas, o Grupo de Trabalho não contou com a participação dos estudantes, que se recusaram a comparecer à primeira reunião. Em trinta dias o Grupo teve de apresentar seu relatório e concluir seus trabalhos. O relatório reconheceu a crise universitária, mas, como a representatividade permanecia cerceada e interdita, a proposta de avanço assegurada foi a da representatividade estudantil junto aos colegiados e comissões nas universidades.

A criação da ECC vinha também dentro do projeto de reforma universitária que transitava pelo Estado e pelas instituições desde a década de 1960, no qual conflitos ideológicos entre desenvolvimento, modernização, reforma e revolução foram postos. A

¹⁹ "Os estudantes foram se tornando os agentes mais visíveis da oposição [...]. Em 1968, eles organizaram grandes manifestações de rua em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo." (RIDENTI, 2014, p. 35).

resolução foi uma modernização conservadora ou autoritária implementada pelo regime militar.

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-68), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos. No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante - e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino da moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon.(MOTTA, 2014b, p. 15).

No campo conservador, Motta cita as chamadas ASIs, Assessorias Especiais de Segurança e Informação, cuja função e detalhamento deixamos para o próximo tópico da tese. Pois é justamente o eixo conservador, o da vigilância, controle, repressão e interdição, que procuramos estudar através do desligamento de docentes da ECA entre fins e meados das décadas de 1960 e 1970.

1.2. USP e os expurgos: vigilâncias, dispositivos de controle, esquecimentos e silenciamentos

No final da década de 1970, foi publicada a obra *O controle ideológico na Universidade* (ADUSP, 2004); tratava-se de iniciativa da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo de trazer à tona o assunto das cassações de professores dentro do meio acadêmico. O exemplar era o relatório final de uma comissão especial²⁰ reunida para averiguar a denúncia de que vários professores haviam sido retirados dos quadros da universidade por diversos motivos arbitrários e de diferentes formas: cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, não renovação de contratos etc. Significativa era a citação de demissões e aposentadorias forçadas, o que saía do escopo dos atos de exceção publicados e outorgados, como as cassações.

²⁰ A Comissão era composta pelos Professores Doutores Eunice Ribeiro Durham (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas), Maria Carolina Soares Guimarães (Faculdade de Medicina), Jessita Nogueira Moutinho (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas), Antonio Carlos Martins de Camargo (Secretaria da Saúde e Instituto Butantã), Alberto Luiz da Rocha Barros (Instituto de Física), Percival Brosig (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e Modesto Carvalhosa (Faculdade de Direito).(ADUSP, 2004).

O relatório final da Comissão tratou da lógica do expurgo desde o início do regime, em 1964, até 1979, ano de sua publicação. De acordo com o texto,

em primeiro lugar, o que está basicamente em questão é a existência de idéias [sic]. Trata-se de afastar e punir portadores de idéias [sic] consideradas *marxistas* ou *subversivas*, duas qualificações notoriamente elásticas e imprecisas, o que torna o julgamento obrigatoriamente subjetivo. O próprio de todo expurgo é o vício fundante de envolver necessariamente no processo as referências pessoais, os ódios e as antipatias, a parcialidade dos acusadores.(ADUSP, 2004, p. 20).

Em 1964, mais de 40 professores da USP fizeram parte de uma lista de pessoas consideradas doutrinadores e agentes de processos subversivos. Apesar da sugestão de que tivessem seus direitos políticos suspensos, a grande maioria acabou sendo acusada em inquéritos policial-militares, processada, mas inocentada cerca de um ano depois por falta de provas.(MOTTA, 2014b, p. 54).

É relevante registrar que o inquérito policial-militar (IPM)

não foi uma invenção dos golpistas. Tratava-se de procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das instituições militares e também na Lei de Segurança em vigor. A novidade em 1964 foi usar de maneira generalizada esse recurso previsto para investigar esporádicos crimes militares e políticos.

[...] Na verdade, os IPMs deveriam se limitar a fazer investigações e remeter suas conclusões ao Judiciário, a quem caberia julgar e estabelecer as penalidades para os condenados. [...] eles não tinham instrumentos legais para demitir ou condenar ninguém, mas tiveram poder suficiente para amedrontar e coagir, causando muito aborrecimento e provocando várias crises políticas no governo. (MOTTA, 2014b, p. 49-50).

O uso dos IPMs nesse primeiro momento, ou, como se convencionou chamar, primeira onda de expurgos na USP, pode ser entendido ao cotejarmos a afirmação de Napolitano sobre um dos principais alvos da ditadura após o golpe:

O primeiro objetivo [do autoritarismo implantado em 1964] era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. (NAPOLITANO, 2014, p. 70).

No caso da USP em 1964, apesar de os docentes terem sido inocentados, alguns foram demitidos ou aposentados²¹, ao que o relatório depreende que

[...] as acusações não englobam todos os professores considerados, na USP, como sendo "de esquerda". Inclui, por outro lado, muitos que nunca o foram.

²¹ De acordo com Motta, "o expurgo efetivo restringiu-se a um grupo de sete docentes da Faculdade de Medicina. A esse número deve-se somar uma dezena de professores da instituição que optaram pelo exílio, para fugir às perseguições; com isso, atenderam em parte aos desígnios "purificadores" do aparato repressivo."(2014b, p. 53).

Mas, certamente, consegue atingir todos os grupos que podiam ser considerados como os mais inovadores [...]. No conjunto, a denúncia procura destruir a influência intelectual de alguns dos professores e cientistas mais brilhantes da Universidade [...].(ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 22-23).

Como tratamos anteriormente, desde o fim da década de 1950 as instituições de ensino superior se tornaram locais favoráveis à divulgação de "valores de esquerda" (MOTTA, 2014b, p. 23-24). Porém, quanto aos docentes, não se podia afirmar o mesmo, pois "as ideias de esquerda" não encontravam acolhida com tanta facilidade. Nas universidades havia ainda a influência de valores conservadores, sendo que, de maneira geral, as faculdades de direito e de medicina concentravam alguns dos mais tradicionais docentes que tendiam, no que concerne às questões políticas, mais comumente ao centro.

Existiam também docentes com tendências de esquerda, inclusive militantes do Partido Comunista Brasileiro, além daqueles que comungavam das convicções do movimento estudantil. Apesar disso, tratava-se de uma minoria, panorama que mudaria ao longo das mais de duas décadas de ditadura militar.

Um detalhe relevante é que, no caso específico de 1964 da USP, em vez de o relatório produzido pela comissão que tratou do assunto ter sido enviado ao Conselho Universitário, o supracitado foi endereçado aos órgãos de segurança.

Essa ação pode ser entendida no contexto desse primeiro momento do regime militar que ficou conhecido como "Operação Limpeza", expressão

[...] utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos. (MOTTA, 2014b, p. 25).

A princípio, de acordo com Motta (2014b, p. 30), a violência foi direcionada mais aos líderes estudantis e suas organizações, visto que seriam mais envolvidos com a chamada "infiltração comunista" que os docentes.

Após 1966, com a absolvição dos acusados de 1964, a USP entrou num período de crise, dentre outros motivos, devido à pressão por uma reforma universitária, além da grande oposição dos docentes e estudantes ante os acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID)²². É

²² A USAID, órgão norte-americano criado em 1961, "[...] tomou o lugar de outra agência anterior, a International Cooperation Administration (ICA), que desde 1954 gerenciava projetos financiados pelo governo americano em outros países, em particular aqueles vinculados ao Ponto IV."(MOTTA, 2014b, p. 115). "No

considerável constatar que a estrutura universitária daquele momento se dava com base nos docentes catedráticos, extremamente consagrados e bem pagos, possuindo, inclusive, o direito de seletar seus assistentes, docentes e pesquisadores. Como eram cargos vitalícios, não era incomum o nepotismo, visto que estes docentes tinham papel decisório em congregações e conselhos universitários. Paralelamente a essa situação, as faculdades agiam praticamente de formas autônomas, possuindo inclusive exames para ingresso próprios. Some-se a isso o fato de que a demanda de vagas havia aumentado muito acompanhando "o surto industrial, a urbanização e a explosão demográfica". (MOTTA, 2014b, p. 67). Como tratamos anteriormente, a Escola de Comunicações Culturais foi criada nesta mesma época, bem como a reforma universitária empreendida alguns anos depois.

A segunda onda de expurgos ocorrida na USP veio com decretos de abril de 1969 por meio dos quais diversos servidores e docentes foram aposentados utilizando as prerrogativas constantes no Ato Institucional nº 5.

No Decreto de 29 de abril de 1969, o presidente, através do Ministério da Educação e da Cultura, resolveu aposentar 24 docentes (ADUSP, 2004). Como justificativa para tal ação foi evocado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, que em seu artigo 6º afirma:

Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.(BRASIL, 1968).

De acordo com Napolitano, o Ato, anunciado pelo então ministro da Justiça Gama e Silva - que havia sido reitor da USP no período em que a Escola de Comunicações Culturais (ECC) foi criada -, atingiu "cerca de 500 cidadãos (sobretudo professores, jornalistas e diplomatas) [...]. Se os efeitos diretos foram impactantes sobre o sistema político, os efeitos indiretos seriam bem maiores sobre todo o tecido social." (2014, p. 94).

De acordo com Motta, as universidades "foram alvos prioritários das ações repressivas, já que, na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades se tornaram ninhos de

início dos anos 1950, o governo dos Estados Unidos havia criado um programa de ajuda aos países subdesenvolvidos, o chamado Ponto IV, que financiava, em particular, treinamento de especialistas e ajuda técnica."(MOTTA, 2014b, p. 111-112).

proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas" (MOTTA, 2015, p. 41). Além disso,

do ponto de vista da repressão, as instituições universitárias, os estudantes e os docentes eram vistos como potencialmente suspeitos, já que os grupos e as ideias de esquerda tinham facilidade para circular nesses espaços. Além do mais, as universidades eram temidas devido ao seu potencial de influenciar os valores da juventude, daí a obsessão por "limpá-las". [...] censuraram ideias e publicações, criando ambiente de insegurança que desestimulou o trabalho investigativo e fomentou a autocensura entre professores e pesquisadores. (MOTTA, 2015, p. 53).

Cunha (2011) afirma que

o Brasil da ditadura era um país assustado, acuado, abafado, apequenado. A prepotência não permitia perguntas para números sem resposta: 500 mil cidadãos investigados pelos órgãos de segurança; 200 mil detidos por suspeita de subversão; 50 mil presos só entre março e agosto de 1964; 11 mil acusados nos inquéritos das Auditorias Militares, 5 mil deles condenados, 1.792 dos quais por 'crimes políticos' catalogados na Lei de Segurança Nacional; 10 mil torturados apenas na sede paulista do DOI-CODI; 6 mil apelações ao Superior Tribunal Militar (STM), que teve as condenações em 2 mil casos; 10 mil brasileiros exilados; 4.862 mandatos cassados, com suspensão dos direitos políticos, de presidentes a governadores, de senadores a deputados federais e estaduais, de prefeitos a vereadores; 1.148 funcionários públicos aposentados ou demitidos; 1.312 militares reformados; 1.202 sindicatos sob intervenção; 245 estudantes expulsos das universidades pelo Decreto 477 que proíbe associação e manifestação; 128 brasileiros e 2 estrangeiros banidos; 4 condenados à morte (sentenças depois comutadas para prisão perpétua); 707 processos políticos instaurados na Justiça Militar; 49 juízes expurgados; 3 ministros do Supremo afastados, o Congresso Nacional fechado por três vezes; 7 Assembleias [sic] estaduais postas em recesso; censura prévia à imprensa e às artes; 400 mortos pela repressão; 144 deles desaparecidos até hoje. Conto e lembro porque isso precisa sempre ser recontado e lembrado, para que ninguém duvide que a ditadura não foi branda, nem breve. Todos e cada um desta longa contabilidade de violência encerravam um universo de dor, de que amesquinha um país e um povo. (CUNHA, 2011, p. 6 apud KOSHIYAMA, 2012, p. 11-12).

Entre os cassados pelo Decreto de 29 de abril de 1969 constava um professor da recém-criada ECC: Jean Claude Bernardet, do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão.

Um dos primeiros professores do Cinema na USP, Bernardet "era reconhecido por seu profundo interesse em criar um ensino crítico e renovador e por se opor, em virtude disso, à orientação do diretor da Escola". (ADUSP, 2004, p. 59). De acordo com a ficha do docente no site da Comissão da Verdade da USP (ASTOLFI, [2015?]a)²³, naquele momento lecionava na

²³ Criada pela Portaria GR nº 6172, de 07 de maio de 2013, a Comissão da Verdade da USP, tem como objetivos "examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar com apoio de setores civis que vigorou no País entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes da Universidade." (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2013). Para tanto,

USP e na Universidade de Brasília, tendo sido afastado de ambas concomitantemente. De acordo com Bernardet, apesar de frequentar uma célula do Partido Comunista, não era filiado. Antes sua militância se dava pelo Centro Popular de Cultura, isto é, era política-cultural e não propriamente política.²⁴ Todavia, já era procurado no dia seguinte ao golpe militar, tendo que se esconder por cerca de dois meses.

A terceira onda de expurgos da USP se deu a partir da década de 1970, principalmente após o AI-5.

O Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968, foi considerado um "golpe dentro do golpe", fazendo com que a repressão se tornasse mais direta e ampla. Se a perseguição ao meio intelectual não era novidade, ela conheceria uma nova escala e novos meios de ação repressiva, como a censura e a vigilância policial constante. A onda de punições impostas pelo regime em 1969, por exemplo, teve como foco o mundo acadêmico concentrando a maior parte dos 180 professores cassados ou punidos de alguma forma pelo regime.(NAPOLITANO, 2014, p. 215).

No caso da USP, após os decretos de 1969, institui-se o terrorismo cultural²⁵ pois

como os critérios que nortearam os dois decretos de aposentadoria e demissão não obedeciam a nenhuma lógica aparente e como esse tipo de

"[...] desenvolve suas pesquisas de por meio de bolsistas FAPESP e voluntários, coordenados pela Profª. Drª. Janice Theodoro. A busca por informações [...] mobiliza os pesquisadores a encontrar nos acervos da universidade registros que contribuam com objetivo do trabalho.

Por meio de fontes distintas, a Comissão da Verdade da USP, procura desvelar a trama complexa em que o Estado, mantenedor dos deveres e direitos, cria um aparato repressivo contra seus próprios cidadãos. Mortes, desaparecimentos e perseguições foram apagados, escondidos e legitimados das formas mais inusitadas. As vítimas do período e aqueles que hoje são representados por seus parentes, possuem o direito à memória e a reparação de sua história." (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [2013]).

²⁴ O CPC foi formado em 1962 na União Nacional dos Estudantes (UNE). De acordo com Napolitano, "o projeto político-cultural do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, tal como foi apresentado no Manifesto da entidade, foi herdeiro da forma pela qual o problema do espaço político e social do "nacional popular" foi lido pelo Partido Comunista. "Nacional-popular" era a expressão que designava, ao mesmo tempo, uma cultura política e uma política cultural das esquerdas, cujo sentido poderia ser traduzido na busca da expressão da cultura nacional, que não deveria ser confundida nem com o regional folclorizado (que representava uma parte da nação) nem com os padrões universais da cultura humanista (vivenciada pela burguesia ilustrada, por exemplo).

[...] Como tarefas básicas, [...] o CPC se dispunha a desenvolver a consciência popular, base da libertação nacional. Mas antes de atingir o povo, o artista deveria se converter aos novos valores e procedimentos, nem que para isso sacrificasse o seu deleite estético e a sua vontade de expressão pessoal." (NAPOLITANO, 2014, p. 21).

²⁵ Termo cunhado por Alceu Amoroso Lima em artigo publicado originalmente no *Correio da Manhã* em maio de 1964, ao indignar-se "com as perseguições no meio universitário [...]". Lima teria captado "um sentimento coletivo de importantes setores da classe média, sintetizando a denúncia dos abusos e arbitrariedades do novo regime sob uma perspectiva insuspeita, pois seu anticomunismo era notório."(NAPOLITANO, 2014, p. 207).

Nas palavras do próprio Alceu Amoroso Lima:

"O terrorismo também é antibrasileiro e por isso mesmo a forma por que, ao menos até agora, se vem desenvolvendo entre nós ainda assume apenas os aspectos mais suaves e indiretos, como é por exemplo o terrorismo cultural, a guerra às ideias.[...] Agora, quando pretendemos ter feito uma "revolução democrática", começam logo utilizando os processos mais antidemocráticos, de cassar mandatos, suprimir direitos políticos, demitir juízes e professores, prender estudantes, jornalistas e intelectuais em geral, segundo a tática primária de todas as revoluções que julgam domar pela força o poder das convicções e deter a marcha das ideias." (LIMA, 1999, p. 319-320).

punição não permite nenhuma defesa ninguém se sente totalmente seguro, nem mesmo os professores sem qualquer atuação política.(ADUSP, 2004, p. 61).

Tem início o processo de triagem ideológica, no qual os expurgos são realizados de formas nunca vistas antes nos quadros da USP:

contratos aprovados nos Departamentos e congregações, com demonstração de verbas, são misteriosamente arquivados na Reitoria ou indeferidos pelo Reitor sem explicação. Os chefes de departamento e diretores de Faculdades ou institutos são advertidos, sempre oralmente e sempre extra-oficialmente, que se trata de problemas relacionados com "órgãos de segurança" que não adianta insistir, que o contrato não vai mesmo sair e que, se não for retirado, o departamento acabará por perder a verba.(ADUSP, 2004, p. 66).

Em 1977, no depoimento à Comissão de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do professor Antônio Cândido de Melo, podemos verificar algumas das pistas sobre esses processos de vigilância e a intromissão na contratação dos docentes:

o que consta é que em algum lugar da universidade, mas não pertencendo à universidade, estão instalados agentes de segurança. Esses agentes dependem de serviços que não sei quais são e atuam de maneira regular nos processos de contratação de docentes. Agora, oficialmente, esses agentes não existem, portanto a sua presença forçosamente tem que ser sempre negada oficialmente; [...] O que se diz, e há indícios disso, é que há na universidade uma comissão chamada 'comissão especial'. Essa comissão é formada por professores da universidade, e é uma comissão normal, regular da Universidade, funciona na Reitoria e ela tem por finalidade examinar os processos de contratação, de nomeação, antes de eles chegarem às últimas instâncias.

[...] quando esta comissão recebe o processo, ela o encaminha aos agentes de segurança - como eu digo, não sei se instalados dentro da universidade ou fora [...] ou tendo apenas representantes dentro da universidade sem nenhum despacho escrito, de modo que não fica vestígio nenhum. O processo é então mandado a esses agentes de segurança que, segundo dizem, procedem às investigações que eles julgam necessárias. Consultam os diferentes órgãos de segurança que há no Brasil [...] e depois de um certo prazo, o processo volta a essa comissão especial. A comissão, então, passa adiante, a tramitação continua, mas esse período[...] não é registrado no processo [...]."(MELO, 1977 apud ADUSP, 2004, p. 66-67).

Apesar disso, de acordo com o professor, o serviço de segurança citado não teria poder decisório em si, pois havia informações de candidatos que, embora tivessem sofrido problemas "na área de segurança", acabaram sendo aceitos na USP. Esse órgão seria apenas informante, talvez orientasse as autoridades da universidade, a quem caberia, de acordo com Melo, a decisão final, ou ao menos sua execução.

Novos indícios sobre a existência e atuação de um órgão de segurança na universidade aparecem em outros depoimentos, um deles muito significativo, pois se trata de um dos ex-

diretores da ECA, Antônio Guimarães Ferri.²⁶ Quando questionado sobre os motivos pelos quais as contratações estavam demorando cerca de um ou dois anos para serem realizadas, uma vez que os cargos estavam vagos, Ferri explicou que os processos demoravam, pois tramitavam por outros órgãos de fora da Universidade, como o Ministério da Educação e o Serviço de Segurança do Ministério. Ferri ainda confirmou que este órgão, Serviço de Segurança do Ministério da Educação, dava pareceres sobre contratações da Universidade. Consoante às pistas levantadas por Melo, Ferri testemunha que este órgão atuava na Reitoria, embora não estivesse instalado na universidade como comissão, mas que "há uma pessoa na Universidade que naturalmente leva as indicações ou os processos para a comissão de fora da Universidade".

Quando inquirido acerca desta Comissão de Segurança estar ou não incluída nos estatutos da USP, o docente reconheceu que não, porém que esta medida de exceção estava sendo executada em todas as universidades. Impressionante é a naturalização da ação de passar todas as contratações pelos órgãos de segurança, isto é, de vigilância.

O Reitor é obrigado a fazer passar pelos órgãos de segurança os contratos que efetua, da mesma maneira que é obrigado a exigir de todos os funcionários que são admitidos que tirem seus documentos no cartório, no Fórum e em outros organismos externos à Universidade. (FERRI, 1977 apud ADUSP, 2004, P. 73-74).

Nesse sentido, o OBCOM da USP tem constatado que essa naturalização também pode ser vista na censura enquanto instância burocrática aplicada às artes. Essa naturalização pode ser explicada, em parte, pela própria origem da censura:

A censura como um ato de interdição a uma liberdade de expressão é uma parte intrínseca da vida coletiva e tem sua origem em dois elementos básicos da cultura humana, a saber: a relação dialética entre a subjetividade e a cultura, e a ideia do signo como criador de realidades. Em relação à primeira ideia, é possível reconhecer que a percepção que descreve a subjetividade de uma pessoa - valores de experiência de vida, desejos, necessidades e posicionamento ideológico - constitui algo que distingue dos outros como indivíduos e é diferente da cultura coletiva que o envolve. Assim, a subjetividade, [...] sendo parte de cada ser humano é também o que os torna diferentes e, em certo sentido, os distingue do conjunto de cultura, opinião pública, coletiva.

A estranheza que se manifesta entre mim e os outros é um paradoxo da existência e da cultura, por isso nos faz notar que fazemos parte disso, mas também somos diferentes por nossa identidade individual. (COSTA, 2017, p. 193).

²⁶ Antônio Guimarães Ferri foi diretor da ECA entre 1968-1972 e 1976-1978.

A partir do que Jacques Rancière chama de *regime das artes*, isto é, "modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações" (RANCIÈRE, 2009, p. 13), advém o atributo político das manifestações artísticas. Nesse regime haveria a partilha do comum: "[...] espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha" (RANCIÈRE, 2009, p. 15). Portanto, a partilha do sensível determinaria a ambivalência da produção simbólica - palavras, posições, movimentos de corpos e imagens - enquanto pública e política.

É o compartilhamento da produção simbólica que marca a partilha do sensível e o regime das artes, consagrando seu aspecto político.

E, se a arte é política na medida em que se propõe a existir num espaço e tempo públicos e partilháveis, a censura também o é, pois interfere no que é partilhado nesse espaço-tempo. A censura ocorre justamente na publicização ou politização do regime das artes, quando estas engendram o espaço-tempo coletivo ou comum.

O controle do regime das artes tem ocorrido desde o início e também na relação com os movimentos do corpo (para a dança e para as mais diversas manifestações de interpretação teatral), para os sons e as imagens. E, enquanto *partilha sensível*, qualquer uma destas proibições são igualmente terríveis em relação ao desenvolvimento de uma produção estética e simbólica da sociedade. O foco dado à censura sobre as palavras acontece antes da importância que a escrita assumiu no Ocidente e o fato de que a mídia, desde Gutenberg, dedicou-se apenas à promoção de textos escritos, tornou isso um aviso sobre o que viria a se tornar a imprensa. A hegemonia da escrita na modernidade e na formação da produção industrial simbólica deu às palavras esta predominância sobre outras línguas que, de acordo com Rancière, cria o regime das artes.

[...]

Assim, ao falarmos em censura estaremos fazendo menção a uma **longa história de controle da cultura por forças hegemônicas** e, portanto, a uma ação política e de dominação que envolve essa partilha do sensível própria da Modernidade. (COSTA, 2017, p. 193-194, grifo nosso).

Esse controle deu-se não apenas na produção simbólica e seu compartilhamento, como também nos indivíduos, através da vigilância, como observamos nesta pesquisa.

A partir do Decreto 5.584 de 2005, foram encontradas evidências da existência das Seções de Segurança em Divisões de Informações que integravam o Serviço Nacional de Informação (SNI)²⁷ brasileiro. As chamadas DSI

²⁷ "Além da censura, a vigilância era um aspecto estratégico para o regime. Sua função central era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas para o governo. Informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados. O eixo do sistema de informações era o Serviço Nacional de Informações, criado em junho de 1964. O SNI tinha um 'único cliente', conforme palavras do general Fiuza de Castro, o presidente da República." (NAPOLITANO, 2014, p. 131).

eram órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, mantendo a subordinação direta aos respectivos Ministros de Estado e estreita colaboração com a Secretaria-Geral do CSN e com a SNI. Assim as DSI atuavam em duas frentes: a da Segurança Nacional e a de Informações Nacionais, respondendo tecnicamente tanto à Secretaria-Geral do CSN como ao SNI. (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 35).

Tais estruturas foram recém-descobertas e organizadas pelo Núcleo de Pesquisa do Arquivo Nacional de Brasília, local onde o acervo encontra-se guardado. O Núcleo dos Acervos da Ditadura Militar identificou ainda a existência das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI ou ASI), criadas em janeiro de 1971, como subdivisões das DSI, alocadas em instituições subordinadas ao controle dos Ministérios, como por exemplo, empresas públicas, autarquias ou fundações. Dentre as empresas públicas, encontramos as universidades, não apenas federais, mas também estaduais, como é o caso da Universidade de São Paulo²⁸, que formou sua AESI em outubro de 1972.²⁹ Pela documentação, somos levados a entender essas Assessorias "como órgãos subordinados aos Reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no âmbito da Universidade" (MOTTA, 2008b). No caso do Ministério da Educação, "foi comprovada nessa instituição a existência de 34 ASI ou AESI subordinadas à DSI do MEC." (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 36).

Ou seja, a afirmação do Prof. Antônio Guimarães Ferri a respeito de um Serviço de Segurança do Ministério da Educação dizia respeito à Assessoria Especial de Segurança e Informação, órgão que atuava

[...] na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações de políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o decreto 477, no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda e contra-informação produzido pelas agências do governo. (MOTTA, 2008a, p. 45).

Apenas em 1979 iniciou-se o processo moroso e irregular de desligamento das ASI universitárias. Embora os órgãos fossem sendo retirados das universidades, "[...] isso não

²⁸ É importante frisar que universidades e faculdades privadas também foram alvo de investigações e algumas contaram com suas próprias AESI. Conferir o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades, 2008b) sobre o tema.

²⁹ "Criada oficialmente pela USP em 23 de maio de 1973, embora existam documentos que indiquem seu funcionamento já em outubro de 1972, a Assessoria Especial de Segurança e Informação, ou Aesi, vinculada ao Gabinete do Reitor, colhia e repassava dados sobre supostas atividades *subversivas* ocorridas na USP a outros órgãos da chamada "comunidade de informações", como o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), a Polícia Federal, o SNI e o Doi-Codi." (CHRISPINIANO, PICANÇO e GONZALEZ, 2004, p. 38-39).

significou o fim da vigilância. As Delegacias Regionais do MEC (DEMEC) deveriam continuar o trabalho, com a transferência de pessoal, equipamento e arquivos." (MOTTA, 2008a, p. 51).

No caso da USP, sua AESI teria sido desmantelada em 1982, no início da gestão de Hélio Guerra, quando o ex-Reitor afirmou ter mandado destruir os arquivos do órgão de segurança após ter pedido que o grupo que ali trabalhava fosse embora, cerca de seis a dez pessoas sob o comando do general João Carlos Franco Pontes, cujo salário seria pago pelas Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp). (CHRISPINIANO, PICANÇO e GONZALEZ, 2004, p. 39 e 40).

A naturalização das práticas de vigilância pode ser constatada no depoimento do então reitor Orlando Marques de Paiva à mesma Comissão Especial de Inquérito em 1977, quando declara que, embora não possa se pronunciar sobre fatos que teriam ocorrido em gestão anterior à sua,

[...] o Reitor não é obrigado a nomear [o docente] simplesmente porque o departamento indicou um nome. Porque, a ser essa a orientação, eu teria a esta altura no campo docente da Universidade de São Paulo, estelionatários, falsários - um deles encontrado com 9.800 dólares falsos, e outras figuras dessa ordem. De modo que considero legítimo o procurar-se saber que tipo de docente está sendo indicado. [...]

Entre os casos de rejeição figuraram alguns de estelionatários, de falsários, alguns comprometidos com liberdade condicional, outros respondendo à prática de **atos contra a lei de segurança nacional e fatos semelhantes**. (PAIVA, 1977 apud ADUSP, 2004, p. 81-82, grifo nosso).

Essa argumentação vai à contramão dos fatos citados por professor Antônio Cândido de Melo, nos quais não há explicação da motivação para a rejeição da contratação de determinados docentes, sendo comum que, após pareceres positivos, o Reitor apenas se pronunciasse com um "Arquive-se". Conforme Paiva, a decisão seria pessoal, não existindo dados fora do processo, mas informações que o Reitor poderia obter a respeito do comportamento do possível contratado.

Em setembro de 1978, a Sociedade Brasileira de Física denunciou essas práticas e as nomeou:

Nos últimos meses uma forma mais sutil de repressão, atingindo a um número crescente de pessoas ligadas ao meio universitário, passou a ser denunciada por organizações científicas, como a Sociedade Brasileira de Física. O professor ou pesquisador não é mais preso ou aposentado e muitas vezes nem mesmo perde seu emprego. Simplesmente lhe são negadas certas condições essenciais para o exercício pleno de sua profissão. As chamadas **cassações brancas** ocorrem de variadas formas:

[...] As restrições à contratação de pessoal docente constituem um capítulo à parte. Elas sempre se verificaram na área federal e aumentaram de

intensidade a partir de 1969. Os órgãos de segurança não costumam vetar taxativamente a contratação de nenhum docente - esta responsabilidade fica a critério de diretores ou reitores. [...] Na USP as contratações de docentes a partir de 1969 passaram a ser examinadas por agentes de segurança que durante um longo período se instalavam na própria Reitoria. (SECRETARIA REGIONAL DA SBF, 1977 apud ADUSP, 2004, p. 85-87, grifo nosso).

As chamadas cassações brancas, nome dado às práticas através das quais docentes foram impedidos de exercer seus cargos, seja através de contratos não aprovados, não renovados, entraves que resultaram em inúmeros processos arquivados nas reitorias das universidades brasileiras, foram um dos meios utilizados pela ditadura militar para os expurgos. Motta afirma que

considerando os dois grandes expurgos, em 1964 e 1969, entre aposentadorias e exonerações, pode-se estimar que de 250 a trezentos docentes foram afastados das universidades. O número dos que tiveram a **contratação bloqueada por razões ideológicas é mais difícil de precisar, pela escassez de evidências.** (MOTTA, 2014a, p. 59, grifo nosso).

Exemplo disso é parte da entrevista do Prof. Dr. José Marques de Melo à Revista Pesquisa FAPESP:

Fui processado pelo decreto-lei 477 [versava sobre punições, inclusive expulsão de estudantes e demissão de professores e funcionários acusados de atividades subversivas na universidade]. O motivo do meu inquérito foi uma apostila que eu havia feito em 1968, chamada “Técnica do lide” e que circulava no país inteiro. Eu dava minhas aulas de jornalismo como os professores americanos: lide, conceitos etc., depois vinha a parte prática, os alunos iam aos jornais investigar essas coisas. Uma dessas aulas do lide [lead, no original inglês, parágrafo de abertura de uma notícia que, classicamente, deve informar ao leitor o que, como, quando onde e porque aconteceu aquilo que é o motivo daquele texto] foi dada no dia seguinte à morte do estudante Edson Luís [o primeiro estudante morto pela ditadura de 1964, em 28 de março de 1968], no Calabouço [o restaurante universitário do Rio de Janeiro]. Os alunos fizeram a parte prática do lide em cima daqueles fatos do dia. Esse material entrou na apostila que chegou até no exterior, coisa que eu desconhecia. Meu inquérito foi um negócio kafkiano. A publicação logo foi tirada de circulação na ECA e eu fui condenado. [...] **Havia um esquema montado na reitoria, os órgãos de segurança estavam lá dentro.** O processo correu o ano inteiro. A USP finalmente me condenou e enviou o processo para o Ministério da Educação, porque o ministro tinha de homologar o resultado. O ministro Jarbas Passarinho disse que não ia punir esse caso porque se via que o autor não era um terrorista e o decreto destinava-se a combater terroristas. Ele me absolveu, mas a estrutura da universidade não assimilou, criou uma reação. Fui proibido de sair do país, fui afastado da chefia do departamento e fiquei só como professor. (MOURA, 2012, p. 30, grifo nosso).

De acordo com Melo em entrevista à Revista da Adusp (FIGUEIREDO e LOTIERZO, 2004),

"Tudo começou quando coordenei a II Semana de Estudos de Jornalismo, sobre o tema 'Censura e Liberdade de Imprensa'. Vivíamos então a ameaça de censura prévia aos livros publicados em território nacional, agravando o controle que o governo militar impusera aos jornais e revistas, depois da edição do AI-5", explica.

[...] "Enquanto isso, o serviço de segurança, que funcionava sigilosamente na Reitoria da USP, chamou o diretor da ECA e recomendou o cancelamento da Semana de Jornalismo. Mas, diante do telegrama recebido do ministro da Justiça, o dr. Ferri lavou as mãos e transferiu ao Departamento de Jornalismo o ônus da sua manutenção", completou.

Segundo Marques, uma semana depois de ocorrido o evento ele recebeu a visita de policiais, que requisitaram as fitas gravadas. "fui advertido informalmente de que minha vida estava sendo vasculhada".

O desligamento arbitrário do professor Freitas Nobre iniciou uma **onda de cassações e perseguições na ECA**, seguida pela demissão do professor Thomas Farkas e prisão (e tortura) do professor Jair Borin. Em 1972, logo após a realização da IV Semana de Estudos de Jornalismo, que havia reunido mais de mil estudantes, Melo foi enquadrado no Decreto 477. No processo, baseado numa apostila sobre a técnica de *lead* produzida por alunos, foi acusado de insuflar os estudantes de jornalismo contra o regime militar. (FIGUEIREDO e LOTIERZO, 2004, p. 90-91, grifo nosso).

Além das AESI, outras agências de informação e segurança agiram dentro das universidades, como por exemplo, a Polícia Federal, o DEOPS (Departamento de Ordem e Política Social), as Seções de Inteligência das Polícias Militares e órgãos de informação das Forças Armadas. No caso específico da USP, Motta explica que a criação da AESI demonstra uma

[...] disposição vigilante da reitoria, pois naquela instituição estadual a medida não era obrigatória. Os decretos reguladores das Comunidades Setoriais de Informações dos ministérios previam agências somente nos órgãos federais - administração direta e indireta, bem como as fundações. A decisão da USP visava a organizar melhor uma prática já em andamento, pois desde pelo menos 1970 ela consultava os órgãos de informação sobre assuntos delicados. Antes da existência da Aesi, quem se encarregava disso era o chefe do gabinete do reitor da USP [...].(MOTTA, 2014b, p. 196).

Nesta conjuntura podemos entender que a feitura de *O controle ideológico da Universidade*(ADUSP, 2004) foi possível através do uso de documentação referente ao DEOPS e de jornais, revistas, atas do Conselho Universitário, textos publicados em obras de autoria dos cassados etc.

No que se refere ao caso específico da Escola de Comunicações e Artes, não encontramos trabalhos que tratassem sobre esta temática, apenas algumas citações dos próprios cassados, como é o caso do Prof. Dr. José Marques de Melo em texto para a Revista *Matrizes* sobre a apresentação de uma pesquisa realizada no início da década de 1970. De

acordo com o professor, a investigação teve de ser interrompida devido à sua exclusão e a do Prof. Dr. José Borin dos quadros da USP³⁰:

o reitor recebeu a ordem do segundo Exército que deveria cortar uma lista de professores e daqui eu fui o primeiro a ser atingido por essa medida, medida arbitrária, e fiquei cinco anos sem poder trabalhar numa universidade pública do país. Eu só recuperei os meus direitos acadêmicos em 79, com a anistia política. Em 79, eu voltei para a ECA. Eu e vários professores que foram cassados aqui: Freitas Nobre, Thomas Farkas, Jair Borin, Jean Claude Bernardet. (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

A Prof^a Dr^a Alice Mitika Koshiyama também nos apresenta uma visão sobre o período e a situação da ECA/USP:

Na década de 70, condições negativas marcaram as atividades de ensino de jornalismo na ECA-USP por imposição da conjuntura histórica: fechamento político, precariedade absoluta de meios para a execução de um trabalho jornalístico contínuo e periódico, impotência da maioria do corpo docente, com não renovação do contrato de professores da universidade. (KOSHIYAMA, 2009, p. 2-3).

A prisão do professor Jair Borin, a desconstrução dos professores José Marques de Melo, Thomaz Jorge Farkas, José Freitas Nobre do Departamento de Jornalismo e Editoração nos primeiros anos da década, foram apenas sintomas de um processo repressivo político só revertido com a anistia política, nos anos 80. (KOSHIYAMA, 2008, p. 3).

Além disso, devemos salientar que as pesquisas do OBCOM apontam que a produção cultural e artística era foco privilegiado das ações repressivas, principalmente se considerarmos que a arte tem como finalidade ressignificar a linguagem e exibir uma interpretação sensível da realidade. Ou seja, podemos considerar a ECA também um foco para a repressão tendo em vista a natureza de suas pesquisas: as comunicações e as artes.

Além disso, o caso da unidade ECA/USP é emblemático justamente pelo fato de ter sido criada (1966) poucos anos antes da implementação da AESI no campus. Era uma Escola fundada no contexto da ditadura militar, que ainda engatinhava na vida acadêmica em relação a unidades como a Faculdade de Direito, criada em 1827, por exemplo. Com relação ao curso de jornalismo, do qual faziam parte quatro dos cinco docentes objetos de nosso estudo, Kunsch(2015, p. 32-33) afirma que

a história do curso de jornalismo da USP mistura-se com a própria história política do país. Criado em plena vigência da ditadura militar, o curso iniciava-se no mesmo momento em que a Faculdade de Filosofia da USP

³⁰ "Tanto o professor Borin quanto o chefe do departamento foram surpreendidos pela ação dos órgãos de segurança instalados no gabinete do reitor da USP. Tendo que enfrentar um calvário de acusações e perseguições, alguns docentes fomos [sic] excluídos sumariamente dos quadros da universidade, sem direito a defesa, sob a ameaça de represálias." (MELO, 2013, p. 99).

vivia tempos de revolta estudantil. O ano de 1968 praticamente não existiu para os alunos da ECA. Na recém-criada escola, o conflito rebatia-se internamente. Os alunos exortavam os professores a atuarem com eles nas "comissões paritárias", criadas em 1968 e sediadas no pavilhão B9, por eles ocupado.(KUNSCH, 2015).

Nossa hipótese principal é que as demissões realizadas entre 1969 e 1975 foram influenciadas pela ação dos órgãos de informação e tiveram impacto na vida dos docentes analisados. Nossa proposta e análise foi entender como esses desligamentos foram realizados, percorrer as trajetórias dos professores supracitados após o desligamento da USP e seu posterior retorno aos quadros universitários, como forma de compreender também, o que se convencionou chamar de "cassação branca".

No que se refere à ECA/USP, Motta (2014b, p. 163) abordou questões concernentes a esses números, os meandros e casos na unidade. Um dos fatos que desencadeou uma crise na Escola foi a reprovação do Prof. Sinval Medina³¹(CHRISPINIANO e FIGUEIREDO, 2004) em seu exame de qualificação no mestrado. Este ato, considerado arbitrário, causaria o cancelamento da renovação de seu contrato como professor da unidade, prevista para fevereiro do ano seguinte (1976).³² Essa crise ainda resultou no pedido de demissão de outros professores da ECA (Cremilda Medina, Paulo Roberto Leandro e o chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração, Walter Sampaio) em protesto à situação de Medina e deu início a uma greve, em 16 de abril de 1975, com apoio dos estudantes (CHRISPINIANO e FIGUEIREDO, 2004, p. 65). Em parte, a greve pedia a saída do então diretor da ECA, Manuel Nunes Dias³³, e, ao mesmo tempo, lutava pela formação de uma Congregação.³⁴

³¹ "Sinval Freitas Medina era professor de Redação e Edição na ECA-USP. Cassado em 1975 passou a trabalhar como jornalista profissional, tendo trabalhado em veículos ligados aos Diários Associados, à Editora Abril e à Editora Azul. Desde 1977 passou a dedicar-se, em tempo integral, à literatura. É autor, dentre outros, do livro *O herdeiro das Sombras*(2001)".(MATTOS, 2014, p. 162).

³² "A cassação branca do Sinval se deu da seguinte forma. Ele estava fazendo o mestrado, ele foi do primeiro grupo de mestrado aqui da escola. O orientador dele é o professor Farina, que é do CRP [Departamento de Relações Públicas]. O Sinval apresentou o exame de qualificação e no exame de qualificação dele haviam dois outros professores. Um professor com quem ele nunca tinha tido aula, o professor Teobaldo, um professor importante pra gente, e a professora Helda Bulotta Barraco, que era chefe do departamento e que era contrária ao Sinval. Ela não entendia que o Sinval era um bom professor e, bom, o que aconteceu? Os dois professores, o professor Teobaldo, mesmo por mérito do Sinval né, ele fez perguntar pro Sinval e o Sinval não tinha condições de responder porque não fez o curso dele. A Helda Bulotta, o Sinval tinha assistido o curso, e ela achou que ele foi mal. E o Farina foi pressionado, o professor Modesto Farina, e ele acabou cedendo. Então uma coisa que não acontece na Universidade. Quer dizer, um professor ser reprovado por seu orientador. Ele foi reprovado por todos. E na época era da seguinte forma que funcionava aqui, se o professor não fosse aprovado no exame de qualificação, ele tinha mais seis meses pra fazer outro exame de qualificação. Agora, se nesse ínterim, o contrato dele vencesse, ele perderia a vaga, que foi o que aconteceu com o Sinval." (Prof. Dr. José Coelho Sobrinho em entrevista ao Projeto Memórias da ECA: 50 anos, 2014).

³³ "Na mesma época, a Escola de Comunicações e Artes da USP viveu momento de expurgo nas mãos do diretor Manuel Nunes Dias, professor identificado com os militares mais radicais. Sua "mão pesada" no trato com a comunidade acadêmica gerou críticas até de agentes do Exército, que consideraram algumas de suas medidas

Note-se que, na época, por ser uma unidade ainda muito recente, a ECA era regida não por uma Congregação, mas sim pela Assistência Técnica Administrativa, que, na prática, não representava a unidade, mas sim os interesses da reitoria e da diretoria da ECA. Daí podemos entender o que representou a reprovação da qualificação de Medina: para que a Escola pudesse organizar uma Congregação eram necessários três departamentos formados e, para que fossem formados, era necessário um número mínimo de professores titulados. Ou seja, a questão de Medina representava também a derrota na formação de uma Congregação, pois seria mais um docente titulado, o que auxiliaria na organização de um departamento.

É importante salientar que as relações da USP com o governo sempre foram conflituosas. Em seu nascedouro, a universidade foi uma ideia de uma elite intelectual contra Vargas, pela formação de pesquisadores independentes. Ao longo de sua história, greves e manifestações continuaram a opor o livre pensar e governos autoritários e repressores.

O famigerado Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, também conhecido como o "AI-5 da educação" (CHRISPINIANO, 2004, p. 71), foi inúmeras vezes citado como forma de legitimar as ações de repressão dentro das universidades. Segundo excerto de Motta (2014b, p. 154-155), sua principal função era dismantelar o movimento estudantil, mas também punir alunos, professores e funcionários "agitadores". Ele "permitia expulsar sumariamente das universidades os estudantes (e também os funcionários) que se envolvessem em atividades consideradas politicamente inconvenientes" (MOTTA, 2015, p. 42):

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

- I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

contraproducentes por atizar o ânimo radical dos alunos [...]. Ele cancelou os contratos dos professores Jair Borin, Paulo Emílio Sales Gomes e José Marques de Melo, seguindo recomendação de órgãos de segurança." (MOTTA, 2014b, p. 230-231).

³⁴ "A greve estabeleceu na ECA grupos de discussão e atividade. Cresceu em torno dela o apoio de outras unidades, e mesmo de outras universidades. No dia 8 de maio, uma assembleia na USP reuniu cerca de mil alunos de outras áreas, segundo documentos do Dops. A solidariedade de outras escolas gerou a realização de dias de paralisação em várias delas, e outras universidades, como a Federal Fluminense (UFF), organizaram manifestações de apoio." (CHRISPINIANO e FIGUEIREDO, 2004, p. 65).

V - Seqüestre [sic] ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; (BRASIL, 1969c)³⁵.

Salientamos que diversos professores, alunos e funcionários da USP sofreram retaliações, inclusive muito mais graves³⁶, também durante o período da ditadura militar³⁷. Os casos vêm sendo estudados e investigados pela Comissão da Verdade da USP, que tem construído um site com diversas documentações, mas principalmente fichas dos atingidos, categorizados pelas unidades, faculdades, institutos e escolas. Dessa forma é possível verificar os docentes, discentes e funcionários que sofreram violações dos direitos humanos:

³⁵ Este Decreto só foi revogado em 1979, pela lei 6.680: "Art. 5º Ficam revogados os artigos 38 e 39 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, e o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969." (BRASIL, 1979).

³⁶ Exemplo disso é o caso narrado por Kátia Abreu (ABREU, 2004, p. 92): "A professora Ana Rosa Kucinski Silva, do Instituto de Química da USP (IQ), e seu marido, Wilson Silva, desapareceram na tarde de 22 de abril de 1974. Sequestrada por agentes do regime militar, Ana Rosa, que militava clandestinamente na Ação Libertadora Nacional (ALN), foi demitida do IQ, em 1975, por 'abandono do cargo', pelo reitor Orlando Marques de Paiva."

³⁷ Um dos casos mais emblemáticos foi o de Vladimir Herzog, professor da ECA, cuja morte durante prisão e tortura (1975) estampou capas de jornais e revistas. Além dele, podemos citar "Alexandre Vanucchi Leme, aluno do Instituto de Geociências (IGc), em 1973; Ana Rosa Kucinski, professora do Instituto de Química (IQ), em 1974". (CHRISPINIANO, PICANÇO e GONZALEZ, 2004, p. 39).

Figura 3- Seção de Fichas do Site da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ([2013?]).

Porém, nosso objeto se insere no campo³⁸ das comunicações, por isso nos ativemos a esses professores. Além disso, é importante frisar que

[...] a atuação da Aesi ainda é um tema tabu, pouco conhecido, estudado e debatido pela própria USP. Decorridos 40 anos do golpe militar, a USP não faz menção alguma à sua agência de repressão interna, extinta em 1982. A Reitoria informa não possuir os arquivos da Aesi, os quais teriam sido destruídos no início da gestão de Hélio Guerra. Este ex-Reitor diz que, quando assumiu a Reitoria em 1982, a Aesi era formada por um grupo de "entre seis e dez pessoas" chefiadas pelo general João Carlos Franco Pontes, que teria seu salário pago pela estatal Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp). Guerra afirma ter pedido que eles "fossem embora" da USP. O ex-Reitor garante que eles aceitaram e confirma ter incinerado os papéis encontrados, "apenas cópias de fichas de órgãos de segurança"... (CHRISPINIANO, PICANÇO e GONZALEZ, 2004, p. 39-40).

A prerrogativa para a queima dessa documentação é amparada pelo Decreto nº 60.417 de 11 de março de 1967, que vigorou até 1997:

REGULAMENTO PARA A SALVAGUARDA DE ASSUNTOS
SIGILOSOS

³⁸ Utilizaremos o termo campo entendido nos termos propostos por Bourdieu (O poder simbólico, 2007): "A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar - ou orientar - todas as opções da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades."

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1º As normas estabelecidas no presente Regulamento têm por finalidade regular o trato de assuntos sigilosos tendo em vista sua adequada proteção, particularmente no que diz respeito ao recebimento, manuseio, segurança e difusão de documentos considerados sigilosos.

(...) SEÇÃO 5

Destruição

Art. 50. A autoridade que elabora documento sigiloso ou autoridade superior compete julgar da conveniência da destruição de documentos sigilosos e ordená-la oficialmente.

Parágrafo único. A autorização para destruir documentos sigilosos constará do seu registro.

Art. 51. Normalmente, os documentos sigilosos serão destruídos conjuntamente, pelo responsável por sua custódia na presença de duas testemunhas categorizadas.

Art. 52. Para os documentos ULTRASECRETOS e SECRETOS destruídos, será lavrado um correspondente "Têrmo de Destruição", assinado pelo detentor e pelas testemunhas, o qual, após oficialmente transcrito no registro de documentos sigilosos, será remetido à autoridade que determinou a destruição e (ou) a repartição de contrôlle interessada. (BRASIL, 1967).

A despeito desse amparo legal, temos atualmente 64 Fundos de Acervos sobre a Ditadura Militar indexados no banco de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Quatorze desses Fundos são de Assessorias de Segurança e Informações, porém, apenas três referem-se a Universidades: Brasília, Federal de Minas Gerais e Federal do Pará. Ou seja, se tínhamos 35 AESIs funcionando em instituições do ensino superior no período ditatorial, podemos concluir, como hipótese, que os acervos foram, em sua grande maioria, descartados através da prerrogativa legal do Decreto nº 60.417 de 1967.

É justamente essa lacuna, esse tabu que tratamos com esta pesquisa ao refazer os passos das interdições realizadas pelos órgãos de vigilância e informações da ditadura sobre os professores da ECA. Torna-se então imprescindível discutir e relembrar esses acontecimentos esquecidos e silenciados.

Na construção da memória, lembra-se esquecendo, esquece-se lembrando, desloca-se o foco, num movimento, entretanto, não estranho à história, no qual a história, ela mesma, deixa de ser importante, criando-lhe outros significados. (ROLLEMBERG, 2006, p. 87).

Denise Rollemberg (2006) traz um importante panorama sobre as memórias da ditadura militar e aponta para as memórias que se tornaram hegemônicas sobre este período da história do Brasil: a dos vencidos. Mas quem seriam os vencidos? Aqueles que resistiram ao regime militar. É nesse momento que surgem diversos relatos de ex-guerrilheiros, dando margem a autobiografias.

Mas é necessário categorizar o que chamamos de resistência. Napolitano(2014, p. 316) nos dá pistas que a gênese da questão encontra-se na própria definição de democracia. De acordo com o autor, temos três perspectivas sobre o termo: a do regime militar, a dos intelectuais e a das esquerdas. Nenhuma das três perspectivas era homogênea, assim como os grupos que as formavam, daí a dificuldade em mapear o assunto. E é justamente em nome da luta pela democracia que se resistiu. Seguindo essa lógica, os diversos setores da sociedade civil arvoraram-se do *status* de resistente:

sob a égide de *resistência*, seria construída a memória daqueles anos. É exatamente onde não houve muita resistência é que não se deve remexer no passado, diz Daniel Aarão Reis. Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor.(ROLLEMBERG, 2006, p. 85).

Essa memória coletiva³⁹ nos mostra o silenciamento de partes da história da ditadura militar no Brasil. Na história oficial temos ou o silêncio, ou a explicação de reação a um inimigo. Podemos pensar esse silêncio como diz Petley, um ato de censura: um ato de controle⁴⁰, proibição de parte ou do todo de uma publicação, encenação (STEPHANOU, 2001, p. 11) ou ainda uma questão de poder.

O controle pode ser uma chave teórica fundamental para entendermos o fenômeno ocorrido dentro das universidades no decurso da ditadura militar brasileira. O fenômeno de que tratamos é parte daquilo que Joffily (2014, p. 158) chamou de repressão, termo que

[...] abarca uma diversidade extensa de atos, entre os quais se incluem cassações, intervenções, censura, leis autoritárias, ameaças, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas. Todas com consequências apreciáveis na vida dos cidadãos, provocando medo, perda dos meios de subsistência, esgarçamento dos laços sociais.

Nesse sentido, devemos trabalhar com a noção de poder estabelecida por Foucault, interpretada por Machado (2016, p. 12):

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

Nessa lógica, o Estado não é necessariamente o sinônimo de poder, pois "os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado [...]"(MACHADO, 2016, p. 15). Isso

³⁹ Sobre este assunto ver Maurice Halbwachs (A memória coletiva, 1990).

⁴⁰ "[...] o controle das ideias e das manifestações de crença, sentimento e crítica". (COSTA, 2006, p. 34).

significa que mudanças ocorridas no grau capilar do poder podem ou não estar ligadas às mutações desenroladas no âmbito do Estado.

O Estado é pensado como um aparelho por Foucault, "[...] um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa". (MACHADO, 2016, p. 15). Assim, como os poderes não estão situados em um ponto preciso da estrutura social, funcionariam "[...] como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível. [...] o poder não existe; existem práticas ou relações de poder." (MACHADO, 2016, p. 17). Tais relações não se passam essencialmente no nível do direito ou da violência, nem se tratam de relações contratuais ou exclusivamente repressivas.

A explicação do poder para além da função repressiva é importante para nossa análise, pois, embora no caso em questão tratemos de relações de poder entre agentes do Estado e os sujeitos, há ainda as relações entre os sujeitos e as diversas instâncias das instituições universitárias; na circunstância aqui abordada, são os docentes desligados da ECA e as instâncias da USP envolvidas ao longo da burocracia de contratação e demissão ou aposentadoria.

Machado explica que o principal objetivo do poder

[...] não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens **controlá-los** em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos do contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e **diminuir a força política**. (MACHADO, 2016, p. 20).

Embora Foucault estivesse tratando do chamado poder disciplinar, com características específicas e dentro de contexto particular, é a partir dessa noção que iremos observar nosso objeto tendo em vista as similaridades, principalmente no que diz respeito ao aspecto da vigilância enquanto componente do sistema político de dominação particular desse poder.

[...] a vigilância é um de seus principais instrumentos de controle. Não uma vigilância que reconhecidamente se exerce de modo fragmentar e descontínuo; mas que é ou para ser vista pelos indivíduos a que ela estão expostos como contínua, perpétua, permanente; que não tenha limites, penetre nos lugares mais recônditos, esteja presente em toda a extensão do espaço. "Indiscrição" com respeito a quem ela se exerce que tem como correlato a maior "discrição" possível da parte de quem a exerce. Olhar

invisível [...] que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha. (MACHADO, 2016, p. 22-23).

Por esse ângulo, a disciplina não é um aparelho ou uma instituição, mas uma técnica, um dispositivo, um instrumento de poder. Aqui retomamos a releitura de Agamben sobre o conceito de dispositivo, ampliado para

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - por que não - a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos [...]. (AGAMBEN, 2009, p. 40-41).

Os dispositivos visariam, por meio de práticas e de discursos, de saberes - afinal a disciplina, ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber - criar corpos dóceis. Fazendo um paralelo com a infância, Passetti explica que

Do mesmo modo que uma criança abala a ordem das coisas afirmando sua liberdade diante das regras fixas que lhes são apresentadas, o sossego do governo do Estado é abalado por aqueles que agitam provocando riscos. Eles são insuportáveis. Assim como a criança que precisa ser educada, os agitadores devem ser localizados, identificados, castigados e reeducados. Ambos (crianças e **subversivos**) são caracterizados, pelas leis e pelos saberes científicos, como pessoas perigosas, elementos que pertencem a grupos que necessitam de tutorias, curas, punições, banimentos. (2004, p. 152, grifo nosso).

Ou seja, aqueles que não se sujeitassem aos dispositivos seriam subversivos, passíveis de punições. Ora, no caso da ditadura militar quem eram os subversivos? Como explicitamos anteriormente, após o golpe, apoiados por setores civis, os militares iniciaram a tarefa de "[...] extirpar o 'perigo comunista', ou a ameaça de implantação de uma 'República sindicalista' no país" (JOFFILY, 2014, p. 158). Os militares contaram com o auxílio de instituições repressivas para tal empreitada, pois, de início, dispunham de uma polícia violenta, acostumada a usar a tortura como meio de investigação, além de exterminar adversários. Além da polícia, a ditadura militar se utilizou dos Departamentos de Ordem Social e Política, criados entre as décadas de 1920 e 1930 com o objetivo de "[...] manter a 'ordem social' em um contexto de greves e de organização do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, que mais tarde adotaria o nome Partido Comunista Brasileiro" (JOFFILY, 2014, p. 159).

Com relação a órgão de informações, apenas o Serviço de Informações da Marinha funcionava como uma área de inteligência dentro das Forças Armadas. Essas instituições foram consideradas insatisfatórias para o combate na guerra interna, verificando-se, do ponto de vista dos militares, a necessidade de novos órgãos que fossem controlados pelo presidente e que tivessem um alcance para além dos limites estaduais. Para tanto, o governo militar criou um órgão que juntasse informações

[...] acerca de indivíduos potencialmente perigosos. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pelo presidente general Humberto de Alencar Castello Branco, em 13 de junho de 1964, e dirigido pelo general Golbery de Couto e Silva. [...] A partir de julho de 1967, passou a contar também com informações recolhidas pelas Divisões de Segurança e Informações (DSIs), ligadas aos ministérios civis, e pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) que atuavam junto às universidades e empresas estatais. (JOFFILY, 2014, p. 160).

É fundamental ressaltar o fato de que o SNI e as DSIs haviam substituído órgãos semelhantes, criados em período de redemocratização, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). De acordo com Joffily, a existência desses órgãos atesta a apreensão com oposição política e "[...] a aposta na coleta de informações como instrumento de controle" (2014, p. 160). Mais uma vez, a ideia de controle é colocada, sendo fundamental no regime militar; a vigilância, enquanto rede de relações, seria um dispositivo, no sentido tratado por Agamben (2009), pois era um instrumento para exercício de poder.

É interessante observar que toda uma estrutura de poder que havia sido criada no Estado Novo permaneceu ativa e foi superutilizada na ditadura militar, como o DEOPS; outro exemplo é o Arquivo Miroel Silveira, que apresentamos anteriormente.

Os órgãos de vigilância não tinham atuação na repressão política no sentido físico propriamente dito, mas forneciam dados dos perseguidos pelo regime, servindo como meio utilizado em interrogatórios sob tortura. Como funcionavam junto a instituições civis, eram dirigidos por oficiais superiores do Exército, em sua maioria, excetuando-se o Centro de Informações do Exterior (Ciex), órgão formado em 1966, cujo objetivo era a vigilância de brasileiros fora do país e de estrangeiros dentro do Brasil. O Ciex era comandado pelo conselheiro diplomático Marcos Henrique Camillo Cortes, filho de um general.

Na chamada guerra de guerrilha, os militares adotaram uma concepção de combate a partir da experiência francesa na guerra contra a Indochina (1946-1954), na qual o perigo se distinguia dos conflitos tradicionais, isto é, ele vinha do cidadão comum, insuflado

[...] de ideais comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha criar zonas deflagradas. O **inimigo era**

interno, guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil. Portanto, era preciso agir unificando os comandos políticos e militares, atuar também por meio da **ação psicológica** e ter **controle das informações** que levassem a um conhecimento profundo do inimigo, para prever e neutralizar suas ações. (JOFFILY, 2014, p. 161, grifo nosso).

A partir das primeiras ações da esquerda armada, foi criado, em São Paulo, um núcleo especializado na ação repressiva, sendo ampliado posteriormente, em 1969,

[...] com um plano de combate às organizações de esquerda, conduzido pelo Exército e financiado por empresários, batizado de Operação Bandeirante (Oban). Ela consistia em conjugar energias das forças militares, das corporações policiais e dos órgãos de informação para localizar e destruir as organizações clandestinas. (JOFFILY, 2014, p. 162).

A partir do AI-5, com o fim do habeas corpus para crimes políticos, a Oban (Operação Bandeirante) teve a burocracia para a prisão de suspeitos facilitada. Foi a partir da Oban que se ergueu uma trama de órgãos repressivos no Brasil, os chamados DOI-Codis (Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações e Defesa Interna), órgãos que perseguiram e interrogavam os suspeitos de "subversão". Na década de 1970 foram instalados DOI-Codis em capitais do país, completando aquilo que Joffily (2014, p. 163) chama de arquitetura do sistema de segurança interna.

Os métodos da repressão foram variados, e a segurança pública foi transformada em "guerra interna".

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais. Os trabalhos normalmente se dividiam nas tarefas de busca e captura de militantes políticos, interrogatório dos detidos e análise das informações coletadas. Os agentes não utilizavam farda ou carros oficiais [...]. Lançavam mão de disfarces variados, normalmente de funcionários de serviços públicos [...]. Operavam frequentemente além da fronteira da legalidade, desrespeitando a legislação autoritária erigida pelo próprio regime. (JOFFILY, 2014, p. 165).

Outro método usado foi o do "infiltrado", agente que se misturava nas organizações de esquerda para fornecer dados sobre as mesmas e suas atividades.

A discussão da vigilância no caso das universidades é válida levando-se em conta as ambiguidades do regime militar e suas contradições, bem como os micropoderes, isto é, as relações de poder internas da USP, e até mesmo da ECA, no recorte aqui estudado. Motta adota a tese de que a repressão nas universidades e a relação com as autoridades do regime se deu de diversas formas, sendo uma delas a da moderação:

[...] a disposição das autoridades para agir com moderação era tanto maior quanto menor o impacto público das atividades promovidas no espaço universitário. Em outras palavras, se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros das faculdades, maiores as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas.

[...] algumas vezes a moderação prevaleceu, e a repressão foi temperada com negociação e tentativas de acomodação, em certos casos com a anuência dos órgãos de repressão. Importa ressaltar que esses jogos de acomodação, que se situavam em espaço intermediário entre as opções de resistir ou aderir ao regime militar, implicavam compromissos de mão dupla. Os intelectuais [...] que conseguiam escapar de perseguições deveriam comportar-se com discrição, evitando ataques públicos contra a ditadura.(MOTTA, 2014a, p. 59-60).

Motta afirma que a moderação, a acomodação e negociação foram fundamentais para que os expurgos nas universidades não fossem maiores. Dessa forma, a esquerda acadêmica não foi completamente retirada dos quadros universitários e, embora a direita militante tenha conseguido bloquear a contratação de muitos "suspeitos", alguns desses docentes conseguiram ser admitidos (MOTTA, 2014a, p. 60).

Fato é que a memória coletiva sobre o tema está sendo construída e o assunto tem sido banido, como mencionamos anteriormente. O que observamos com relação à história hegemônica é fruto da elaboração a respeito do fim da ditadura militar, mais precisamente sobre a Anistia de 1979.

Para Rodeghero (2014, p. 172), a "[...] anistia ainda está na raiz dos entraves para a responsabilização judicial dos agentes da repressão". De acordo com a autora, isso se dá por conta da aplicação da lei e o entendimento de que anistia é sinônimo de esquecimento. Para explicitar as raízes dessa ideia, a autora buscou os escritos de Rui Barbosa, advogado baiano que teorizou sobre o tema no período da consolidação da República brasileira, entre os séculos XIX e XX, para quem

[...] a anistia era vista como "o véu do eterno esquecimento" que cicatriza as feridas e repõe as coisas no lugar em que se encontravam antes dos conflitos políticos. Sua abordagem enfatizava os pontos positivos do esquecimento, ao mesmo tempo que questionava os momentos mais propícios - do ponto de vista do poder - para tal concessão.(RODEGHERO, 2014, p. 172-173).

Tais ideias foram retomadas em diversos momentos da história brasileira, dentre eles as campanhas pela anistia em 1945 e em 1979. A expressão "o véu eterno do esquecimento" foi empregada por diferentes atores políticos em 1979, explicando em parte o porquê de se inferir a necessidade de supressão de "crimes conexos aos políticos"⁴¹ à Lei da Anistia de

⁴¹ "Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus

1979 (BRASIL, 1979). Essa expressão seria a pedra de toque que impediria a abertura de processos judiciais que responsabilizariam os perpetradores. Sua inclusão no texto final da Lei de Anistia de 1979 adquiriu um sentido distinto ao das anistias decretadas por Getúlio Vargas (1930, 1934 e 1945), uma vez que tentou "[...] proteger o Estado e seus agentes de uma culpabilização que, naquele momento, em contraste com 1945, já era possível e era demandada". (RODEGHERO, 2014, p. 185).

Atualmente, apesar das diversas iniciativas no sentido de fomentar ações de justiça e transição, há setores governamentais e da sociedade civil que consideram esses movimentos como revanchismo, além de ferirem a Lei da Anistia de 1979.

Sobre o tema da anistia e do esquecimento, Paul Ricoeur defende o esquecimento libertador, fruto do trabalho de luto, "[...] para o qual é indispensável um trabalho de memória, passos necessários para a superação das situações traumáticas [...]" (RODEGHERO, 2014, p. 175). Já a anistia, para Ricoeur,

[...] tem um alcance completamente diferente. Primeiro, ela põe fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil - guerras civis, episódios revolucionários, mudanças violentas de regimes políticos -, violência que a anistia, presumidamente, interrompe. [...] quanto ao seu conteúdo, ela visa uma categoria de delitos e crimes cometidos por ambas as partes durante o período de sedição. [...] ela opera como um tipo de prescrição seletiva e pontual que deixa fora de seu campo certas categorias de delinquentes [sic]. Mas a anistia, enquanto **esquecimento institucional**, toca nas próprias raízes do político e, através deste, a relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e **amnésia** aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que, [...], na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação. (RICOEUR, 2007, p. 460, grifos nossos).

Ricoeur chega a afirmar que a anistia seria um esquecimento jurídico limitado, pois suspende os processos em andamento e suspende as ações judiciais, equivalendo "[...] a apagar a memória em sua expressão de atestação e dizer que nada ocorreu." (RICOEUR, 2007, p. 462). Embora seja útil, o problema reside em "[...] apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis do *dissensus*, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã" (RICOEUR, 2007, p. 462).

Pollak apresenta uma visão distinta sobre o que ocorre à memória coletiva subterrânea. Para o autor,

direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política". (BRASIL, 1979).

o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. [...]

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 5, 8).

Em relação ao regime militar,

[...] são muitos os silêncios que organizam a memória do Brasil sobre os anos da ditadura militar. Permanece o silêncio sobre o apoio da sociedade brasileira e, acima de tudo, sobre o papel dos empresários dispostos a participar na gênese da ditadura e na sustentação e financiamento de uma estrutura repressiva muito ampla que materializou sob a forma de política de Estado atos de tortura, assassinato, desaparecimento e sequestro. [...] Continua até hoje o silêncio em torno da construção e do funcionamento da complexa estrutura de informação e repressão que deu autonomia aos torturadores; prevaleceu, em muitos casos, sobre as linhas de comando convencionais das Forças Armadas; utilizou do extermínio como último recurso de repressão política; alimentou a corrupção; produziu uma burocracia da violência; fez da tortura uma política de Estado. (STARLING, 2015, p. III).

O silenciamento pode ser realizado de diversas formas, principalmente no que se refere aos arquivos da ditadura. Assim chegamos à questão da abertura de acervos ainda não explorados. Como exemplo, Ludmila da Silva Catela(2009) disserta sobre o debate na Argentina:

Na Argentina, os debates, ainda que incipientes, mostram, em alguma medida, o estado da questão no que se refere à discussão sobre a necessidade de se encontrar e desclassificar documentos relativos à repressão política; estabelecer os níveis e temporalidades do acesso e consulta aos acervos documentais; e analisar onde encontrar os rastros dos documentos "supostamente" queimados pelas forças de segurança, tanto policiais como forças armadas.(CATELA, 2009, p. 446-447).

No caso do Brasil há os que, por desejo de esquecer e apagar a documentação da repressão, defendem a destruição dos arquivos.(MOTTA, 2013, p. 62). Figueiredo argumenta que, cotejando versões do *Projeto Orvil, As tentativas de tomada do poder* - versão das Forças Armadas para a repressão -, além da confirmação do general Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército, que os arquivos do serviço secreto do Exército não foram destruídos, está claro que "[...] após a redemocratização do país, por alguma razão que poderia parecer incongruente à primeira vista, pelo menos durante certo período, os militares esconderam documentos da ditadura" (FIGUEIREDO, 2015, p. 88).

O caso dos arquivos do Serviço Nacional de Informação, principalmente os das AESI, é um exemplo dessa discussão: muitos dos acervos não foram encontrados, como o da USP. Como tratamos anteriormente, consta que esse acervo foi destruído e, de acordo com Figueiredo, foi

difundida pelas Forças Armadas, avalizada pelo ministro Nelson Jobim e aceita pelo presidente Lula, a versão de que os arquivos da ditadura teriam sido destruídos legalmente, em operações corriqueiras, acabava esbarrando na realidade.(FIGUEIREDO, 2015, p. 99).

Fichas do Estado-Maior das Forças Armadas mostravam que o descarte de documentos secretos obedeciam a processos específicos, chegando a até seis estágios:

- 1 Um militar solicitava autorização para destruição de um documento;
 - 2 O pedido era submetido a um parecer
 - 3 Com o parecer positivo, era expedida a autorização para a destruição;
 - 4 Com base na autorização obtida fazia-se então um pedido efetivo de destruição;
 - 5 Após a eliminação do documento, era lavrado um termo de destruição;
 - 6 Dependendo do caso, eram feitos outros registros do expurgo.
- (FIGUEIREDO, 2015, p. 100).

Ou seja, ou os arquivos da AESI da USP foram eliminados sem o cumprimento dos requisitos legais, o que poderia indicar a intenção de silenciamento a respeito dessa parte da história da universidade, ou eles foram, de alguma forma, preservados. A hipótese mais provável, levando-se em consideração a própria relação de micropoderes dentro da USP, é a de que os documentos foram eliminados. Figueiredo(2015, p. 132) aponta que a cumplicidade entre "[...] militares e civis na ocultação dos arquivos secretos da ditadura militar é um entrave para a conclusão do processo de redemocratização".

Esse silenciamento é indicador de que, assim como afirma Pollak(1989), há uma imagem construída e a ser zelada. Como confessar que uma das maiores universidades brasileiras tinha, junto à reitoria, um órgão específico de investigação?

O controle ideológico na universidade chega a citar a existência de uma organização de controle e vigilância, porém não menciona seus arquivos. O que sabemos sobre o funcionamento da AESI da USP é através de outros acervos como o DEOPS de São Paulo, bem como de outras AESIs, como a de Brasília. Segundo Rollemberg (2006, p. 88), o esquecimento foi

essencial no processo de *abertura*. Mas não somente para os militares. A sociedade queria esquecer. A negação da história, do conhecimento do passado no presente. A cumplicidade, a omissão os compromissos, a colaboração, o apoio.[...].

Passados os anos, dois mundos ainda paralelos. De um lado, a ditadura e os crimes. De outro, a sociedade que os *desconhecia*. Esta dualidade tem sido um eixo estrutural das memórias, da construção da *memória coletiva* da luta armada e da ditadura.

Para além do esquecimento, o que vemos no caso da AESI da USP é um silenciamento feito através do apagamento físico, seja através de arquivos que não foram encontrados, ou até afirmações de que o acervo foi destruído. Sendo a AESI um *dispositivo*, ao apagá-lo, silenciam-se também as interdições realizadas por ele, isto é, o controle sobre os profissionais das universidades. Dessa forma, o silenciamento agiu como forma de controle da memória e da história oficial produzidas no discurso da instituição universitária. Além do mais, a anistia contribuiu e possibilitou a consolidação desse silenciamento, de forma que, ao retornar aos quadros universitários, os docentes foram obrigados a "esquecer". Embora tenham retornado com a chancela de anistiados, o tema foi retirado de pauta pela história oficial da universidade.

2. METODOLOGIA: "PRÁTICAS" CIENTÍFICAS

[...] o objeto de estudo já é desde o início da construção teórica, e a opção pelos métodos é imposta antes pela teoria que pelos fatos da realidade.

[...] Dessa forma, será possível ao pesquisador justificar a estratégia metodológica adotada a partir do que ela realmente é: uma *opção específica* para uma particular pesquisa em ato. Abre-se com isso a possibilidade de combinar diferentes metodologias, sem abandonar determinado marco teórico e sem que isso redunde num ecletismo infundado. (LOPES, 2005, p. 104).

[...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro - incluindo, e talvez sobretudo, os falsos - e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 2013, p. 497).

Uma das principais dificuldades com as quais o pesquisador se depara é a escolha metodológica. O caso de nossa tese não é diferente, porém, tendo em vista o que Lopes afirma sobre ser uma *opção específica*, sabemos que, por ser nosso objeto de estudo complexo, optamos por uma combinação de diferentes metodologias. Parte de nossa escolha advém de nossa experiência no mestrado com o método qualitativo e historiográfico. Por outro lado, nossa opção segue o próprio desenvolvimento e construção de nosso objeto de pesquisa: o desligamento de cinco professores da ECA/USP durante a ditadura militar. Trata-se de um estudo de caso que teve em sua gênese o paradigma indiciário, haja vista o modo pelo qual chegamos ao conhecimento das saídas dos docentes da USP. Foi através de indícios deixados em entrevistas e depois aprofundados nos processos admissionais que chegamos às Aesis ou ASIs e, a partir daí, pudemos realizar a discussão sobre os expurgos, o silenciamento e as interdições. De acordo com Braga

a própria lógica do trabalho com situações singulares relaciona diretamente o paradigma indiciário com os estudos de caso. Ginzburg observa, em diferentes formas de saber que tradicionalmente se caracterizam como indiciárias, “uma atitude orientada para a *análise de casos individuais*, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios” (1989, p. 154, grifo do autor).

Estas formas de saber tradicionais apresentam como substrato básico o seu envolvimento com a concretude da experiência. Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos. (BRAGA, 2008, p. 78).

Nossa eleição por essa metodologia é justamente porque desejamos estudar os casos desses professores como forma de ampliar nossas descobertas para outro plano, isto é, compreender como os expurgos funcionaram na USP, como esses desligamentos ocorreram por motivação ideológica/política, o impacto que tiveram na vida daqueles que sofreram essas interdições. Mais do que isso, nossa pretensão foi apreender e testar nossa hipótese sobre pensar os órgãos de informação como dispositivos que cerceavam a liberdade de expressão desses intelectuais. Essa é uma de nossas hipóteses centrais, daí a necessidade de depreender casos específicos da ECA (micro) para atingir fenômenos ocorridos na USP e a ampliação do conceito de interdição (macro).

ao fazer um estudo de caso, o pesquisador que o inscreva em reflexões sobre o campo perguntará que lógicas interacionais são relevantes para seu funcionamento; e como essas lógicas se relacionam com processos sociais outros que caracterizam o fenômeno. Para poder perceber tais relações, será preciso inferir, através do exame de indícios pertinentes para isso, o que é propriamente comunicacional e o que deriva de circunstâncias sociais de outras ordens, «modulando» a comunicação. (BRAGA, 2008, p. 87).

Além do paradigma indiciário, utilizamo-nos de metodologias de historiadores, em especial a proposta por Le Goff ao tratar dos silêncios, lacunas e esquecimentos da história:

falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos **arquivos do silêncio** e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos. (LE GOFF, 2013, p. 107, grifo nosso).

Além disso, usamos o conceito de documento-monumento teorizado pelo autor:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto de uma sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2013, p. 495).

Foi pensando sobre os documentos que tínhamos disponíveis e os seus contextos de elaboração que pudemos utilizá-los para a presente pesquisa, contribuindo assim para a composição dos arquivos do silêncio desse período da história brasileira nas universidades.

Nesse sentido, o binômio memória e esquecimento foi outro ponto importante para desenvolvermos a metodologia, e Paul Ricoeur nos auxiliou nessa empreitada com suas considerações:

É de fato o esforço de recordação que oferece a melhor ocasião de fazer "memória do esquecimento", para falar por antecipação como Santo Agostinho. A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à "rapacidade" do tempo [...], ao "sepultamento" no esquecimento. [...] Assim, boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer. (RICOEUR, 2007, p. 48).

Pensar, pois, o esquecimento como parte integrante do processo da memória é fundamental na pesquisa no campo das ciências humanas. Quando o recorte temporal trata de períodos políticos de exceção, como o da ditadura militar no Brasil, é imprescindível trabalhar com esse binômio.

Isso porque, quando se investiga objetos tão próximos cronologicamente do pesquisador e cuja documentação não havia sido liberada até poucos anos atrás, há de se ponderar a respeito daquilo que Certeau chama de "zonas silenciosas" (CERTEAU, 1995, p. 35). Mais do que isso, o pesquisador se vê diante, muitas vezes, da ausência da documentação, de lacunas. Neste ponto, a questão da memória e do esquecimento tem papel preponderante, pois a memória coletiva de uma nação, de um povo, revela-se nas zonas silenciosas, nas lacunas.

Michel Foucault(2016) foi outro autor essencial para a composição do nosso quadro metodológico, pois seus estudos sobre a microfísica do poder nos auxiliaram a entender e diagnosticar as relações inseridas em nossa pesquisa ao longo da análise dos documentos-monumentos apresentados.

Outro historiador que nos auxiliou metodologicamente foi Michel de Certeau, com seu trabalho *A Escrita da História*, no qual apresenta os meandros e problematiza o fazer história e a sua relação com a escrita. Sua discussão sobre o estabelecimento de fontes foi fundamental para a escolha de nossa amostra:

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. Primeiro indício desse deslocamento: não há trabalho que não tenha que utilizar *de outra maneira* os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora por um uso religioso ou "familiar". [...] Não se trata apenas de fazer falar esses "imensos setores adormecidos" da documentação" e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente. (CERTEAU, 2013, p. 72).

No campo dos pensadores brasileiros, destacamos a influência de Ridenti (2014 e 2016) e Napolitano (2014) para nosso posicionamento com relação à terminologia da ditadura

militar e a problemática envolvida, bem como as inferências metodológicas decorrentes desses debates. Bosi (1994) foi outra referência metodológica básica para o desenvolvimento da pesquisa, pois, na obra *Memória e Sociedade* (1994), a autora utiliza não apenas depoimentos de pessoas idosas, como cruza as narrações com jornais dos períodos citados. Assim, embora nossa amostra não contenha entrevistas realizadas especificamente para esta pesquisa, ela utiliza testemunhos publicados e os cruza com jornais, além de documentação dos órgãos de vigilância e da própria USP.

Dessa forma, a escolha da amostra segue a combinação dessas metodologias e reúne diferentes tipos de documentos, pensando-os como

mais do que registros imparciais do tempo, [...] são uma seleção, nada aleatória, de vestígios do passado [...]. Critérios subjetivos norteiam não apenas a sua produção, acumulação e preservação, mas também a sua relevância no presente, seus usos científicos e sociais. Assim, mais do que mero suporte para a produção acadêmica, a documentação originada no contexto das lutas políticas no Brasil entre 1964 e 1985, tanto a que ostenta o timbre estatal, como aquela outra, muitas vezes clandestina, saída dos mimeógrafos da resistência, aparece como requisito para a recuperação de parte da memória coletiva que se pretendeu censurar, desaparecer, isto é, se apagar da história. (STAMPA e NETTO, 2013, p. 10).

Como dito no capítulo anterior, pretendemos contornar a falta da documentação oficial da AESI da USP através de outras documentações como forma de evitar o apagamento da memória coletiva sobre os acontecimentos ocorridos dentro da universidade, mais especificamente da ECA, entre 1969 e 1979.

Nossa amostra foi delimitada de forma cronológica e dividida em categorias para facilitar sua organização e para valorizar a especificidade de cada uma das fontes. A divisão apresentada segue uma escolha específica, moldando-se à metodologia e ao nosso objeto de estudo. Não podemos deixar de lado o fato de que estamos trabalhando com memórias tanto oficiais como as dos próprios docentes, portanto um de nossos objetivos é trazer à tona fatos talvez não desconhecidos, mas silenciados pela história hegemônica.

Dessa forma, a adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 a 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira. [...] Por outro lado, cabe apontar que a memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, os documentos textuais recolhidos aos arquivos brasileiros, os livros de uma determinada biblioteca pública, os registros audiovisuais de um colecionador particular ou, ainda, os relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam

acontecimentos, conjunturas, modos de vida etc.(STAMPA e NETTO, 2013, p. 11).

Tendo em vista nossas possibilidades, decidimos selecionar e dividir nossa amostra nas categorias: jornais, processos de admissão da USP e memoriais, documentação do DOPS, documentação do Acervo Brasil Nunca Mais, entrevistas, legislações municipais, estaduais e federais. Esses documentos e dados obtidos foram cruzados, o que deverá ser apresentado nos próximos capítulos.

2.1. Jornais

Esta categoria se justifica, primeiramente, pela necessidade de buscar elementos da época em que a ECA foi fundada (1965 e 1966). Por isso delimitamos nossa amostra nos anos de 1965, 1966, 1969 a 1975 e 1979 a 1981. O recorte desses anos pode ser explicado porque, em 1969, o Professor Doutor Jean Claude Bernardet foi cassado após o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Nossa proposta foi saber como essas notícias foram comunicadas, para poder cotejar com os documentos oficiais, cruzar elementos e observar as lutas de memórias.

Figura 4 - Capa do Jornal Folha de S. Paulo de 14 de dezembro de 1968

Com relação ao recorte de 1970 a 1975, ele diz respeito ao período em que os demais docentes de nossa amostra foram desligados da USP, além de trazer o contexto da greve ocorrida no ano de 1975 que marcou a história da ECA e pode nos ajudar no estudo da atmosfera pela qual a escola passava.

Figura 5 - Trecho de notícia do Jornal Folha de S. Paulo de 16 de abril de 1975

Surge nova crise na Comunicações da USP

Hoje, poderão pedir demissão da Escola de Comunicações e Artes da **USP**, os seguintes professores: Walter Sampaio, chefe do Departamento de Jornalismo, Paulo Roberto Leandro e Cremilda Medina, responsáveis pelo funcionamento da Agência Universitária de Notícias. A demissão será pedida em protesto contra a não recontração do prof. Sinval Medina; o ex-coordenador do curso de Editoração fora reprovado recentemente em exame de qualificação para a dissertação de mestrado, e como consequência, não foi recontraado.

A não renovação de seu contrato foi decidida na última segunda-feira, em votação realizada por cinco membros, numa reunião da Comissão Especial do Conselho Técnico Administrativo, presidida pelo

presidente, Branca Franchini, vice-presidente, e Edna Maria Ferreira, aluna do 3.º ano estiveram conversando na terça-feira com o diretor do DAU, Edson Machado de Souza, a fim de relatar as dificuldades financeiras que vem atravessando a escola, pois a entidade mantenedora não tem recursos para mantê-la.

Segundo o relatório apresentado pelas alunas "somente com o sustento do governo federal a escola poderá sobreviver" pois a previsão orçamentária para sua manutenção é de 4 milhões dos quais 1 milhão é pago pelas alunas.

Por outro lado, as alunas também se queixam do fato de que até 1969 a escola era gratuita com residência e alimentação incluídas, mas que a partir daquele ano começou-se a cobrar uma "taxa

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1975).

Já o período de 1979 a 1981 refere-se à reintegração dos docentes aos quadros da ECA, daí a necessidade dessa pesquisa.

Uma vez realizada a escolha da periodização, optamos por uma busca em um dos principais jornais do período, a Folha de S. Paulo. Dessa forma, fazendo um recorte a partir de um jornal que tem disponível seu acervo digitalizado⁴², pudemos nos aprofundar na leitura minuciosa de cada um dos anos escolhidos. O sistema acessível permite uma busca detalhada com opções por ano e por palavra-chave. Para esta pesquisa, selecionamos "ECA USP", "Escola de Comunicações e Artes", "ECC USP", "Escola de Comunicações Culturais", além dos nomes dos docentes que eram objeto de nosso estudo como nosso campo de palavra-chave.

⁴² O Acervo da Folha pode ser acessado pelo link: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 16 de Fevereiro de 2016.

Figura 6 - Página do site Acervo Folha - Busca Detalhada

Fonte: FOLHA DE S. PAULO ([200-]).

Devido a quantidade de material a ser analisado, ativemo-nos ao recorte aqui apresentado para realizar uma pesquisa mais detalhada.

2.2. Processos de admissão da USP e memoriais

Uma de nossas principais fontes são os processos de admissão da USP dos docentes de nossa pesquisa. Tais processos são de uso interno da universidade e contêm a burocracia da admissão, renovação de contratos, relatórios de atividades, ofícios dos docentes encaminhados à chefia do Departamento, correspondência entre a reitoria e a ECA etc. Através deles, pudemos mapear a entrada, saída, não renovação de contratos, demissão, atividades realizadas pelos docentes, projetos, além do retorno dos mesmos aos quadros da ECA. Trata-se de processos volumosos que contam com centenas de páginas que foram analisadas. Abaixo, um exemplo de ofício direcionado à reitoria da USP:

Figura 7 - Página inicial do Processo de Contrato Docente do Prof. Dr. José Freitas Nobre.

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ([entre 1968 e 2015], p. 2).

Numa primeira leitura rápida dos processos, observamos que não havia nenhuma explicação ou correspondência da reitoria sobre o porquê da não renovação dos contratos dos docentes. Porém, a partir de 1979, havia diversos ofícios da diretoria da ECA e sua Congregação para readmissão dos professores, nos quais há citação do termo "cassações brancas" e a solicitação de reparação pelos anos em que não puderam lecionar. São os

documentos da reitoria de resposta a essas solicitações que nos deram pistas sobre o trajeto e o discurso oficial sobre os acontecimentos da década de 1970.

Outra maneira de recuperar os dados da produção acadêmica são os memoriais dos intelectuais supracitados. Os memoriais são documentos que contêm toda a trajetória acadêmica de cada professor ao pleitear provimento em sua carreira enquanto docente. São compostos por um relatório de todas as atividades, projetos, publicações, disciplinas ministradas etc., além de um texto no qual o docente escreve um histórico de sua carreira acadêmica e uma justificativa para o seu provimento. Tal material já foi digitalizado pelo Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos e encontra-se disponível no site do projeto (<<http://www2.eca.usp.br/memorias/pt-br/content/memoriais>>). É importante salientar que os memoriais estão alocados fisicamente na Biblioteca da Escola, não circulam e não possuem cópias. Daí a relevância da digitalização dessa fonte, a qual foi um dos documentos fundamentais em nossa amostra.

Figura 8 - Índice do Memorial do Prof. Dr. Thomaz Jorge Farkas de 1985 para Concurso de ingresso na carreira docente

<u>Í N D I C E</u>	
IDENTIFICAÇÃO	Pág.
I - TÍTULOS ACADÊMICOS.....	07
a) Formação Educacional Básica.....	08
b) Títulos Universitários.....	08
1. Graduação.....	08
2. Pós Graduação.....	08
c) Outros Títulos.....	08
II - ATIVIDADE CIENTÍFICA.....	09
a) Participação em Congressos, Conferências, Mesas Redondas, Mostras e Encontros Cien- tíficos.....	10
III - ATIVIDADE DIDÁTICA.....	12
a) Funções Docentes.....	13
1. <u>Cursos Ministrados na ECA-Escola de Co- municações e Artes da Universidade de São Paulo</u>	13
1.1. Atividades em Nível de Graduação-De- partamento de Jornalismo.....	13
1.2. Atividades em Nível de Graduação-De- partamento de Cinema.....	15
1.3. Atividades em Nível de Pós-Graduação..	15
1.4. Participação em Bancas Examinadoras..	16
1. A Nível de Pós-Graduação.....	16
1.5. Orientação de Teses e Dissertações..	16
Mestrado.....	16
Doutoramento.....	17
2. <u>Cursos Ministrados em outras Entidades</u> ..	17
3. <u>Participação em Bancas Examinadoras</u> ...	18
3.1. A Nível de Mestrado.....	18
b) Coordenação de Cursos.....	18
c) Participação em Comissões, Comitês e Cole- giados.....	18
d) Organizações de Exposições.....	20

Fonte: FARKAS (1985, p. 2).

Figura 9 - Primeira página do Índice do memorial do Prof. Dr. Jair Borin de 1993 para provimento de cargo de Professor Associado (Livre Docente)

Memorial Jair Borin	
Parte I	
Curriculo.....	05
I- Origens	10
II - No Recife, com Arraes	15
III - A terceira cidade	21
IV - Na ECA, como professor	28
V - Prisão na USP	31
VI - Atividades públicas	44
VII - Os desafios e o Plano de Reforma	49
VIII - Retornando à ECA	54
Parte II	
I - Formação Universitária: Graduação.....	63
Pós-Graduação	63
Extensão	64
II - Pesquisas..	65
III - TCCs orientados pelo professor e participações em bancas de TCCs	66
IV - Participação em bancas de Qualificação e de dissertações de Mestrado	71
V - Orientandos.....	73
VI - Participação em bancas de Qualificação e de defesa de tese de doutorado	74
VII - Participação em conferências, painéis, encontros e semanas de estudos	76
VIII - Participação em bancas de concursos	82

Fonte: Borin (1993, p. 3).

As figuras acima mostram o que tivemos como amostra, isto é, a trajetória dos professores e, inclusive, no caso de Jair Borin, um relato sobre sua prisão e sua primeira passagem pela ECA antes de ser desligado da universidade:

Figura 10 - Relato do Prof. Dr. Jair Borin sobre sua prisão e primeira passagem pela ECA

Minha prisão ocorreu no hall do corredor da Diretoria da ECA, no primeiro andar do prédio central, dia 05 de março de 1974, às 9 horas, quando eu chegava para dar minha aula. Entretanto, o prof. Nunes Dias já sabia, desde 22 de janeiro, que a Polícia Federal estava a minha procura e nada me avisou, conforme consta em ofício manuscrito do DOPS (Documentos anexos na contracapa deste Memorial) solicitando a minha captura. Em seguida, o diretor da ECA articula, com o reitor, Orlando Marques de Paiva, a forma de conduzir o "caso". Sou preso quarenta dias depois quando retorno às aulas, nas imediações de sua sala. Inocentemente, uma semana após os fatos ele solicita ao então coordenador do CJE, prof. Walter Sampaio, um relatório de como eu tinha sido preso, e por quais razões. Havia nisso tudo uma boa dose de cinismo que só dezesseis anos depois ficou revelado (Documentos anexos).

Detido na própria escola, por dois agentes armados da Polícia Federal, fui conduzido ao DOI-CODI e recolhido a uma cela da tristemente célebre delegacia da rua Tutóia, onde todos os presos políticos eram torturados. Após passar pelas sessões de intimidação e violência física que precediam os interrogatórios, fui ouvido por uma equipe

Fonte: Borin (1993, p. 32).

Como pode ser visto, trata-se de documentação ímpar, pois nos traz o relato dos próprios docentes. Essas exposições serviram para cruzarmos os dados oficiais com os fatos narrados pelos professores, o que enriqueceu a pesquisa e a tese. Queremos apenas salientar que nosso objetivo, como dito anteriormente, não foi realizar uma biografia desses docentes, mas sim entender a trajetória de seus desligamentos.

Como o próprio Prof. Dr. Jair Borin afirmou que documentos do DOPS poderiam confirmar detalhes de sua prisão, partimos para essa próxima documentação de nossa amostra.

2.3. Documentação do DEOPS

Como já havíamos explicado no primeiro capítulo, os órgãos de vigilância, de informações e de repressão trocavam dados entre si sobre docentes e discentes das universidades. Nisso se incluem os docentes da ECA, haja visto parte das fichas disponíveis para consulta virtual no site do Arquivo do Estado de São Paulo⁴³. Mais uma vez, achamos oportuno destacar que não foram os professores da ECA os únicos atingidos pelos órgãos de informação, inclusive, como citamos anteriormente, temos diversos exemplos disciplinares em outras unidades da USP e em outras universidades que já eram atuantes antes da ECA.

Figura 11 - Sistema de busca de Fichas do DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo

Escolha um ou mais filtros abaixo

Ficha

Nome / Título

Nomenclatura

N° Pront. Delegacia

N° de Ficha

Buscar Limpar

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO ([2016?]).

Todos os professores de nossa amostra foram fichados pelo DEOPS, daí a importância desse material. A seguir, segue exemplo das fichas encontradas no site supracitado:

⁴³ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/fichas.php>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Figura 12 - Trecho da Ficha no DEOPS do Prof. Dr. José Marques de Melo

EM 22-05-1972:- Pelo ofício GR-666, o M.Reitor da USP solicitou ao Diretor da Escola de Comunicações de Artes da USP, a instauração de inquerito sumário contra o epigrafado em base no Decreto-Lei nº 477/69, devido ter publicado a 2ª edição do caderno intitulado do "TECNICA DO NEAD", de autoria do nominado, obra considerada tendenciosa.

A Comissão designada para apuração dos fatos / concluiu pela aplicação ao Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO, das penalidades previstas no inciso I do § 1º do Art. 1º do DL 477/69. Contudo, por

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO
([entre 1974 e 1976], p. 1).

Figura 13 - Continuação da Ficha no DEOPS do Prof. Dr. José Marques de Melo

MELO JOSÉ MARQUES DE SN 3006

por despacho de 2-9-72 (D.O.U.) o Sr. Ministro da Educação e Cultura homologou a decisão absoluta - ria do diretor da Escola de Comunicações de Artes da USP, proferida nos autos daquele processo, razão porque o Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO não foi punido (INFO).

Em 08-fev.74:- O nominado, que é professor colaborador da Escola de Comunicações e Artes da USP, encontra-se atualmente afastado realizando estudos - na Univ. de Wisconsin Madison - USA. Pleiteia renovação de seu contrato com a ECA/ USP, que vence a 30-3-1974.

Documento Arquivado na Pasta Depart.Federal Segurança , em 10-3-1974. LB - PASTA 1- 200 142

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO
([entre 1974 e 1976], p. 3).

2.4. Documentação Brasil: Nunca Mais (BNM)

O projeto Brasil: Nunca Mais - BNM foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A

iniciativa teve três principais objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira. (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2016).

O Projeto Brasil: Nunca Mais foi uma iniciativa de grupos religiosos e de advogados que, a partir de 1979, durante cerca de seis anos, obtiveram junto ao Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, custódia provisória de autos envolvendo presos políticos, valendo-se da prerrogativa do prazo de 24 horas permitido pelo STM.

As cópias dos processos foram feitas em sala comercial alugada, utilizando-se três máquinas fotocopadoras, por funcionários contratados que "acreditavam estar trabalhando para uma empresa copiadora 'normal'." (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2016). As reproduções eram enviadas a São Paulo em ônibus noturno e, subsequentemente, por aviões de carreira, como carga desacompanha, ou carro. O receio de uma possível apreensão do material e invasão dos locais de análise levou à alternância de esconderijos. A alternativa para a preservação, naquele momento, foi a microfilmagem dos processos e o envio ao Conselho Mundial de Igrejas, na Suíça.

O acervo que hoje compõe o projeto Brasil: nunca mais é a reprodução dos 710 processos judiciais consultados, que deram origem ao "Projeto A",

[...] com a análise e a catalogação das informações constantes dos autos dos processos judiciais em 6.891 páginas divididas em 12 volumes.

No Projeto A foi possível identificar, dentre outros dados, (i) quantos presos passaram pelos tribunais militares, (ii) quantos foram formalmente acusados, (iii) quantos foram presos, (iv) quantas pessoas declararam ter sido torturadas, (v) quantas pessoas desapareceram, (vi) quais eram as modalidades de tortura mais praticadas, e (vii) quais eram os centros de detenção. Ademais, foi possível listar os nomes dos médicos que davam plantão junto aos porões e os funcionários identificados pelos presos políticos.

Apensos aos processos do STM encontravam-se diversos objetos apreendidos, tais como panfletos, periódicos e textos de discussão teórica. Esses materiais também foram copiados (aproximadamente 10.000 documentos) e deram origem ao "arquivo de material apreendido". (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2016).

Por conta do volume, a dificuldade de seu manuseio e de leitura, foi idealizado o "Projeto B", o livro (Brasil: Nunca Mais) que resumiu o projeto anterior em um espaço 95% menor.

O "Projeto A" e as cópias dos processos foram oferecidos em doação, como forma de torná-los públicos. Após a negativa da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em receber a documentação, a Universidade Estadual de Campinas

[...] aceitou o acervo, com a promessa de disponibilizar amplamente o material para consulta e permitir sua reprodução.

Assim, tanto o Projeto A, quanto as cópias integrais dos 710 processos, foram transferidos ao Arquivo Edgard Leuenroth, fundado em 1974 e vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (IFCH). (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2016).

Além dessa doação, 14 cópias do "Projeto A" foram doadas para universidades, bibliotecas e centros de documentação ligados às questões os direitos humanos no Brasil. Em 2005, o Armazém da Memória⁴⁴ disponibilizou a versão digitalizada da cópia do "Projeto A" doada à Faculdade de Direito da USP. Em 2013, com fomento do Ministério da Ciência e da Tecnologia e parceria do Instituto Paulo Freire, nasceu o Brasil Nunca Mais Digit@l, acervo com o "[...] conteúdo integral dos 710 processos digitalizados, assim como [...] conjunto de documentos mantidos pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo sobre o BNM" (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2016).

Trata-se, portanto, de um acervo ímpar para a presente pesquisa, servindo para o resgate dos processos nos quais os docentes estiveram envolvidos no período ditatorial. A investigação foi realizada através do uso do nome dos docentes como palavras-chave, não nos esquecendo do aviso dado ao pesquisador ao digitar sua busca no campo "Busque nos documentos" da página Brasil Nunca Mais Digit@l:

⁴⁴ "O Armazém Memória é uma iniciativa de articulação e construção coletiva de um sítio na Internet, visando colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de Bibliotecas Públicas Virtuais interligadas em um sistema de busca direto no conteúdo. Reunimos de forma digital: coleções de periódicos, depoimentos, livros, vídeos, áudios, artigos, documentos e imagens; obras de natureza histórica, jurídica e educativa, com foco nos direitos humanos, cujo conteúdo é de interesse público, sendo patrimônio cultural brasileiro por ser obra científica portadora de referência à identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos termos dos art. 216, III, da Constituição Federal da República." (ZELIC, [200-]).

Figura 14 - Aviso ao Pesquisador na página Brasil Nunca Mais Digit@l

2.5. Entrevistas

Desde o mestrado trabalhamos com entrevistas não diretivas, também chamada de entrevista aprofundada “[...] na qual a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador.” (THIOLLENT, 1980, p. 35) Na ocasião, cursamos uma disciplina com Ecléa Bosi, o que nos levou a conhecer seu método ao abordar o entrevistado (Memória e Sociedade: lembranças de velhos, 1994).

Quando ingressamos no Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos, entramos em contato com uma forma diferenciada da gravação das entrevistas: já não éramos apenas pesquisador e depoente, havia uma equipe de três a quatro pessoas, gravação audiovisual e a preocupação com a melhor forma para veiculação na internet, no website do projeto. Para esse projeto, utilizamos a proposta que o Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da ECA/USP vinha realizando com videoentrevistas sobre censura (<<http://www.obcom.nap.usp.br/videos.php>>). A proposta era colocar o “[...] internauta/espectador no universo do entrevistado e no tipo de abordagem que vai ser dada ao

tema, através de planos gerais da locação e planos dos bastidores da gravação – captados pela segunda câmera” (LAMAS, GONÇALVES, *et al.*, 2011).

A experiência do Projeto Memórias da ECA/USP 50 anos rendeu diversos depoimentos, cujos vídeos estão disponíveis no site do projeto (<<http://www2.eca.usp.br/memorias/pt-br/content/videoentrevistas>>). Dentre os depoentes, temos professores ativos e aposentados, ex-alunos e funcionários aposentados. A maior parte dos depoimentos foi realizada nas dependências da própria Escola, seja na sala da diretoria, como no recém-inaugurado estúdio de gravações do prédio central.

O roteiro das entrevistas da nova etapa seguiu um padrão iniciando com questões sobre como os depoentes chegaram à ECA e o que recordavam a respeito. Como forma de traçar o perfil da unidade, perguntamos sobre a ECA 50 anos atrás, isto é, em seu início, e como essa unidade era vista dentro da USP e na sociedade.

Para entender a influência da Escola, questionamos sobre como a unidade colaborou na formação do entrevistado. Para contrapor as memórias da ECA atual da de antigamente, inquiremos a respeito do alunado de 50 anos atrás e como ele se diferencia do atual.

Os entrevistados discorreram sobre suas melhores e piores lembranças no período em que estiveram na unidade, assim como a relação entre os professores, alunos e funcionários. Para finalizar as videoentrevistas questionamos sobre datas e pessoas que seriam importantes na história da ECA, além de perguntar sobre o seu futuro. Os depoentes ainda definiram a Escola em uma frase ou uma palavra, e indicaram novos possíveis entrevistados. (COSTA e COUTINHO, 2014, p. 22)

Figura 15 - Seção de Videoentrevistas do site do Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos

eca
50 anos

Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos

Marcos Históricos Memórias **Videoentrevistas** Acervo Virtual Memoriais Grupos Contato

Entrevistados

Ana Mae Barbosa (3)
Cleide Femoselle (11)
Dulcília Helena Schroeder
Buitoni (2)
Jacó Guinsburg (2)
José Coelho Sobrinho (4)
Jose Marques de Melo (3)
Laerte Coutinho (2)

Início » Videoentrevistas

Videoentrevistas

Aqui você poderá assistir aos depoimentos de professores, funcionários e alunos da ECA gravados entre 2012 (três entrevistas) e 2013 (nove depoimentos). Os primeiros têm em média 10 minutos de duração, e os seguintes foram divididos em blocos com o máximo de três minutos de duração para facilitar a consulta. Todos seguem uma mesma estrutura narrativa: história de vida e profissional, ingresso na ECA, eventos marcantes e memoráveis, importância e definição da escola.

Os depoimentos foram dados espontaneamente e os participantes tinham em mente que o registro contribuiria para a reconstituição da memória da instituição. O espaço é aberto a novas contribuições, bastando ao interessado entrar em contato com a coordenação do site pelo botão "Contato".

Inscreva-se para dar seu depoimento.

Fonte: PROJETO MEMÓRIAS DA ECA (2014b).

Por participarmos do projeto e de quase todas as gravações das videoentrevistas, podemos afirmar que muitas trazem dados importantes para nossa pesquisa. Prova disso são as transcrições⁴⁵ realizadas de cada videoentrevista, o que nos auxiliou na tese. Porém, não nos ativemos apenas a essas entrevistas.

Outras importantes fontes de depoimentos foram as entrevistas e memórias já publicadas na Revista "Pesquisa FAPESP"⁴⁶, o depoimento do Prof. Dr. Jean Claude Bernardet (2013a) ao Projeto Memória do Cinema Documentário Brasileiro: histórias de vida, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além disso, nos valem de entrevistas veiculadas na "Revista PJ:Br - Jornalismo Brasileiro"⁴⁷ e textos escritos pelos próprios docentes (MELO, 2015).

2.6. Legislações municipais, estaduais e federais

A última categoria se justifica para entendermos os mecanismos legais do regime militar, dos órgãos de informação e do funcionamento das universidades, isto é, as memórias oficiais sobre os temas. Tal categoria complementou a complexidade de nosso objeto de estudo. Para tanto utilizamos a legislação disponível no site Jusbrasil⁴⁸, e no site do Senado Federal (SICON)⁴⁹. Nossa amostra foi composta de leis entre 1930 e 1979, período que corresponde desde a organização da Universidade de São Paulo e do Ministério de Educação, passando pela promulgação do Ato Institucional nº 5, até a Lei da Anistia.

A Lei da Anistia, Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979, postulava em seu primeiro artigo:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

⁴⁵ Parte das transcrições está publicada no site do Projeto Memórias da ECA (2014b).

⁴⁶ Conferir: GUIMARÃES e MARCOLIN (2014), MOURA (2012), MARCOLIN e MOURA (2007).

⁴⁷ Conferir: RODRIGUES (2003) e JANUÁRIO (2004).

⁴⁸ Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/?ref=navbar>>. Acesso em 16 de Fevereiro de 2016.

⁴⁹ Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/sicon/#/basica>>. Acesso em 16 de Fevereiro de 2016.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. (BRASIL, 1979).

No terceiro artigo fica assegurado "o retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração."(BRASIL, 1979). Foi justamente da promulgação de tal lei que a maioria dos professores retornou aos quadros da ECA. Daí se explica a necessidade do uso da legislação para nos auxiliar no entendimento do contexto e dos acontecimentos de nosso recorte temporal.

3. ARQUIVE-SE: OS EXPURGOS NA ECA/USP EM DUAS FASES

3.1. Jean-Claude Bernardet

Quando estava em Brasília, no início de 1969, [...] o AI-5, editado em dezembro de 1968, me alcançou. Um dia fui avisado de que a UnB deveria interromper qualquer contato que tivesse comigo imediatamente. Era o resultado da lista dos [...] professores da USP que tinham sido cassados pelo regime. (GUIMARÃES e MARCOLIN, 2014, p. 34).

Jean Claude Georges Rene Bernardet (2/8/1936), belga, naturalizado brasileiro em 1964, teve sua carreira universitária interrompida pelo Decreto de 29 de abril de 1969, assinado pelo então presidente Artur da Costa e Silva, Luis Antonio da Gama e Silva⁵⁰, Ministro da Justiça da ocasião, e Tarso Dutra⁵¹, Ministro da Educação em exercício.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe conferem os §§ 1º e 2º do art. 6º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 resolve
APOSENTAR:

Nos cargos ou funções que ocupam na Universidade de São Paulo com os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de Serviço, ou rescindir os respectivos contratos, quando for o caso, dos seguintes servidores:

Alberto de Carvalho da Silva

Bento Paulo Almeida Ferraz Junior

Caio Prado Junior

⁵⁰ Gama e Silva havia sido vice-reitor e reitor da USP em 1961 e 1963, respectivamente. "Em 1964, [...] apoiou o regime militar instaurado [...] tendo assumido os ministérios da Justiça e de Educação e Cultura, no curto período que antecedeu a posse do general [...] Castelo Branco na presidência da República [...]. [...] Em 1966, assumiu novamente a reitoria da USP.

Em março de 1967, Gama e Silva foi empossado na pasta da Justiça concomitantemente à posse do marechal Artur da Costa e Silva na presidência.

[...] o Ato Institucional nº 5 [foi] elaborado por Gama e Silva [...] [e] autorizava o presidente a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e a suspender a garantia de habeas-corpus. Com base nesse ato foi decretado o recesso do Congresso Nacional." (GAMA E SILVA, 2010).

⁵¹ Tarso Dutra iniciou sua carreira política em nível federal em 1951, como deputado federal, cargo reconquistado nos anos de 1954, 1958 e 1962, sempre na legenda do Partido Social Democrático. Com a instituição do bipartidarismo em 1966, Dutra se filiou ao Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido do regime militar. Após uma tentativa fracassada de lançar-se ao governo do estado, em 1966 "[...] reelegeu-se pela quinta vez consecutiva deputado federal. Em [...] 1967, entretanto, interrompeu seu mandato para ocupar a pasta da Educação e Cultura do novo presidente da República, [...] Costa e Silva.

[...] O primeiro ano da gestão de Tarso Dutra foi marcado por freqüentes [sic] conflitos entre os estudantes e o regime. As medidas preconizadas pela reforma universitária — em particular a transformação das universidades em fundações e os acordos assinados com agências norte-americanas para a implementação de projetos educacionais — desagradavam aos estudantes, que reclamavam da falta de verbas para o ensino superior.

[...] Tarso Dutra participou das reuniões do Conselho de Segurança Nacional das quais se originou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), assinado no dia 13 de dezembro. Ao lado de Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça, e de Rondon Pacheco, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, integrou a comissão designada por Costa e Silva para fazer a revisão final do documento." (DUTRA, TARSO, 2010).

Elza Salvatori Berquó
 Emília Viotti da Costa
 Fernando Henrique Cardoso
 Hélio Lourenço de Oliveira
 Isaías Raw
 Jean Claude Bernardet
 Jon Andoni Vergareche Maitrejean
 José Arthur Gianotti
 Júlio Puddles
 Luiz Hildebrando Pereira da Silva
 Luiz Rey
 Mário Schenberg
 Octávio Ianni
 Paulo Mendes da Rocha
 Olga Baeta Henriques
 Paula Beiguelman
 Paulo Israel Singer
 Pedro Calil Padis
 Reynaldo Chiaverini
 Sebastião Baeta Henriques
 [...]. (BRASIL, 1969 apud ADUSP, 2004).

Para entender o processo que levou seu nome a ser arrolado junto a outros docentes da USP no Decreto de 1969, é necessário considerar o seu ingresso aos quadros da universidade. Sua jornada na ECA, de acordo com seu processo de contrato docente (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b), teve início em maio de 1967, quando o diretor da então Escola de Comunicações Culturais requisitou, junto à Reitoria da USP, a contratação de Bernardet como Instrutor da Disciplina de Introdução do Cinema pelo prazo de 730 dias em Regime de Tempo Parcial.

O processo, que conta com 337 folhas, demonstra o desafio que a nova unidade da USP enfrentava, pois, embora anexasse a documentação necessária à contratação do docente, foi questionada sobre a diplomação do mesmo. De acordo com os Estatutos da USP em vigor naquele período (SÃO PAULO (ESTADO), 1962), o corpo docente era composto pelas categorias de professor catedrático, professor associado, professor de disciplina, professor-assistente e instrutor:

Artigo 78 – Professor Catedrático é aquele [sic] que ocupa a cátedra em caráter vitalício [sic], em virtude de concurso de títulos e provas.
 [...] Artigo 83 – Para a inscrição ao concurso de títulos e provas, o candidato, além de atender às demais exigências instituídas Regulamento, deverá apresentar:
 I – diploma de curso universitário, oficial ou reconhecido;
 II – título de livre docente:
 [...] Artigo 97 – O título de docente [sic] livre será conferido de acordo [sic] com as normas regulamentares de cada estabelecimento, mediante a demonstração, em concurso de títulos e provas, de capacidade de ensino e pesquisa, observadas as normas de concurso para provimento de cátedras.

§ 1º – Para a inscrição no concurso de docência livre é exigida apresentação do título de doutor, reconhecido pela Congregação.

[...]

Artigo 100 – Os professores [sic] associados serão escolhidos por concurso de títulos, dentre os docentes livres de cátedra com um mínimo de cinco anos de exercício na função de professor de disciplina.

[...]

Artigo 101 – As designações dos professores [sic] de disciplina serão feitas através de concurso de título, aberto a docentes livres da Universidade, ou portadores do título de docente livre reconhecido pela Congregação.

[...] Professores [sic] assistentes serão docentes portadores do título de doutor ou de docente livre.

Artigo 106 – Instrutores serão docentes portadores de diploma de nível universitário.

Como a ECC era recente, não dispunha de cátedras, muito menos de professores catedráticos, restando as demais categorias. Porém, por ser um campo de estudos também iniciante em relação aos demais já estabelecidos na academia brasileira, o problema persistia, pois, se não tínhamos programas de pós-graduação em comunicações e artes em território nacional, como seria possível dispor de docentes doutores? E mais, quando não havia nem ao menos um curso de nível superior em determinados campos, quem poderia ministrar aulas? Era justamente esse o caso do curso de Cinema, e a argumentação para a contratação de Bernardet levou em conta tais fatores. O então diretor da ECC mencionou que o artigo 106, que trata sobre os docentes instrutores, entraria em contraste com o artigo 101, § 1º "[...] que permitiria a contratação de Regente de Disciplina com preparo cultural e técnico diverso do universitário o que possibilitaria a contratação do interessado em categoria superior a de Instrutor [...]" (MOREJÓN, 1967 apud UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015], p. 27). De acordo com Julio Garcia Morejón (1967 apud UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015], p. 27),

[...] é óbvio, a meu ver, salvo melhor juízo, que a aplicação ao pé da letra de tal artigo contribuiria para uma errônea instalação desta Escola.

Visto o qual, o CTA⁵² [Conselho Técnico Administrativo] da Escola selecionou, de entre os profissionais mais competentes e com maior acervo

⁵² "Artigo 53 – O C.T.A. é órgão consultivo e deliberativo de cada estabelecimento de ensino superior.

§ 1º – Os membros do C.T.A. serão escolhidos pela Congregação. e seu número será fixado nos Regulamentos dos Estabelecimentos de ensino superior." (SÃO PAULO (ESTADO), 1962). Porém, como a ECC não possuía uma Congregação, o Conselho Universitário exercia suas funções. Além disso, para que o CTA e a Congregação pudessem ser instalados, era necessário que um terço das cátedras do Estabelecimento estivessem preenchidas em caráter efetivo. A solução durante esse período era uma Comissão de Ensino, presidida pelo Diretor, com funções consultivas, constituída por professores da respectiva Instituição escolhidos pelo Conselho Universitário e pelo Presidente da respectiva associação escolar. O Conselho Universitário, por sua vez, era órgão de administração da universidade, constituído pelo Reitor, diretores dos estabelecimentos de ensino superior, por um delegado da Congregação de cada Estabelecimento de ensino superior, por um representante do conjunto dos Institutos Universitários que possuíam administração própria - como o Instituto de Estudos Brasileiros, por exemplo -, por um representante dos professores associados, por

de cultura e experiência, de títulos sobradamente suficientes para lecionar em uma Faculdade, aqueles que considerou aptos para o desempenho das funções docentes e de pesquisa na mesma. Eis o caso do professor Bernardet, que tem provado, ao longo de uma brilhante carreira exclusivamente dedicada ao cinema, extraordinário tirocínio e competência, como o provam os grandes títulos de seu currículo e sua vida docente incluso em outros institutos universitários, como Brasília, Assis, etc..

Bernardet veio ao Brasil em 1949, tendo passado sua infância e parte da adolescência na França. Sua primeira experiência de trabalho no Brasil se deu como vendedor na Livraria Francesa e secretariado de direção da Difusão Europeia do Livro, cujos diretores eram amigos de seus pais, que apenas falavam francês. O docente explicou, em entrevista ao Projeto "Memória do Cinema Documentário Brasileiro: Histórias de Vida" do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que, ao chegar ao Brasil, cursou o secundário

no Lycée Pasteur [...]. Tem um exame final na França que é o tal *baccalauréat*, que é uma espécie de Enem, que se passa em dois anos: depois de seis anos, você faz um exame, e depois de sete anos, você faz o exame final. O exame final, eu nunca consegui fazer, porque eu sou absolutamente... entro em pânico em situações de exame ou coisas desse tipo. É um exame de filosofia. Eu era bom aluno em filosofia, mas, nos exames, eu nunca consegui passar, então, resolvi que eu continuaria a viver sem isto. De forma que eu não tenho uma formação secundária, o que me impediu de entrar na universidade. Portanto, eu sou em grande parte autodidata. (BERNARDET, 2013a, p. 6-7).

Além do trabalho, após o secundário, completou dois cursos no Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) de desenho para publicidade e artes gráficas. Bernardet considera que sua entrada no Brasil se deu pelo Senac, pois lá não havia "[...] nenhuma muleta de alguém que pudesse entender francês ou que estivesse interessado em mim ou não sei o quê, então, foi um mergulho" (BERNARDET, 2013a, p. 8).

Mas foi através do contato com o trabalho na livraria que teve início sua ligação ao cineclubismo, à Cinemateca e ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Quer dizer, durante toda a adolescência, nós fomos sempre muito ao cinema, muito ao teatro, acompanhamos o TBC, a Cacilda Becker, o Walmor Chagas, o Ziembinski. Isso fazia parte da vida cultural. E aí, então, tinha um cineclube [Cineclube Dom Vital] que ficava na Galeria Califórnia, que fica ao lado da Livraria Francesa, e havia uma reunião às terças-feiras. [...] Esse

um representante dos professores de disciplina das Instituições universitárias, por um representante dos professores assistentes dos Estabelecimentos de ensino superior, por um representante dos instrutores dos Estabelecimentos de ensino superior, por um representante dos docentes livres dos Estabelecimentos de ensino superior, por um representante dos antigos alunos dos Estabelecimentos de ensino superior, por um delegado do Conselho de Representantes do Diretório Central de Estudantes e pelo Presidente do Diretório Central de Estudantes.

cineclube não projetava filmes; havia só uma discussão sobre um filme em cartaz. [...] havia um relator, que devia falar durante uns 20 minutos ou meia hora, e depois se discutia, no fundo, tanto o que ele tinha dito quanto o filme. Era esse o sistema. Aí fui lá e achei interessante e continuei a ir lá. Até aparecer o lançamento de um filme francês inspirado num escritor, num romancista do século XIX, que é Émile Zola. Aí me propuseram de eu fazer o relatório, já que eu era francês, o filme era francês, o romance era francês etc. Aí eu fiz e gostaram muito. Então, pouco a pouco, eu fui me entrosando com eles. Houve uma eleição, entrei na diretoria do cineclube, com o Gustavo Dahl [...]. E o Rudá de Andrade⁵³, que trabalhava com o Paulo Emílio na Cinemateca, frequentava. Mas ele não participava das sessões de discussão nem nada. Ele vinha no final, para conversar com as pessoas e, muitas vezes, inúmeras vezes, saíamos depois para tomar chope, depois do debate no cineclube. E aí me aconselharam, o Gustavo Dahl e o Rudá, a fazer [...] um curso que a Cinemateca vinha dando [...] para dirigentes de cineclubes. [...] foi aí que eu conheci o Paulo Emílio. (BERNARDET, 2013a, p. 9-10).

O curso, realizado em 1958, foi finalizado com um trabalho escrito em francês, tendo em vista que Bernardet ainda não escrevia em português. O texto sobre *Citizen Kane* tirou o prêmio de primeiro lugar, fazendo com que, a partir daí, houvesse maior interesse em Bernardet fora da comunidade francesa. O cineclube e a Cinemateca foram as maneiras que "[...] um imigrante encontrou para se inserir na sociedade, e se inserir de uma forma ativa, quer dizer, realmente, por decisões que o agente [...] foi tomando" (BERNARDET, 2013a, p. 11).

Devido ao contato com Rudá de Andrade, entre 1960 e 1964, Bernardet trabalhou na Cinemateca Brasileira como bibliotecário encarregado das publicações e da difusão oral e escrita. A tarefa de cuidar da biblioteca da Cinemateca era dividida com Maurice Capovilla⁵⁴,

⁵³ Filho de Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a Pagu, "nascido em São Paulo, em 25 de setembro de 1930, Rudá era formado em cinema na Itália, onde trabalhou com Vittorio de Sica. Manteve um atuante trabalho em favor do cinema nacional. Foi também um dos criadores do Museu da Imagem e do Som (MIS), que dirigiu entre 1970 e 1981. Na década de 1960, participou da fundação do curso de cinema da Universidade de São Paulo, onde lecionaria durante dez anos. Foi conservador da Cinemateca Brasileira, da qual era também conselheiro. Na literatura, destacou-se em 1983, ao receber o Prêmio Jabuti, na categoria Biografia e Memórias, por *Cela 3 - A Grade Agride* (Globo), um livro de viagem a um mundo desconhecido: o das prisões europeias". (BRASIL e RIBEIRO, 2009).

⁵⁴ "Maurice Carlos Capovilla (Valinhos, SP, 1936). Cineasta, roteirista e professor. [...] Entre 1958 e 1961, cursa filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Frequenta, no fim dos anos 1950, a filмотeca do Museu de Arte Moderna (MAM), um dos primeiros cineclubes de São Paulo, ao lado de Jean-Claude Bernardet (1936) e Gustavo Dahl (1938-2011). Ainda estudante, trabalha como repórter do jornal O Estado de S. Paulo e também no departamento de difusão de filmes da Cinemateca Brasileira.

Dirige, em 1962, seu primeiro curta-metragem, *União*, produzido pelo Centro Popular de Cultura e Sindicato da Construção Civil de São Paulo. Trabalha como repórter no jornal Última Hora até 1963. [...] realiza *Meninos do Tietê* (1963) [...]. Em 1964, faz o documentário *Subterrâneos do Futebol*, com produção de Thomas Farkas (1924-2011). Trabalha, como editor e crítico cinematográfico no *Jornal da Tarde*, entre 1965 e 1967. Lança o documentário *Esportes no Brasil* (1965) e se torna professor na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP.

Em 1967, escreve, dirige e produz seu primeiro longa-metragem, *Bebel, Garota Propaganda*, baseado em conto do escritor Ignácio de Loyola Brandão (1936). [...] Participa do Comitê Internacional do Cinema Novo, em

futuro professor da ECA. Além das tarefas de arquivar os livros, Bernardet relatou que ele e Capovilla escreviam

[...] textos sobre os filmes que podiam circular nos cineclubes, com informações históricas sobre o filme, outras questões etc., e temas de... sugestões de discussão para os debates, temas que podiam ser debatidos. Até chegamos a fazer uma pequena publicação de folhas soltas. Isso havia. E Difusão Oral, Escrita e Oral, ou Oral e Escrita significava também que nós, Capovilla e eu, falássemos. Então, fomos muito em cineclubes. É um momento de cinefilia: a gente ia a dois filmes por dia – às vezes, mais até –, e íamos em cineclubes. O cineclubes é algo, naquele momento, absolutamente fundamental. Todo o pessoal dessa geração, o Gustavo, o Glauber, o Joaquim Pedro, enfim, todos nos formamos em cineclubes. Como não havia escola, nós nos formamos vendo e discutindo filmes em cineclubes. (BERNARDET, 2013a, p. 13-14).

No caso de São Paulo, além dos cineclubes, os intelectuais e as pessoas do setor do cinema se reuniam no Tourist Bar, na Praça Dom José Gaspar. Paulo Emílio Salles Gomes foi uma figura de importantíssimo destaque naquele cenário:

na Cinemateca conheci o Paulo Emilio Salles Gomes, um encontro fundamental na minha vida. E o Paulo, que era duas gerações à frente da minha, foi, digamos, o primeiro adulto que me levou a sério, que achou que eu tinha alguma competência. Ele criava desafios para mim e dizia para eu me virar e resolver. (GUIMARÃES e MARCOLIN, 2014, p. 32).

Foi a partir dessa combinação que se deu a formação de Bernardet. Neste período colaborou no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* (1959-1963) a convite de Paulo Emílio Salles Gomes. Foi programador, juntamente com Rudá Andrade e Maurice Capovilla, da Mostra do Documentário Brasileiro na VI Bienal de São Paulo (1961), além de coordenar a página sobre a Mostra publicada pelo *O Estado de São Paulo*. Colaborou no plano para o Setor de Cinema da Universidade Federal de São Paulo, juntamente com Rudá Andrade (1963); escreveu a coluna de crítica de cinema do jornal *Última Hora* de São Paulo (1963-1964); foi redator e colaborador da Revista Brasileira (1963-1964).

Neste período anterior ao golpe de 1964, Bernardet comenta que havia um grupo formado por João Batista⁵⁵, Maurice Capovilla, Thomaz Farkas e os proprietários ou os

1968, para lutar contra a censura. Dois anos depois, dirige seu segundo longa, *O Profeta da Fome* (1970), [...], premiado com o melhor argumento e roteiro no Festival de Brasília e melhor filme no Prêmio Molière no Air France do Cinema, ambos em 1970. [...] Na TV, trabalha para diversas emissoras. Entre elas, a Rede Globo [...]. Depois, como diretor de núcleo da Rede Bandeirantes (1981-1983) [...]. Após mais de vinte anos sem realizar um longa, estreia *Harmada* (2003) [...]. (MAURICE..., 2018).

⁵⁵ "O escritor e cineasta João Batista de Andrade nasceu em Ituiutaba (MG), em 01 de dezembro de 1939. Começou sua carreira de cineasta ainda estudante, na Escola Politécnica de Universidade de São Paulo. Como cineasta, tem uma carreira onde se alternam os documentários (como "Liberdade de Imprensa", "Migrantes", "Greve!" e "Céu Aberto"), diversos filmes para TV (exibidos no "Globo Repórter", TV Cultura etc.) e 11

editores do jornal *Última Hora* de São Paulo que começou a pensar num filme de longa metragem sobre a reforma agrária, considerando-se a discussão no governo Goulart sobre as reformas de base. Por causa do golpe militar, as ideias de grupo não foram adiante.

Com relação ao seu posicionamento e militância política, Bernardet esclarece:

[...] eu tinha relações com o Partidão, mas nunca tive carteirinha. Havia células. Eu frequentava uma delas, com o Paulo José. Agora, nunca militei, assim... Não. Nunca. A militância era feita – aí, sim, bastante – através do Centro Popular de Cultura, que, em São Paulo, não teve a importância e as consequências que ele teve no Recife e no Rio, que, certamente, foram os dois lugares, mas fazíamos, sim, alguma coisa. [...] Isso antes do golpe, evidentemente. E Capovilla, Rudá... Agora, o Rudá... Capovilla e eu, nós nos concentrávamos bastante sobre os cineclubes e **sindicatos**. Então, me lembro que Capovilla e eu, juntos, fomos ao Sindicato da Construção Civil e apresentamos *Aruanda*⁵⁶. Foi uma... Então, não era uma militância propriamente política; era uma militância político-cultural. Enfim, era o que o Centro Popular de Cultura pretendia fazer, na sua versão paulista. (BERNARDET, 2013a, p. 29-30, grifo nosso).

Embora não fosse um militante partidário confesso, no dia seguinte ao golpe, após andanças pelo centro de São Paulo nas cercanias do Teatro de Arena, Praça da República e, depois, Avenida Nova de Julho, Bernardet foi alertado por Cecília Guarnieri: "[...] você não pode voltar para o Centro. Você foi procurado na *Última Hora*, no Teatro de Arena e na Faculdade de Filosofia. Você tem que desaparecer" (BERNARDET, 2013a, p. 32). A solução veio de seu pai, que havia pertencido à Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial e tinha passado quatro anos na guerra clandestinamente. Bernardet foi para um sítio numa cidade pequena; sua saída foi possibilitada pelo fato de que seu primeiro nome - Jean - confundia quem não o conhecia, pois não se sabia se era um homem ou uma mulher.

[...] na *Última Hora*, eles perguntaram se eu era homem ou mulher. Porque o meu nome, em inglês... Jean é um negócio bilíngue. E um tesoureiro, alguém

longa-metragens, dos quais os mais conhecidos são "Doramundo", "O Homem que Virou Suco", "O País dos Tenentes" e "O Tronco", uma adaptação do romance épico de Bernardo Élis.

Como escritor, também se iniciou na Escola Politécnica, onde fez parte do grupo "Escola Físico-Realista", com um jornal literário na Casa do Estudante Politécnico (de 1962 a 1964). Seu primeiro livro, "Perdido no Meio da Rua" (1989), remonta exatamente a textos de ficção por ele escritos durante o golpe de 64. [...].

Além de sua produção cinematográfica e literária, atuou sempre em diversas frentes do cinema e da cultura brasileira, tendo sido por duas vezes presidente da Associação de Cineastas de São Paulo, presidente da Cinemateca Brasileira, conselheiro do Museu da Imagem e do Som (SP) e coordenador geral da primeira e terceira edições (1999 e 2001) do Fica (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental), que acontece em Goiás. Atualmente preside duas entidades não-governamentais de cinema e meio ambiente: Icumam (Instituto de Cultura e Meio Ambiente, em Goiás) e Cinemar (Instituto do Homem, Audiovisual e Meio Ambiente, em São Paulo).

Em 1999, João Batista defendeu tese de doutorado na Universidade de São Paulo. Intitulada "O Povo Fala", a tese sobre suas experiências na TV como cineasta foi aprovada com "distinção e louvor" pela banca examinadora da ECA-USP". (UOL, [entre 1999 e 2018]).

⁵⁶ Documentário de curta metragem (20 min.), de 1960, dirigido por Linduarte Noronha, apresenta a história do Quilombo Olho d'Água da Serra do Talhado, em Santa Luzia do Sabugui (PB).

da Tesouraria, a quem foram perguntar se era homem ou mulher, disse mulher. Nunca soube se esse homem disse isto porque também ele não sabia ou para me proteger. Eu teria adorado saber quem é essa pessoa, me encontrar com ela. Em todo caso, no dia seguinte eles voltaram. Mas depois eles descobriram que eu era homem. No dia seguinte eles voltaram para a *Última Hora* e prenderam esse cara. (BERNARDET, 2013a, p. 32-33).

Após essas tentativas, Bernardet não foi mais procurado, ficando cerca de dois meses escondido. Neste espaço de tempo, tornou-se professor de crianças da família que o hospedara. Só retornou definitivamente a São Paulo depois de proferir uma palestra no prédio onde ficavam os Diários Associados, e notar que não houve nenhuma reação da repressão. Apesar disso, após o retorno, algumas coisas lhe eram proibidas, como entrar na Cinemateca, por exemplo. Rudá de Andrade não tinha esse mesmo problema, ao que Bernardet esclareceu que ele e Maurice Capovilla eram os mais comprometidos por fazerem trabalhos de sindicato: "A gente trabalhava bastante com o Sindicato dos Metalúrgicos, [inaudível] metalúrgicos da construção civil [...]" (BERNARDET, 2013a, p. 34). Fato é que a ficha de Maurice Capovilla junto ao DEOPS tem uma entrada já em 27 de abril de 1964, explanando sobre um relatório de informação do Ministério do Exército que alertava para as

[...] atividades de elementos comunistas junto a Faculdades de Medicina na Universidade de São Paulo, constatando em um de seus tópicos que, os referidos elementos passaram a editar um jornalzinho, de cunho nitidamente comunista, denominado "Novas Perspectivas", figurando como secretário do referido jornalzinho, o nome de MAURICE CAPOVILLA. (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO, [entre 1964 e 1975], p. 2).

Seguidamente ao retorno a São Paulo, Bernardet retomou o emprego na Livraria Francesa, uma vez que o seu dono era "marcadamente de esquerda", entendendo sua situação. Neste momento surgiu o convite de Paulo Emílio Salles Gomes para que ele e sua esposa formassem o primeiro núcleo docente do curso de cinema da Universidade de Brasília (UnB), que ali se instalaria em 1965.

A UnB, criada em 1961,

[...] foi concebida a partir da matriz desenvolvimentista da educação, sendo projetada para atender às críticas e anseios do meio universitário brasileiro. Foi a primeira universidade brasileira a nascer de um plano definido, sem incluir faculdades já existentes. Com uma estrutura integrada, flexível, dinâmica e moderna, ela se contrapôs ao modelo de universidade segmentada pela justaposição de vários cursos.

Nessa universidade, o departamento substituiu a cátedra como unidade de ensino e pesquisa. Projetada por Darcy Ribeiro e tendo como reitor Anísio Teixeira, apresentou algumas inovações organizativas e pedagógicas. A UnB foi pioneira na ênfase funcional no ensino superior, operando um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país e na sua independência

científica e cultural, formando simultaneamente cientistas e técnicos. Como um centro de renovação, a UnB passou também a ser reconhecida pela dinâmica das agitações políticas.

O golpe de 1964 foi um ataque ao projeto da universidade, promoveu o corte de pessoal na direção e nos corpos discentes e docente, alterando o plano original. A ditadura impôs a tradição de padronização como norte das experiências de reforma da universidade, de acordo com o espírito burocrático que prevaleceu nos conselhos de educação, generalizando soluções previamente definidas. (LIRA, 2010, p. 262-263).

A Universidade de Brasília foi "considerada perigoso foco subversivo desde sua formação, e esse "pecado" de origem não seria perdoado". (MOTTA, 2014b, p. 38-39). A UnB teve seu reitor e vice-reitor destituídos dos cargos logo após invasão militar no campus. No lugar assumiu o professor Zeferino Vaz, "'revolucionário' de primeira hora e administrador universitário respeitado por seu trabalho na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, unidade pertencente à USP."(MOTTA, 2014b, p. 39). Como forma de se equilibrar e atender aos anseios dos militares e, ao mesmo tempo, evitar grandes conflitos com estudantes, docentes e servidores, o novo reitor tomou algumas atitudes que não agradaram nem a uns, muito menos a outros. Acabou por renunciar seu posto em 1965, em meio a uma crise na qual o MEC solicitava a devolução de dois funcionários que foram cedidos à Universidade, sendo um deles professor de sociologia com amplo apoio de estudantes e de seus colegas. O novo reitor afastou o professor, o que causou a demissão em massa dos docentes, cerca de 80% do corpo docente (223 professores). A demissão era em protesto às condições e a intervenção militar que prendeu, afastou e desligou professores e alunos da instituição.(MOTTA, 2014b, p. 41). Entre eles figuravam alguns dos futuros professores da ECA: Paulo Emílio Salles Gomes, Jean Claude Bernardet e Ana Mae Barbosa⁵⁷.

Bernardet comentou, anos mais tarde, em um currículo anexado ao seu processo docente da USP por ocasião de pedido de prorrogação do contrato em 1992, que suas atividades na UnB duraram de maio a outubro de 1965,

⁵⁷ A Profa. Dra. Ana Mae Barbosa narrou os acontecimentos daquele período em entrevista ao Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos (2013, p. 5-6): "[...] a universidade foi invadida pelo Exército, invadida e tomada. Eu morava dentro da universidade num lugar que até hoje chamam "Colina" e a gente tinha um passe pra entrar e sair da nossa própria casa. Foi um choque muito grande, houve uma coisa inédita nas universidades do mundo inteiro: todos nós pedimos demissão, pouquíssimas pessoas não pediram, mas a grande maioria, 200 e tantos professores, pediram demissão, as demissões foram aceitas, algumas pessoas foram chamadas pessoalmente para negociar, para continuar, alguns aceitaram, outros peremptoriamente negaram. José Marques de Melo estava incluído nesses, ele tinha acabado de chegar na Universidade de Brasília pra ser professor da Universidade de Brasília. Eu acho que antes dele assinar o contrato ele se demitiu, assinou a demissão antes de assinar o contrato! Então o grande drama era voltar pra Recife; como vocês sabem, o Rio Grande do Sul e Pernambuco foram os estados que mais sofreram no início da Ditadura por serem governados por homens politicamente fortes e que então se acusava de comunistas. Então, voltar pro Recife nessa situação; a acusação era essa: são tão comunistas que foram expulsos da Universidade de Brasília".

[...] como professor do Curso de Cinema, vinculado ao Curso de Jornalismo. Os institutos eram criados a partir de três cursos. O curso de jornalismo, o de cinema e outro que se criaria em 1966 [o de televisão] formariam a base do Instituto de Comunicação da UnB, a ser coordenado por Pompeu de Sousa. O curso de cinema Era dirigido por Paulo Emílio Salles Gomes que convidou Nelson Pereira dos Santos, Lucila Ribeiro Bernardet e a mim para integrar o corpo docente.

Fiz o mestrado sob a orientação de Paulo Emílio Salles Gomes. A crise militar de outubro de 1965 interrompeu essas atividades, e não me possibilitou defender a tese, como previsto, em início de dezembro. Foi feita uma simulação de defesa pública no quadro do festival de cinema de Brasília em novembro. A tese foi posteriormente publicada com o título Brasil em tempo de cinema. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 244-245).

Em uma entrevista à Revista Pesquisa FAPESP, Bernardet explicou como a sua vida docente teve início na UnB:

Era um momento de modernização das universidades, que vinham introduzindo cursos e disciplinas já existentes na Europa havia algum tempo. As universidades não conseguiam contratar professores titulados nessas áreas porque os cursos não existiam. Portanto, chamavam pessoas do meio profissional que tivessem algum reconhecimento. Eu entrei assim na vida acadêmica. (GUIMARÃES e MARCOLIN, 2014, p. 34).

Após sua saída da UnB, em 1965, Bernardet tentou ir ao Rio de Janeiro por um tempo, mas retornou a São Paulo, quando ingressou na ECC/USP a convite de Rudá de Andrade. Porém, com receio de represálias, a princípio realizou

[...] algumas palestras, em 1966, para ver se haveria alguma reação da reitoria e da diretoria. Então, tinha que fazer palestras com paletó e gravata. E fiz isto e não houve nenhuma reação negativa, e do lado dos estudantes foi tudo muito bem. A partir disso, ele propõe que eu seja contratado. (BERNARDET, 2013a, p. 42).

Os acontecimentos sucedidos na UnB por conta da ação militar na universidade marcariam a trajetória de Bernardet, assim como a de muitos outros docentes, bem como sua vida acadêmica posterior, como pode ser visto no processo de ingresso na USP. A impossibilidade de defesa da tese em dezembro de 1965, por exemplo, é um dos inúmeros sintomas da ação repressiva e de vigilância ocasionada pelos militares. Além disso, uma vez que os órgãos de repressão ainda não estavam completamente integrados nas universidades, isto é, as AESIs ainda não haviam sido criadas, isso talvez explique, em parte, o porquê da contratação do docente na ECC. Outra hipótese é a dos jogos de conciliação-negociação descritos por Motta (2014a) e tratados em capítulo anterior.

A situação em relação ao questionamento dos requisitos para a contratação de Bernardet também nos indica a problemática do sistema de cátedras e a necessidade de uma reforma universitária. A situação de professores titulados na ECA só começaria a mudar na década de 1970:

a USP estava na mesma situação da UnB com relação aos cursos novos. Não havia professores formados. Isso durou aproximadamente até 1971, quando se formaram as primeiras turmas e imediatamente alguns dos recém-formados ingressaram no mestrado e no corpo docente. [...] A partir desse momento, houve um fechamento total para quem não era graduado. (GUIMARÃES e MARCOLIN, 2014, p. 34).

O caso de Bernardet, em 1967, após discussões entre órgãos administrativos da USP e posições contraditórias, foi levado à Consultoria Jurídica⁵⁸ da universidade.

Em 25 de agosto de 1967, o consultor designado para apreciar a matéria em questão, Boris Fausto, avaliou que, se o artigo 101,

[...] § 1º dos Estatutos admite, excepcionalmente, a critério do CO [Conselho Universitário], e por proposta da Congregação, a dispensa de diploma de nível superior para a regência de disciplina que, pela sua natureza, possa ser exercida por elementos de preparo cultural e técnico diverso do universitário, é forçoso concluir que, em princípio, é lícita a contratação, para exercer funções de Instrutor, de pessoa nas condições aludidas acima, dada precisamente a natureza da disciplina.

Acrescente notar que, como é notório, e como está demonstrado pelo currículo [...], o sr. Jean Claude Bernardet é um especialista em assuntos de cinema.

Nessas condições ouvido o Egrégio CO, funcionando também como Congregação, opinamos favoravelmente ao pedido. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 34-35).

Em setembro de 1967, o assunto foi aprovado pelo Conselho Universitário, sucedido pela autorização da reitoria, publicação do termo de contrato no Diário Oficial e, em seis de outubro, o início do exercício oficial das atividades. Contudo, no dia 26 de outubro, a diretoria da ECC enviou ofício à reitoria pedindo o pagamento ao docente por exercício de fato no período de 11 de maio a 5 de outubro de 1967, por suas funções como Instrutor da Disciplina de Introdução ao Cinema. Ou seja, Bernardet vinha dando aulas antes da publicação oficial de seu contrato e de sua aprovação. Essa prática era bastante comum no

⁵⁸ Atualmente o órgão equivalente é a Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo: "A Procuradoria Geral foi criada com o intuito de proporcionar suporte jurídico necessário à tomada de decisão da Universidade de São Paulo. Presta assistência ao Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Vice-Reitores Executivos, Conselho Universitário e suas comissões, Conselhos Centrais, órgãos que compõem a Reitoria, bem como, por intermédio do Reitor, às Unidades. Dividida em Procuradorias de atuação específica, conta ainda com escritórios regionais nos diferentes campi da USP. Possui Seções e Serviços administrativos, valendo-se para tanto, de estrutura administrativa própria. Congrega cerca de cento e vinte servidores (corpo jurídico e administrativo) subordinados a Procuradoria Geral". (USP/MÍDIAS ONLINE, [entre 2009 e 2017]).

início da Escola, como veremos nos casos dos outros docentes estudados. O professor Antônio Guimarães Ferri relatou esse procedimento de processo liminar:

Quando a unidade indica e é aprovado pelo Conselho do Departamento, pela Congregação da unidade, pela Comissão de Ingresso na Universidade, que é a chamada Comesp, que é uma Comissão especial que estuda o problema em função da carga de trabalho que o docente vai exercer e verifica, portanto, a necessidade real desse novo docente. Com essas informações, o processo vai ao Reitor, que concede a liminar, quer dizer, o pagamento imediato desses docentes, a partir do momento em que é indicado. Só depois é que o contrato se efetiva. (FERRI, 1977 apud ADUSP, 2004, p. 72).

Em caráter excepcional, o reitor autorizou, em 27 de novembro de 1967, o pagamento solicitado pela ECC. Em 1968, Bernardet voltou a dar aulas na UnB, dessa vez como professor convidado. O Instituto de Central de Artes (ICA) havia ficado praticamente desmembrado após a crise de 1965,

então, a universidade se vê sem corpo docente e ela tem que organizar um corpo docente novo em tempo... instantaneamente. No caso do ICA, que é o Instituto Central de Artes, tem então um corpo docente novo, e esse corpo docente não consegue se entender com os alunos e os alunos não conseguem se entender com esses professores, que eles julgam extremamente medíocres. Os estudantes do ICA – não da UnB; do ICA – entram em greve. [...] A reitoria acabou cedendo e foi composta uma comissão de reestruturação do ICA com três pessoas, cujo responsável era o Miguel Pereira – dois arquitetos e um músico –, e essa comissão chama pessoas para organizar as disciplinas, para discutir o currículo e organizar as disciplinas. Então, me chamam, a mim [Bernardet] e ao Capovilla. [...] Não era um curso de formação de profissionais, como era o curso de 1965. Aí seriam disciplinas que complementaríamos, digamos, a formação em arquitetura, em artes plásticas... Quer dizer, esse ICA tem um pouco um jeito de FAU, não é só uma... arquitetura, embora o primeiro coordenador tenha sido o Niemeyer. E foi por isto que eu voltei. (BERNARDET, 2013a, p. 43).

O retorno à UnB não foi simples, pois como docente da USP, Bernardet não poderia sair do estado sem autorização prévia, o que, segundo o docente Rudá de Andrade, então chefe do Departamento de Teatro, Cinema, Rádio e Televisão, seria impossível. Para resolver o impasse, Bernardet contou com o auxílio de Rudá de Andrade:

então, eu dava aulas aceleradas, uma carga maior de aula, e depois eu podia me ausentar durante um tempo mais longo e ir para Brasília, e o Rudá me cobria. Quer dizer, não que eu deixasse de dar aula, nunca deixei de dar a aula nem de manter o curso, mas aí eu ia para Brasília... E, no fim de 1968, os professores que a comissão já tinha convidado para a reestruturação resolveram, com a comissão... resolvemos dar um curso durante as férias, um curso intensivo, para que os estudantes não percam dois semestres. Então, um semestre seria substituído por esse curso intensivo. Isso foi feito. E foi no meio disso, [...] que [...] o Ministério da Justiça baixou esse decreto [...]. [...] Quer dizer, oficialmente, eu saio da USP, mas eu estava também

trabalhando na UnB, sem ser professor oficial [...]. Eu estava como convidado, professor convidado, pela comissão, para a reestruturação.

Em 12 de março de 1969, a diretoria da ECC solicitou, junto à reitoria, aditamento ao contrato de diversos professores, dentre eles Jean Claude Bernardet. O termo de aditamento prorrogaria o contrato por mais 730 dias, contados a partir de seis de outubro de 1969. Embora arrolado ao Processo de contrato docente (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 44), não consta a assinatura do contratante, que seria o reitor, nem do contratado, o que nos leva a levantar como hipótese que a renovação do contrato estivesse pronta antes da promulgação do Decreto (BRASIL, 1969b) que aposentaria Bernardet e outros servidores da USP, em 29 de abril de 1969.

Esse Decreto vinha como represália aos protestos do então vice-reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, após a aposentadoria de três docentes (Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas) em 25 de abril de 1969, por um Decreto (BRASIL, 1969a) que usava as prerrogativas do AI-5 e o disposto no artigo 1º, item II, do Ato Complementar nº 39⁵⁹, de 20 de dezembro de 1968, para aposentar 42 servidores da Administração Pública Federal. Havia uma contradição patente neste Decreto, pois a USP é do âmbito estadual, ao que se depreende que

o erro flagrante do decreto [...] parece indicar que esses três nomes foram incluídos para "aproveitar o decreto" e que as informações sobre as quais o Presidente deveria estar baseado para tomar decisões tão drásticas era, para dizer o mínimo, incompletas ou erradas. Outrossim, pode-se supor que, no afã de punir desafetos, os autores das listas tinham se dispensado de obter informações fidedignas. (ADUSP, 2004, p. 47).

O erro só iria ser consertado em 17 de junho do mesmo ano, quando o decreto foi republicado e se acrescentou as palavras "e na Universidade de São Paulo" ao contexto de "Órgãos da Administração Federal".

O Decreto de 29 de abril de 1969 incluía, além de Bernardet, o próprio Hélio Lourenço Oliveira, mas continha novos equívocos: seis docentes que foram aposentados por meio desse dispositivo legal, não eram da USP. De acordo com Hélio Lourenço Oliveira, os acontecimentos entre os dois Decretos se deram da seguinte maneira:

⁵⁹ "Art. 1º Compete aos Ministros de Estado, no tocante ao pessoal civil ou militar dos respectivos Ministérios, assim como aos empregados de autarquia, empresa [sic] pública e sociedade de economia mista, que lhes forem vinculadas, representar, diretamente ao Presidente da República para:

I - A suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos;

I - A demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma." (BRASIL, 1968).

responsável pela Reitoria, expediu no dia seguinte um telex ao ministro da Educação, nos termos mais protocolares, solicitando uma intercessão no sentido de obter a reconsideração desse ato do governo federal. Essa mensagem não era uma esperança, era um gesto. Era a inconformação da Universidade. O telex de retorno, subscrito pelo ministro, era quase um desafio: apenas indagava a opinião do reitor em exercício "sobre se são justos ou não quanto aos fundamentos ideológicos e de defesa do regime atos de aposentadoria de professores dessa Universidade expedidos pelo Governo Federal". Cheguei a formular mentalmente minha resposta: com certeza, o que sabia era que os professores atingidos eram, nos Campos da Física, da Sociologia e da Arquitetura, figuras exponenciais que as universidades mais importantes e autênticas ambicionariam ter em seus quadros". (OLIVEIRA apud ADUSP, 2004, p. 55).

No dia seguinte, 30 de abril de 1969, a capa da *Folha de S. Paulo* estampava a notícia "Punições do Conselho de Segurança Nacional atingem 107"; tratava-se da suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos de diversos políticos, além de militares. Abaixo o periódico informava que 23⁶⁰ servidores foram aposentados na USP e 44 no Itamarati.

Figura 16 - *Folha de S. Paulo* noticia a aposentadoria por Decreto de docentes na USP em 1969

Aposentados 23 na USP

Com base no Ato Institucional n.º 5, o presidente Costa e Silva baixou decreto aposentando 23 professores da Universidade de São Paulo.

São eles: Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado Almeida Ferraz Junior, Caio Prado Junior, Elza Salvatori Berquó, Emilia Viotti da Costa, Fernand, Henrique Cardoso, Helio Lourenço de Oliveira, Isaias Raw, Jean-Claude Bernardet, Jon Andont Verca Reche Maitrejean, José Arthur Gianotti, Julio Puddles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Mario Schenberg, Octavio Ianni, Olga Baeta Henriques, Paula Belguelman, Paulo Alpheu Monteiro Duarte, Paulo Israel Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini, Sebastião Baeta Henriques

44 aposentados no Itamarati

O presidente da República decretou ontem também, com base no AI-5, a aposentadoria de 11 diplomatas e 31 servidores do Itamarati. Em outro ato, e também com base no AI-5, o chefe do governo aposentou um promotor e um procurador da Justiça, ambos do Rio Grande do Sul. (Ver noticiário na pag. 3).

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1969).

⁶⁰ A diferença entre a lista noticiada e a publicada no Diário Oficial é o nome de Paulo Mendes da Rocha, docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. De acordo com o site da Comissão da Verdade da USP (CAMARGO, [2015?]), o professor foi atingido pelo Decreto, sendo reintegrado aos quadros universitários com a Lei da Anistia.

O que havia em comum entre os docentes atingidos pelos Decretos de 1969? Em primeiro lugar, todos tinham papel de liderança intelectual em suas respectivas áreas na universidade.

Em segundo lugar, e em decorrência do anterior, eram todos figuras incômodas, que insistiam em caminhos renovadores e criticavam o tradicionalismo da USP. Os decretos que forçaram a aposentadoria de todos eles [...] conseguiram expurgar a Universidade de muitos de seus membros mais críticos, mais talentosos e mais inovadores.(ADUSP, 2004, p. 59).

Como havíamos dito anteriormente, Bernardet estava em Brasília quando o Decreto que o aposentou foi promulgado.

E aí foi realmente a catástrofe. Aí de novo eu me escondi. [Inaudível] me esconderam. Porque a gente não sabia o que ia acontecer [...], se íamos ser presos ou sei lá o quê. Então, fui colocado lá em algum apartamento em Brasília. E aí caiu... quer dizer, que eu não tinha mais nenhum meio de sobrevivência: não só eu não tinha mais a *Última Hora* havia muito tempo, não tinha mais a Cinemateca, não tinha mais a Universidade de Brasília, não tinha mais a USP, e tinha a Lucila e a Ligia.⁶¹ Então, foi assim um... realmente, um momento extremamente difícil. (BERNARDET, 2013a, p. 34-35).

Essa fase pode ser observada pela diminuição de produções acadêmicas em relação às anteriores. Entre 1969 e 1970, Bernardet tentou "[...] fazer publicidade, [...] fazer uma série de coisas, mas não deu certo" (BERNARDET, 2013a, p. 36). Chegou a obter uma coluna na Gazeta, junto com Paulo Emílio Salles Gomes, mas acabaram sendo expulsos. Apesar das dificuldades, Bernardet afirma que os 11 anos que esteve fora da USP estão entre os melhores de sua vida.

Primeiro, porque a lista dos cassados foi um erro da ditadura. A cassação nos deu uma projeção internacional imediata. Na época eu era só um professor com um livro publicado. De repente, fui associado ao Fernando Henrique, Giannotti, Florestan Fernandes, Mário Schenberg e outros famosos. Cresci do dia para a noite. Mas, de qualquer jeito, eu tinha perdido tudo em 1964, em 1965 e outra vez em 1969. Estava ficando meio cansado. Das duas primeiras vezes aguentei bem, mas em 1969 já tinha uma filha e certos compromissos financeiros. (GUIMARÃES e MARCOLIN, 2014, p. 35).

⁶¹ Lucila Ribeiro Bernardet foi esposa de Jean Claude Bernardet, com quem teve sua filha, Ligia. "Trabalhou na USP entre 1966 e 1979, a princípio como instrutora voluntária e, a partir de 1970, como Professora contratada na área de Teoria e História do Cinema, sob responsabilidade de Paulo Emílio Salles Gomes. Com a morte de Paulo Emílio, Lucilla, já mestre, passou a atuar na equipe de Teoria Literária e Literatura Comparada, coordenada por Antonio Candido. De 1971 a 1979 foi docente de introdução aos Estudos Literários, enquanto preparava seu doutoramento. Um acidente de automóvel, ocorrido nesse final da década de 70, obrigou-a a pedir licença para tratamento de saúde e, algum tempo depois, a aposentar-se".(CHIAPPIM, 1996, p. 97).

Em 1969 recebeu uma bolsa de estudos CEBRAP⁶² (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)-Fundação Ford, cuja

[...] pesquisa em torno da estrutura dramática da chanchada, [...] ficou inacabada (o material existente está depositado na Cinemateca Brasileira). Foi uma ótima oportunidade para estimulantes discussões com o professor Otavio Ianni.

Bolsa de viagem da Comissão Fulbright, e de viagem e observação da Fundação Ford, em consequência de um convite de Universidade de Nova Iorque, para a realização de uma palestra. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 255).

Dentre as diversas atividades que levou adiante entre 1969 e 1979, Bernardet deu aulas no Departamento de História da Escola de Arquitetura da Fundação Valparaibana de Ensino (1972-1973), "mas durou pouco porque a repressão estava atuante, de olho nos professores" (GUIMARÃES e MARCOLIN, 2014, p. 35). Nesse período colaborou na Revista *Visão* junto com Vladimir Herzog, com quem tinha amizade de tempos anteriores. Trabalhou também com João Batista de Andrade como codiretor em filmes sobre a história do cinema paulista, parte de um projeto da Comissão Estadual de Cinema. Com o Decreto de 1969, não poderia receber dinheiro público, o que fez com que tivesse de receber em nome de outra pessoa, que consta nos créditos.

Deu aulas no Instituto Goethe sobre cinema até 1978, quando o diretor do instituto enviou um comunicado a Bernardet "[...] dizendo que tinham recebido um aviso da embaixada da Alemanha para interromper todo o contato [...]" (GUIMARÃES e MARCOLIN, 2014, p. 35).

Bernardet teve outros problemas com a repressão e a censura quando colaborou com a revista *Opinião*, tendo utilizado pseudônimos, entre eles Carlos Murao ou Cristiano Richter, entre os anos de 1974 e 1975.

[...] o *Opinião* tinha censura na redação, e um dia um texto meu foi proibido na íntegra. Bom, [...] o editor de cultura, me disse: "Faz uma coisa um pouco mais leve", e na semana seguinte foi proibido na íntegra. [...] eu resolvi escrever um artigo sobre Molière [...], e escrevi sobre... mais sobre questões, pelo que eu me lembro pelo menos, da cenografia... desse tipo. O artigo foi proibido. Então, [...] chegaram à conclusão que o meu nome tinha sido proibido. Aí eu mudei de nome [...]. Durante um tempo... [...] Inicialmente, a

⁶² "Sem lugar nas universidades públicas e muito menos no governo, perseguidos pelos militares, censurados, intelectuais de esquerda criaram há exatos 30 anos um instituto que acabou desempenhando um papel fundamental nas discussões de teoria econômica e política e na formação de quadros para vários partidos políticos -do PT e do PSDB, principalmente- e para vários governos. [...] O Cebap foi financiado, no seu início, praticamente por uma única instituição, americana: a Fundação Ford, criada pela mesma família que fundou a montadora de carros.

O instituto funcionou, sobretudo nos primeiros anos, como um laboratório de projetos e pesquisas que eram apresentados e debatidos pelos participantes e convidados". (O LABORATÓRIO..., 1999).

redação não estava a par. Quando, depois, a censura aceitou o nome... O primeiro texto como Carlos Murao é um texto mais agressivo – era sobre cinema árabe, ou cinema palestino, não sei muito bem o quê –, e aí ela aceitou. Então, esse foi, digamos, o pseudônimo mais funcional, porque... Depois a redação soube. Acho que o censor nunca soube. Bom, é claro que nunca soube, o censor. (BERNARDET, 2013a, p. 37).

A situação de perseguição só iria amenizar a partir da Lei da Anistia em 1979. A promulgação da Lei ocorreu em agosto daquele ano, mas a movimentação no processo contratual de Bernardet na USP apenas ocorreu em outubro de 1979, quando a diretoria da ECA solicitou o envio do processo para vistas. O ato que reverteu o docente às suas funções veio em 2 de julho de 1980, publicado no Diário Oficial em 5 de julho do mesmo ano, quando a reitoria declarava que Bernardet retornava na categoria de contratado pelo prazo de 5 meses e 6 dias. Ou seja, seu regresso dava-se sem que a renovação pretendida em março de 1969 tivesse sido efetuada; o docente iria completar o prazo não cumprido anteriormente. O início do exercício das funções deu-se em 17 de julho de 1980, o que dava a dimensão da forma como a anistia foi aplicada nas universidades, ou mais especificamente, na USP.

A discussão no jornal nos ajuda a entender o processo, pois, em 29 de junho de 1980, o editorial da *Folha de S. Paulo* intitulado "Desanistia" tratava da demora em efetivar a reintegração de direito dos servidores atingidos pela ditadura militar.

Figura 17 - Editorial da *Folha de S. Paulo* sobre a demora na reintegração dos docentes anistiados

Desanistia

Em todo o País, a reintegração dos servidores afastados do serviço público por atos de exceção, ao invés de apagar os ressentimentos, sanando as injustiças, parece destinada a reavivar as feridas. A reintegração, uma das consequências da anistia, já fora concebida como um dos dispositivos mais restritivos daquela lei, sobretudo em decorrência das dificuldades previsíveis na volta à ativa de militares aposentados ou demitidos. Com efeito, prevê a Lei de Anistia que a reintegração só será feita mediante a observação de critérios de interesse e oportunidade, ao arbítrio da administração pública, não constituindo, portanto, um direito, mas um ato discricionário.

A letra da lei, entretanto, não apaga a expectativa subjetiva dos interessados que, como é compreensível em face de um espírito de anistia das disposições de conciliação do presidente da República, encaram a reintegração lenta e seletiva que vem sendo efetuada como uma segunda punição. Inúmeros ex-servidores beneficiados pela anistia prepararam-se, em face disso, para efetuar um protesto nacional contra a maneira discriminatória e restritiva, com a qual, de seu ponto de vista, a lei vem sendo aplicada, prolongando seu drama pessoal e familiar.

Mais do que drama, a reintegração dos professores afastados da USP parece uma comédia de erros. A reitoria da USP se arrogou o direito de decisão sobre a reintegração de seus professores, em nome da autonomia universitária. Pressionado pela comunidade acadêmica, o Conselho Universitário contornou os aspectos mais odiosos da lei, convidando os professores a se reintegrarem — fórmula aliás aventada e sustentada pela *Folha* —, com o que lhes poupou o vexame de pedirem a reparação de um direito que ninguém ex-

plicou por que lhes foi retirado, sem processo nem defesa.

Não se poupou o reitor de empregar os 180 dias que a lei concedeu para decidir sobre os 11 processos de professores que optaram pela reintegração. Esgotado o prazo legal, informa-se na reitoria que o sr. Waldir Oliva teria homologado a decisão da comissão. Contudo, tal decisão não tem qualquer efeito legal ou administrativo, posto que não foi publicada, não se sabe por quê, no Diário Oficial.

★

Ocorre, entretanto, que a decisão propiciaria uma reintegração apenas de direito. A reintegração de fato não poderia ocorrer porque, alega-se, faltariam verbas para pagar a diferença entre o que recebem atualmente os professores, a título de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço na época do afastamento, e o que viriam a perceber na ativa. Essa diferença, na maioria dos casos, é ínfima e, no total, não atinge a um milésimo do orçamento da Universidade. Além disso, os professores que não optaram pela reintegração seriam, de acordo com a lei, automaticamente aposentados, acrescentando-se ao tempo de serviço o período de afastamento. Essa diferença também não está sendo paga, sem que a reitoria tenha dado, aos interessados, qualquer explicação.

Por mais graves que sejam as dificuldades financeiras da USP, é duvidoso que a ínfima quantia em pauta não pudesse ser obtida no prazo de 180 dias. Pode-se pensar que o reitor está mais inclinado a ceder às pressões daqueles que — dentro e fora da USP — não desejam a reintegração dos professores. Entretanto, como teme a pressão de seus pares, em maioria favoráveis à medida, aparentemente não deseja assumir o ônus de sua decisão, adotando a solução mais fácil de protelar.

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1980b).

Ou seja, apesar de o Conselho Universitário da USP ter convidado os professores afastados a se reintegrarem, de forma que não precisassem requerer por via judicial a aplicação da Lei da Anistia, o reitor usou os 180 dias que o recurso legal lhe permitia para decidir sobre o caso dos 11 professores que optaram pelo retorno. Uma vez que o prazo foi esgotado, embora se tenha afirmado que a decisão da comissão responsável fora homologada,

Figura 18 - Reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre busca por apoio à reintegração dos docentes anistiados

Adusp busca apoio para reintegração

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) pediu oficialmente à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que a situação dos professores anistiados e ainda não reintegrados à USP seja relatada na assembleia geral a ser realizada durante a próxima Reunião Anual da SBPC. "De tal forma que toda a comunidade acadêmica possa solidarizar-se com esses colegas".

O pedido foi feito ontem pelo presidente da Adusp, prof. Brás José de Araújo, em ofício endereçado ao presidente da SBPC, prof. José Goldemberg, no qual é historiada a "situação ambígua" a que estão submetidos quinze professores, entre os atingidos por atos de exceção, que aceitaram voltar a ocupar seus antigos cargos na USP, atendendo a convites formulados pelas respectivas instituições de ensino e pelo Conselho Universitário.

DEMORA

O presidente da Adusp acentua que "o prazo determinado pelo decreto que regulamenta a Lei de Anistia, para que as autoridades competentes decidam sobre esse retorno, está prestes a expirar", após transcorridos seis meses, "sem que nenhuma manifestação da Reitoria da USP se tenha ouvido a esse respeito."

"Não se pode alegar — acrescenta o presidente da Adusp — que a administração da Universidade não tenha tido tempo hábil para instruir quinze processos nem encontrar verbas que completem a diferença entre o que os professores já recebem como aposentados (compulsoriamente) e o que passariam a receber com aposentadorias reajustadas ou pelo exercício de suas renovadas atividades docentes. O montante dessa diferença seria mínimo, quando comparado ao orçamento da USP."

Ainda de acordo com o prof. Brás José de Araújo, a Comissão nomeada pelo reitor da USP para estudar tais casos já terminou o trabalho. E o próprio reitor teria aprovado as conclusões contidas no relatório apresentado pela Comissão.

Depois de indagar sobre o que estaria entrvando a pronta regularização da situação desses professores, o presidente da Adusp afirma que "começa-se a suspeitar da existência de uma deliberada política protelatória dessas mesmas autoridades, talvez de novo acuadas por aqueles que, sob a capa da minúcia burocrática, desde tempos empunham a bandeira do obscurantismo".

ADUNICAMP

A diretoria da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas protestou, ontem, através de carta enviada à reitoria da Universidade de São Paulo, contra "a protelação da reintegração dos professores atingidos por ato de exceção".

Para a Adunicamp, a atitude da Reitoria da USP, "além de prestar um desserviço à comunidade acadêmica, vem ferir as mais caras tradições da universidade como local de difusão do conhecimento".

A entidade conclui afirmando que aguarda "prontas medidas" visando à reintegração daqueles docentes.

PORTELA

Por outro lado, a assessoria de imprensa do MEC informou ontem que, segundo declarações do ministro Eduardo Portela, da Educação, a solução do problema da reintegração dos professores afastados arbitrariamente da USP deverá ter sua solução apresentada ainda hoje.

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1980a).

tornou-se sem efeito, uma vez que não foi publicada no Diário Oficial. Havia ainda a questão da impossibilidade da reintegração de direito devido às alegações de falta de verbas, refutadas pelo editorial, uma vez que o montante poderia ter sido obtido no prazo de 180 dias.

Essa discussão e os motivos para a protelação da reintegração de fato continuaram ao longo dos dias seguintes, dando a dimensão da problemática em questão. É importante frisar que apenas os docentes cassados pelos Decretos, ou seja, por vias legais e formais, tiveram o direito a essas reintegrações, o que não foi o caso dos demais, como veremos adiante nos próximos subitens deste

capítulo.

Em 2 de julho de 1980, a *Folha de S. Paulo* noticiava que a ADUSP estava buscando apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do seu diretor, José Goldemberg, para a reintegração dos professores anistiados. A Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADUNICAMP) enviou uma carta à reitoria da USP protestando contra a protelação da reintegração dos docentes anistiados. Já a assessoria imprensa do MEC informou que a solução para a questão seria apresentada ainda naquele mesmo dia.

Figura 19 - Notícia sobre a reintegração dos docentes anistiados

USP reintegra 13 docentes que foram anistiados

Treze professores recém-anistiados, que haviam aceito convite oficial para retomar as atividades docentes na **Universidade de São Paulo**, foram reconduzidos às funções que ocupavam por ocasião dos atos punitivos. A reintegração, baseada na **Lei de Anistia**, foi assinada dia 2 pelo vice-reitor em exercício, prof. Antônio Brito da Cunha, e publicada na edição de sábado do "Diário Oficial".

São estes os docentes reconduzidos: Mário Schemberg — professor-titular do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica, do Instituto de Física; Alberto Carvalho da Silva — professor-titular do Departamento de Fisiologia e Farmacologia, do Instituto de Ciências Biomédicas; Hélio Lourenço de Oliveira — professor-titular do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; José Artur Gianotti — professor livre-docente do Departamento de Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Paula Beiguelman — professora livre-docente do Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Paul Israel Singer — professor livre-docente do Departamento de Economia, da Faculdade de Economia e Administração; Paulo Archias Mendes da Rocha — auxiliar de ensino do Departamento de Projetos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Jon Andoni Vergareche Maltrejean — auxiliar de ensino do Departamento de Projetos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; João Baptista Villanova Artigas — auxiliar de ensino do Departamento de Projetos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Ivone Dias Avelino — professora contratada do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Jean-Claude George René Bernadet — professor contratado do Departamento de Teatro, Cinema, Rádio e Televisão, da Escola de Comunicações e Artes; Ada Natal Rodrigues — professora contratada do Departamento de Linguística e Línguas Orientais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Thomas Maack — professor contratado do Departamento de Fisiologia e Farmacologia, do Instituto de Ciências Biomédicas.

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1980d).

É relevante notar que o ato reitoral arrolado no Processo contratual de Bernardet data de 2 de julho de 1980, o que pode sugerir que a pressão da ADUSP e de outras instituições devem ter surtido efeito.

No dia 3 de julho, já se noticiava a criação de cargos para reintegração, com a promulgação de atos individuais para provimentos de cargos (FOLHA DE S. PAULO, 1980c). A informação da reintegração efetiva veio dia 8 de julho, constando o nome de 13 docentes, dentre eles Jean Claude Bernardet.

Entre novembro e dezembro de 1980, o docente apresentou um relatório de atividades para renovação de contrato por mais três anos. O texto contém dados sobre o projeto que ficou em suspenso por conta dos acontecimentos de 1969:

Preparei um curso sobre "Linguagem Cinematográfica". O curso devia ser baseado em alguns filmes estilisticamente diferenciados, principalmente no tocante às formas de narração e à montagem. Inicialmente se faria um trabalho descritivo, donde se partiria para hipóteses sobre os mecanismos de significação destes filmes. Após o que seriam feitos alguns seminários apoiados no material levantado dos filmes e em textos teóricos, verificando algumas características gerais da linguagem cinematográfica. O curso não chegou a ser iniciado (por motivos de programação do Departamento, ele não devia começar logo no início do semestre), pois meu contrato foi "rescindido". (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 52).

A votação sobre a renovação de seu contrato na Congregação mostra-nos um pouco sobre questões políticas internas da própria ECA e talvez da própria condição dos anistiados: 8 votos a favor, 2 contrários e 1 voto em branco. Uma vez aprovada a renovação, a votação para mudança de referência salarial modificou-se um pouco: 6 votos a favor, 1 voto nulo e 1 voto em branco.

Em 27 de maio de 1981, a renovação foi oficializada por três anos, a contar de 23 de dezembro de 1980, porém, sem a mudança de referência salarial. Após novo ofício do Departamento de Teatro, Cinema, Rádio e Televisão, em julho de 1981, solicitando e argumentando sobre a alteração salarial e funcional - Professor Colaborador -, a aprovação da COMESP (Comissão Especial)⁶³ veio em agosto, e a publicação em outubro do mesmo ano.

Em agosto de 1982, Bernardet iniciou o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa em estágio de experimentação por 1095 dias, tal como as normas estatutárias previam. No ano seguinte, em outubro, novo pedido de prorrogação de contrato por três anos foi encaminhado. Nessa ocasião, a Congregação votou favoravelmente pela matéria por unanimidade; em janeiro de 1984, a prorrogação foi publicada no Diário Oficial.

Em fevereiro de 1984, a Seção de Estudos de Pessoal da Divisão Técnica de Pessoal⁶⁴ enviou uma cópia de um parecer que avaliava o caso do ex-vice-Reitor Helio Lourenço de Oliveira, sobre a possibilidade de retroação de pagamento, em hipóteses de reintegração pela Lei da Anistia, à data de sua edição. A retroação não havia ocorrido a partir da data do ato que propiciou a admissão por reversão à folha de ativos, em julho de 1980, mesma época em que Bernardet foi reintegrado de fato à USP.

Por conta do Despacho Normativo do Chefe do Poder Executivo Bandeirante, de 07 de fevereiro de 1983, a Divisão Técnica de Pessoal opinou pelo deferimento do pedido de Helio Lourenço de Oliveira. A seção de Pagamentos I informou ter procedido de maneira semelhante para os docentes relacionados nas mesmas condições, ou seja, o pagamento a contar de 28 de julho de 1979, data da Lei da Anistia.

Porém, a Divisão Técnica de Pessoal solicitou a manifestação da Seção de Pagamentos sobre eventual retroação de pagamentos para outros docentes que reverteram na situação de contratos - caso de Bernardet. Entendeu-se que havia a possibilidade de que os contratados também pudessem receber os salários da função a partir da vigência da Lei da Anistia. Assim, não parecia que a lei distinguia entre efetivos e contratados, por isso o mesmo tratamento deveria ser dispensado aos docentes que reverteram na situação de contratados.

⁶³ "[...] Comissão Especial (COMESP), criada pela Portaria no. 898, de 12 de setembro de 1969. A Comissão Especial, constituída de três membros designados pelo Reitor, era incumbida de emitir pronunciamentos nos expedientes relativos a contratações, iniciais ou em prorrogação, do pessoal docente".(USP MÍDIAS ONLINE - CERT, [20--]).

⁶⁴ Atualmente esta seção equivale ao Serviço de Contratos Autárquicos e Docentes, que "realiza atividades ligadas à administração da USP, no que se referem aos servidores autárquicos e docentes, abrangendo a análise e a formalização de procedimentos relativos às rotinas de administração de pessoal, tais como: nomeações, contratações, transferências, alteração de função, alteração de regime de trabalho, prorrogação de contrato, progressão funcional na carreira, etc. Realiza ainda controle de criação reposição e distribuição de cargos, criação de posto de trabalho docente, e a extinção de cargos e funções".(USP MÍDIAS ONLINE, [20--]).

Ainda em 1984, Bernardet apresentou uma tese e foi diplomado junto à École des Hautes Études em Sciences Sociales-EHESS, Paris.⁶⁵

Em 1984, diplomado pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, consultei informalmente o presidente da Comissão de Pós-Graduação da ECA, sobre a possibilidade de me integrar na carreira universitária. Recebi a resposta, informal, de que deveria fazer o mestrado. Devido às atividades que já tinha desenvolvido até 1984 e à bibliografia publicada, não me considerei em nível de candidato ao mestrado, e não dei prosseguimento, ficando como professor colaborador em nível MS-6 a partir de 16 de fevereiro de 1987. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 246).

A origem do diploma remonta aos contatos feitos no início da década de 1970, quando propôs e traduziu um livro de Christian Metz para a Editora Perspectiva, de Jacob Guinsburg⁶⁶. A proposta ocasionou uma "[...] intensa correspondência com o Christian Metz⁶⁷ sobre questões de conceitos, de vocabulário e coisas desse tipo" (BERNARDET, 2013b, p. 16). Após uma visita a Paris, por ocasião de um Congresso de Sociologia na Inglaterra na década de 1980, Bernardet confessou a Metz o interesse em realizar um trabalho em conjunto, porém fora da semiologia. Com uma bolsa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o docente pôde escrever o trabalho no Brasil, mas o finalizou na

⁶⁵ "Para obtenção do "diplome" desta Escola (a EHESS confere dois títulos: o "diploma" e o doutorado de terceiro ciclo), apresentei uma dissertação intitulada: Cinéma et Images du peuple. Une aventure documentaire au Brésil, années 60 et 70, sob a orientação do professor Christian Metz.

A banca foi composta por Gérard Genette, Pierre Sorlin e a Sra. Fisher. A dissertação obteve a melhor classificação.

A dissertação, em versão reduzida, foi posteriormente publicada em português com o título Cineastas e Imagens do povo". (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 254, grifos do autor).

⁶⁶ "Crítico, ensaísta e professor. O mais importante especialista em teatro russo e ídiche entre nós, semiologista e teórico do teatro. Diretor de coleções e editor de obras indispensáveis sobre teatro pela Editora Perspectiva. [...] Diretor Presidente da Editora Perspectiva, vem desbravando especialmente o campo da estética e dos estudos teatrais com uma notável linha editorial, cujos títulos já se constituem em bibliografia obrigatória. [...] Aposentado da ECA/USP desde 1991 e homenageado com o título de Professor Emérito da USP em 2001 [...]". (JACÓ..., 2018).

⁶⁷ "Frenchfilm theorist. Metz introduced film studies to both structuralism and psychoanalysis and in the process helped initiate the establishment of film theory. Instead of asking what films mean, Metz set out to discover how they make meaning, and in doing so revolutionized the way film was written and thought about in the academy. Born in Béziers in southern France, Metz studied classical languages and ancient history at the École Normale Supérieure and then completed a doctorate in general linguistics at the Sorbonne. Always a cinephile, Metz began to think of ways of applying Ferdinand de Saussure's theories of language (then much in fashion in Paris thanks to the work of Claude Lévi-Strauss and Roland Barthes, among others) to cinema in order to deduce the universal syntax of narrative film. How, in other words, does a film tell a story in pictures? In the 1970s, realizing that the structuralist approach to film analysis he had adopted privileged the cinematic text over the audience, Metz began to incorporate the insights of psychoanalysis, particularly its Lacanian variant (itself already influenced by structuralism), so as to think through how viewers receive films. Metz hypothesized that films are the equivalent of dreams or hallucinations so Sigmund Freud's theory of the dreamwork can be applied directly to them. This has proved a highly influential suggestion. Metz's most important publications are *Essai sur la signification au cinéma* (1968), translated as *Film Language: A Semiotics of the Cinema* (1980) and *Le Signifiant imaginaire. Psychanalyse et cinéma* (1977), translated as *The Imaginary Signifier: Psychoanalysis and the Cinema* (1982)". (CHRISTIAN..., 2010).

França. O trabalho escrito lhe rendeu o chamado diploma, além do convite para continuar os estudos na Escola. A continuação dos estudos não se consolidou e, ao retornar ao Brasil, Bernardet solicitou

[...] que a revalidação do diploma fosse feita com nível de doutorado – porque o diploma da Escola é muito mais do que o mestrado aqui –, e que eu não ia aceitar a equivalência ao nível de mestrado, eu queria o doutorado. A USP recusou. Então eu disse: “Então, tudo bem, eu fico com o diploma de Paris e fica nisso mesmo”. (BERNARDET, 2013b, p. 17).

Veremos adiante que a situação de revalidação de diplomas e doutorados nas décadas de 1970 e 1980, na ECA, foi permeada de dificuldades e entraves.

Em 1985, Bernardet terminou o período de estágio do Regime de Dedicação Integral a Docência e a Pesquisa, e passou a exercê-lo em caráter permanente. Em 1986, por ocasião da renovação do contrato, o Departamento de Cinema, Rádio e Televisão (CTR) informou a direção da ECA que seu Conselho havia decidido propor a alteração de referência de faixa salarial do docente. A decisão do CTR fora unânime, e apresentava em sua justificativa um pequeno histórico de Bernardet, remontando ao período na UnB e seu afastamento da ECA:

desde 1965, quando juntamente com Paulo Emílio Salles Gomes e Nelson Pereira dos Santos, até o presente, o professor Jean Claude G. R. Bernardet desenvolveu intenso trabalho de docência - interrompido por alguns anos devido ao obscurantismo que durante mais de duas décadas imperou sobre nosso país - e de pesquisa em que se define de maneira qualitativa indiscutível sua vocação de crítico e estudioso do cinema - em especial do cinema brasileiro -, vocação essa que começou a se fazer pública em 1959, em artigos escritos para o Suplemento Literário do jornal O Estado de São Paulo e se consolidou nos numerosos artigos ensaios e livros - alguns deles já na 9ª edição - publicados no transcorrer de 27 anos dedicados a escrever sobre esses objetos culturais denominados filmes. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]b, p. 159).

O contrato foi renovado em 1986, por mais três anos, e a mudança de faixa salarial veio no ano seguinte em fevereiro. Outra prorrogação seguiu em 1989, sendo que, no ano subsequente, Bernardet enviou um ofício ao presidente da CERT (Comissão Especial de Regimes de Trabalho⁶⁸) com uma cópia da correspondência que recebeu da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, solicitando orientação em relação a qual atitude adotar. Bernardet fora reintegrado à UnB pela Lei da Anistia, porém optou pela licença sem vencimento. Pela falta de docentes, a Faculdade de Comunicação solicitou que Bernardet ou reassumisse o cargo ou se desligasse, a fim de que pudessem contratar outro professor. Dentre

⁶⁸ "A CERT trata de ingressos, reingressos, permanências, exclusões, licenças, afastamentos, credenciamento para atividades simultâneas, transferências, nomeações, contratos, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do pessoal docente da Universidade". (USP MÍDIAS ONLINE - CERT, [20--]).

as propostas oferecidas, o docente tinha dúvidas sobre substituir a licença sem vencimento por licenças sabáticas com remuneração integral e contagem de tempo de serviço. Bernardet questionava se as normas da USP permitiam que aceitasse tal proposta, no tocante tanto à remuneração, quanto à contagem do tempo de serviço.

Em 1991, recebeu como resposta do Serviço de Contagem de Tempo que a hipótese da aposentadoria seria a mais viável, inclusive pela possibilidade de contagem em dobro. Porém, havia a sugestão que o docente atendesse o chamamento da UnB e, face aos seus entendimentos lá mantidos, apresentasse elementos mais concretos ao exame da situação por parte da USP. A questão não foi mais levantada ao longo de seu processo de contrato docente.

Em agosto de 1992, Bernardet elaborou tese de doutorado e a defendeu. O texto era fruto da pesquisa "A noção de autor no cinema", iniciada em 1986, composta por três partes: uma deu origem ao seu livro "O voo dos Anjos", enquanto as outras duas partes formaram a tese de doutorado "Noção de autor no cinema : domínio francês, domínio brasileiro anos 50 e 60". O docente explicou os motivos que o levaram à elaboração da tese e sua defesa naquele momento:

[...] o diretor do departamento, que era o Peñuela, acaba caindo, [...] e entra a Dora Mourão. [...] ela percebe que, pela política da reitoria, a reitoria está enxugando o corpo docente. Então, têm contratos não renovados etc. E já se atacava não sei que categoria de professores e a próxima categoria iam ser os professores contratados, ou convidados, enfim, o que eu era, então, ela me levou a fazer o doutorado. Esse doutorado, eu fiz em aproximadamente três meses. Eu fiz o seguinte: apresentei o memorial primeiro à congregação da escola e depois... pedindo o notório saber, e eles me concederam o notório saber. O notório saber possibilita de você entregar o seu trabalho à banca diretamente, sem orientador, sem curso, sem absolutamente nada. Como eu tinha um trabalho já feito no computador sobre o conceito de autor na política dos autores, especificamente, no *Cahiers du Cinéma*, e esse trabalho, eu tinha trabalhado muito, [...] eu estava muito seguro desse trabalho. Mas esse trabalho era curto, então, eu fui catar outras coisas que estavam no computador, até fazer um volume. E fiz e apresentei isto então como tese, digamos assim, de doutorado. A banca achou o seguinte, que eu não poderia ser arguido, devido ao meu notório saber e porque, no fundo, eu era vítima de uma situação de opressão. Porque, realmente, eu tinha começado a fazer a pós-graduação 20 anos antes, na UnB. Um dos professores da banca era o João Alexandre Barbosa, que era da UnB e que saiu no mesmo tempo e que é o professor com quem eu fiz um estudo de literatura francesa, no quadro da pós-graduação da UnB, naquela época. E havia outros professores. E esses professores decidiram que, por ato político, eu não seria arguido. A única pessoa que não quis entrar nisso foi o Sábato Magaldi, que me arguiu e me fez uma enorme crítica. Porque eu tinha esquecido a bibliografia. E não que eu não tivesse, mas eu esqueci de anexar o arquivo. Então, apresentei uma tese sem bibliografia, e o Sábato Magaldi ficou escandalizado. Então, a única pessoa a quem eu tive que responder foi ele. E eu disse: "Não é que não fiz bibliografia. Simplesmente, eu esqueci a bibliografia. Não tenho nada para dizer. O senhor tem toda a razão. Mas não tenho explicação, a não ser

que eu fiz tudo isso apressado”. Portanto, o doutorado foi feito. (BERNARDET, 2013b, p. 17-18).

No final de 1992, seu contrato foi renovado novamente por mais três anos, assim como em 1995. Seu processo de contrato docente foi arquivado em 1997, não constando de sua aposentadoria. Naquele ano, Bernardet pediria sua aposentadoria, não por idade, mas usando das prerrogativas da Lei da Anistia, que lhe contabilizaria os anos em que esteve afastado das funções pelo Decreto de 1969. O docente comenta que sua motivação para o pedido de aposentadoria veio de uma carta-circular enviada pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) Luís Carlos Bresser Gonçalves Pereira,

[...] que na época era ministro do Fernando Henrique, para dizer que a aposentadoria seria mudada para melhor. Isso provocou [...] uma onda de aposentadorias, porque a gente... “temos que nos aposentar”, com as condições bastante favoráveis e socialmente injustas, porque somos aposentados com o salário pleno e décimo terceiro, o que é amplamente discutível. Porém, já que era assim... E como eu tinha os anos de casa, os 30 anos mínimos, eu já tinha isto... (BERNARDET, 2013b, p. 11).

Ao entrar com o pedido de contagem de tempo para aposentadoria, Bernardet comenta que recebeu a informação de que não possuía o tempo necessário para desfrutar do benefício, pois teria cerca de 19 anos de exercício. Argumentou que, se fossem acrescidos os 11 anos que esteve afastado pelo Decreto de 1969, completaria os 30 anos. De acordo com o docente, com a informatização dos processos, só foram passados os dados após a Lei da Anistia, por isso era considerado um professor que teria iniciado a sua carreira na USP em 1980 e não em 1967. Ao consultar um advogado, foi aconselhado a entrar em um acordo, pois, embora pudesse ganhar a causa, levaria muito tempo para se resolver. Bernardet comenta o desenrolar dos acontecimentos que levaram até sua aposentadoria:

[...] eu fiz um bruto escândalo, em que, realmente, as pessoas vieram dos escritórios. Escrevi um monólogo. O monólogo dizia a coisa seguinte, que eu tinha sido aposentado pelo AI-5 [...] que era dever do Departamento de Pessoal conhecer a Lei da Anistia, já que a Lei da Anistia regia o caso de diversos professores da USP, e no meu, na ECA, e que eu tinha todos os direitos que tinham esses [...] professores da lista e que eu sabia de um professor [...] que estava na lista e se tinha aposentado, e que esse professor se chamava Fernando Henrique Cardoso. Aí eu disse: “Todos os direitos do Fernando Henrique Cardoso em relação à USP, eu tenho”. O processo de 1967, que ninguém achava, apareceu em três dias. (BERNARDET, 2013b, p. 12).

A situação vivida por Bernardet por ocasião de sua aposentadoria é sintoma daquilo que a Lei da Anistia simboliza: “[...] representação positivada da *anistia-amnésia*, [...] da

estratégia do esquecimento e da produção do silenciamento". (GRECCO, 2009, p. 211, grifo do autor).

Apesar de toda a dificuldade acadêmica ao longo das décadas, o último capítulo da história entre Bernardet e a USP, até o momento, foi a concessão do título de professor emérito em 2012.

3.2. Thomaz Farkas

[...] Farkas, formado engenheiro eletrônico na Poli, mas fotógrafo apaixonado por cinema, dono da Fototica [sic]. Ele dava aula mandando os alunos, primeiro, irem à feira de Pinheiros ou a algum outro lugar fotografar e, na volta, dava as aulas teóricas – o que era muito mal visto na época. Queriam que eu cortasse seu ponto. Até que Farkas desapareceu. Tinha sido preso. Eu, chefe de departamento, tinha que dar um atestado informando que ele não havia comparecido ao trabalho. Mas mostrei o ponto assinado, porque fizemos um rodízio de professores e cada dia um dava aula no lugar dele. E foi assim até que o Farkas foi solto. Além de professor, ele foi um benemérito da ECA. Deu de presente o “projeto” do laboratório, cuja aquisição foi feita pela universidade, cabendo-lhe também a implantação desse tipo de iniciativa. No final, fomos cinco professores cassados no Departamento de Jornalismo: Freitas Nobre, Farkas, Jair Borin, Sinval Medina e eu. (MOURA, 2012, p. 31).

O testemunho de do Prof. Dr. José Marques de Melo a respeito do Prof. Dr. Thomaz Farkas é um resumo da onda de expurgos ocorrida na Escola de Comunicações e Artes da USP a partir da década de 1970, mais especificamente aquela que abateu o Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE). Farkas fora o primeiro desligado daquela década, seguido por José Freitas Nobre, José Marques de Melo e Jair Borin.⁶⁹

O desligamento desses quatro docentes fez parte da terceira onda de expurgos ocorrida na USP, como tratamos no primeiro capítulo. Como argumentamos anteriormente, não havia registro das chamadas cassações brancas, pelo menos em termos oficiais, de acordo com os testemunhos já citados. Porém, temos indícios de que a triagem era realizada pela AESI da USP, criada neste período. Uma vez que essa documentação não está disponível, como já explicamos previamente, o caminho adotado foi recorrer aos processos de contrato dos docentes.

[...] Por outro lado, cabe apontar que a memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, os documentos textuais recolhidos aos arquivos brasileiros, os livros de uma determinada

⁶⁹ Em 1972, 1974 e 1975 respectivamente.

biblioteca pública, os registros audiovisuais de um colecionador particular ou, ainda, os relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, modos de vida etc. (STAMPA e NETTO, 2013, p. 11).

Com 193 folhas, o processo de admissão do professor Thomaz Farkas na USP segue os padrões dos contratos da época, como depoimento do professor Antônio Guimarães Ferri relatava sobre os processos liminares (FERRI, 1977 apud ADUSP, 2004, p. 72). Com um ofício direcionado ao Reitor, o então diretor da, na época ECC, Antônio Guimarães Ferri, solicitava as providências para a sequência da contratação do docente Thomaz Farkas para exercer as funções de Instrutor junto à Disciplina de Fotografia e Fotojornalismo, pelo prazo de 365 dias após deliberação do Conselho Técnico Administrativo - que, no período, funcionava como Congregação da unidade. Para tanto, apresentava a documentação necessária e a demonstração de verba exigida. Era abril de 1969 e o currículo de três folhas anexado do filho de Desiderio Farkas e Teresa Hatschek, Thomaz Jorge Farkas, trazia alguns dos trabalhos e prêmios realizados e conquistados.

Húngaro, nascido em 1924, naturalizado brasileiro em 1949, seu pai, Desiderio Farkas, foi "sócio fundador da Fotoptica, uma das primeiras lojas de equipamentos fotográficos do Brasil." (ITAÚ CULTURAL, 2017). Com o falecimento do pai na década de 1960, Farkas assumiu o comando da empresa até 1987, quando foi vendida. Suas primeiras experiências com a fotografia deram-se aos oito anos de idade, quando na década de 1930, em São Paulo, ganhou a primeira

câmera fotográfica e durante os dez anos seguintes realizou imagens que podem ser compreendidas como experimentos visuais fotográficos intuitivos e exploratórios à maneira de Lartigue – em que família, animais domésticos, o grupo de amigos de bicicleta, fatos relevantes como o Zeppelin sobre a cidade e a construção do estádio do Pacaembu nos arredores de sua residência são todos temas para incursões fotográficas e, em alguns casos, também cinematográficas. (FARKAS, 2011b).

Na década seguinte, filiou-se ao Foto Cine Clube Bandeiranes (FCCB) e expôs suas fotografias, influenciado pelos trabalhos dos grandes representantes da fotografia moderna norte-americana Edward Weston (1886-1964) e Anselm Adams (1902-1984). Nos anos 40 retratou companhias de balé, esportes, paisagens e cenas do cotidiano urbano de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de ter ingressado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo onde cursou engenharia mecânica. Sobre o que teria o levado a essa primeira escolha, explicava:

Eu sou de 1924. Quando cheguei à idade de cursar universidade, estávamos em guerra. Nessa época ainda era húngaro e a Hungria estava do outro lado. E não podia estudar cinema, que eu adorava. Queria estudar fora, nos Estados Unidos ou na Europa, mas com a guerra não podia ir. Reunimos a família para discutir. “O que você quer estudar? Porque vai ter que estudar agora, não vai parar. Quer ser advogado?” Eu não queria. “Quer ser médico?” Não queria. “Quer ser filósofo?” Nem sabia o que era isso, não passava pela minha cabeça. “Você quer fazer engenharia?” Decidi, “Está bom, vou fazer engenharia”. E assim entrei no pré da Politécnica. (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 21).

Em 1949 casou-se com Melanie Rechulski, mãe de seus quatro filhos, Beatriz, Pedro, João e Kiko. Nesse mesmo ano, teve seus trabalhos expostos no exterior, no Museu de Arte Moderna de Nova York, onde algumas de suas obras passaram a fazer parte do acervo.

Nos anos 1950

com Geraldo de Barros (1923-1998), desenvolve o projeto do laboratório de fotografia no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), onde dá aulas no ano seguinte. Paralelamente, faz experimentações em cinema, frequenta [sic] os estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, São Paulo, e inicia correspondência com o documentarista holandês Joris Ivens (1898-1989). [...] De 1957 a 1960, fotografa a construção e a inauguração de Brasília. (ITAÚ CULTURAL, 2017).

A década de 1960 foi dedicada à fotografia e à Fotóptica e, em 1964, produziu uma série de documentários de curta e média-metragem intitulados "A condição brasileira". O projeto contou com a participação de jovens com pouca prática no cinema, como Eduardo Escorel, Maurice Capovilla, Affonso Beato, Paulo Gil Soares e Geraldo Sarno. Farkas financiava o projeto e coordenava equipes que viajam pelo país documentando o dia-a-dia na periferia, indo desde as grandes cidades como as estados do Norte e Nordeste. O objetivo era apresentar o material em escolas, para que servisse como meio pedagógico. A chamada Caravana Farkas, como ficou conhecido o projeto, rendeu inúmeros prêmios em festivais dentro e fora do Brasil, tornando-se referência para o cinema nacional. Sobre esse tema, Farkas revelou os detalhes de como se deu a empreitada:

Nós fizemos uma viagem exploratória pelo país, o Geraldo [Sarno], Paulo Rufino e eu em 1967 e 1968. Fomos de jipe. Eu tinha algumas idéias, eles também, e a primeira era filmar a revolução do Julião em Pernambuco. [...] mas acontece que o [Eduardo] Coutinho nessa época estava lá, e a repressão caiu em cima dele. Resolvemos não ir, e como eu tinha um equipamento que acabara de chegar, ficamos pensando o que iríamos fazer. Fomos até o Ceará, Maranhão, Paraíba... Fomos olhar. E Sérgio Muniz, mais tarde, também foi olhar. Quer dizer, teve gente que percorreu várias regiões com a idéia de mostrar o Brasil aos brasileiros. Achei que essa era a maior revolução que podíamos fazer, porque os brasileiros não conheciam o Brasil, não existia a televisão para mostrar tudo. Então eu achava que mostrar o

gaúcho para o paulista, para o nordestino, e vice-versa, era uma novidade que poderia eventualmente provocar uma revolução, pelo menos de cabeça. Levei até a TV Cultura os quatro primeiros filmes para ver se eles queriam passar, mas como era época de ditadura, alguém me falou, “Olha, tem muita miséria”. E aí eu expliquei, “Isso não é miséria, isso é como as pessoas vivem”. E ele, “É, mas nessa época de ditadura eles vão pensar que eu estou querendo mostrar uma coisa feia...” Então nada se passou na televisão naquela época.

[...] Geraldo trouxe outra experiência, e ele indicou Paulo Gil [Soares], que era uma pessoa maravilhosa, e nasceu o plano: pegar a C-14 [caminhonete Chevrolet], o equipamento que eu tinha e subir. Um cinegrafista, um diretor, eu dirigindo o carro. Eram poucas pessoas, mas muito competentes, começando a filmar os projetos que tínhamos feito. (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 14).

De acordo com o registro em *Thomaz Farkas - Uma antologia pessoal* (FARKAS, P. e FARKAS, T., 2010), posteriormente publicado no site do Instituto Moreira Salles, o docente foi preso em 1968

pelo regime militar sob a acusação de colaborar com a guerrilha e fica encarcerado uma semana no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão repressivo do regime militar brasileiro. (FARKAS, 2011a).

Ao realizar uma busca no acervo do DEOPS, nada consta a respeito dessa prisão em uma ficha que comunica que o então presidente da Fotoptica estava presente no comício e passeata pelas Diretas-Já em São Paulo. Embora não tenhamos indicações de sua prisão em sua ficha no DEOPS, o Prof. Dr. José Marques de Melo, como citamos no início dessa seção, rememorou o episódio, bem como o próprio Farkas, em duas ocasiões:

Sei que foi depois de uma denúncia. Alguém disse que eu tinha vendido binóculos militares para a guerrilha. Binóculo militar é feito especialmente para o Exército, não se vende ao público. Fui preso, me interrogaram...

[...] Foram na Fotoptica. Sentei no meio de dois caras, não sabia o que era, e me perguntaram uma porção de coisas. Eu dizia, “Olha, não é nada disso”. E fiquei lá na rua Tutóia [sede do II Exército de São Paulo] uma semana. E o pessoal começou a se mexer. Não fui maltratado, mas vi o pessoal saindo da maltratação. O meu filho Pedro era menor de idade e ficou preso alguns meses. (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 21).

Binóculo militar é um binóculo especial que tem uma retícula na imagem e você calcula a distância em que a pessoa está através desta retícula; porém esses binóculos só são vendidos pra militares, como nós tínhamos uma loja de ótica me perguntaram se eu podia fornecer. Eu disse 'não, isso não existe, não existe à venda', então isso não pode ser, mas saiu no jornal, não deu nada. Sabe como são essas coisas, o sujeito acusa de tudo, no fim não é nada. (JANUÁRIO, 2004).

Finalizando sobre a prisão, Farkas afirmou que: "E eu também saí, graças a Deus; eu vi!, vi muitas coisas, mas não houve mais, consequência [sic] para a escola [ECA] não houve nada" (JANUÁRIO, 2004).

Outro documento bastante intrigante que nos dá pistas sobre os acontecimentos narrados por Farkas é um Dossiê do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI de 1978 a 1979⁷⁰, que contém vários relatórios e informações sobre diversos cidadãos, episódios

e temas, como por exemplo o Movimento Operário e Sindical, ou o episódio em que um projétil calibre 38 fora encontrado junto à caixa de força da bilheteria da Fundação Parque Zoológico de São Paulo. No Dossiê consta um relatório sobre Thomaz Farkas expondo parte de sua trajetória profissional desde 1965, incluindo dados como o de que ele teria assinado o "Manifesto contra todas as tentativas de restrições nos direitos individuais e de suspensão das liberdades públicas", publicado no Jornal *Última Hora* de seis de maio. É interessante notar que a publicação do jornal nem chega a citar o nome de Farkas, antes indica, entre outros, os de alguns dos futuros professores da ECA: Jean Claude Bernardet e Sábato Magaldi. O nome efetivamente dado ao texto

Figura 20 - Documento da Delegacia de Ordem Social de São Paulo sobre Thomaz Farkas

Fonte: DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL ([entre 1978 e 1979], p. 54).

era "Manifesto dos intelectuais" que defendia, entre outras coisas,

⁷⁰ Documento da Delegacia de Ordem Social de São Paulo, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI, Pastas OS 1116, Pasta 193.

a garantia dos direitos políticos e individuais do homem, cessação dos IPMs políticos, liberdade sindical, estudantil e de cátedra, a libertação dos presos políticos e a realização de eleições livres e diretas - das quais possam participar todos os brasileiros que preencham os requisitos constitucionais. (PAULISTAS..., 1965).

De acordo com o relatório do DEOPS, em 12 de novembro de 1965, Farkas teria recebido da Câmara de São Paulo um voto de júbilo e consagração pela produção e fotografia de *Viramundo*, cujo roteiro e direção são de Geraldo Sarno.⁷¹ O vereador que encaminhou o pedido era Odon Pereira da Silva, jornalista da *Folha* entre 1969 e 1983, que teria sido eleito com o auxílio do Partido Comunista Brasileiro. (FOLHA DE S. PAULO, 2001). *Viramundo*

[...] é considerado o mais clássico documentário sociológico brasileiro. [...] procura mostrar o deslocamento social, a miséria, a humilhação, a fome. Esse documentário é importante em muitos aspectos, sobretudo porque representa um período de grande ebulição criativa e crítica. Na década de 60, trabalhava-se a construção de uma ficção capaz de montar uma imagem crítica da realidade. Foi quando nosso cinemadocumentário [sic] começou a fazer um novo retrato do país com quatro filmes produzidos por Thomas Farkas: *Viramundo*, *Memória do cangaço*, *Subterrâneos do futebol* e *Nossa escola de samba*. As preocupações de então orientaram grande parte dos filmes feitos nas décadas seguintes e continuam hoje como pontos centrais do documentário brasileiro: organizar poeticamente os documentos, de modo a estimular uma participação do espectador pela razão e pelo sentimento, e tomar a parte, aquele pedaço particular do país filmado, como um meio de revelar o todo, a condição brasileira. (MAGNO, 2000, p. 123).

Ainda no relatório sobre Farkas, a informação que segue advém de dados obtidos pelo Ministério da Aeronáutica através de um Pedido de Busca que demonstrou que o investigado era ex-presidente da "União Cultural Rússia-Brasil", comunista ferrenho e que havia admitido na Fotoptica um funcionário com a mesma visão política. É interessante observar que, na verdade, o informante estava se referindo ao Instituto Cultural Brasil-URSS, entidade de cunho cultural fundada em 1960, que, oficialmente, tinha como objetivo oferecer cursos do idioma russo e promover o intercâmbio entre Brasil e, à época, União Soviética. Grandes nomes da intelectualidade brasileira como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, entre outros, participaram ativamente do Instituto. (CASELA, 2014).

Além disso, Farkas, de acordo com a informação, teria perseguido outros colaboradores que não comungassem o mesmo credo. O texto cita ainda as viagens que fez pelo Brasil, em Minas Gerais, Goiás, Bahia e outros pontos, como se estivesse tentando

⁷¹ Ficha Técnica: "Direção e roteiro: Geraldo Sarno. Fotografia: Thomas Farkas e Armando Barreto. Montagem: Sylvio Renoldi. Música: Caetano Veloso e José Carlos Capinan, interpretada por Gilberto Gil. Produção: Thomas Farkas. Ano de produção: 1965. Duração: 37 minutos. P&B. O filme pode ser encontrado no DVD Projeto Thomaz Farkas/Geraldo Sarno: Documentários (*Viramundo*, *Viva Cariri* e *Eu carreguei um sertão dentro de mim*). (ROVAI, 2013, p. 372-373).

esconder algo, pois levava aparelhamento fotográfico custoso, cercando sua partida de sigilo, como se estivesse tentando camuflar o destino. O informante menciona as diversas viagens realizadas para a Caravana Farkas. Apesar de diversas indicações de que o docente fosse ligado ao Partido Comunista, ou a algum outro movimento ou partido de esquerda naquele período, Farkas esclareceu, anos mais tarde, que

Não, eu era simpatizante. Eu contribuía para essas coisas que entendia como importantes, mas não me vinculava ao partido. Para ser do partido tinha que ter disciplina, estudar Marx, Engels. Nunca me liguei a nenhum partido. (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 20).

Em 1969, após apresentar diversos documentos, dentre eles um atestado de idoneidade assinado pelos Profs. Milton Vargas, catedrático da Escola Politécnica, e Nestor Goulart Reis Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Thomaz Farkas foi aceito como docente da então ECC. Seu processo foi autorizado e publicado pelo Reitor em maio de 1969, sendo que o contrato efetivo foi apostilado pela reitoria em setembro de 1970. Importante observar que consta na documentação que o docente não pôde entrar no exercício das funções de instrutor da Disciplina para a qual foi contratado por motivos de força maior. Por essa razão teve seu processo republicado em julho de 1969, iniciando suas atividades em agosto do mesmo ano. Em dezembro teve sua inscrição para o doutorado encaminhada para o Conselho Universitário, que, na época, funcionava como Congregação da Escola. Sob orientação do Prof. Flávio Motta, sua inscrição foi aprovada junto com a de outros candidatos da ECC.

Farkas explicou, anos depois, sobre como se deu sua ida à ECA:

Quando eu vi que ia se formar a ECA, eu pensei, “Isso me interessa porque eu faço cinema, e eles podem querer um professor de cinema”. Fui lá, procurei o Rudá [de Andrade], que era meu amigo, e o professor [José] Marques de Melo, e me ofereci, “Quem sabe vocês precisam de mim no departamento de cinema”. Mas esse departamento já tinha um professor de fotografia e Rudá propôs que eu ensinasse fotojornalismo. Então eu ensinei muitos anos o pessoal da escola de jornalismo a tirar umas fotografias, porque muitas vezes o repórter vai sozinho a campo, não tem fotógrafo junto, e assim ele mesmo pode fazer a foto. Tive alunos muito bons, alguns maravilhosos. Já com os professores era mais difícil. (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 20).

Em agosto de 1970, foi encaminhado um ofício da diretoria da ECC à reitoria solicitando a inclusão de termo aditamento ao contrato de Farkas que havia sido publicado em julho do ano anterior. Atendendo às exigências da Portaria do Gabinete da Reitoria nº 898/69, anexava a demonstração de verba, bem como as justificativas para a necessidade da contratação cuja vigência seria de outros 365 dias. O Prof. José de Marques Melo assinava

uma carta explicando a situação do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), isto é, a falta de docentes para conseguir atender às demandas da Escola, tendo em vista que os professores ministravam disciplinas concernentes ao Departamento, mas também a outros cursos além do Jornalismo. Com 18 disciplinas oferecidas, Thomaz Farkas seria o responsável pelo curso de Fotografia e Fotojornalismo, ministrado aos alunos do 3º ano do Jornalismo. Além das atividades docentes, Farkas seria o responsável pela fotografia do *Jornal-Laboratório*, periódico de circulação dirigida à comunidade universitária, a ser realizado com a participação dos alunos do 3º ano de Jornalismo. O aditamento foi aprovado no mesmo ano.

Em setembro de 1971, de acordo com novo informe vindo do Ministério da Aeronáutica e constante na documentação do DEOPS, Thomaz Farkas teria disseminado ideias subversivas e possuiria uma rede para doutrinar cidadãos considerados de níveis econômicos e sociais elevados. Essa rede incluiria sua esposa e filha, sendo que o filho, por medidas cautelares, por conta daquilo que o relatório chama de "precipitações operacionais", teria saído do país. Como uma de suas ações subversivas, é citada uma sessão de cinema, cuja arrecadação teria sido destinada aos "Vietcongues". Assim como ele, outros funcionários da Fotoptica estariam envolvidos com ações desse tipo. Sobre a sessão de cinema, muitos anos mais tarde, Farkas narrou a ocasião em entrevista à Revista Pesquisa FAPESP:

Lembro quando veio para cá o Joris Ivens, um documentarista holandês maravilhoso, ele trouxe *O céu e a terra*, um filme que tinha feito no Vietnã. Projetei esse filme em casa, e alguém levantou e disse, "Isso é coisa de comunista", e foi embora. E eu fui parar na polícia, preso, por causa disso e outras besteiras. (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 15).

Ao pesquisar sobre seu filho, Pedro, chegamos à ficha que apresenta informações sobre seu indiciamento em outubro de 1970, por "atividades subversivas da organização terrorista autodenominada VAR-PALMARES"⁷². Pedro chegou a prestar depoimento no DOPS, porém passou à custódia dos pais, pois foi beneficiado com menagem⁷³, recurso legal previsto no Código de Processo Penal Militar (CPPM⁷⁴), com comparecimento semanal obrigatório. De acordo com a documentação, Pedro seria o responsável pelo setor de inteligência da VAR-PALMARES, fornecendo documentos falsos, "selos de cunho subversivo", além de ter guardado material e ter cedido sua residência para reuniões do grupo.

⁷² Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares.

⁷³ "[...] benefício concedido a militares, assemelhados e civis sujeitos à jurisdição militar e ainda não condenados, os quais assumem o compromisso de permanecer no local indicado pela autoridade competente. É cumprida em uma cidade, quartel, ou mesmo na própria habitação, sem rigor carcerário." (REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES, 2010).

⁷⁴ Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969).

Seu depoimento dado ao DOPS foi incluído no processo dos réus da VAR-PALMARES⁷⁵ de 1971, oriundo da Operação Bandeirante realizada pelo II Exército, apesar de não ter sido incluído na lista dos acusados. Conforme os autos do processo, a organização era fruto da fusão da COLINA (Comando de Libertação Nacional) e da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), cujo objetivo era destituir o regime vigente e implantar uma "ditadura marxista-leninista". O processo destaca que os participantes da organização no estado paulista pertenciam a colégios renomados, inclusive os de cunho religioso. Tratava-se de alunos e professores, sendo o Colégio de Aplicação "Fidelino de Figueiredo" da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Humanas da USP um dos principais núcleos. Pedro, assim como sua irmã, Beatriz, haviam estudado no Colégio de Aplicação e foram citados num dos primeiros depoimentos dos envolvidos no processo supracitado. Segundo a declaração de Pedro anexada aos autos, sua participação no grupo teria se dado em janeiro de 1970, sendo que, em abril, teria ido à Suíça a pedido de sua mãe, uma vez que Thomaz Farkas havia sido detido por suspeita de ligações com elementos subversivos. Meses mais tarde, teria cedido o apartamento do pai, Thomaz Farkas, do Guarujá, para reuniões da organização, além da própria residência. Em entrevista à Revista Pesquisa FAPESP, Farkas rememorou a prisão do filho e as razões envolvidas: "[...] ele fazia reuniões na casa do Guarujá. Então ele tinha uns amigos... Era a juventude que participava disso, que fazia planos. Eu não sabia. Não tinha conhecimento de tudo. Eles tinham independência." (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 21).

Em julho de 1972, a diretoria da ECA entrou com pedido de renovação do contrato de Thomaz Farkas, anexando currículo atualizado e as demais justificativas de praxe. O novo relatório das atividades do Departamento de Jornalismo e Editoração mostrava o crescimento da área (10 docentes em oposição aos seis anteriormente reportados), bem como os diversos projetos como a implantação do Cine-Jornal, projeto experimental sob direção de Thomaz Farkas destinado a produzir filmes de informação jornalística sobre a ECA e a USP. A documentação segue a normalidade, contando inclusive com o termo de aditamento com as assinaturas do docente e da diretoria da ECA, exceto a do contratante, a reitoria da USP. A partir daí, há uma lacuna no processo, pois a sequência seria a assinatura do reitor, bem como sua autorização em papeis seguintes. O que se vê no local de sua autorização, no verso da folha 61 do processo 69.1.6717.1.2 da USP, escrito à mão, é:

Venha ao G.R. [gabinete da reitoria] c/ urgência
São Paulo, 1º.9.972
[assinatura reitor]

⁷⁵ A documentação refere-se ao processo BNM nº 232, Ação Penal nº 526/71. Para mais detalhes conferir: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/300/232.html>>. Acesso em 11 de jul. de 2017.

Indefiro
São Paulo, 13/9/972
[assinatura reitor]

Pode-se depreender que a pessoa chamada ao gabinete da reitoria talvez fosse o Diretor Geral da universidade, o último a apreciar a questão antes do reitor, bem como aquele que repassava o resultado aos órgãos subsequentes. Porém não há nenhuma justificativa para o indeferimento arrolada ao processo, lembrando muito os casos narrados pelo professor Antônio Cândido de Melo. Após o ofício do Diretor Geral da USP que comunicava à ECA a negativa à renovação do contrato, segue, em setembro de 1972, o famoso "arquite-se" citado por outros docentes.

Apesar de arquivado o processo de contratação, o de doutoramento de Thomaz Farkas continuou e, em abril de 1973, uma comissão especial da ECA sugeriu e aprovou a banca examinadora composta pelos professores doutores: Flavio L. Motta, Paulo Emilio Salles Gomes, José Marques de Melo, José de Freitas Nobre, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Walter Zanini (suplente) e Aracy de Abreu Amaral (suplente). A matéria foi apreciada pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) e um de seus conselheiros, Prof. Dr. Josué Camargo Mendes, do Instituto de Geociências, pediu vistas dos autos. Mendes questionou o nome de dois dos integrantes da banca, a saber: os professores doutores José Marques de Melo e Paulo Emílio Salles que se haviam doutorado, respectivamente, em 26 de fevereiro de 1973 e 19 de setembro de 1972. Com relação à Prof.^a Dr.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz, Mendes afirmava que, apesar de conhecido valor na área de sociologia, tendo em vista o tema da tese ser eminentemente técnico, versando cinematografia, sua indicação seria inadequada. Havia também o fato de que uma das matérias realizadas para o doutoramento deveria ter relação mínima com os indicados para a banca.

Mesmo fazendo uma defesa bastante acurada de seu orientando e dos nomes sugeridos para a composição da banca, Flavio Motta não conseguiu que o CTA deferisse parecer favorável. Após a intervenção do conselheiro do CTA, Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em agosto de 1973, foi aprovada a seguinte banca: Flávio Motta, Flavio de Queiros Mores Jr., Francisco Gaudêncio Torquato do Rêgo, Eduardo Peñuela Cañizal, Antonio Rocha Penteado, Walter Zanini e Aracy Abreu Amaral. Apesar de Thomaz Farkas ter dado seu ciente sobre o resultado, o processo foi arquivado em fevereiro de 1974.

Em maio de 1977 a diretoria da ECA pediu o pronunciamento da Consultoria Jurídica da USP para dar prosseguimento ao processo. A questão era de prazo, visto que, entre o período que Farkas havia iniciado o doutorado direto (1969) e aquele momento, as regras haviam mudado. O obstáculo foi a tramitação entre o depósito da tese e a formação da banca que, como vimos, não seguiu os padrões normais. Após pareceres da Consultoria Jurídica, fica claro que o candidato a doutoramento havia cumprido com os prazos, sendo que não houve comissão julgadora que o examinasse.

Por fim, após discussões na Comissão de Pós Graduação da ECA e Congregação⁷⁶, Farkas teve sua tese julgada e aprovada pela banca composta pelos professores: Nelly de Camargo, Maria Rita Eliezer Galvão, Lia de Freitas Garcia Fukui, Lucio Grinover e José Marques de Melo. Farkas lembrou o caso do seu doutoramento anos mais tarde:

Eu tinha que fazer para permanecer na escola. O tema foram os filmes. E as coisas terminaram sendo muito interessantes porque a primeira banca proposta não foi aceita pelo diretor da escola. Faziam parte dela Paulo Emílio Salles Gomes e Maria Isaura Pereira de Queiroz. [...] Inventaram que o Paulo Emílio e a Maria Isaura eram doutores novos. O meu orientador, o Flávio Motta, que era um gênio, fez uma resposta maravilhosa para o diretor, o reitor, estraçalhando as alegações. Mas eu só pude defender a tese muito depois. Escrevi em 1972 e defendi acho que em 1974, 1975, com outra banca. (MARCOLIN e MOURA, 2007, p. 20).

Em setembro de 1979, ou seja, após a promulgação da Lei da Anistia, a diretoria da ECA enviou ofício à reitoria para contratar Thomaz Farkas como professor pelo prazo de três anos, junto ao Departamento de Jornalismo e Editoração. O docente foi contratado em outubro de 1979 no sistema liminar, tal qual citamos anteriormente, e, em 1980, teve a contratação publicada no Diário Oficial.

Em 1982, outra renovação se seguiu por mais três anos, e, em 1985, ingressou como professor assistente doutor através de concurso junto ao Departamento de Jornalismo e Editoração. Em 1986 foi anexado o mesmo ofício da Diretoria da ECA, endereçado à

⁷⁶ A ECA formou uma Congregação própria apenas em 1975, pois, a princípio, seus docentes não tinham a titulação necessária para formá-la. De acordo com o Estatuto da USP (Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969):

"Artigo 133 – Nas Unidades que não tenham condições para organizar Congregação, as correspondentes atribuições serão cumpridas pelo Conselho Técnico-Administrativo.

Artigo 134 – As Congregações instalar-se-ão sempre que se constituam Conselhos correspondentes a um terço do número de Departamentos componentes da Unidade.

[...] Artigo 49 – É necessária à implantação de qualquer Departamento a coexistência dos seguintes requisitos:

a) atividades de ensino e pesquisa;

b) três categorias de docentes, no mínimo;

c) três docentes que, no mínimo, pertençam à categoria de Professor Assistente Doutor." (SÃO PAULO..., 1969).

Reitoria, arrolado ao Processo do Prof. Dr. José Marques de Melo que citamos anteriormente. Outro ofício do Departamento de Jornalismo e Editoração atestava que

os três docentes [José Marques de Melo, Thomaz Farkas e Jair Borin] foram punidos, em momentos diversos e circunstâncias distintas, mas todos eles por razões políticas, que determinaram a interrupção/rescisão dos seus contratos de trabalho por atos reitorias à revelia das propostas encaminhadas por este departamento, sem consulta ou justificativa. Com tantos outros docentes da USP, os três requerentes foram sumariamente demitidos, sem qualquer processo ou acusação formal, configurando o que se convencionou chamar de "cassação branca", expediente utilizado pelo órgão encarregado, na época, de fazer triagem política nos quadros funcionais desta Universidade, cuja existência foi aliás reconhecida pela comissão de inquérito criada pela Assembleia Legislativa do Estado para esse fim. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1969 e 2015], p. 168).

Um dado significativo é que o CJE afirmava que a recontratação dos "referidos docentes em 1979, visou explicitamente a reparar a arbitrariedade de que haviam sido vítimas, ainda que a Lei de Anistia tivesse aplicação restrita aos punidos pelos atos institucionais e complementares." (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1969 e 2015], p. 168). Veremos esse tema ser posto novamente à discussão no parecer da Consultoria Jurídica da USP:

Difícil tarefa a caracterização da punição determinada por motivos políticos, conhecida como "cassação branca", pois servindo-se de outras leis que não têm por objetivo a punição de delitos políticos, alcança seus propósitos por vias transversas, mascarando sua verdadeira motivação. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1969 e 2015], p. 179).

O parecer conclui que a não renovação do contrato do professor Thomaz Farkas decorreu de motivos políticos, caracterizando-se, assim, uma verdadeira punição, e que, por isso, o tempo em que esteve afastado do serviço ativo seria contabilizado, fato que não geraria quaisquer direitos dos quais decorressem o pagamento daquele período, mesmo em caráter indenizatório. Após ter a chancela da reitoria, o processo foi arquivado em 1986, sendo ao longo dos anos consultado pela Consultoria Jurídica da USP, o que nos leva a deduzir que serviu de base para outros processos da mesma natureza. Apesar disso, anos mais tarde, em entrevista à Revista PJ:Br - Jornalismo Brasileiro, afirmou: "Eu não fui cassado. A banca da minha tese foi anulada e tive de fazer outra banca, então tive de conseguir outra banca e eu defendi minha tese" (JANUÁRIO, 2004).

3.3. Freitas Nobre

Em maio de 1967. Foram contratados três professores inicialmente para o jornalismo: Flávio Galvão, um jornalista de *O Estado de S. Paulo*, José Freitas Nobre, que era advogado, e eu [José Marques de Melo] [...]. (MOURA, 2012, p. 30).

José de Freitas Nobre, mais conhecido como Freitas Nobre, foi um dos primeiros professores da então Escola de Comunicações Culturais junto ao jornalismo. O caso de seu desligamento da USP, em 1972, é emblemático para a discussão das memórias, porque anos mais tarde seu nome tornou-se um lugar de memória (RICOEUR, 2007, p. 58): o Auditório Freitas Nobre do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, inaugurado em 1991. Além disso, em meados de 2017, nomeou um dos aeroportos da cidade de São Paulo, abrindo a discussão da disputa por lugares de memória.

Para tanto, como explicitamos anteriormente, tendo em vista nossas possibilidades, delimitamos nossa amostra de forma cronológica e usamos a categorização estabelecida para facilitar sua organização e para valorizar a especificidade de cada uma das fontes, pois como afirma Certeau,

[...] tudo começa com o gesto de *selecionar*, de reunir, de, dessa forma, transformar em "documentos" determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto. Esse gesto consiste em "isolar" um corpo, como se faz em física. Forma a "coleção". Faz com que as coisas sejam constituídas em "sistema marginal" [...] faz com que sejam exilados da prática para estabelecê-los como objetos "abstratos" de um saber. Longe de aceitar os "dados", ele os constitui. O material é criado por ações combinadas que o repartem no universo do uso, que também vão procurá-lo fora das fronteiras do uso e que fazem com que seja destinado a um reemprego coerente. É a marca dos atos que modificam uma ordem recebida e uma *visão* social. Instauradora de signos oferecidos a tratamentos específicos, essa ruptura não é, portanto, nem apenas, nem à primeira vista, o efeito de um "olhar". É necessário uma operação técnica. (1995, p. 30-31).

Após essa operação técnica, a primeira aproximação com nossa amostra foi a partir do processo de admissão da USP de Freitas Nobre. Com 350 folhas, o documento se inicia com um ofício do primeiro diretor da ECA (na época, ECC), Julio García Morejón, de 2 de janeiro de 1968. Neste, Morejón solicitava a contratação de José Freitas Nobre como Professor Colaborador para ministrar aulas de História da Imprensa junto ao Departamento de Jornalismo pelo prazo de 730 dias. Anexava, ainda, currículo do referido docente e parecer do então Vice-Diretor da Escola de Comunicações Culturais, Prof. Dr. Antonio Guimarães Ferri.

O currículo de Freitas Nobre foi dividido nas seguintes partes, dando-nos uma visão de suas diversas facetas e atuações: jornalismo profissional, advogado, professor, curso no estrangeiro (doutorado) e livros publicados.

José Freitas Nobre foi jornalista, advogado, professor doutor, autor⁷⁷ e político. Nascido em Fortaleza em 24 de março de 1921, era filho de Manuel Aprígio Nobre e de Letícia Freitas Nobre. Com cerca de 15 anos, mudou-se para São Paulo, vindo a se formar pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1948.

Sua atuação no jornalismo teve início quando ainda era muito jovem, antes mesmo de se formar como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. A ocasião foi sua vinda para a cidade de São Paulo, quando, com uma longa reportagem, cujo título era "A Epopeia Acreana", procurava um editor que o auxiliasse a publicar o texto que tratava sobre os múltiplos aspectos do bandeirantismo cearense no norte do Brasil. A publicação saiu em 1938, causando grande impacto. A partir daí, dedicou-se à produção de biografias históricas, como sobre José de Anchieta. O docente narrou essa etapa da sua vida em memorial apresentado para concurso público para a obtenção do título de Professor Adjunto na ECA/USP:

Aos 13 anos de idade, numa pequena sala do Centro Estudantil Cearense, em Fortaleza, eu dedicava algumas horas da noite em um curso de alfabetização, especialmente para adultos.

Era a minha primeira experiência de professor, atividade que marca minha vida inteira.

Aos 15 anos chegava a São Paulo.

O Diário da Noite, um dos jornais da cadeia dos Diários Associados, publicava com grande destaque uma entrevista que concedemos ao repórter Mauricio Loureiro Gama hoje assessor da presidência da Federação do Comércio de São Paulo.

Dias depois, ingressei nos quadros do Jornal da Manhã, um diário onde trabalhavam Ernani da Silva Bruno, Mário Leme, Mário da Silva Brito, Elsieo Carvalho de Castro, Plínio Gomes de Melo, Domingos Carvalho da Silva.

Um ano depois, no entanto, a corporação decidiu pela greve em razão do atraso do pagamento dos salários, mas a direção da empresa demitiu vários grevistas que foram discutir a questão na Justiça do Trabalho.

Desempregado, subi no primeiro bonde que a esse tempo ainda manobrava na Praça da Sé. Segui pela Rua Liberdade e, ao avistar a placa do Colégio Anglo Latino, acionei a campanha e desci.

⁷⁷ "Escreveu vários livros, entre eles *A epopeia acreana* (1940), *Juvenal Galeno e a poesia popular* (1940), *João Cordeiro, abolicionista e republicano* (1943), *Lei da imprensa* (1954), *Juvenal Galeno* (1956), *Clóvis Bevilacqua* (1956), *Anchieta, apóstolo do Novo Mundo* (1968), *O transplante de órgãos humanos à luz do direito* (1968), *Lei da informação* (1969), *Le droit de réponse et la nouvelle technique d'information* (1970), *Debates sobre problemas brasileiros* (1977), *Constituinte* (1978), *História da imprensa de São Paulo, Visão atual da Rússia e Grande dicionário Lisa* (em colaboração)." (CPDOC-FGV, 2009).

Além disso, foi editor do jornal Folha Espírita e amigo de Chico Xavier, chegando a propor o Prêmio Nobel da Paz para o médium brasileiro.

Encontrei à frente do Colégio, ainda hoje existente e instalado no bairro da Aclimação, o professor Benjamin Sales Arcuri, já com cerca de 80 anos, e que me confiou as aulas de história do Brasil história da civilização nos 5 anos então componentes do Curso Ginásial. (NOBRE, 1988, p. 5-6).

Atuou também na presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, na presidência da Federação Nacional de Jornalistas e no comando da Diretoria Latino-Americana de Jornalistas. Dentre suas atividades jornalísticas, temos as de repórter, redator, secretário de redação, diretor em várias organizações jornalísticas, bem como de rádio e televisão ("Diário de S. Paulo" e "A Gazeta", Revista "O Cruzeiro", do Rio; "Radio Tupi", "Radio Piratininga", "TV 3", "Rádio Gazeta", entre outras).

No campo do magistério, Freitas Nobre foi professor de "Legislação de Imprensa e Ética" da Faculdade de Jornalismo "Cásper Líbero", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nessa mesma faculdade, instruiu as disciplinas de "Técnica de Jornal" e "História da Imprensa". Professorou, ainda, em diversos cursos intensivos de jornalismo, realizados em vários Estados, entre os quais o da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará (Belém).

Embora atuasse como advogado, podemos observar pelo seu currículo a predileção pelo Jornalismo, tanto é que, mesmo suas obras que tratam sobre aspectos jurídicos, estão, de alguma maneira, conectadas a essa esfera: "Lei de Imprensa, Comentários", "Lei da informação", entre outras. Tal inclinação também pode ser vista no tema de sua tese, cujo título traduzido é "O direito de resposta e a nova técnica de informação"⁷⁸, desenvolvida na Faculdade de Direito da Universidade de Paris. Apesar disso, Freitas Nobre era Procurador Federal em São Paulo (ministério Público da União), encarregado de ações penais (Procurador do INPS), quando pleiteou a contratação como docente na USP, como atesta seu currículo arrolado ao processo que citamos. Enfatizamos que esse dado será de suma importância no decorrer do processo admissional nos quadros universitários, assim como seu lado político, como veremos adiante.

A experiência sindical levou Freitas Nobre ao campo político, e, em 1958, foi eleito Vereador para a Câmara Municipal de São Paulo (1959 a 1961) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). É relevante frisar que o PSB era um

Partido político de âmbito nacional fundado em 6 de agosto de 1947 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, durante a segunda convenção nacional da Esquerda Democrática. Assim como os demais partidos ativos na época, foi extinto em 27 de outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº 2. [...]

⁷⁸ No original, "Le droit de réponse et la nouvelle technique d'information", publicada em 1970.

Estabelecendo como objetivo básico “a transformação da estrutura da sociedade, incluindo a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procuraria realizar na medida em que as condições do país exigissem”, o PSB propunha-se na verdade a aperfeiçoar o regime democrático dentro do sistema capitalista.(CPDOC-FGV, 2009).

Apoiado inicialmente por intelectuais como José Lins do Rego, Rubem Braga e Sérgio Buarque de Holanda, o PSB tinha pouco prestígio eleitoral em nível nacional, daí a coligação com pequenos partidos, como o Partido Trabalhista Nacional (PTB)⁷⁹. Foi a partir dessa coligação que Freitas Nobre foi eleito Vice-Prefeito do Município de São Paulo (1961-1965), tendo como Prefeito Prestes Maia, apoiado pelo PTB. Com a extinção dos partidos políticos, em 1965, e o regime militar, Freitas Nobre só retomou a carreira política em 1968, após a estadia na França e o desenvolvimento da tese de doutorado. Quando de seu retorno, o bipartidarismo já estava instituído, e o partido de escolha foi o da oposição à Ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB):

Partido político de âmbito nacional, de oposição ao governo, fundado em 24 de março de 1966 dentro do sistema do bipartidarismo instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos. Desapareceu em 29 de novembro do 1979, quando o Congresso, decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário. (CPDOC-FGV, 2009).

É justamente no encontro entre a faceta política e de magistério⁸⁰ na USP que se encontra o nosso problema de pesquisa. Freitas Nobre foi eleito pelo MDB como Vereador pela Câmara Municipal de São Paulo (1969 a 1971), fato que não foi arrolado no processo admissional da USP. Pouco tempo antes de assumir como Vereador, a contratação do docente foi aprovada por 33 votos contra um no Conselho Universitário. É oportuno retomar, como

⁷⁹ "Partido político de âmbito nacional fundado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 15 de maio de 1945, e extinto em outubro de 1965 em decorrência da aplicação do Ato Institucional nº 2.

[...] o objetivo do partido era atrair camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, mobilizadas pela obra social e trabalhista do Estado Novo, e também pela imagem pública de Vargas. Maria Vitória Benevides também afirmou que o PTB surgiu como uma tentativa de aglutinar as novas forças sociais, nascidas do impulso econômico pela industrialização, visando atingir fundamentalmente os operários urbanos frente à ameaça que constituía a influência do Partido Comunista, não apenas sobre a massa trabalhadora desorganizada, mas principalmente sobre os sindicatos.

[...] O partido tinha como base os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho e utilizava-se do prestígio adquirido por Vargas graças à legislação social e trabalhista do Estado Novo para atrair as camadas populares, principalmente urbanas, para a sua legenda". (FERREIRA, 2010a).

⁸⁰ Privilegiamos aqui o uso da palavra "docente" para nos referirmos a Freitas Nobre, uma vez que o documento base da pesquisa foi o processo da USP no qual era atribuído o título de professor e seus sinônimos. Daí se justifica nossa escolha, tendo em vista que nosso foco é o estudo dos expurgos ocorridos na ECA e a história desses docentes.

explicamos anteriormente, o fato de que a, na época, ECC, não tinha uma Congregação, daí a decisão ser tomada diretamente pelo Conselho Universitário.

Freitas Nobre iria lecionar a disciplina "História da Imprensa", cujo objetivo, de acordo com o próprio docente em ofício ao diretor da unidade, era:

a) preparar o estudante para o conhecimento histórico da Legislação específica (imprensa, rádio, televisão, agências informativas), sem o que o aluno não poderá acompanhar o Curso de Legislação de Imprensa ou Direito da Informação, nem compreender as razões ou mesmo a origem da atual legislação, sendo certo que a Lei Brasileira da Informação, de 9 de fevereiro de 1967, publicada no "Diário Oficial da União" de 10-2-1967, engloba todos os setores da informação. (NOBRE, 1968 apud UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 19, grifos do autor).

Nesse mesmo ofício, o docente argumentava sobre a pertinência do exercício simultâneo de cátedra e o da Procuradoria, fato que seria profícuo:

O exercício simultâneo da cátedra, de um lado, com estudo e o contacto [sic] atualizado da legislação, e o da Procuradoria, de outro, no trato direto com os processos, constitui-se numa vantagem comum às duas atividades, se já não existissem as razões anteriores que levaram o Exmo. Snr. Presidente da República a autorizar a licença do servidor com todos os seus vencimentos, num curso em que a matéria que ora pretende lecionar na USP constava como obrigatória. (NOBRE, 1968 apud UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 20).

A contratação foi publicada no Diário Oficial em 23 de julho de 1968, constando da acumulação do cargo na Procuradoria. O parecer da Comissão Permanente de Acumulação de São Paulo, publicado em 16 de julho de 1968, afirmava que a acumulação era regular. A Comissão Permanente de Acumulação é legislada pelo Decreto nº 42.632 de 28 de outubro de 1963, que "Dispõe sobre acumulações remuneradas":

Artigo 26 - Fica mantida junto ao gabinete do Governador do Estado uma Comissão Permanente de Acumulação, incumbida de decidir sobre a matéria constituída de: sete (7) membros, sendo três (3) representantes, respectivamente, da Universidade de São Paulo, da Secretaria da Educação e do Departamento Estadual de Administração; e 2 (dois) suplentes, estes e aqueles designados pelo Governador. (SÃO PAULO..., 1963).

Essa Comissão se justificava na medida em que se observa a situação da legislação sobre acumulação daquele período:

Artigo 2º - Será permitida a acumulação, havendo correlação de matérias e compatibilidade de horários:

I - de dois cargos de magistério;

II - de um cargo de magistério com outro técnico ou científico.

[...]

Artigo 3º - Cargo de magistério é o que tem por atribuição principal lecionar em qualquer grau de ensino.

Artigo 4º - Cargo técnico ou científico é aquele que exige, para o seu exercício, conhecimentos específicos de nível superior, normal ou profissional de ensino. (SÃO PAULO..., 1963).

Embora a acumulação e a contratação de Freitas Nobre tenham sido aprovadas em julho de 1968, consta nos autos do processo que o docente já lecionava desde 9 de fevereiro daquele ano. Ele teria iniciado suas atividades a pedido da Diretoria da ECC. Nossa interpretação é que a Escola estava formando seu corpo docente e necessitava da contratação de professores, tanto é que, em um dos ofícios da secretaria da ECC para a reitoria, afirmava-se que o curso de Jornalismo contaria com 75 alunos a partir de março de 1968, porém não se sabia o número de professores estabelecidos. Em entrevista ao Projeto Memórias da ECA: 50 anos, o Prof. Dr. José Marques de Melo relatou as dificuldades desse início e a demora nas contratações:

Então eu fui e me entrevistei com o professor Julio Garcia Morejon, que é o primeiro diretor da ECA, e ele ficou impressionado com o meu currículo, porque eu já tinha publicado alguma coisa. Disse: “É a primeira pessoa com formação acadêmica que aparece aqui se apresentando. Mas o senhor vai ter que fazer concurso, que vai ser aberto no final do ano.” Mas como era praxe daquela ocasião, já aproveitou pra me dar trabalho pra fazer, assim como vários outros professores que ficaram trabalhando voluntariamente todo o segundo semestre de 1966, Virgílio Noya Pinto, eram vários professores que trabalhavam, Rolando Morel Pinto, e trabalhavam voluntariamente. [...] as contratações eram muito demoradas [...]. (informação verbal)⁸¹.

Acrescida dessa situação, em 1967, houve uma greve dos estudantes por conta da questão dos excedentes. Como o vestibular não era classificatório, todos os que alcançassem uma determinada nota poderiam, supostamente, ingressar na faculdade.

Como os exames de seleção de algumas faculdades aprovavam um número de candidatos superior às vagas, surgiu a figura do "excedente", o estudante aprovado nos testes e que se achava no direito de nelas ingressar, o que serviu de combustível para inflamar os protestos estudantis. (MOTTA, 2014b, p. 67).

No caso da então ECC, o Prof. Dr. José Marques de Melo conta que, para o ano de 1967,

[...] a Escola tinha [...] 100 vagas e foram aprovados 200. Então 100 excedentes começaram a fazer uma campanha pra conseguir vaga para eles também. Os estudantes resolveram apoiar a reivindicação dos seus colegas e entraram em greve. As aulas foram começar só em maio. (informação verbal)⁸².

⁸¹ Prof. Dr. José Marques de Melo em entrevista ao Projeto Memórias da ECA: 50 anos. Disponível em PROJETO MEMÓRIAS DA ECA(2014c).

⁸² PROJETO MEMÓRIAS DA ECA (2014c).

Esses entraves e atrasos refletiram no ano seguinte, 1968, pois, enquanto uma nova turma iniciaria os cursos, outra ainda estaria finalizando o semestre. Essas situações todas podem, talvez, explicar o início das atividades de Freitas Nobre antes da publicação de sua contratação no Diário Oficial.

A situação do docente permaneceu inalterada, não havendo menção ao seu mandato enquanto vereador pela Câmara de São Paulo entre 1969 e 1971. Já em 1970, houve um pedido de aditamento de contrato, tendo em vista o esgotamento do prazo anterior de 730 dias. Uma das justificativas para a extensão era o fato de que o curso de Jornalismo contava com o maior número de alunos em toda Escola, perfazendo um total de 101, daí a necessidade de mais docentes. Freitas Nobre iria ministrar os cursos de "Ética e Legislação de Imprensa" para os alunos do 4º ano do Jornalismo, e "Técnica de Comunicação de Massas (Comunicação de Atualidades-Teoria)" para os alunos do 3º ano de Relações Públicas. Além das aulas, segundo um relatório da diretoria do departamento de Jornalismo e Editoração anexado ao processo, o docente era responsável por atividades de pesquisa, mais especificamente pelo "Levantamento da Imprensa Paulista no período 1945-1970". Outras justificativas para o aditamento de seu contrato foram os relatos de que o docente

[...] além das tarefas normais de sala de aula e de Membro do Conselho Departamental tem participado de Seminários como conferencista da matéria (Seminário sobre [sic] censura na conferência de Júlio de Mesquita Neto, ou em outros Departamentos, como o de Relações Públicas onde ministrou um curso no 1º semestre). Vários trabalhos de alunos foram orientados no 1º semestre sobre [sic] matéria do curso e sobre [sic] obtenção de bolsas de estudo ao Exterior.

Em março dêste [sic] ano sustentou tese na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, doutorando-se no ramo de Direito Penal Especial, na especialidade de "Direito Economia de Informação". (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 47).

A autorização para o aditamento foi dada "ad referendum" do Conselho Técnico Administrativo em 7 de dezembro de 1970, pelo que acreditamos ser o reitor, tendo em vista que não há indicação da autoridade que assinou a ordem. Escrita à mão, a autorização dizia que a situação de Freitas Nobre ficaria para ulterior decisão após a sua diplomação como deputado federal.

Figura 21 - Autorização de aditamento do Contrato Docente de Freitas Nobre em 1970

Autoriza-se referendo "C.T.A." ficando para ultimas de 9/25 a situação do contratado após a sua diplomação como deputado federal. A D.A. para as providências cabíveis. 10. 2. XII. 70

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ([entre 1968 e 2015], p. 48, verso).

Essa preocupação pode ser compreendida posto que o docente havia sido eleito deputado federal por São Paulo pelo MDB, cargo que ocupou de 1971 a 1985, tendo exercido a vice-presidência da Câmara dos Deputados em 1972.

Em 10 de dezembro de 1970, o aditamento foi publicado no Diário Oficial, estendendo o contrato de docência por dois anos. Porém, quatro dias depois, em ofício de 14 de dezembro de 1970, o docente solicitava a autorização de suspensão da vigência do seu contrato, considerando que seria empossado como deputado federal em fevereiro de 1971, embora suas atividades começassem em 31 de março. O encaminhamento desse pedido foi realizado em janeiro de 1971, ao que obteve como resposta que esse expediente não era adequado, mas sim a concessão de afastamento enquanto durasse o mandato eletivo. O afastamento foi consentido pelo então reitor Miguel Reale em 18 de fevereiro de 1971. O Conselho Técnico Administrativo aprovou o decidido em Sessão realizada a 26 de abril de 1971.

Em fevereiro do ano seguinte, a diretoria da ECA enviou à reitoria o pedido do reconhecimento do título de Doutor em Direito e Economia da Informação de Freitas Nobre da "Faculté de Droit et des Sciences Économiques" de Paris. Concomitante à tramitação dessa solicitação, em junho de 1972, a diretoria da ECA encaminhou cópia da Resolução nº 26 de 1972, promulgada pela Câmara Federal em 18 de maio do mesmo ano, e publicada no Diário Oficial da União, referente à permissão para que o docente pudesse ministrar curso de pós-graduação na ECA. A Resolução dizia:

Art. 1º Fica autorizado o Senhor Deputado José Freitas Nobre, Professor da Universidade de São Paulo, a exercer a magistério junto àquela Universidade, como Professor do Curso de Pós-Graduação, nos termos do artigo 64, da Lei nº 4881-A, de 6 de dezembro de 1965.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 18 de Maio de 1972. - Pereira Lopes, Presidente.
(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 61).

A diretoria solicitava a reativação do contrato, esclarecendo que o docente em questão ministrava aulas de "Direito da Informação I" para o Curso de Pós-Graduação no período noturno das quintas e sextas-feiras.

Em relação ao reconhecimento do título de doutor, o prosseguimento dado foi o envio ao Conselho Técnico Administrativo e à Câmara de Pós-Graduação para apreciação. Já no que se refere à autorização de exercício do magistério, segundo documento arrolado no processo, o assistente de administração da Seção de Assentamentos da Divisão de Pessoal, o equivalente atualmente ao Serviço de Assentamentos⁸³ do Departamento de Recursos Humanos, esclarecia que o reitor poderia expedir um ato que suspendesse o afastamento do docente. Porém, havia a sugestão que fosse expedido um ofício à Comissão Permanente de Acumulação, transmitindo cópia da Resolução nº 26 de 1972, para sua apreciação.

O parecer sequente de uma Técnica de Administração afirmava que a autorização dada pela Câmara dos Deputados

[...] teve por base o artigo 64, da Lei nº 4881-A, de 6 de dezembro de 1965.

Efetivamente, dispõe o mencionado artigo:

"O mandato eletivo de natureza legislativa não impedirá, salvo quando houver incompatibilidade de horário, o exercício do cargo de Professor Catedrático, cabendo à casa a que pertencer representante formalizar a medida autorizativa do exercício concomitante do mandato e do cargo de magistério".

[...] o dispositivo [...] menciona, taxativamente "professor catedrático", não sendo essa a posição do Prof. José Freitas Nobre perante a Universidade de São Paulo, que exerce funções docentes através de contrato.

[...] Ademais, considerando-se que o artigo 34, da Constituição Federal, preceitua:

"Artigo 34 - Os deputados e Senadores não poderão:

I- desde a expedição do diploma:

⁸³ "Atribuições: Análise e concessão de licença-prêmio (servidor CLT amparado pela Lei 200/74, ação judicial e inclusão de tempo externo); análise dos pedidos de pagamento de férias e licença prêmio na época da aposentadoria de servidores estatutários, acerto de férias no sistema Marte, **validação dos pedidos de afastamentos para autorização do M. Reitor, controle dos servidores afastados para prestar serviços em outro órgão público** e dos comissionados, incorporação da gratificação de representação e do artigo 133 da Constituição Estadual, gratificação especial docente, cadastro de processos administrativos e das penalidades". (USP\MÍDIAS ONLINE, [20--], grifo nosso).

- a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; e
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas entidades constantes da alínea anterior;

II- Desde a posse:

- a) ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo, função ou emprego, de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas na alínea "a" do item I;
- c) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal; e
- d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do item I." (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 65-66).

O parecer conclui que, porquanto o docente mantinha contrato com a Universidade de São Paulo (autarquia, item I, a), e exercia função, demissível "ad nutum" (item II, b), havia dúvidas quanto à reativação do contrato, sugerindo a manifestação da Consultoria Jurídica da USP.

O entendimento da Consultoria Jurídica em 29 de agosto de 1972 foi o de que, ao que constava, o docente ainda exercia o cargo como Procurador do INPS, posto que nos autos não havia indicação de mudança nessa situação. Ademais, Freitas Nobre havia sido eleito como deputado federal, motivo pelo qual se encontrava afastado do magistério junto à USP. Pretendia-se o retorno da função docente e, de acordo com o Assistente Jurídico, a acumulação de mais uma função, a de magistério junto à USP. Outrossim, a Comissão Permanente de Acumulação ainda não havia se manifestado sobre a situação, ao que o Assistente Jurídico salientava que a proibição de acumular estendia-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista (art. 99, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a emenda nº 1/1969). Por fim, o parecer da Consultoria finalizava afirmando que, embora não interessasse à USP se Freitas Nobre havia se afastado das funções de Procurador Federal de São Paulo, ou não, uma vez que o mesmo solicitava a reativação de seu contrato como docente, surgia a possibilidade de verificar-se tríplice acumulação, ou seja: acumulação de três funções (Procurador Federal de São Paulo, de Deputado Federal e de Professor de Disciplina), se fosse atendido seu pedido. Por ser a tríplice acumulação ilegal, solicitava-se oficializar a Procuradoria Federal de São Paulo a fim de comprovar o afastamento do docente de suas funções naquele órgão. Solicitava, também, que se oficiasse à Comissão Permanente de Acumulação para que ficasse comprovado nos autos se já havia sido julgada a situação do professor. Caso ficasse

esclarecido o exercício de duas funções, depois do pronunciamento da Comissão Permanente de Acumulação, a Consultoria iria examinar a questão de reativação do contrato do docente.

É a partir desses dois últimos pareceres que o processo irá gravitar até 1990, ano do falecimento do docente. E é também em torno da discussão da tríplice acumulação que cerca de 270 das 350 folhas do processo irá tratar. Esse é um dado bastante significativo, pois Freitas Nobre ficou afastado da USP entre 1971 e 1986, tendo lecionado entre 1968 e 1970, e 1986 e 1990, ou seja, professorou por oito anos, menos de uma década. Apesar disso, sua importância para o campo do jornalismo e para a ECA ficou marcada enquanto espaço de memória: seja nomeando o auditório do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, ou servindo como título de Prêmio na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Voltando ao processo admissional de Freitas Nobre, quando questionada sobre o afastamento do docente das funções de Procurador Federal de São Paulo, a Comissão Permanente de Acumulação explicou que nada constava a respeito nos arquivos no nome do interessado. Já a Procuradoria da República de São Paulo informava que o docente estava aposentado desde 25 de março de 1969 de suas atividades enquanto Procurador do INPS.

Com base nessas informações, a Consultoria Jurídica da USP apresentou um parecer, em 10 de outubro de 1972, em que argumentava a inconstitucionalidade da situação pretendida, haja vista a tríplice acumulação. Pontuava que "pouco importa que o ilustre interessado esteja aposentado no cargo de Procurador Federal, porque a proibição constitucional de acumular cargos ou funções públicos abrange, também, a do servidor aposentado", encerrando assim sua exposição.

É interessante notar que, embora a matéria tenha sido decidida apenas em outubro de 1972, o Conselho Interdepartamental da ECA e do Conselho Técnico Administrativo haviam aprovado a renovação do contrato de Freitas Nobre a partir de julho de 1972. Isso se explica na medida em que, apesar de estar afastado, o período de dois anos, contado a partir do termo de aditamento de 1970, havia chegado ao fim. Temos como hipótese que a manobra para a permanência do docente na USP deu-se para atender às novas exigências, tal como atesta trecho do ofício do Prof. Dr. José Marques de Melo ao encaminhar a relação dos professores do Departamento de Jornalismo e Editoração que solicitaram inscrição no Curso de Pós e indicaram Freitas Nobre como orientador:

Peço-lhe portanto dar prioridade a estes candidatos⁸⁴, deixando outros que porventura apareçam para o próximo ano. Como lhe disse, este nosso pessoal tem o prazo de três anos para defender tese, advindo o cancelamento do contrato se isso não ocorrer. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 170).

A corrida pela titulação naquele período foi intensa, tanto é que a Prof.^a Dr.^a Solange Couceiro, em entrevista ao Projeto Memórias da ECA: 50 anos, comentou:

De 3 em 3 anos a gente era recontratado, aí teve uma época que nós precisávamos fazer doutorado, porque a legislação da USP dizia que depois de 6 anos, você não podia ser mais recontratado se não mudasse de categoria. [...] quando saiu o doutorado, imediatamente, nós e vários professores [...] entramos no Doutorado. (informação verbal)⁸⁵.

Por ser uma unidade relativamente nova, a ECA ainda não possuía um corpo docente totalmente doutorado, daí a importância e a necessidade da presença de Freitas Nobre como orientador naquele momento, tendo em vista sua titulação.

A despeito do envio de um telegrama ao reitor, Freitas Nobre não obteve êxito, como atesta o trecho do ofício de Miguel Reale:

Recebi o seu telegrama de 24 de outubro, indagando sobre se faltaria algum documento no processo de seu interesse, existente da Consultoria Jurídica. Na ocasião, todavia, já o processo se encontrava na Escola de Comunicações e artes, para onde foi devolvido por minha determinação em 17 de outubro para transmitir ciência do parecer da Consultoria Jurídica proferido em 13 daquele mês. Lamento, assim, não poder ter-lhe sido útil a tempo. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 101).

Após mais um envio de solicitação à reitoria, o caso foi levado novamente à Consultoria Jurídica, que reiterava os argumentos da tríplice argumentação expostos anteriormente. Porém, o Procurador Chefe apresentava um cenário em que seria possível o docente retornar a lecionar na USP:

Destarte entenderíamos **lícita a acumulação**, pelo ilustre interessado, de três situações, **se** a relação de emprego na Universidade de São Paulo fosse em **caráter efetivo. Não o sendo**, e, pelo contrário, se identificando com as situações de demissibilidade "ad nutum", [...] cai o caso na proibição consignada na alínea "b" do item II do artigo 34 da Constituição da República. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 109, grifo nosso).

⁸⁴ Os candidatos em questão eram: Gileno Fernandes Marcelino, Manoel J. P. dos Santos, Wilson da Costa Bueno, Claudia Bozzo Pisabeschi e Juarez Bahia.

⁸⁵ Entrevista concedida ao Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos em 2013.

Acrescentava ainda que, por conta do interesse demonstrado pela ECA na contratação do professor, e da excelente contribuição que ele voltaria a dar, pelos seus títulos, à USP, seria pertinente obter a opinião da Comissão de Acumulação de Cargos sobre o tema.

O parecer da Comissão era bastante controverso, pois sugere que não houve consenso absoluto entre os seus membros:

Peço vênia para reservar meu ponto de vista vencido, sustentado no âmbito desta CPA, segundo o qual, em caso como o presente, não haveria ilicitude na sentença de 3 (três) situações, pois a Constituição Federal, segundo minha interpretação, não estende a proibição de acumular aos aposentados que exerçam mandato eletivo ou contrato técnico-especializado (art. 99 § 4º). (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 110).

Com base em outro parecer e referindo-se ao despacho normativo do governador, o contrato cumulativo foi considerado impossível, pois configuraria em tríplice acumulação. A Consultoria Jurídica da USP ponderou as duas posições, isto é, considerar a aposentadoria da Procuradoria acumulação, ou não, decidindo-se, ao final, pela impraticabilidade do contrato pretendido. Sobre o tema, anos mais tarde, tendo retornado à USP, Freitas Nobre explanou em memorial para concurso de Projeto Adjunto na ECA:

Eleito deputado federal por São Paulo, em 1970, assumindo o mandato em 1971, surgiu uma dúvida a respeito de acumulação inconstitucional entre o magistério e o exercício da representação popular.

A Universidade de São Paulo dirigiu-se por ofício à presidência da Câmara dos Deputados solicitando autorização para que eu pudesse ministrar o referido curso de pós-graduação, pois apenas eu, naquela época, possuía um doutoramento na área.

A mesa da Câmara dos Deputados reuniu-se extraordinariamente para examinar o pedido da USP. Decidiu redigir um projeto de Resolução autorizando-me a dar o curso. O projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça da Câmara e esta, por unanimidade o aprovou, encaminhando-o ao plenário para decisão final.

A Câmara reunida especialmente, aprovou o projeto com o respectivo parecer da Comissão de Justiça, através de votação secreta que ocupou boa parte da sessão.

Prossegui o curso até 1972, quando de forma abrupta, tive meu contrato de trabalho rompido, sob o pretexto de que havia uma acumulação inconstitucional. (NOBRE, 1988, p. 9-10).

O processo foi arquivado, porém, dois meses depois, em julho de 1973, Freitas Nobre enviou novo pedido para reconhecimento de seu título de doutor. Contudo, tendo em vista que seu contrato não fora renovado, o Conselho Técnico Administrativo, ainda funcionando como Congregação da ECA, repassou a questão à Consultoria Jurídica. Como, de acordo com parecer da Consultoria Jurídica, o contrato expirou durante o trânsito processual e não foi

renovado, deveria levar-se em consideração o fato de que o pedido fora realizado em tempo hábil, quando o contrato estava em vigência.

O que se nota nos trâmites que seguiram é a ação burocrática muito parecida com aquela que protelou a defesa do doutorado de Thomaz Farkas. No caso de Freitas Nobre, o Conselho Técnico Administrativo encaminhou, em 2 de abril de 1974, o processo à Faculdade de Direito para se pronunciar sobre a equivalência do título de doutor, "dada a especificidade do título a ser reconhecido". Somente em 10 de fevereiro de 1975, é que se obteve um parecer da Faculdade de Direito; isso porque o docente designado havia se aposentado e devolvido o processo em 16 de dezembro de 1974. O novo designado, apesar de tecer inúmeros elogios à tese, afirmava não ser a Congregação da Faculdade de Direito a interessada em decidir sobre a equiparação de título, mas sim a Escola de Comunicações e Artes, uma vez que a solicitação fora realizada na área das Comunicações.

Em maio de 1976, já com uma Congregação própria, a ECA aprovou o reconhecimento do título de Doutor de Freitas Nobre. Entretanto, a Câmara de Pós-Graduação⁸⁶ explicava que, por não ser, naquele momento, docente da USP nem constar que iria submeter-se a concurso para o qual se exigisse o título de Doutor, não cabia manifestação a respeito. Caso o docente desejasse revalidar o título, deveria cumprir as exigências da legislação específica em vigor na época. No ano seguinte, a diretoria da ECA solicitou o reconhecimento de equivalência do título de doutor a Freitas Nobre, obtendo a mesma resposta da Câmara de Pós-Graduação.

Quase uma década depois, em 1985, Freitas Nobre enviou um ofício no qual requeria os benefícios da Lei da Anistia, alegando que

A cassação branca verificou-se com a ruptura do seu contrato pela USP que alegava a existência de acumulação inconstitucional por exercer o Requerente o mandato de deputado federal.

Ocorre, porém, que foi a própria Universidade de São Paulo que se dirigiu à Câmara dos Deputados solicitando autorização especial para a referida acumulação que não poderia em consequência, vir a ser alegada posteriormente como foi para o rompimento do contrato. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 142).

Freitas Nobre explicou também que, ao ser instado a proferir uma aula inaugural sobre "Problemas Brasileiros", havia esclarecido ser oportuna a indicação de outra pessoa, pois sendo parlamentar da oposição, iria ministrar uma aula crítica, algo que o momento não parecia comportar. Para o docente, tal fato "foi o bastante para que se considerasse rompido o

⁸⁶ Atualmente, seria o equivalente à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

contrato". A Congregação da ECA acolheu o pedido de anistia Freitas Nobre, bem como o Departamento de Jornalismo e Editoração:

Entendeu o Conselho que a medida pleiteada pelo ilustre jornalista, jurista e professor universitário merece acolhida por parte dos órgãos superiores desta Universidade, uma vez que o rompimento do seu contrato de trabalho com a USP, em 1971, ainda que justificada juridicamente, caracterizou-se como punição política, pública e notória na época.

Enfatiza o conselho do CJE que o desligamento do Prof. Dr. José Freitas Nobre representou o início de uma série de "cassações brancas", que atingiram o Departamento de Jornalismo e Editoração, no período 1971-1975, fase mais aguda do autoritarismo nesta Escola. Vários docentes, por medidas as mais diferentes, tiveram o seu trabalho interrompido neste Departamento, sendo evidente a motivação política e a tentativa de obstaculizar o ensino e a pesquisa de um jornalismo fundamentado na liberdade de expressão e de opinião. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 183).

Observa-se aí já uma diferença significativa em relação ao caso de Thomaz Farkas, que não apresentava nenhuma justificativa legal para seu desligamento. E será a questão legal o principal motivo de obstacularização no retorno de Freitas Nobre à USP. Tanto é que a Consultoria Jurídica afirmava não vislumbrar nos autos elementos que dessem margem à conclusão de ter havido intenção punitiva na não renovação do contrato, "pois o enfoque do problema ficou restrito, única e exclusivamente, à matéria de direito, sem que se discutisse, em qualquer momento, o mérito da contratação." (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 191). E, mesmo se provasse a alegada motivação política, permanecia o problema da acumulação, dado que a decisão da Comissão de Acumulação de Cargos inviabilizou a formalização do contrato.

A despeito da negativa, Freitas Nobre enviou novo ofício, em 1986, requerendo a anistia com outros documentos em anexo. Em contrapartida, a Consultoria Jurídica afirmava que o ofício enviado à Câmara dos Deputados que solicitou permissão para que o docente pudesse lecionar na USP extrapolava

as competências da Unidade, que não poderia, como o fez, falar em nome da Universidade sem o consentimento expresso dos órgãos superiores da USP. Essa competência, que foi irregularmente exercida, é do Magnífico Reitor a quem compete administrar a Universidade e representá-la em Juízo ou fora dele. Portanto, o questionado ofício é destituído de valor para os efeitos desejados, pois só a autoridade competente poderia firmá-lo. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 236-237).

Ainda assim, a Consultoria considerava legítimo o interesse da ECA, e tendo em vista o renome e a bagagem cultural de Freitas Nobre, cujo magistério enriqueceria o quadro

docente da USP, sugeria que o reitor solicitasse nova audiência da Comissão de Acumulação de Cargos.

A Comissão de Acumulação não teve consenso, obtendo empate sobre a matéria. O voto de desempate foi o que considerou a acumulação legal, mas não a renovação contratual, e sim o cumprimento do período restante de dezessete meses de contrato, cujo prazo fora interrompido por força de regular afastamento para o exercício de função pública. Oportuno ressaltar que o reitor não deixou apenas o habitual "De acordo", mas registrou que

não se localizou nos autos indício que permita concluir ter havido qualquer intenção punitiva na não renovação do contrato do ilustre interessado. A questão ficou limitada exclusivamente ao problema do exercício cumulativo de cargos, que agora a Comissão de Acumulação, órgão competente para apreciar a matéria, acaba de entender regular, por maioria de votos. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1968 e 2015], p. 266).

Após retornar oficialmente em 19 de setembro de 1986, Freitas Nobre seguiu o curso da carreira acadêmica, passando pela Livre Docência, e os diferentes cargos do magistério: Professor Assistente (1988), Professor Adjunto (1988) até Professor Titular, pouco tempo antes de falecer em 1990.

Ainda que, de acordo com o processo do contrato de docente da USP, Freitas Nobre não tenha sido reintegrado pela anistia, o docente assim se expressou em memorial para concurso de Professor Adjunto:

A anistia constitucional me restabeleceu a condição de professor, a partir de agosto de 1986, tendo ficado, assim, afastado formalmente da Universidade durante 14 anos.

[...]

Em lugar de requerer pela anistia que me beneficiou, os acessos na carreira, decidi enfrentar os concursos públicos de professor-assistente, de Livre-Docente e, agora, respeitosamente submeto-me ao julgamento desta egrégia comissão, pleiteando o título de Professor-Adjunto.

Verificam os eminentes julgadores que nossa profunda vinculação ao magistério não se anulou ou enfraqueceu nos períodos de exercício de mandatos executivos e legislativos, nem mesmo quando a **cassação branca**, através de ato administrativo, procurou afastar-me do exercício do magistério. (NOBRE, 1988, p. 10-11, grifo nosso).

Embora a atuação docente na USP tenha durado, como havíamos dito previamente, menos de uma década, sua atuação política teve, no total, 25 anos, sendo que, durante 14 dos 21 anos de ditadura militar, esteve com mandato parlamentar. Foram justamente os 14 anos que esteve desligado da USP.

Para os órgãos de vigilância, seus passos já eram monitorados muito antes de seu ingresso na carreira política. De acordo com Documento nº 25, da Pasta 157, do Dossiê do

Setor de Análises, Operações e Informações (OS 1070) do DEOPS (1978), Freitas Nobre era alvo desde 1948. O que se nota nas entradas do documento é a preocupação com sua movimentação nos sindicatos, além da sua atuação enquanto vereador de São Paulo.

Outro ponto registrado é a sua aproximação com a URSS e o Partido Comunista do Brasil, como por exemplo, o fato de, por sua iniciativa, a Câmara Municipal de São Paulo ter aprovado um ofício para ser enviado aos Poderes Federais, a fim de reatar as relações comerciais com a União Soviética.

Havia também a preocupação com a participação de Freitas Nobre em comícios e atos da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1959. Em comunicado de 1961, o docente figurava como líder socialista e vice-prefeito de São Paulo. A partir do regime militar, suas críticas ao governo eram monitoradas e registradas, bem como seus questionamentos, como no episódio de Vladimir Herzog, em 1975.

Figura 22 - Trecho de documento do DEOPS sobre o Prof. Dr. Freitas Nobre e seu posicionamento sobre a morte de Vladimir Herzog

Documento arquivado nesta Divisão em fevereiro de 1977 sobre a morte do jornalista Wladimir Herzog refere que o deputado Freitas Nobre falando na Câmara dos deputados em Brasília, leu o comunicado do Sindicato dos Jornalistas a respeito da morte de Vlado e acrescentou: "É de estarrecer que tendo se apresentado espontaneamente, viesse a golpear a própria vida, através do suicídio. Mas ainda que se admitisse a versão do suicídio, como explicar a falta de vigilância, se ele se achava confiado a própria autoridade?".

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO (1978, p. 85).

No ano de 1976, o docente foi bastante vigiado, sendo digno de registro o fato de ter sido apoiado pelo Partido Comunista do Brasil, ser proibido de entrar na Sala do Estudante da Faculdade de Direito na USP, além de constar suas participações em eventos versando sobre Liberdade de Informação, Direitos Humanos etc. Os anos seguintes foram marcados pelas lutas da Constituinte e das Diretas, fosse no campo da Câmara, fosse nos papéis do DEOPS.

Foi dessas lutas que o nome de Freitas Nobre tornou-se também lugar de memória. Após cerca de cinco anos de discussões, em 19 de junho de 2017, o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, recebeu o nome de Deputado Freitas Nobre. Nesses anos (2012 a 2017) outro nome era cotado para o aeroporto: Senador Romeu Tuma. Este foi delegado da Polícia Civil e

chefiou o Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo (DOPS) e sua versão de São Paulo, o DEOPS-SP. Ao todo, ficou no governo de 1966 a 1985. O objetivo, ao indicar o nome de Tuma, era demarcar posição contrária às articulações de rediscutir a Lei da Anistia e resgatar as histórias de tortura e repressão por parte do governo. O nome de Freitas Nobre surgiu como oposição a esta memória. (CANÁRIO, 2017).

Nesta disputa pelos lugares de memórias, finalizamos com excerto de Pierre Nora, que explicita o porquê da necessidade de construção e estabelecimento desses espaços, o que faz muito sentido quando o assunto é memórias sobre regimes autoritários, como a ditadura militar brasileira:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. **Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.** Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momentos de memória arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso).

3.4. Jair Borin

Resistir é preciso, viver também é preciso (perdoe-me a contestação Fernando Pessoa). (BORIN, 1999, p. 11).

Jair Borin (1942-2003), filho de João Borin e Feliciano Zampieri, natural de Birigui, São Paulo, viveu sua infância e adolescência em Adamantina, cidade que, segundo ele, marcou-o profundamente. O município do Oeste paulista tinha sua economia voltada para o café, tanto que contava com colônias italiana e japonesa, atraídas pelo projeto de colonização oficial do governo do Estado.

Os cafezais preenchiam todo o meu universo de criança. Neles brincava, neles me escondia, neles me enchia de sol, terra, ar e poesia. Neles aprendi a admirar a labuta diária do trabalho do colono humilde, do peão sem nada, da mulher do campo. Neles deixei ficar grande parte da infância perdida. (BORIN, 1993, p. 11).

Foi lá que Borin teve seu primeiro contato com os jornais, na década de 50, por meio de seu pai, que lia um noticiário diariamente. E foi em Lucélia, no curso de primeiro colegial, que teve despertado o interesse pela militância política.

[...] ouvi pela primeira vez a palavra nacionalismo e fui despertado para a leitura dos livros de Gondim da Fonseca, de Ortega e Gasset, de Os Sete Pilares da Sabedoria, de Lawrence, da Arábia, sua obra reflexiva e, a meu ver, a mais importante. Este despertar foi estimulado por uma garota de nome Paula, então a mais velha do grupo de uns três ou quatro adolescentes de formação Espírita, com os quais eu me reunia e mantinha uma forte amizade. Seu pai era funcionário de um banco e havia sido transferido para Lucélia, o que foi ótimo para nós, pois nunca havíamos discutido em nosso curso essas questões levantadas por ela.

Esse convívio durou um pouco, pois seu pai, por motivos de saúde, em breve retornarei para Ribeirão Preto, de onde ele viera, e nunca mais voltei a rever Paula, por quem nutria uma admiração especial. Dela restou-me o batismo nacionalista, a admiração por Gondim e a certeza de que o Brasil era violentamente espoliado pelos Estados Unidos. (BORIN, 1993, p. 15).

Borin completou sua formação do Colegial na Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica no Rio de Janeiro. Devido a um problema de saúde, não pôde realizar o curso de piloto, formando-se em Mecânica de Voo, em Guaratinguetá. Seguiu para o Recife, onde serviu no Esquadrão de Busca e Salvamento quando tinha 19 anos.

Poucos anos depois, em 1963, Borin foi expulso da FAB (Força Aérea Brasileira), quando era

[...] uma liderança efetiva na Base Aérea do Recife. Tinha uma boa formação política e logo fiz a cabeça de vários companheiros de trabalho: eles gostavam quando eu lhes mostrava como o país era espoliado e como eram necessárias reformas estruturais para modernizarmos a sua economia e as relações sociais vigentes. Em decorrência dessa minha atuação, fui eleito para o cargo de Tesoureiro do Clube de Subtenentes e Sargentos da Base Aérea, em março de 1963. Os oficiais de direita passaram, então, a controlar o meu trabalho e se valeram de um dispositivo do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, que proibia a divulgação de qualquer material de propaganda política nas unidades militares, para me excluírem da FAB. Isto ocorreu no dia 5 de outubro de 1963. O ato arbitrário deu origem a uma série de manifestações da Corporação e de várias entidades de trabalhadores em todo o Brasil. Em decorrência desse apoio, fui convidado por alguns deputados federais, entre eles Max da Costa Santos e Francisco Julião, o dirigente máximo das Ligas Camponesas, a me integrar à Frente de Mobilização Popular, entidade que congregava grande parte das esquerdas antes do Golpe. Tinha, então, 21 anos. (BORIN, 1993, p. 17-18).

O contexto era o do governo de Miguel Arraes⁸⁷ em Pernambuco, e de João Goulart no governo federal, após a breve passagem do parlamentarismo ao presidencialismo entre 1962 e 1963. Borin integrou a Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento nacionalista que se uniu em torno da implementação das chamadas reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). A FMP foi comandada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e reuniu

[...] organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), além de elementos da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e de entidades camponesas e femininas como a Frente Nacionalista Feminina. (LAMARÃO, 2009).

Naquele mesmo ano, Borin estava cursando Sociologia na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, quando teve de interromper devido à sua prisão no ano seguinte, em 22 de

⁸⁷ "Miguel Arraes foi advogado, economista e político. Filiado ao Partido Social Trabalhista (PST), aliado do ex-presidente João Goulart, exercia seu primeiro mandato como governador de Pernambuco, quando, no dia 1º de abril de 1964, foi deposto pelo Exército brasileiro.

Antes do golpe, sua gestão foi marcada pelo apoio à população mais pobre e enfrentamento aos abusos trabalhistas de usineiros na região." (BIOGRAFIAS..., [2008?]).

"Uma das primeiras medidas adotadas por Arrais logo após assumir o governo em 31 de janeiro de 1963 foi assegurar o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais. Para tanto, celebrou um acordo entre os trabalhadores e os plantadores estabelecendo um código disciplinador das tarefas no campo, impedindo assim que, ao ser decretado um reajuste de salário por parte do governo federal, os empresários modificassem os padrões ou medidas das tarefas, anulando na prática o benefício ao qual o trabalhador tinha direito.

Paralelamente, Arrais tratou de ampliar a concessão do crédito agrícola, estendendo-o aos pequenos proprietários. O Banco do Estado de Pernambuco contribuiu com trabalhos preliminares de cadastramento e de organização desses pequenos proprietários, e a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil colaborou na execução do plano. Embora a iniciativa contasse com o apoio do clero, foi severamente combatida, segundo Arrais, por oposicionistas que afirmavam ser o crédito promovido com dinheiro "proveniente de Moscou".

De acordo com depoimentos de Arrais, os camponeses constituíram apreciável base de sustentação política para seu governo. As contestações desse setor não causavam maiores embaraços, pois quando ultrapassavam os limites legais, como no caso de algumas invasões de terras, Arrais, com a colaboração do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, sempre conseguia convencer os camponeses a recuarem em suas posições. Além disso, contando com o apoio da Igreja e dos comunistas, Arrais deu início a um amplo processo de sindicalização rural, montando uma equipe de advogados para prestar assistência jurídica aos trabalhadores que se organizavam em órgãos de classe. Essas entidades, fornecendo um instrumento legal para as reivindicações dos trabalhadores, iriam pouco a pouco esvaziar as Ligas Camponesas. Uma das medidas tomadas para criar condições de entendimento em casos de litígio foi também o envio de delegados de polícia ao interior com a missão de desarmar usineiros e proprietários de terras.

Para dar prosseguimento à sua política de apoio aos trabalhadores, Arrais criou, através da Companhia de Revenda e Colonização, armazéns de abastecimento que forneciam gêneros de primeira necessidade a preços abaixo do comércio local. A maquinaria do estado, até então a serviço dos grandes proprietários, foi entregue aos sindicatos rurais e às Ligas Camponesas, e o Banco de Desenvolvimento de Pernambuco abriu uma linha de crédito a pequenos e médios lavradores, além de emprestar jipes e caminhonetes. Criou-se também o Serviço de Assistência Itinerante (SAI), destinado a levar soluções de emergência aos problemas sanitários no interior. Percorrendo as cidades, o SAI promovia reuniões com padres, prefeitos, médicos, professores e outros líderes das comunidades, com o fim de elaborar planos de saúde pública de acordo com cada caso.

Outra importante medida do governo Arrais foi a implantação do Laboratório do Estado, cuja finalidade era produzir os remédios de maior consumo popular, como vacinas e antibióticos. Além disso, coube à Secretaria de Viação e Obras Públicas a tarefa de abrir poços de água profundos nas áreas suburbanas de Recife, construindo-se ao lado de cada um lavanderias, bebedouros e sanitários públicos". (LE MOS e PANTOJA, 2010).

novembro de 1964. Seu nome foi arrolado junto aos de outros integrantes do POR-T (Partido Operário Revolucionário Trotskista) em uma ação penal (BNM 144..., [entre 1965 e 1979]) que acusou a organização de

motim e revolta, aliciação e incitamento, desmembramento ilícito e tentativa de supressão da independência do Brasil. Classificação do crime alterada na sentença para tentativa de subversão. Classificação do crime novamente alterada no acórdão do Superior Tribunal Militar para agrupamento prejudicial à segurança nacional. (SUMÁRIO DO BNM 144, [entre 2014 e 2018]).

O POR-T era uma

organização revolucionária brasileira criada em 1953 como uma seção da IV Internacional Comunista, dissidência criada por Leon Trotsky da III Internacional, que era liderada pela União Soviética.

Um dos principais líderes da Revolução Russa de 1917, Trotsky, após entrar em divergência com Joseph Stalin, foi desligado do Partido Comunista em 1927 e expulso da União Soviética em 1929. Em 1938 fundou a IV Internacional Comunista, cuja doutrina revolucionária estava baseada na idéia [sic] de uma frente única proletária internacional para a derrubada do sistema capitalista.

[...] o Partido Operário Revolucionário (POR) [era] ligado em princípio a Michel Pablo, dirigente da IV Internacional e subordinado ao responsável pelo trabalho político na América Latina, o argentino J. Posadas. Seu órgão de divulgação era o jornal Frente Operária.

O POR tinha suas bases e seu comitê central em São Paulo, estendendo sua influência ao Rio Grande do Sul e Pernambuco, em cuja capital se sediava seu comitê do Nordeste. Seu primeiro congresso nacional foi realizado em fevereiro de 1963 em São Paulo. Durante esse encontro foi decidido que a organização deveria desenvolver atividades através da Frente de Mobilização popular criada em 1962 para pressionar o governo em favor das chamadas reformas de base e liderada pelo então deputado Leonel Brizola. O intuito do POR ao se integrar nessa frente era criar comitês de fábricas e atuar no movimento camponês através dos sindicatos rurais. (ABREU, 2009).

Este processo foi o cerne dos acontecimentos que levou Borin novamente à prisão e o desligou da USP anos mais tarde; daí sua importância em analisá-lo.

De acordo com os autos do processo, era conhecido como "Alvarenga", integrante da célula universitária da POR-T e

[...] desenvolvia intensa atividade disseminando as ideias políticas que adotou, através de reuniões subversivas em praças públicas, residências familiares e estabelecimentos de ensino, para elas convidando civis e militares. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 16).

A prisão de Borin para depoimento no IPM que vasculhou o funcionamento da célula da POR-T em Pernambuco foi sendo prorrogada, passando a prisão preventiva, de acordo com

os autos, para o "esclarecimento das investigações policiais". De acordo com os autos, Borin foi ouvido em 11 de dezembro de 1964, em Recife, no Quartel da Segunda Companhia de Guardas. Quando questionado se fora escutado na Delegacia Auxiliar, teria respondido positivamente, por diversas vezes, porém não teria prestado depoimento porque suas informações não coincidiam com aquelas conhecidas pelas autoridades daquela Delegacia. Sobre o episódio que levou à expulsão da FAB, Borin teria explicado que esta se deu porque havia fixado um recorte do jornal *Liga*, órgão oficial das Ligas Camponesas⁸⁸ - dirigidas pelo ex-deputado Francisco Julião -, no alojamento dos Suboficiais e Sargentos do Primeiro do Sexto Grupo de Aviação, no Recife. Além disso, dias antes, no mesmo local, foram fixados recortes do Jornal *Última Hora*, não tendo sido Borin o autor desse ato, segundo declarações do mesmo. Consoante o depoimento de Borin, arrolado no processo sobre a POR-T, seu ingresso no Partido foi em janeiro ou fevereiro de 1964, tendo atuado até outubro daquele ano, quando solicitou seu afastamento. Sobre o porquê da sua filiação à organização, Borin

[...] respondeu que tinha ideias marxistas e concordava com todos os pontos de vistas esposados pelos esquerdistas, salvo quanto a questão de eliminar os seus semelhantes; Perguntado qual finalidade principal desse movimento, respondeu que era implantar no mundo um estado operário, devendo essa implantação realizar-se por meios pacíficos e até por uma revolução armada se fosse necessário. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 428).

⁸⁸ "As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

[...] O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como "ligas camponesas" iniciou-se, de fato, no engenho Galiléia [sic], em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de "fogo morto".

[...] Existem muitas versões sobre a criação da Liga de Galiléia [sic]. A mais conhecida, [...] atribui à entidade o objetivo de arrecadar recursos para enterrar os mortos, até então depositados em vala comum. Esta versão, divulgada por Antônio Calado em suas célebres reportagens no *Correio da Manhã* (setembro de 1959), tiveram enorme repercussão pública. Outra versão, mais completa, nos diz que a sociedade recém-criada tinha finalidades assistenciais mais amplas e que escolhera como presidente de honra o próprio dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão. O objetivo do grupo era gerar recursos comuns para a assistência educacional e de saúde, e para comprar adubos, com a finalidade de melhorar a produção.

A criação da Liga de Galiléia [sic] provocou a reação do filho do proprietário do engenho, temeroso, como era natural, de que a consolidação de um núcleo de produção camponesa pudesse sustar a utilização mais rentável da pecuária nas terras esgotadas do engenho. Nesta e em outras propriedades, para deslocar a mão-de-obra [sic] já sem utilidade imediata, e para tornar a terra mais lucrativa, lançou-se mão então do aumento generalizado no preço do foro, o que teve como consequência [sic] imediata a luta comum contra o aumento da renda da terra e contra as ameaças mais diretas de expulsão.

Para defendê-los na Justiça, os representantes [da Liga de Galiléia] procuraram Francisco Julião Arruda de Paula, advogado em Recife, que se havia notabilizado por uma original declaração de princípios em defesa dos trabalhadores rurais, a Carta aos foreiros de Pernambuco, de 1945. Julião aceitou defendê-los, assim como a muitos outros. A pendência se prolongou até 1959, quando foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho, encaminhada à Assembléia [sic] Legislativa pelo governador Cid Sampaio com base num antigo projeto de Julião. A questão deu notoriedade aos camponeses de Galiléia [sic] e, ainda mais, transformou o primeiro núcleo das ligas camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam". (CAMARGO, 2009).

O depoimento conta com cinco páginas, e as perguntas versam sobre diversos temas, desde os livros que lia, até sua opinião sobre a situação econômica do Brasil após o "Movimento Revolucionário de 1964". Em sua ficha individual, no resumo sobre suas atividades, conseguimos observar quais foram os "crimes" realizados por Borin, na visão dos militares:

Expulso da FAB em 1963 por atividades subversivas - Tem ideias marxistas coincidentes com as do "PORT" - Desejava a derrubada do governo através de uma luta armada e a implantação do Estado Operário Revolucionário - Pregava e incentivava a divergência entre as classes - Desejava substituir a Ordem Política e Social estabelecida na Constituição - Participou e provocou várias reuniões subversivas em praças públicas, residências e escolas, com comparecimento de civis e militares - É elemento de alta periculosidade e conhecedor profundo do programa do "PORT" e seus objetivos - Pretendia organizar grupos de cinco (G-5) na Base Aérea do Recife - Mantinha ligações constantes com dirigentes trotskystas de S. Paulo, cujos endereços foram encontrados em seu poder - Leitor assíduo de Obras Marxistas - Confessa ter participado conscientemente e espontaneamente [sic] no movimento do PORT - Teve péssima conduta durante sua permanência no xadrez - Prometeu vingar-se com violência quando for posto em liberdade - Faz restrições ao movimento revolucionário de 31 de março de 1964, pois acredita que só o regime socialista poderá solucionar os problemas nacionais - Confessa que o movimento trotskysta tem caráter internacional conhecendo vários dos seus dirigentes - Atuava com mais intensidade na FAFIPE e na Base Aérea do Recife - Fazia distribuição de documentos subversivos. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 427).

Pelos motivos apontados, Borin foi inicialmente incluso nos Artigos 130, 133 e 134 do Código Penal Militar, que tratavam de crimes militares em tempo de paz, contra a autoridade e a subordinação militar

Art. 130. Reunirem-se militares ou assemelhados em número de quatro ou mais.

I – agindo contra as ordens recebidas de seus superiores, ou negando-se a cumprí-las [sic];

II – recusando obediência ao superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência:

Pena – reclusão, de cinco a oito anos, aumentada de um terço [sic] para os cabeças.

[...]

Art. 133. Aliciar militar ou assemelhado para a prática de qualquer dos crimes previstos no capítulo anterior:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos.

Art. 134. Incitar à desobediência, à indisciplina, ou à prática de crime militar:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem introduz, afixa ou distribui, em lugar sujeito à administração militar, impressos, manuscritos ou papéis

mimeografados ou gravados em que se contenha incitamento à prática dos atos acima previstos. (BRASIL, 1944).

Embora Borin não tivesse sido enquadrado nessas condições quando era ainda da FAB, havia a tentativa de penalizá-lo após sua expulsão, ou seja, na condição de civil. Nota-se um rigor para além do alcance dos supostos crimes praticados. Além do Código Penal Militar, Borin foi incluso na Lei de Segurança Nacional de 1953, nos artigos 2, 5, 7, 11, 12, 14 e 17, que postulavam ser crime contra o Estado e sua ordem política e social:

Art. 2º Tentar:

I - submeter o território da Nação, ou parte dêle [sic], à soberania de Estado estrangeiro;

II - desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;

Pena: - no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças, e de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, e de 3 a 5 anos aos demais agentes.

[...]

Art. 5º Tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo [sic] por ela estabelecida.

Pena: - reclusão de 3 a 10 anos aos cabeças e de 2 a 6 anos, aos demais agentes, quando não couber pena mais grave.

Parágrafo único. A pena será agravada de um terço [sic] quando o agente do crime fôr [sic] o Presidente da República, o Presidente de qualquer das Casas do Congresso, do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Governador ou Secretário de governo [sic] estadual, o Chefe do Estado Maior do Exército, da Armada ou da Aeronáutica, o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública ou Comandante de unidade militar federal, estadual ou do Distrito Federal.

[...]

Art. 7º Concertarem-se ou associarem-se mais de três pessoas para a prática de qualquer dos crimes definidos nos artigos anteriores.

Pena: - reclusão de 1 a 4 anos.

Parágrafo único. A pena será aplicada em dobro [sic] se a associação revestir a forma de bando armado e agravada da metade em relação aos que a promoverem ou organizarem.

[...]

Art. 11. Fazer publicamente [sic] propaganda:

a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social;

b) de ódio de raça, de religião ou de classe;

c) de guerra.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.

§ 1º A pena será agravada de um terço [sic] quando a propaganda fôr [sic] feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina.

§ 2º Não constitui propaganda:

- a) a defesa judicial;
- b) a exaltação dos fatos guerreiros da história pátria ou do sentimento cívico de defesa armada do País, ainda que em tempo de paz;
- c) a exposição a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas.

§ 3º Pune-se igualmente, nos termos dêste [sic] artigo, a distribuição ostensiva ou clandestina, mas sempre inequivocamente dolosa, de boletins ou panfletos, por meio dos quais se faça a propaganda condenada nas letras a, b e c do princípio dêste [sic] artigo.

Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

Pena: - reclusão de 6 meses a 2 anos.

[...]

Art. 14. Provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis.

Pena: - reclusas de 1 a 3 anos.

[...]

Art. 17. Instigar, publicamente [sic], desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública.

Pena: - detenção de seis meses a 2 anos. (BRASIL, 1953).

Havia, porém, um furo nas acusações a Borin, pois seu ingresso na POR-T teria ocorrido após sua expulsão da FAB, o que inviabilizaria seu enquadramento tanto no Código Penal Militar, como no agravamento das penas previstas na Lei de Segurança Nacional.

Em 21 de dezembro de 1964, concluso o inquérito, Borin foi recolhido preso à Guarnição do Território de Fernando de Noronha, de ordem do General Comandante do IV Exército, ao mesmo tempo em que foi solicitada a prorrogação de sua prisão ainda na condição de indiciado. Ao que tudo indica, Borin foi e voltou de Fernando de Noronha em janeiro de 1965, pois, no dia 26, foi reinquirido em Recife. Dessa vez foi questionado se havia dito "o dia da forra está próximo" em 14 do mesmo mês, ao que respondeu afirmativamente, que aquelas palavras foram como um desabafo por estar preso já havia algum tempo, desejoso de sua liberdade. A ocasião foi quando se dirigiu ao investigador do caso e este foi conduzi-lo à presença do encarregado do inquérito. Borin, anos mais tarde, em seu memorial ao concurso de Livre-Docência, resumiu o período entre sua prisão em Recife e a ida para Fernando de Noronha:

Fui preso em plena militância, [...] enrustido numa cela forte da 2ª Cia. de Guardas do Exército, torturado sob o comando de um coronel de Cavalaria, por vários agentes da Polícia Civil, levado para fuzilamento simulado, no Cemitério de Santo Amaro, numa madrugada de dezembro, e confinado na ilha de Fernando de Noronha, pouco antes do Natal. Quando me pesam, na enfermaria da ilha, descubro que estou doze quilos mais magro. (BORIN, 1993, p. 18).

No respectivo processo, há menção sobre as torturas sofridas por Borin, fato que levou à anistia com reparação indenizatória por danos morais causados por tortura praticada por agentes do Estado durante o regime militar, completada em 2007, após sua morte. De acordo com o processo de anistia, Borin sofreu inúmeros tipos de tortura, sendo uma delas - a do chamado "telefone", pancadas com as mãos em concha nos dois ouvidos concomitantemente -, responsável pela lesão em seu tímpano direito. Já a simulação de seu fuzilamento ocorreu no dia 15 de dezembro de 1964, sendo levado para um antigo paiol de munição, em Tegipió, convertido em cela forte, "[...] tristemente conhecido como 'Fernandinho'".(SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, [entre 2001 e 2007], p. 32). Lá permaneceu até dia 22 de dezembro daquele ano, quando foi transportado por avião militar a Fernando de Noronha, onde, de acordo com o processo de anistia, embora não tenham ocorrido torturas, as condições de alimentação e higiene pessoal eram precárias.

Ainda de acordo com o processo de anistia, o novo interrogatório teria ocorrido no dia 29 de janeiro de 1965, e não dia 26, como arrolado no processo inquérito militar da POR-T. Apesar das diferenças de dias, as circunstâncias descritas por Borin nos fazem supor que se tratam do mesmo evento:

No dia 29 de janeiro de 1965, foi retirado da ilha para ser novamente submetido a interrogatório na Secretaria de Segurança de Pernambuco, realizado por um indivíduo que trajava terno e gravata, e se identificava como promotor de Justiça. Esta pessoa colheu o seu depoimento com o apoio do investigador [...] e um outro, de pequena estatura, que lhe aplicava pancadas nas costas, sempre que parava para pensar um pouco nas respostas que eram dadas ao dito promotor. (SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, [entre 2001 e 2007], p. 32).

Após esse interrogatório, Borin permaneceu uma semana preso nas dependências do Buque, antigo depósito de presos da Secretaria de Segurança, para depois ser levado a Fernando de Noronha novamente.

Em 16 de março de 1965, de acordo com os autos do processo da POR-T, foi solicitado o recolhimento de Borin à Casa de Detenção do Recife, o que foi efetuado no dia seguinte, conforme o processo de anistia supracitado.

Embora houvesse obtido *habeas-corpus* junto ao Superior Tribunal Militar (STM), que determinava sua soltura em 29 de março de 1965, isto não ocorreu, o que pode ser constatado em radiograma do diretor geral da Secretaria do STM do Rio de Janeiro, Guanabara, à Auditoria da 7ª Região Militar, em Pernambuco. O informe de 30 de julho de 1965 comunicava que outro radiograma, com informe de 2 de abril do mesmo ano, noticiava a expedição do alvará de soltura em cumprimento do decidido pelo STM em 29 de março

daquele ano. Além disso, esclarecia que no dia 2 de abril já havia sido encaminhado ao Comando do IV Exército o respectivo alvará de soltura. De acordo com Borin, uma vez

[...] levado à presença do então delegado auxiliar da Segurança Pública, Alvaro da Costa Lima, este assegurou-lhe que não iria cumprir nenhum alvará de soltura. Permaneceu detido arbitrariamente na Casa de Detenção até o dia 18 de agosto de 1965. (SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, [entre 2001 e 2007], p. 33).

A Auditoria da 7ª Região Militar pediu em 14 de julho de 1965 cópia do acórdão referente ao *habeas corpus* concedido, e, apesar de tê-la recebido cerca de 15 dias depois, a mesma não foi colocada em prática. É importante ressaltar que o referido *habeas corpus* teve como base a falta de subsídios que pudessem enquadrar Borin e outros dois indiciados no inciso III do artigo 2º da Lei de Segurança Nacional, cujo requisito era a existência de ajuda ou financiamento estrangeiro. Isso porque a prisão preventiva foi fundamentada no supracitado amparo legal, sendo que a acusação era que Borin, além de integrar o movimento revolucionário trostkista, era atuante no setor universitário e operário, vendendo e distribuindo jornais e panfletos subversivos. Ou seja, nada haveria contra Borin que permitisse inculpá-lo da prática da qual era acusado, que o traria processo e julgamento na Justiça Castrense.

Novo radiograma foi enviado, em 10 de agosto de 1965, pela diretoria da STM do Rio de Janeiro, Guanabara, à Auditoria da 7ª Região Militar, informando sobre o *habeas corpus* de março.

Em 17 de agosto de 1965, o promotor militar em exercício entrou com recurso ao acórdão, isto é, argumentava para que Borin fosse enquadrado nos artigos pretendidos inicialmente, e que garantiriam a sua prisão preventiva. O texto enfatiza o aliciamento de militares no POR-T, o que pode nos dar pistas sobre o fato de o *habeas corpus* não ser cumprido:

Inquestionável é que os denunciados, concertados e justados como se encontravam, propagadores de uma doutrina violenta como o desvio trostkista do comunismo internacional, aliciando militares para às suas hostes, incitando-os, como o fizeram à indisciplina, nada mais visaram do que, enfraquecendo o organismo armado para a defesa do Brasil, integridade de instituições e do regime, mudar a ordem política e social vigente nesta dadivosa terra, estando, por isso mesmo enquadrados no artigo 2º, inciso III, da Lei de Segurança do Estado. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 1216).

O promotor ainda afirmava que entre os dirigentes das ações denunciadas, Borin se inscrevia em primeiro plano, o que será notável em relação à sua pena em comparação aos demais indiciados.

No dia seguinte, foi dado cumprimento a um novo *habeas corpus* concedido pelo STM. Todavia,

[...] mais uma vez cometeu-se outro ato de arbítrio e violência contra a sua pessoa, pois na porta da Casa de Detenção, quando era libertado por força do *habeas corpus*, foi sequestrado por três agentes da Secretaria de Segurança Pública, fortemente armados, e conduzido juntamente com Iberé Baptista da Costa para uma cela do Grupo de Artilharia de Costa Motorizada de Olinda. Localizado pelo advogado Bons Trindade, foi transferido para o **Buque**, da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco no dia 15 de setembro daquele ano. (SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, [entre 2001 e 2007], p. 33).

O recurso da promotoria obteve parecer favorável da Procuradoria Geral da Justiça Militar em 18 de novembro de 1965, sendo aprovado pelo STM em 14 de dezembro do mesmo ano. Havia uma possível explicação para essa mudança na interpretação dos autos, pois, em 27 de outubro daquele ano, havia sido promulgado o Ato Institucional nº 2, que entendia em seu artigo 8º que o STM poderia estender foro aos civis, quando em casos para repressão de crimes contra a segurança nacional ou a instituições militares:

Art. 8º - O § 1º do art. 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares."

§ 1º - Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

§ 2º - A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis.(BRASIL, 1965).

Em 1965, após dois pedidos de *habeas corpus*, Borin finalmente foi solto em 27 de setembro.

No dia 27 de setembro, finalmente, fui posto em liberdade, coincidentemente com pai-de-santo, que havia sido detido na véspera, quando colhia ramos de eucaliptos para homenagear a dupla Cosme e Damião, do Candomblé, festejada nesta data. [...] Eu já estava me acostumando com a situação precária em que era mantido, pois havia perdido as esperanças de ser libertado antes de concluir um ano de detenção. [...] estávamos detido numa sala imunda do "buque", uma antiga dependência da época do Estado Novo, nos fundos da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Na madrugada daquele dia, o pai-de-santo foi jogado na mesma cela [...]. Ele aparentava uns sessenta anos de idade e, meio amedrontado, procurou tomar conhecimento de onde se encontrava, temendo alguma violência por parte dos demais integrantes da cela. [...] À medida em que conversávamos, o velho foi ganhando confiança e, quando o dia amanheceu, ele já se sentiu seguro para tomar o café precário que nos era servido e contar um pouco

sobre a sua desventura. Por volta das 8 horas, quando uma réstia de sol adentrou na cela por uma pequena grade, ele colocou-se numa postura de meditação e, depois, falando firme e pausadamente, olhando nos olhos, disse que iríamos sair dali, em liberdade, naquele mesmo dia, sob a proteção de Cosme e Damião. Só não brinquei com ele, na ocasião, em respeito aos seus sentimentos e à sua idade já meio avançada. Para surpresa nossa, às 10 horas, ele foi chamado pelo delegado de plantão e, depois de uns 30 minutos, voltou para apanhar um pequeno embrulho de pertences pessoais e saiu em liberdade.

- Você será o próximo; disse-me ao sair.

Não acreditei quando me chamaram, por volta das 11 horas, e me conduziram ao delegado titular, que deu cumprimento ao [...] alvará de soltura [...]. (BORIN, 1993, p. 19-21).

Naquele mesmo dia, Borin seguiu para a região sudeste do país. Em 1966 chegou a São Paulo após breve passagem pelo Rio de Janeiro. Nesta última, chegou a produzir alguns trabalhos jornalísticos a pedido de Osvaldo Peralva, então secretário da redação do *Correio da Manhã*, que, segundo Borin, deu-lhe as primeiras aulas de Jornalismo.

A princípio tinha a pretensão de ficar apenas alguns meses em São Paulo, para recuperar-se da prisão e acertar as dívidas acumuladas no período, como os gastos com os recursos impetrados pelo advogado. O objetivo inicial era juntar alguns recursos para deixar o país e seguir para algum país latino-americano, como o Chile. Porém, com o passar o tempo, Borin foi se tornando cada vez mais conectado à cidade, onde permaneceu até seu falecimento.

Enquanto se consolidava em São Paulo, a denúncia formal do processo que corria no Recife veio em 20 maio de 1966, publicada no *Diário da Justiça* (1966, p. 1591 apud BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 1338), enquadrando Borin no Código Penal Militar (artigos 130, 133 e 134) e Lei de Segurança Nacional (Artigo 2º, inciso III).

Nesse meio tempo, prestou vestibular e ingressou em Economia, na USP, segundo ele "por falta de um curso no qual pudesse me engajar definitivamente, [...] sem estar seguro se era aquilo mesmo que eu queria". (BORIN, 1993, p. 23).

Em 1967 ingressou na ECC, na sua primeira turma, e no final do ano, iniciou na redação de *O Estado de S. Paulo*, como redator e, depois, repórter. Finalmente Borin conseguiu unir a vida acadêmica e a profissional:

Como minha passagem pela Economia não resultara de nenhuma identificação forte com a área, vinha aguardando uma oportunidade para dedicar-me a um curso que somasse tanto as minhas preocupações com a pesquisa acadêmica como com as minhas atividades profissionais. Ele surgiu no segundo semestre de 1966 e, quando soube, resolvi aguardar o seu vestibular para ingressar nele. Minha preocupação, naqueles dias, era aliar a prática do jornalismo - adquirida produzindo algumas matérias para o

Panfleto, tabloide que tinha o patrocínio da Frente de Mobilização Popular, entre fins de 63 e início de 64, e na Agência Interpress, entre 1965 e 1967 - o conhecimento teórico da comunicação de massa. (BORIN, 1993, p. 24).

Nesse meio tempo, de acordo com sua ficha no DEOPS/SP (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 1979]), Borin teve seus direitos cassados por 10 anos, em 15 de fevereiro de 1967. Neste mesmo ano, o processo sobre sua participação na POR-T correu na Justiça Militar, e em 31 de julho de 1967, o Procurador Militar em exercício escreveu suas alegações finais sobre o processo em 11 páginas. Dos 34 acusados, ele distinguia três grupos de réus: os mentores, chefes; os que obedeciam e agiam e aqueles que foram envolvidos, mas não tiveram participação comprovada nos autos. Aqueles que pertenciam ao primeiro grupo teriam atuação mais "perniciosa" que os outros, e a subdivisão de grupos, de acordo com o Promotor,

[...] facilitaria a atuação nefasta nos vários setores da atividade humana e social do Estado, tais como o meio militar; o estudantil (bifurcado em secundarista e superior); operário consoante sua função no campo ou nas fábricas, no interior ou na cidade, enfim, com muita inteligência, solécia e disfarçada ação, agia o PORT em todos os setores de modo que, minando-os, abalando-lhes as estruturas, distorcendo fatos e os apresentados noutra moldura pudesse conseguir adeptos para os fins que visavam no nordeste. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2128-2129).

Numa minuciosa, porém ambígua explicitação do que seriam os ideais trotskistas, o Promotor passou a relatar a agressividade "[...] constante na atuação dos que, como os acusados, adotaram esse desvio do princípio comunista para atingirem o poder". (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2131). Além disso, ressaltou que as atividades do PORT se desenvolveram "[...] justamente após o contra movimento revolucionário de março de 1964 que pôs um paradeiro, que estancou o processo existente no país em plena evolução e marcha" (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2132). Esse discurso é fundamentado dentro do contexto de inimigo interno, como tratamos em capítulo anterior. Havia a necessidade de enquadrar os acusados como violentos, cidadãos, civis, insuflados de ideias de esquerda com vistas à derrubada do governo que, para os militares, era democrático. Ainda de acordo com o Promotor, o grupo dos acusados se organizava por meio de células, sendo Borin o chefe da célula universitária. Essas organizações teriam como objetivo ampliar a formação de grupos de cinco pessoas - formação básica para as células - e intervir com jornais do partido, manifestos e boletins. Para o Promotor, os acusados, dentre eles Borin, deveriam ser enquadrados nos artigos 21 e 26 do Decreto-Lei nº 314 de 1967, que definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social:

Art. 21. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos.

[...]

Art. 36. Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual fôr o motivo ou pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso: Pena - detenção, de 1 a 2 anos. (BRASIL, 1967).

Essencialmente, esses artigos vinham complementar a acusação firmada na Lei de Segurança Nacional de 1953, tendo em vista que, com a promulgação do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, todos os partidos em funcionamento foram extintos.

A defesa veio em agosto de 1967, pedindo a absolvição de Borin, uma vez que os artigos aludidos pelo Promotor não poderiam ser aplicados ao caso. O que se tinha, de acordo com a defesa, era a

[...] informação, de ouvida vaga, de ser o denunciado Jair Borin esquerdista, contrário ao Governo e até fazer propaganda de suas ideias, isto não define, formalmente os crimes porque o Ministério Público pretendeu capitular seu comportamento. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2157).

A matéria foi a julgamento entre os dias 29 de fevereiro de 1968 e 1º de março do mesmo ano pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Recife. Foram ouvidos tanto o Promotor quanto os advogados de defesa dos réus, dentre eles Boris Trindade, defensor de Borin. O julgamento foi favorável à acusação da promotoria, tendo constado no relatório final da audiência que sua confissão narrava como os atos praticados pretendiam "[...] subverter, por meios violentos a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo" (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2268). A questão de violência foi mais uma vez ressaltada, apesar de, algumas linhas antes, ter sido colocado que Borin teria afirmado que o partido tinha "[...] a destinação de implantar no mundo um estado operário, devendo essa implantação realizar-se por **meios pacíficos** e até por uma **revolução armada se fosse necessário**" (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2268, grifos nossos). Desse modo, Borin foi considerado de alta periculosidade, sendo-lhe imputados os artigos 21 do Decreto-Lei nº 314 de 1967 e 57 do Código Penal Militar, além da recomendação de fixação das penas bases acima do limite mínimo, sendo condenado a oito anos de reclusão por quatro votos contra um. Essa pena pode ser explicada, em parte, pelo recurso legal aplicado:

Art. 57. Compete ao juiz, atendendo aos antecedentes e à personalidade do agente, à intensidade do dolo ou grau da culpa, aos motivos, às circunstâncias e consequências [sic] do crime:

I determinar a pena aplicável, dentre as cominadas alternativamente;

II fixar, dentro dos limites legais, a quantidade da pena aplicável. (BRASIL, 1944).

No mesmo relatório, pediu-se a expedição de mandado de prisão contra os réus condenados. Neste mesmo ano, enquanto, no Recife, Borin fora julgado culpado, em São Paulo, dedicou-se ao

[...] trabalho como ao movimento estudantil, tendo sido o responsável pelas publicações do Centro Acadêmico Visconde de Cairu, que iam desde cadernos específicos sobre a reforma universitária até jornais e panfletos [...]. Isso acabou chamando a atenção de alguns elementos da polícia infiltrados no movimento, o que me expôs, politicamente. As consequências dessas participações viriam um pouco mais tarde. (BORIN, 1993, p. 24-25).

Quando da promulgação do AI-5, seguiu para o Peru, por precaução,

[...] onde o governo nacionalista do General Velasco Alvarado acenava com propostas progressistas, principalmente no campo. Entusiasmei-me novamente com a possibilidade de participar de um programa de Reforma Agrária efetivamente voltado para os camponeses sem terra. Foi uma experiência muito rica, e, na ida, passei pela região de Valle Grande, entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, onde havia tombado Che Guevara, um ano antes. (BORIN, 1993, p. 27).

Em 1970, com a conclusão do curso de Jornalismo, Borin já figurava como monitor voluntário no CJE, em relatório do Prof. Dr. José Marques de Melo à diretoria da ECA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 164). É importante ressaltar a falta do processo de contrato docente de Borin, que foi extraviado, por isso utilizamos seus memoriais, bem como os processos dos outros docentes da ECA, além da documentação sobre seu processo de anistia.

Em março de 1971, ingressou como professor de Redação na ECA, embora seu contrato tenha sido assinado em 29 de abril daquele ano (ASTOLFI, [2015?]b). No semestre seguinte, assumiu a disciplina de Jornalismo Opinativo, e ingressou na Pós-Graduação de Ciências Sociais, na área de Cooperativismo. Com a abertura da pós-graduação na ECA, em 1972, transferiu-se

[...] para a orientação do professor Hiroshi Saito, cujo conhecimento na área de Comunicação Rural fascinou-me. Desde cedo, tornei-me um entusiasta dos estudos orientados por ele, que reunia muita competência e um carinho especial para com seus orientandos. (BORIN, 1993, p. 29-30).

Entre 1972 e 1973, Borin contou que sua vida pessoal e profissional prosperaram, pois foi pai pela primeira vez e desenvolveu a pesquisa "Escolaridade e aceitação de inovações no campo" nos municípios de Paranapanema e Capão Bonito com o patrocínio das Cooperativas Holambra. Estes resultados acabaram se tornando o núcleo básico para sua dissertação.

Ainda em 1972, realizou a "Pesquisa sobre o Jornalista Profissional no Estado de São Paulo: perfil sócio econômico e cultural", projeto patrocinado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Infelizmente, por conta de nova prisão, em 1974, este projeto ficou sem continuidade.

Segundo Borin, embora trabalhasse no jornal *O Estado de S. Paulo* e desse aulas na USP,

[...] nunca deixei de militar no Sindicato dos Jornalistas Profissionais e de apoiar meus antigos companheiros do Movimento Estudantil. Estas minhas atividades significavam um risco elevado, pois já estava fichado nos principais órgãos de repressão. Mas não podia me furtar a este apoio, à medida em que via o despojamento da parte de grandes amigos, que abandonavam a Universidade, empregos estáveis e uma vida confortável para combater a ditadura. (BORIN, 1993, p. 30).

Essa militância, bem como o processo que o havia julgado culpado em Recife, trouxeram problemas dentro dos corredores da ECA. Consoante Borin,

[...] por não ter optado pelo engajamento direto na luta armada, me pouparam até o momento em que fui denunciado pelo então diretor da ECA, o professor Manuel Nunes Dias.

[...]

Minha prisão ocorreu no hall do corredor da Diretoria da ECA, no primeiro andar do prédio central, dia 5 de março de 1974, às 9 horas, quando eu chegava para dar minha aula. Entretanto, o prof. Nunes Dias já sabia, desde 22 de janeiro, que a Polícia Federal estava à minha procura e nada me avisou, conforme consta em ofício manuscrito do DOPS [...] solicitando a minha captura. Em seguida, o diretor da ECA articula, com o reitor, Orlando Marques de Paiva, a forma de conduzir o "caso". Sou preso quarenta dias depois quando retorno às aulas, nas imediações de sua sala. Inocentemente, uma semana após os fatos ele solicita ao então coordenador do CJE, prof. Walter Sampaio, um relatório de como eu tinha sido preso, e por quais razões. Havia nisso tudo uma boa dose de cinismo que só dezesseis anos depois ficou revelado [...]. (BORIN, 1993, p. 32-33).

A referência à data de 22 de janeiro de 1974 pode ser entendida pelo ofício, escrito à mão, do Chefe do Serviço de Informações de São Paulo ao Coordenador Regional Policial, ou seja, do DEOPS. O ofício solicitava a prisão de Borin devido à condenação pela 7ª Auditoria Militar de Recife a oito anos de reclusão. Informava que o docente exercia suas funções no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP. Ao que tudo indica, este documento estava arrolado no processo de contrato docente de Borin, ao qual não tivemos acesso, como

explicado anteriormente. Contudo, o docente acessou seu processo e copiou este documento em seu memorial de 1993, como forma de comprovar a anuência e participação do diretor da ECA na sua prisão. O fato é que no dia 31 de janeiro de 1974, o diretor da ECA enviou um ofício à reitoria, no qual dizia:

Conforme entendimentos pessoais mantidos com Vossa Magnificência, e tendo em vista o desdobramento em leque da questão pertinente - no seu aspecto de Segurança Nacional - cumpro o dever, na qualidade de Diretor desta Unidade, de encaminhar a elevada consideração de Vossa Magnificência, o "caso", que se colocou, relativo ao Prof. Jair Borin [...]. (DIAS, 1974 apud BORIN, 1993, p. 101).

Este documento, ao que tudo indica, é o anexo do docente, então chefe do CJE, Walter Sampaio ao relato que fez à diretoria da ECA sobre a prisão de Borin. Assim, não temos como inferir que uma cópia deste ofício de 22 de janeiro de 1974 tenha vindo diretamente à diretoria da ECA e passado posteriormente à reitoria, ou que essa seja a própria cópia. Além disso, não conseguimos depreender exatamente os acontecimentos que sucederam entre diretoria da ECA, reitoria, DOPS e órgãos de vigilância entre os dias 31 de janeiro e 5 de março de 1974, data da prisão de Borin. De qualquer maneira, a diretoria da ECA soube que havia uma questão entre Borin e o "aspecto da Segurança Nacional" ainda em janeiro, mas não o avisou sobre o assunto. No dia 12 de março daquele ano, a diretoria da ECA enviou ofício ao CJE para que fosse "[...] encaminhado relatório atinente ao ocorrido com o Prof. Jair Borin [sic], no dia 5 último" (DIAS, 1974 apud BORIN, 1993, p. 102). O relato de Walter Sampaio nos dá indicações sobre o que apresentamos:

[...] no dia 5 de março de 1974, por volta das 8h30m, fui informado pelo Prof. JAIR BORIN de que dois elementos, presumivelmente do DOPS, haviam-no convidado a acompanhá-los. Um desses elementos já se encontrava na Secretaria do CJE. Solicitei que se identificasse, no que prontamente fui atendido e constatei, então, tratar-se de um agente da Polícia Federal. Convidei-o a que ingressasse na sala da Coordenadoria, momento em que ele citou que estava acompanhado de um outro colega. Chamei-o também, constatei que se tratava igualmente de outro agente e fomos todos, eu, os dois agentes e o Prof. Jair para a sala da Coordenadoria.

Indaguei de ambos os agentes do que se tratava e a resposta foi de que suas ordens eram para levar o Prof. Borin até a Polícia Federal. Pedi para acompanhá-lo a fim de apurar os motivos do convite no que fui cordial e prontamente atendido. Solicitei ainda que o prof. Jair Borin fosse em meu automóvel, no que fui atendido com a condição de que um dos agentes nos acompanhasse. [...].

Ao chegarmos àquela repartição, um dos agentes chamou-me a um canto e me informou que ele e seu colega acabavam de cumprir uma ordem de prisão contra o Prof. Jair Borin. Momentos depois exibiam-me um documento em que a tal ordem vinha expressa. (cópia anexa).

Deixei as dependências da Polícia Federal por volta das 11 horas e imediatamente dirigi-me à Escola de Comunicações e Artes, onde coloquei

V. Exa. a par, verbalmente, do ocorrido. (SAMPAIO, 1974 apud BORIN, 1993, p. 103).

Com a prisão de Borin, o curso de Economia, que vinha sendo feito até então, foi descontinuado quando restavam apenas duas disciplinas para sua conclusão (Macro 2 e Estatística Econômica 2). Borin não voltou para finalizá-las.

Preso por dois agentes armados da Polícia Federal, foi levado ao DOI-CODI, onde permaneceu por dois meses, passando por sessões de intimidação e violência física que pretendiam os interrogatórios.

Numa madrugada de maio, contou que foi levado num avião Búfalo da FAB e, depois de uma parada no Rio de Janeiro e uma escala em Salvador, desceu na Base Aérea do Recife. Borin foi mantido numa cela forte do DOI-CODI, que ficava nas dependências do IV Exército, totalmente incomunicável, numa operação típica de desaparecimento, por cerca de 30 dias. Após esforços de sua esposa e de seu advogado, José Carlos Dias, Borin foi localizado e transferido às dependências do DOPS de Recife.

Em 3 de maio de 1974, Borin constituiu seus advogados como seus procuradores a fim de interpor recurso de apelação perante o Superior Tribunal Militar, objetivando reforma de sentença proferida pela Auditoria da 7ª CJM.

Em 22 de junho daquele ano, conseguiu ser transferido para São Paulo, para o presídio do Hipódromo, na Mooca, onde se encontrava parte dos presos políticos de São Paulo. "No Hipódromo, o tratamento era mais humano: podíamos receber livros, visitas dos familiares uma vez por semana e até banho de sol" (BORIN, 1993, p. 35).

De acordo com os autos presentes no acervo do *Brasil: Nunca Mais*, em 5 de julho do mesmo ano, o advogado de Borin, que nessa fase já não era o mesmo que em 1968, teria tido vistas aos autos. Porém, em 17 de julho, esgotou-se o prazo estabelecido para que a defesa apresentasse razões para a apelação, sendo que, segundo os autos, o advogado fora intimado por telegrama e dois telefonemas no seu escritório em São Paulo.

A Procuradoria se pronunciou em 30 de julho de 1974 sobre o pedido de apelação da defesa de Borin, afirmando que não havia como contra-arrazoar,

[...] uma vez que embora haja dita apelação recebida pelo Exmo. Sr. Dr. Auditor, a defesa, talvez, por falta de subsídios, para instruir as suas razões, deixou decorrer o prazo legal sem apresentá-las.

Mas, segundo os autos, Jair Borin, foi julgado e condenado à revelia.

[...]

A respeitável sentença não adveio de simples e mera presunção, mas, resultante de convencimento retirado dos autos de que, em verdade, o apelante juntamente com os outros co-réus [sic], foram responsáveis pelos

delitos apontados na denúncia e, nessa situação, não poderia lograr absolvição. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2508).

Em 2 de agosto de 1974, o processo foi remetido ao Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, em grau de apelação da defesa. O relatório do Ministro que avaliou a matéria é de 21 de outubro de 1974, e salientou, de início,

[...] que não consta dos autos o recolhimento, à prisão, do Apelante. O processado é silente em tal mister [...].

Ainda que [...] conste certidão do Escrivão da Auditoria de ter intimado "em sua própria pessoa" [...], o Apelante, inexistente no processo qualquer documento comprobatório de sua imprescindível custódia. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2514).

De acordo com o relatório, houve mudança nos artigos aludidos para sentença, sendo o Artigo 21 do Decreto-Lei nº 314/67 inapropriado, adotando-se as disposições do artigo 12 do mesmo diploma legal:

Art. 12. Formar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo [sic] estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais [sic] ou perigosas à segurança nacional: Pena - reclusão, de 1 a 5 anos.

Parágrafo único. No caso de simples culpa, a pena será: Detenção: de 3 meses a 1 ano. (BRASIL, 1967).

Embora não o absolvesse, já havia uma possível indicação de mudança do prazo máximo das penas, se comparados os dois artigos (21 e 12): de 12 para cinco anos. Assim, foi opinado dar provimento, em parte, ao apelo de Borin em relação à sua pena, para que fosse condenado nos termos do artigo 12 da supracitada resolução.

Segundo Borin, ainda preso em outubro de 1974, após uma greve de fome vitoriosa, conseguiu a transferência para um presídio especialmente construído para receber os presos políticos de São Paulo no Barro Branco próximo à Serra da Cantareira.

A apelação sobre a pena foi julgada em 21 de maio de 1975, recebendo deferimento em parte, reformando a sentença apelada para a pena de três anos de reclusão, de acordo com o relatado anteriormente. Houve, porém, um voto contrário, que votou pela extinção da punibilidade de Borin. Em 21 páginas, o Ministro explicou os motivos que levaram ao seu voto, que fora vencido naquela sessão. Dentro do resumo da situação, o Ministro citou o conteúdo dos depoimentos arrolados no processo e, no meio deles, havia a indicação da tortura sofrida por Borin: "alega que apenas confirmou o depoimento de BORIN pois a noiva

do mesmo pediu a ele que o fizesse, pois BORIN estava sendo torturado, fato este que o depoente pôde constatar na prisão" (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2534).

De acordo com o Ministro, a imputabilidade legal de Borin dava-se por insuficiência de provas, e a exacerbação da pena que fora aplicada deveria ter sido motivada "[...] pelos reflexos políticos conjunturais de então" (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2537). Outro dado avaliado pelo Ministro foi a personalidade do acusado, dando ênfase a sua juventude e, principalmente, a sua vida em São Paulo.

Tal fato levou-o a residir em São Paulo, sua terra natal, onde como estudante cursou a Faculdade de Arte e Comunicações [sic] e na mesma se diplomou, tornando-se aí professor universitário desde 1971, [...] tendo para isso apresentado Atestado de Ideologia Política, fornecido pelo DOPS/SP. Em 10 anos é de se presumir que, já superada a sua fase de imaturidade com a sua vida reorganizada, jamais tenha se vinculado a qualquer atividade subversiva, o que evidencia o seu arrependimento eficaz das ações anteriores cometidas, quando ainda em sua juventude, sendo de esperar que jamais torne a delinquir. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2542, grifo do autor).

Além da sua atuação na ECA, seu trabalho enquanto jornalista também foi lembrado pelo Ministro, que apontou, inclusive, a publicação de livros como *Introdução ao Estudo do Café*, editado pela Fundação Getúlio Vargas, o que provava também que Borin não havia se ocultado "na clandestinidade". Segundo o Ministro, foram apresentados atestados que isentavam Borin daquilo que ele chamou de "proselitismo político", como o do

[...] Diretor da Faculdade de Artes e Comunicações [sic] de São Paulo - Dr. Manuel Nunes Dias - por professores da mesma Faculdade - João Walter Sampaio Smolka, Hiroshi Saito e pelos Diretores de Empresas em que trabalhou - Estado de São Paulo [...], além de recibos de Declaração de Imposto de Renda [...]. (BNM 144..., [entre 1965 e 1979], p. 2542).

A presença de Manuel Nunes Dias nessa lista é bastante interessante, pois o próprio Borin chegou a acusá-lo de ter sido o responsável por sua prisão na ECA em março de 1974.

Essas ambiguidades e até a aceitação de Borin em instituições públicas podem ser entendidos como reflexo dos jogos de conciliação e acomodação descritos por Motta:

E quanto aos dirigentes das universidades públicas, teriam alguns deles também resistido? [...] O assunto é complexo, porque se tratava de pessoas que ocupavam funções públicas por indicação do próprio regime. Embora reitores e diretores fossem escolhidos a partir de listas sêxtuplas, cabia ao governo escolher um nome para a função. No exercício dos cargos, evidentemente, eles estavam sujeitos ao cumprimento das leis e normas, sob o risco de punições e afastamento da função. [...] Não obstante, entre o plano das determinações oficiais e o das práticas concretas há todo um universo de possibilidades [...]. (MOTTA, 2014b, p. 308).

Há de se considerar que, no caso da ECA, especificamente, a falta de um colegiado próprio, isto é, formado por seus docentes, fez com que a unidade fosse acometida por indicações de diretores de diversas áreas, o que dificultava sua autonomia. Isso só começou a ser resolvido com o fim da gestão de Manuel Nunes Dias, quando foi criada a Congregação da ECA.

Em 11 de novembro de 1975, um radiograma foi enviado ao advogado de defesa de Borin, avisando sobre a redução da pena para três anos. Apesar disso, em 29 de março de 1976, informava-se que o advogado não havia se manifestado, ao que se expunha que a intimação aconteceria por precatória se o Auditor assim o determinasse.

A saída da prisão deu-se em 2 de dezembro de 1975, após o cumprimento de um alvará de soltura expedido pela 7ª CJM, de acordo com sua ficha no DEOPS (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 1979], p. 6), e que foi cumprido pelo Presídio da Justiça Militar Federal em São Paulo.

Nesse período, foi demitido de suas funções na USP; segundo Borin,

[...] por iniciativa do então diretor da ECA e dos respectivos conselhos. No decorrer do meu processo, duas pessoas se prestaram a fornecer declarações que me ajudaram na defesa: o professor Walter Sampaio, então coordenador do curso de Jornalismo, e meu orientador, prof. dr. Hiroshi Saito. Das pessoas que comigo conviviam na USP, só continuei sendo lembrado por Wilson da Costa Bueno que, juntamente com a sua ex-esposa, Cristina Gomes, não deixaram de frequentar a minha casa, dando total apoio a minha mulher. Nas redações por onde eu havia passado, o apoio era maior. Destaco aqui a amizade o carinho que recebi durante todo este período de Luiz Salgado Ribeiro, então chefe da Agência O Estado de S. Paulo. (BORIN, 1993, p. 38).

De acordo com documento constante em seu processo de contagem de tempo, há referência a um ofício de 21 de junho de 1974 em que o diretor da ECA, Manuel Nunes Dias, comunicava ao reitor que o contrato de Jair Borin não seria objeto de renovação (ASTOLFI, [2015?]b, p. 4).

É necessário ressaltar que o docente encontrava-se com direitos políticos suspensos desde 1967 e, portanto, em teoria, não poderia assumir cargos públicos. No entanto, defendeu sua dissertação de mestrado em 1979, cujo título era "O papel da Comunicação como fator de inovações tecnológicas no campo". Em relação à sua vida profissional, manteve-se ativo enquanto jornalista, retornando ao jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 1975 e 1977, e depois indo para a *Folha de S. Paulo*, onde permaneceu de 1977 a 1983.

Em 4 de abril de 1979, o Superior Tribunal Militar não aceitou o pedido de embargo de Borin à decisão de maio de 1975, pois a solicitação não fora feita dentro do prazo legal, bem como não foram apresentadas razões de recurso. Já em 21 de maio do mesmo ano, foi certificado que Borin havia cumprido a pena lhe fora imposta.

Suas atividades enquanto sindicalista não pararam, pois em 1979 era secretário do Sindicato dos Jornalistas e integrou o comando da greve daquele ano, sendo o responsável pelas operações à empresa Folha da Manhã.

Seu retorno à ECA deu-se em 1980, após a Lei da Anistia, junto com os pedidos de recontração de José Marques de Melo e Thomaz Farkas, que já eram esperados pelo CJE em setembro de 1979, como atesta uma lista arrolada no processo de contrato docente de José Marques de Melo, que dispunha os docentes do departamento e as disciplinas que ministrariam no semestre seguinte.

Figura 23 - Lista de Docentes e Disciplinas do CJE de 1979

UNIDADE

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

DEPARTAMENTO

JORNALISMO E EDITORAÇÃO

CJE

Nome do docente	Código	Disciplina efetivamente ministrada pelo docente				Número total de horas de aulas ministradas pelo docente		Para uso interno				
		Número de turmas do docente				Primeiro semestre	Segundo semestre					
		Primeiro semestre		Segundo semestre								
		Aula teórica	Aula prática	Aula teórica	Aula prática							
Ephraim de Figueiredo Bada	CJE-181	1	1	1	1	7h/a	7h/a					
Francisco F. Torquato do Rego	CJE-149	1	1	-	-	12h/a	-					
Idem	CJE-148	-	-	1	1	-	4h/a					
* Geraldo Bonadio	CJE-132	1	1	-	-	4h/a	-					
Idem	CJE-135	1	1	-	-	4h/a	-					
Gladiston Correa Leal	CJE-154	1	1	-	-	4h/a	-					
Idem	CJE-169	1	1	-	-	3h/a	-					
Idem	CJE-146	-	-	1	-	-	2h/a					
Gileno Fernandes Marcelino	CJE-146	1	-	1	-	2h/a	2h/a					
Idem	CJE-154	1	-	-	-	4h/a	-					
Idem	CJE-169	-	-	1	1	-	3h/a					
Gisela Svetlana Brativano*	CJE-127	1	1	-	-	4h/a	-					
Idem	CJE-150	-	-	1	1	-	3h/a					
Jan Reis	CJE-187	1	1	1	1	6h/a	6h/a					
* Jair Borin	CJE-155	-	-	1	1	-	4h/a					

Data

26/09/79

Nome e assinatura do responsável pelo preenchimento

Gleide Augusta Bernoselle Moreira

Visto do chefe do Departamento

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ([entre 1967 e 2015]a, p. 358).

Cruzando com a ficha de Borin no DEOPS, percebemos que a USP solicitou, em 19 de dezembro de 1979, informações sobre o docente, constando no chamado "Pedido de Busca" dados sobre sua atuação como jornalista - embora incluísse que ainda era redator de *O Estado de São Paulo* -, número de documentos, estado civil e local de residência. Observamos aí que

as contratações depois da Lei da Anistia ainda passavam pelo crivo dos órgãos de vigilância, o que pode explicar o porquê de Borin, Melo e Farkas só terem entrado com pedido de anistia junto à reitoria da USP em 1985, com o fim da ditadura militar.

Entre 1980 e 1981, Borin foi Conselheiro da ECA/USP junto à Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp).

Já no período de 1983, passou a coordenar a Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a convite do engenheiro-agrônomo José Gomes da Silva, nomeado àquela Pasta pelo governador Franco Montoro. Em 1984, assumiu a diretoria do Sindicato dos Jornalistas, permanecendo até 1987.

Em 1985, sendo José Gomes da Silva o homem de confiança dos movimentos populares ligados à questão agrária e escolha pessoal de Tancredo Neves, José Sarney foi obrigado a nomeá-lo como presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Borin juntou-se a Gomes em Brasília naquele início de ano conturbado. Sua expectativa era de ficar apenas algumas semanas na capital do país, porém foi intimidado por Gomes a assumir a chefia do gabinete da presidência do INCRA assim que ele tomou posse, em abril de 1985.

Para conseguir realizar o trabalho, Borin solicitou afastamento da USP, com prejuízo de vencimento, vindo a residir em Brasília. Passou a colaborar com o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, uma reivindicação dos movimentos à questão agrária e dos milhares de sindicatos de todo o Brasil. Após elaborar um plano concreto para solucionar o contencioso agrário brasileiro, o então presidente José Sarney titubeou, pois já tramava os primeiros acertos do Plano Cruzado, e, diante da reação conservadora da imprensa e dos lobbies ligados ao latifúndio, começou a recuar. Seus assessores jurídicos iam cortando as partes substantivas e que davam articulação ao Plano da Reforma Agrária.

No total, 12 versões foram feitas. Finalmente, com inúmeras emendas e versões, José Gomes apresentou seu pedido de renúncia à presidência do INCRA. Borin permaneceu no cargo até a conclusão definitiva do Plano, entregue a Sarney em 17 de outubro de 1985.

Segundo Borin, só não acompanhou José Gomes na demissão, porque, a pedido dos movimentos ligados à Reforma, era necessário continuar na luta, em Brasília, para ver se o presidente avançaria o suficiente para efetuar as desapropriações das áreas sob conflito definidas no Plano. Meses depois, Borin pediu demissão, assim como o restante dos envolvidos: o ministro que havia assumido a Pasta e o presidente do INCRA (BORIN, 1993, p. 55).

Após a saída de Brasília, optou por se dedicar em tempo integral ao ensino e à pesquisa na Universidade, além de retomar algumas colaborações para revistas especializadas de agricultura e *comoditties*.

Em 2 dezembro de 1985, Borin pediu anistia junto à reitoria, e, de acordo com sua ficha na Comissão da Verdade na USP, argumentou que o contrato fora rescindido unilateralmente, em 11 de abril de 1974, por razões políticas. Quando da sua readmissão, "teria ficado evidente que a medida tomada pelo conselho do departamento visava a reparar a arbitrariedade de que fora vítima através de 'cassação branca'". (ASTOLFI, [2015?]b, p. 4). É intrigante pensar que o desligamento de Borin tenha se dado por rescisão contratual, sem uso de amparo legal, uma vez que ele estava, teoricamente, com seus direitos políticos suspensos por dez anos, ou seja, até 1977. Esse desligamento nos faz pensar que o não uso de amparos legais, decretos etc., fazia parte de uma tentativa de silenciar o ocorrido no corredores da ECA, até para evitar protestos e confrontos. Como vimos, esta unidade da USP se tornou um campo de batalhas em 1975, com greve, denúncias sobre procedimentos nas composições das bancas de mestrado e doutorado que visavam ralentar, dificultar o processo de composição de uma Congregação.

O pedido de anistia foi acolhido pelo CJE e pela Congregação da ECA, entre 1985 e início de 1986. Consoante a ficha de Borin na Comissão da Verdade da USP, a solicitação foi deferida pela Procuradoria Jurídica da USP nos mesmos moldes que as de Farkas e Melo, ou seja, o pedido foi aceito para contagem de tempo de serviço, mas não deveria engendrar nenhum direito a vencimentos retroativos. A devida anistia veio muitos anos mais tarde, quando entrou com o pedido junto à Comissão Especial do Estado de Pernambuco. De acordo com o relator,

[...] conceder indenização no valor máximo [...] não repara o sofrimento e angústia sofrido pelo requerente, representa apenas uma simbólica homenagem que o Estado de Pernambuco presta aqueles que sacrificaram parte de sua juventude em defesa da liberdade e da democracia. (SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, [entre 2001 e 2007], p. 119).

Quando retornou à USP, após a saída de Brasília, Borin defendeu o doutorado em 1987, sob a orientação de José Marques de Melo, cujo título era "O lobby na imprensa - a apropriação do tempo e do espaço pelos grupos de pressão".

Em 1989 passou a integrar o curso de Pós-Graduação da ECA, área de Ciências da Comunicação, subárea de Jornalismo. Nesse mesmo ano, Borin assumiu a chefia do CJE,

sendo reeleito em 1991. Em abril de 1993, encerrou sua gestão no CJE, retornando em 1999, cargo que ocupou até 2002.

Borin, assim como os outros docentes, fez sua carreira acadêmica, passando pelas diferentes categorias, entre elas a Livre-Docência (1993), até a de Professor Titular (1999).

No campo sindical, sua atuação também foi muito destacada, assumiu a diretoria do Sindicato dos Jornalistas de 1997 a 2000 e foi presidente da ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) entre 1998 e 1999.

Em 2000, por ocasião da eleição de diretor da ECA,

Borin obteve esmagadora vitória na eleição paritária, derrotando largamente nos três segmentos o professor Waldenyr Caldas, então vice-diretor. Participaram da eleição paritária 729 alunos, 104 professores e 183 funcionários, num total de 1045 pessoas. Borin recebeu 613 votos dos alunos, 54 dos professores e 95 dos funcionários, o que totalizou 59,6% dos votos. (MENDES JÚNIOR e JANUÁRIO, 2004).

Porém, na eleição da Congregação, Borin ficou em segundo lugar, com quatro votos a menos em relação Caldas, em primeiro escrutínio.

No segundo escrutínio, Borin recebeu os mesmos 50 votos que o seu adversário recebeu no primeiro, e foi incluído na lista tríplice. Mas à época o reitor Jacques Marcovitch escolheu o professor Caldas para dirigir a ECA, com base no "argumento" de que era o primeiro da lista. (MENDES JÚNIOR e JANUÁRIO, 2004).

No ano seguinte, Borin entrou na disputa para a reitoria, tendo obtido vitória nas categorias de alunos, professores e funcionários, na escolha paritária.

[...] Recebeu 360 votos dos docentes (4.608 paritários), 1.196 votos dos funcionários (5.410 paritários) e 1.778 votos dos estudantes (também 1.778 paritários), alcançando um total de 3.334 votos diretor ou 11.796 paritários. (MENDES JÚNIOR e JANUÁRIO, 2004).

Contudo, quando o colégio eleitoral restrito decidiu - era composto por 1400 pessoas, membros de congregações e conselhos centrais da USP -, no primeiro turno, Borin atingiu o oitavo lugar.

No segundo turno, quando esse colégio se reduziu a somente cerca de 250 pessoas (integrantes do CO e dos conselhos centrais), ele não alcançou os votos necessários para figurar entre os três mais votados e integrar, assim, a lista tríplice a ser enviada ao governador. O escolhido pelo colégio eleitoral e pelo governador foi o professor Adolpho Melfi, que recebera apenas 7,6% dos votos na Escolha Paritária. (MENDES JÚNIOR e JANUÁRIO, 2004).

Em 22 de abril de 2003, Borin faleceu após uma semana internado. O docente havia passado por uma cirurgia, e vinha lutando desde o final de 2002 com um carcinoma no estômago. Infelizmente, não viu sua anistia completa.

Borin foi lembrado pelos amigos, colegas e familiares, além de ter recebido um voto de profundo pesar no Senado, em 23 de abril daquele ano. O requerimento do voto foi realizado por Eduardo Suplicy, com quem Borin havia trabalhado na editoria de economia na *Folha de S. Paulo* na década de 1970.

Em 28 de abril de 2003, o CJE realizou um verdadeiro Quarup⁸⁹ no Auditório Freitas Nobre. Borin foi celebrado como docente, amigo, militante, cidadão, jornalista, enfim, todas suas facetas, além de serem rememorados diversos acontecimentos de sua biografia, dentre eles, os aqui pesquisados. Esta é, portanto, nossa contribuição para a composição deste mosaico que constitui parte das histórias de vida desse docente, que, por sua vez, integra as memórias da ECA e da USP.

3.5. José Marques de Melo

Fui vítima de "cassação branca" em 1974, sendo impedido de lecionar e pesquisar na instituição até a Anistia Política de 1979, quando fui reintegrado em minhas funções acadêmicas. O processo teve perfil kafkiano, iniciando-se em 1972, fundamentado na legislação excepcional promulgada pelo AI-5, oriundo da Junta Militar que assumiu o poder constitucional logo após o impedimento do Presidente Costa e Silva. O meu processo foi baseado no Decreto-Lei 477, editado para punir docentes e estudantes universitários. (RODRIGUES, 2003).

Para entendermos a trajetória que levou ao desligamento de José Marques de Melo da docência na USP, em 1974, é necessário recuarmos à sua vida pregressa, isto é, seus anos de formação.

Alagoano, do município de Palmeira dos Índios, filho de Leuzinger Alves de Melo e de Iveta Marques de Melo, sua aproximação com o jornalismo remonta a período anterior ao bacharelado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco (1961-1964).

[...] eu fui estudar em Maceió, capital do estado, e resolvi que eu queria ser jornalista. Então eu fui ao Jornal Gazeta de Alagoas, falei com o editor da página dos municípios e me ofereci para fazer reportagem semanal sobre a comunidade que eu vivia, Santana do Parnaíba. Ele topou, não me deu pauta, não me deu nada, naquele tempo não tinha essa história de agenda, cada

⁸⁹ Cerimônia indígena, realizada pelos "[...] índios para os seus mortos heróicos [sic], com a presença dos seus amigos e das suas famílias". (KOSHIYAMA, 2003).

repórter tinha que, o colunista, o comentarista tinha que fazer sua própria pauta. Eu fui à cidade e comecei a perscrutar os fatos que estavam acontecendo e foi assim que eu me tornei jornalista. Aos quinze anos de idade eu estreei na Gazeta de Alagoas escrevendo uma matéria sobre a Biblioteca pública Municipal da cidade; havia sido criada uma Biblioteca e eu achei que valia a pena explicar ao público da capital e do interior o que estava ocorrendo. Então, tudo começou aí. (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

O ano era 1959 e logo em seguida foi convidado a trabalhar no Jornal de Alagoas, função que exerceu até 1961. Neste momento despontou o desejo de estudar jornalismo e, para tanto, mudou-se para Recife; porém não havia o curso na região. Melo seguiu o caminho semelhante que muitos trilharam naquela época: o curso de direito.

[...] fiz o vestibular, passei e no mesmo dia em que saiu o resultado da Faculdade de Direito, eu li a notícia no Diário de Pernambuco que havia sido criado o curso de jornalismo na Universidade Católica lá em Recife. No mesmo dia fui lá, me inscrevi no vestibular; semana seguinte fiz o vestibular, passei e aí então fiquei naquela dúvida assim em qual eu iria fazer, jornalismo ou direito. Quando eu contei pro meu pai disse: “Você tá louco. Você tá arrumando encrenca. Pensei que fosse passar essa sua vontade de escrever em jornais. É melhor você fazer direito.”. (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

A solução foi cursar as duas faculdades concomitantemente; a questão era o custeamento da faculdade particular. Após concurso na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁹⁰, Melo fez um curso de três meses de

⁹⁰ "A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, mais conhecida pela sigla Sudene, é uma autarquia federal, subordinada ao Ministério do Interior, com sede em Recife, Pernambuco. O objetivo de sua criação foi a promoção e coordenação do desenvolvimento do Nordeste, região que para os fins da Sudene compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e parte do território de Minas Gerais enquadrada no Polígono das Secas, e o território federal de Fernando de Noronha. O Nordeste da Sudene é, a rigor, uma definição já de “política de desenvolvimento”, pois é o conjunto de estados “subdesenvolvidos” em relação à parte do país que se poderia considerar como “mais desenvolvida.

[...] A secretaria executiva da Sudene, cujo titular de 1959 a 1964 foi o economista Celso Furtado, de resto responsável pela formulação estratégica do órgão a partir do seu célebre diagnóstico Uma política de desenvolvimento para o Nordeste, de 1959, é a responsável pelo funcionamento da superintendência. Sua estruturação de autarquia, clássica já na tradição administrativa brasileira, além de implicar a flexibilidade dessa forma de administração indireta, permitiu um grau de maleabilidade e iniciativa sem paralelo na administração pública brasileira. A Sudene podia criar, como de fato criou, empresas e sociedades de economia mista, nas quais ela representava a União, sem necessitar de aprovação prévia do Congresso Nacional e, formalmente, nem mesmo do Poder Executivo.

Em pouco tempo, a secretaria executiva criou um enorme corpo de funcionários especializados, chegando a se constituir no mais amplo e, com o correr dos anos, mais experimentado e eficiente quadro técnico de uma instituição pública no Nordeste, sem equivalente nacional na área de planejamento.

O instrumento através do qual a Sudene proporia, orientaria e coordenaria o programa de desenvolvimento do Nordeste era o seu Plano Diretor, com apresentação obrigatória ao Congresso Nacional, através da Presidência da República. Aqui também ocorreu uma inovação na sistemática político-administrativa brasileira, pois pela primeira vez um instrumento de planejamento era formalizado a esse nível; se, de um lado, a ação da autarquia se submetia ao crivo do Congresso Nacional, de outro lado, a aprovação de seus planos pelo Parlamento lhe

administração pública com a equipe da Fundação Getúlio Vargas. "Aliás, interessante que os mesmo professores que davam aula lá em Recife, de lá iam para Cuba treinar a equipe [...] do Fidel Castro que estava começando a reorganizar o estado cubano". (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

Melo explicou que, embora a Faculdade de Direito apresentasse "[...] tendências conservadoras, [...] a vanguarda de esquerda tinha presença muito ostensiva. E foi a essa vanguarda de esquerda que eu me incorporei, vivendo intensamente essa etapa da minha formação intelectual". (MELO, 2014b, p. 70).

Foi pelo conhecimento e experiência administrativos adquiridos na SUDENE que surgiu o convite para colaborar com o Movimento de Cultura Popular (MCP), na organização do primeiro treinamento de alfabetizadores em Pernambuco. Tratava-se de um

movimento de alfabetização de adultos e de educação de base constituído em maio de 1960 em Recife por estudantes universitários, artistas e intelectuais, em ação conjunta com a prefeitura, à época ocupada por Miguel Arrais. Foi extinto pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964.

[...] tinha por objetivo formar uma consciência política e social nas massas trabalhadoras no intuito de prepará-las para uma efetiva participação na vida do país.

Entre setembro de 1961 e fevereiro de 1964, o movimento realizou uma experiência através do rádio, transmitindo programas de alfabetização e de educação de base com recepção organizada em escolas experimentais. Paralelamente, procurou diversificar suas atividades, criando "parques" e "praças de cultura". Os primeiros destinavam-se a melhorar as condições do lazer popular, estimulando a prática de esportes, e a apreciação crítica de filmes, peças teatrais e música. As praças de cultura consistiam em centros de recreação e de educação cuja finalidade era despertar a comunidade de cada bairro para seus problemas. Os centros, recreativos passíveis de serem transformados em praças eram chamados de "núcleos de cultura".

Em seus quase quatro anos de existência, o MCP teve uma atuação importante na área da educação. Um de seus primeiros colaboradores, o professor Paulo Freire, formulou um método próprio de alfabetização de adultos, que a partir de 1962 passou a ser regularmente aplicado em Pernambuco. Além do MCP, o Movimento de Educação de Base (MEB), programa nacional de educação instituído em 1961, adotou o método Paulo Freire, difundindo-o em todo o país. (KORNIS, 2010).

O convite partiu das supervisoras do curso destinado aos novos alfabetizadores, Norma Coelho e Josina Godoy. Na sequência, Melo participou da Frente do Recife, "[...]

conferia uma legitimação política que nenhuma outra agência estatal possuía, o que inegavelmente expressa bem a passagem dos assuntos relativos ao Nordeste ao primeiro plano dos problemas políticos nacionais.

A situação anteriormente descrita sofreu não pequenas modificações. Depois do movimento militar de 1964, a Sudene foi incorporada ao Ministério do Interior, perdendo seu antigo estatuto de quase ministério. Concomitantemente, com um grau maior de centralização das decisões em Brasília, houve uma notória perda de autonomia da Sudene, de par com a queda da importância que o planejamento regional havia tido anteriormente".(FGV-CPDOC, 2010).

aliança interpartidária formada em 1955, por ocasião da realização de eleições municipais no Recife, e que, ao longo das campanhas eleitorais que se seguiram, alcançou sucessivas vitórias na disputa por cargos da administração pública estadual e municipal".(SANTOS, 2008, p. 5). Embora tenha sido considerada uma frente esquerdista, contando com a participação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do PSB nos pleitos ocorridos entre 1955 e 1963, em determinados momentos, "[...] partidos como o PTB, a UDN⁹¹, o PTN⁹² e mesmo a ala dissidente do PSD⁹³"(SANTOS, 2008, p. 5) colocaram-se ao lado das outras legendas. A participação de Melo deu-se apenas na eleição de Miguel Arraes como governador, em 1962.

Melo foi convidado a trabalhar na Secretaria de Educação do governo estadual pernambucano em 1963, cargo que ocupou até 1964, passando posteriormente ao MCP de forma efetiva. Germano Coelho, professor de Economia Política de Melo na Faculdade de Direito, foi escolhido como Secretário de Educação na gestão de Miguel Arraes no Estado de Pernambuco. Além disso, Germano era casado com Norma, com quem Melo já havia trabalho no MCP, o que proporcionou a colaboração na Secretaria de Educação.

Concomitantemente ao trabalho no gabinete, Melo colaborou com o jornal *Última Hora*, de Recife, entre 1963 e 1964. "Ali aprendi jornalismo com Milton Coelho da Graça na base da pedagogia do grito".(MOURA, 2012, p. 28).

A situação modificou-se quando veio o golpe de 1964.

Fiquei assustado, com a sensação da grande surpresa, percebendo que o golpe estava nas ruas, já havia movimentação de tropas. A informação boca a boca dizia que Arraes havia sido preso. Em Recife particularmente, houve

⁹¹ "A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma "associação de partidos estaduais e correntes de opinião" contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Na Câmara dos Deputados a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeu governadores, especialmente no Nordeste, e integrou vários ministérios, inclusive no governo Vargas. Perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros em 1960 e o movimento político-militar de 1964". (BENEVIDES, 2010).

⁹² "Partido político de âmbito nacional fundado em 1945 por elementos diretamente vinculados ao Ministério do Trabalho, que tinham como objetivo organizar a massa sindicalizada independente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado sob inspiração de Getúlio Vargas. Foi extinto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965". (FERREIRA, 2010b).

⁹³ "Partido político de âmbito nacional fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Participou da maioria das eleições (proporcionais e majoritárias) realizadas no Brasil entre 1945 e 1965. Na política nacional seu aliado mais constante foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora tenha realizado inúmeras alianças também com a União Democrática Nacional (UDN), considerada sua tradicional "adversária". Majoritário na Câmara dos Deputados durante toda a sua história, o PSD elegeu dois presidentes da República (1945 e 1955), contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas em 1950, conquistou vários governos estaduais e integrou praticamente todos os ministérios do período. Como os demais partidos políticos em funcionamento no país, foi extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº 2". (HIPÓLITO, 2010).

uma tentativa de manifestação na av. Dantas Barreto, onde um estudante é assassinado. A população se dá conta de que a coisa era para valer, não era mais uma daquelas ameaças, era para valer mesmo. (MELO, 2014b, p. 84).

O Movimento de Cultura Popular foi fechado; Melo não voltou a ocupar seu cargo ali. A insegurança do momento fez com que se escondesse,

[...] mas naquele período seu apartamento ficou sob vigilância até que a suspenderam, por entenderem que ele havia se evadido. Marques permaneceu em Alagoas, até que seu tio Clovis, um influente comerciante em Recife, negociou, com o diretor do DOPS, Álvaro da Costa Lima, contraparente da sua esposa, a apresentação "espontânea" para prestar depoimento. O combinado era que ele seria submetido a interrogatório e liberado em seguida. Aconteceu que o delegado não retornou do almoço e Zé Marques ficou no gabinete, esperando-o por toda a noite para ser atendido. (MATTOS, 2014, p. 157).

De acordo com Melo, assim como ele, muitos dos que participaram do governo de Arraes sofreram com a perseguição. Além disso, a sua liberação em curto prazo deveu-se ao fato de que a repressão inicial era seletiva. Para o docente, a repressão "tornou-se mais violenta com as lideranças populares, aquelas pessoas mais comprometidas partidariamente. Como eu não tinha uma participação decisiva, jovem ainda, fui liberado [...]". (MELO, 2014b, p. 84). É oportuno apontar, porém, que Melo militou na JUC (Juventude Universitária Católica)⁹⁴, ligada à esquerda católica, e posteriormente à Juventude Comunista do Partido Comunista, fatos que não devem ter contribuído para sua situação. Melo não foi preso ou "detido para averiguações" - como formalmente foi chamada sua passagem pelo DOPS, em Recife - novamente, mas foi convocado para depor em vários IPMs. Melo chegou a ser citado

⁹⁴ "Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Seu objetivo era difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Desapareceu entre os anos de 1966 e 1968, quando a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação aos movimentos leigos da Igreja provocou o esvaziamento da ACB. [...] A partir do ano de 1960, aumentou significativamente o interesse dos universitários, católicos inclusive, pela "realidade brasileira". Paralelamente, os artigos sobre "cristianismo e consciência histórica" do padre jesuíta Henrique de Lima Vaz, [...] começaram a exercer grande influência nos círculos católicos.

[...] Embora permanecesse subordinada à hierarquia eclesiástica, a JUC passou a partir daí a reformular concretamente sua atuação. Sua preocupação com questões de caráter social e político foi consolidada no congresso de 1960, denominado Congresso dos Dez Anos, realizado no Rio de Janeiro com ampla participação de delegados de todo o país.

Nessa ocasião, a equipe da região Centro-Oeste, fortemente influenciada pelos estudantes de ciências sociais de Belo Horizonte, tendo à frente Herbet José de Sousa, apresentou um extenso documento denominado "Algumas diretivas de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro". Pretendendo fazer uma avaliação da realidade brasileira, o trabalho propunha também aos jucistas lutar contra o subdesenvolvimento e a primazia do capital sobre o trabalho, em prol da reforma agrária e do controle estatal dos setores de base da economia. Essas diretivas contrapunham-se à ideia [sic] tradicional de harmonia entre as classes e de solidariedade cristã, defendidas pelos membros dos setores reformistas católicos [...].

[...] Ficaram então estabelecidas, como tarefas básicas da JUC, a redefinição do mundo moderno em termos mais seculares e o compromisso com a transformação desse mundo. Instalou-se ainda a convicção de que a ação política era um dos meios mais eficientes para a execução desses objetivos". (KORNIS, 2010).

em processo(BNM 266: Ação Penal nº 88/64, [entre 1965 e 1980], p. 4039) que tinha como um de seus acusados Miguel Arraes. Nos autos, um dos indiciados, que havia sido seu colega na Faculdade de Direito, disse que havia ingressado no Partido Comunista do Brasil em fins de 1961, passando a exercer suas atividades políticas na Organização de Estudantes Universitários da Faculdade, que tinha Melo como um de seus componentes e Secretário de Divulgação.

Apesar do clima de repressão, Melo permaneceu em Pernambuco e finalizou os cursos universitários que havia iniciado em 1961. Ainda em 1964, iniciou sua carreira docente como titular de Técnica de Jornal no Curso Superior de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco e Professor Convidado do Curso de Informação e Documentação da Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco.

Em 1965 decidiu realizar pós-graduação em Ciências da Informação pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para America Latina (CIESPAL), em Quito, Equador. A princípio o docente tinha resolvido mudar-se para Brasília, a convite de Luiz Beltrão, e trabalhar na Faculdade de Comunicação da UnB, mas a alternativa não vingou com a crise naquela universidade e a demissão em massa dos docentes. A outra opção era São Paulo, onde consolidaria sua carreira acadêmica. A mudança foi adiada para que pudesse concluir os estudos de advocacia e devido ao nascimento de sua filha, Fabiana.

[...] o primeiro obstáculo foi superado em dezembro/65, com a formatura em Direito. O segundo foi mais dramático - o nascimento e a morte de Fabiana no início de 1966 - acelerou mais ainda o desejo de procurar novos ares. [...] eu precisava sair discretamente para escapar da vigilância política. Contando com a cumplicidade dos colegas e amigos, programei férias funcionais na SUDENE para o mês de julho. Também não abri o jogo na Universidade Católica, onde assumi as aulas de Luiz Beltrão, então residindo em Brasília. (MELO, 2010 apud MATTOS, 2014, p. 166).

Inicialmente Melo havia sido aprovado na Editora Abril, porém decidiu "[...] aceitar a proposta no INESE - Instituto Nacional de Estudos Sociais e Econômicos⁹⁵ -, que funcionava

⁹⁵ O INESE foi fundado por Octávio da Costa Eduardo, " [...] primeiro profissional de pesquisa de marketing no Brasil [...]. Formado pela ELSP em 1938, foi apresentado por seu professor Donald Pierson ao professor Lloyd Free, da Princeton University, editor da *Public Opinion Quarterly* e amigo pessoal de Nelson Rockefeller. Naquela ocasião, financiado por Rockefeller, Lloyd Free organizava em diversos países pesquisas para apurar a imagem dos Estados Unidos e coletar opiniões acerca de seu possível envolvimento na Segunda Guerra Mundial. Octávio foi convidado por Lloyd Free a aplicar os questionários dessa pesquisa no Brasil. [...] Em 1951, como resultado da realização de trabalhos para a Esso e para a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, sob a supervisão da International Research Associates, Octávio da Costa Eduardo constituiu o Instituto de Opinião Pública e Mercado - IPOM. [...] Em 1955, após desligar-se do IPOM, [...] fundou, em São Paulo, o [...] INESE. Nesse instituto, ele concebeu o "Barômetro de Consumo ENESE" uma pesquisa *store audit*, quadrimensal, junto a uma amostra de 8.400 estabelecimentos distribuídos em oito capitais, que tinha como clientes, entre outros: Johnson & Johnson, Laboratórios Vic, Laboratórios Anakol, Fontoura White e Sidney Ross". (MATTAR, OLIVEIRA e MOTTA, 2014).

como uma agência de pesquisa de mídia" (MATTOS, 2014, p. 167). Lá permaneceu entre março de 1966 e agosto de 1968, exercendo o cargo de Diretor de Projetos e Análises, "[...] encarregado das contas da Editora Abril, *Folha de S. Paulo* e agências de propaganda que atendiam a clientes multinacionais como Shell, Nestlé e Ford".(MATTOS, 2014, p. 169).

Nesse mesmo período, Melo tomou conhecimento, por uma notícia publicada no *Jornal da Tarde*, sobre a criação da Escola de Comunicações Culturais na USP. A nova unidade estava contratando docentes, então foi ao campus, como citamos anteriormente, passou por entrevista com o primeiro diretor da ECA, e ficou aguardando a abertura do concurso; enquanto isso trabalhou voluntariamente.

O concurso ocorreria no final de 1966, mas as contratações demoraram para acontecer, como atesta uma nota do jornal *Folha de S. Paulo*, de 2 de março de 1967:

Figura 24 - Nota sobre a indicação e contratação dos primeiros docentes da Escola de Comunicações Culturais

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1967b).

Além da demora nas contratações, a ECC sofreu com a questão dos excedentes, como havíamos tratado anteriormente, o que fez com que as aulas efetivamente iniciassem apenas em maio de 1967, embora se noticiasse em 29 de março que isso ocorreria no dia 10 de abril do mesmo ano (FOLHA DE S. PAULO, 1967a).

No caso da ECC, embora, a princípio houvesse 100 vagas, o Conselho Técnico Administrativo da unidade resolveu autorizar a matrícula dos 100 excedentes, totalizando assim, em seu primeiro vestibular, 200 alunos.

Figura 25 - Notícia sobre a autorização de matrícula dos excedentes no primeiro vestibular da Escola de Comunicações Culturais

O Conselho Técnico e Administrativo da **Escola** de Comunicações **Culturais** da USP divulgou ontem comunicado à imprensa para informar que decidiu aproveitar os 100 excedentes (ver lista abaixo) aprovados com médias igual ou superior a 5 nos exames de habilitação. A nota acentua que o CTA toma essa deliberação confiando em que «o governo federal levará à prática as medidas de auxílio financeiro às Universidades» e «para que não haja prejuízo no ensino».

Em outra parte, o comunicado adianta que a **Escola** tinha decidido fixar em 200 o número de vagas mas decidiu aproveitar os excedentes «no melhor desejo de colaborar com a Universidade e mesmo com a sociedade onde ela se integra».

As matrículas para os 100 excedentes estarão abertas até o dia 19, das 13 às 18 horas, na secretaria da **Escola**, na Cidade Universitária, edifício da Reitoria, 2.º andar.

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1967d).

Com a demora da efetivação dos contratos, aliado ao novo número de estudantes, era necessária a contratação de docentes. Melo não fez parte da primeira lista de professores, pois, de acordo com ele, a

[...] contratação na USP foi de certo modo atribulada. Dos candidatos que concorreram ao Jornalismo, dois professores foram selecionados. Eu contava com a preferência do diretor Morejón, pois tinha formação acadêmica e já estava participando voluntariamente do planejamento do curso [...]. Mas o outro escolhido, Flávio Galvão, era jornalista e advogado do jornal *O Estado de S. Paulo*, contando com o apoio do reitor Gama e Silva, que pressionou o diretor da ECC para dar-lhe prioridade, na expectativa de reduzir as tensões entre o jornal e a USP. (MELO, 2010 apud MATTOS, 2014, p. 178-179).

O jornal *Folha de S. Paulo* chegou a denunciar que a escolha dos professores, finalmente aprovada pelo Conselho Universitário em 24 de abril de 1967, foi política.

Figura 26 - Notícia sobre a aprovação dos primeiros docentes da Escola de Comunicações Culturais

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1967c).

Enquanto a situação na ECC não era formalizada, Melo contou com a ajuda da tia de sua esposa, a freira Silvia Milfont, batizada como Madre Verônica, que vivia no Convento das Carmelitas Descalças de Cotia. Quando da implantação da cadeira de Teoria da Comunicação na Faculdade Cásper Líbero, em 1967, então vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Madre Verônica auxiliou Melo ao colocá-lo em contato com o ex-diretor da Faculdade. A partir daí iniciou como docente daquela faculdade no mesmo período que Freitas Nobre ministrava aulas na instituição. Além das aulas, Melo fundou e coordenou o "Centro de Pesquisas da Comunicação Social", e presidiu a Comissão de Reforma Curricular do curso de jornalismo, propondo uma reforma radical que encontrou resistências. Sua saída da Cásper Líbero deu-se de maneira controversa, contando com censura a uma publicação que havia editado.

[...] Ele [Melo] promoveu um seminário sobre o livro de Viollete Morin - *Erotismo, um mito moderno* - e as alunas Arlete Roveri e Claudia Bozzo prepararam uma síntese crítica da obra, que ele editou no Centro de Pesquisas e, Comunicação Social. Então, apresentando a obra "como uma contribuição para o surgimento de novas análises e novas pesquisas sobre o erotismo nos meios de comunicação no país. Mas alguns docentes conservadores acusaram a publicação como 'pornográfica' e o diretor determinou a apreensão dos exemplares restantes no estoque". Zé Marques protestou, mas não conseguiu reverter a decisão da direção. Ele reconhece

que "essa foi a gota d'água que [...] levou a abandonar a Cásper Líbero, aceitando o contrato em tempo integral na USP". (MATTOS, 2014, p. 178).

Essa não seria a primeira obra de sua autoria a ter problemas e levar à saída de uma instituição acadêmica.

A entrada oficial na USP foi através de um ofício do então diretor da ECC, em 29 de maio de 1967. O pedido de contratação era para o cargo de Instrutor junto à disciplina de Introdução ao Jornalismo, pelo prazo de 730 dias, em Regime de Tempo Parcial, com a seguinte justificativa:

esta indicação, Magnífico Reitor, é de imprescindível necessidade, uma vez que as aulas são ministradas para cerca de 75 alunos em duas turmas, inclusive excedentes, o que exige considerado número de aulas e esforço duplicado para um só professor. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 2).

O contrato só foi publicado no Diário Oficial em 24 de junho daquele ano, e o início do exercício das funções foi em 11 de julho. Apesar disso, ainda em julho a diretoria da ECC solicitou à reitoria a autorização do pagamento por exercício de fato no período de 2 de maio a 10 de julho de 1967. O início das atividades anterior à tramitação oficial, de acordo com ofício, decorreu de pedido da diretoria da ECC. Esse pedido veio porque "[...] os alunos, que não simpatizaram com a pedagogia de Flávio Galvão, identificado com o Regime Militar, pressionaram o diretor a afastá-lo da sala de aula. Então, Zé Marques foi chamado para contornar a situação". (MATTOS, 2014, p. 179).

Em menos de seis meses, Melo foi indicado para Regente da Cadeira de Técnica e Prática de Jornal e Periódicos, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, pelo prazo de 1095 dias, em estágio de experimentação. A nova função foi aprovada e publicada oficialmente em 28 de março de 1968, não sem antes passar pelo Conselho Universitário que, em votação secreta, deferiu a matéria por 33 votos contra um.

A primeira vez que esteve à frente do Departamento de Jornalismo e Editoração foi a partir de março de 1968. Dentre as suas funções, Melo destacou, em relatório sobre o período, que,

considerando que o Departamento de Jornalismo - como de resto todos os outros Departamentos da Escola de Comunicações Culturais - fora criado oficialmente pelo Conselho Universitário poucos meses antes, a atuação do primeiro Diretor deveria ser concentrada na implantação do próprio Departamento. Isso significou em termos administrativos, a realização das seguintes atividades: elaboração de programas curriculares; planejamento de projetos experimentais; recrutamento, seleção e treinamento de professores e funcionários; implantação de laboratório; organização de estágios supervisionados para alunos; experimentação de novos processos

pedagógicos; intercâmbio com instituições similares do país e do exterior, com vistas à análise das experiências pedagógicas já existentes; etc., etc. Direção do Departamento de Jornalismo, com a Reforma Universitária ampliado para Departamento de Jornalismo e Editoração, entre 1968 e 1970. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 79).

O ano de 1969 seria marcado pela I Semana de Estudos de Jornalismo, cujo tema era "Jornalismo Sensacionalista":

[...] naquela ocasião o tema mais interessante era imprensa sensacionalista – discutia-se muito essa coisa dos jornais populares, dos jornais que espremendo sai sangue, dos jornais combativos e tal, e resolvemos discutir imprensa sensacionalista. E foi um sucesso essa semana, nós conseguimos trazer aqui pessoas de grande porte e outras que naquela ocasião não eram importantes, uma delas era um Frei que eu trouxe chamado Frei Evaristo, que na verdade depois se tornou Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo. Ele participou a semana inteira aqui e várias outras pessoas importantes como Alberto Dines, Talma de Oliveira, e vários outros estiveram aqui. (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

Neste mesmo ano, o docente inscreveu-se para o doutoramento com o tema de Jornalismo Comparado, sob a orientação do Prof. Dr. Rolando Morel Pinto, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

No ano seguinte, 1970, foi realizada a II Semana de Estudos de Jornalismo, com o tema "Censura e Liberdade de Imprensa". O evento ocorreu entre 15 e 19 de junho, contando com a participação de 250 pessoas. Cada dia teve um tema específico⁹⁶, expositores e debatedores⁹⁷, não apenas da ECC, mas também representantes de instituições como a Associação Brasileira de Imprensa, jornalistas, editores e o Arcebispo de Teresina. Melo afirmou que a perseguição na USP teve início com este evento.

[...] a decisão de focalizar esse tema [Censura e Liberdade de Imprensa] foi tomada coletivamente pelo Conselho do Departamento, sob a minha presidência, por iniciativa da representação estudantil. Vivíamos então a ameaça de censura prévia aos livros publicados em território nacional, agravando o controle que o governo militar impusera aos jornais e revistas, depois da edição do AI-5. Transmiti a deliberação do colegiado departamental ao então Diretor da ECA, Prof. Dr. Antonio Guimarães Ferri, que a submeteu aos escalões superiores no âmbito da Reitoria da USP. Concomitantemente, e também por deliberação departamental, enviei telegrama ao então Ministro da Justiça, Dr. Alfredo Buzaid, convidando-o para participar do evento, no sentido de explicar as motivações da recente

⁹⁶ O temas foram: "Liberdade de Imprensa no Brasil", "Liberdade de Imprensa na América Latina", "Censura, Violência e Erotismo", "O Livro, o Escritor e a Censura" e "Liberdade de Imprensa, Humanismo e Cristianismo".

⁹⁷ Os expositores e debatedores foram: Danton Jobim, Antônio. F. Costella, Gaudêncio T. do Rêgo, Júlio de Mesquita Neto, José Freitas Nobre, Rui Pinho, Eduardo Peñuela Canizal, Chaim Samuel Katz, Luiz Lobo, Paulo Emilio Salles Gomes, Clóvis Garcia, Mário Fittipaldi, Hernani Donato, Egon Schaden, Cândido Theobaldo de S. Andrade, Dom Avelar Brandão e José Ferreira Carrato.

legislação que restaurava a censura à edição de livros no país. O Ministro Buzaid enviou-me telegrama declinando do convite, mas desejando êxito ao seminário. Enquanto isso, o serviço de segurança, que funcionava sigilosamente na Reitoria da USP, chamou o Diretor da ECA e recomendou o cancelamento da semana de jornalismo. Mas, diante do telegrama recebido do Ministro da Justiça, que implicitamente autorizava o evento, o Dr. Ferri lavou as mãos e transferiu ao Departamento de Jornalismo o ônus da sua manutenção. (MELO, 2014a, p. 52).

O evento foi realizado tal qual o planejado, mas a presença de pessoas estranhas à comunidade acadêmica não passou despercebida e indicava que os órgãos de vigilância estavam observando o que acontecia na nova unidade da USP. Na semana seguinte à da reunião, Melo disse que recebeu a visita de agentes policiais requerendo as fitas gravadas.

[...] Prevendo aquela possibilidade, havíamos providenciado cópias dessa documentação, que foi preservada e mantida até o fim do regime militar, quando publicamos, anos depois, os anais daquela semana de jornalismo. Mas desde então fui advertido informalmente de que minha vida estava sendo vasculhada pelos agentes policiais. Eu sempre respondi dizendo que nada tinha a temer, por estar desvinculado de atividades clandestinas. Aliás, esse tipo de intimidação foi-me reiterada várias vezes, inclusive nos episódios que marcaram o desligamento arbitrário do Professor José Freitas Nobre do quadro docente do nosso departamento e a prisão e posterior demissão do Professor Thomaz Farkas, ensejando atos de resistência simbólica, no âmbito do Curso de Jornalismo. (MELO, 2014a, p. 53).

Embora a AESI da USP ainda não tivesse sido formada naquele ano, há indícios de sua existência em 1971, o que pode sugerir atividades de vigilância na instituição advindas de outros órgãos do aparelho repressivo, como o DEOPS, por exemplo, como havíamos citado em capítulo anterior.

Em fevereiro de 1971, o pedido de renovação de contrato de Melo pelo prazo de 1095 dias foi submetido à Comissão Especial e ao Conselho Técnico Administrativo, funcionando como Congregação. A diretoria informava que o docente era coordenador do CJE e que era de seu interesse manter a denominação da função do interessado. Para esta prorrogação, Melo incluiu um relatório com o histórico do departamento e seu currículo. Este último incluía a apostila "A Técnica do Lead", editada em 1968 e reeditada em 1972. O texto, epicentro de um processo de sindicância que levou à abertura de inquérito em 1972, foi elaborado no ano de 1968, período do acirramento das lutas entre o movimento estudantil e o regime militar. Continha trechos de jornais do dia da aula dada, pelos quais Melo apresentava os tipos de *lead*, uma técnica para a escrita da notícia jornalística costumeiramente atribuída a Pompeu de Sousa. A técnica, importada dos Estados Unidos, trazia "o efeito visual da fórmula 5w1h

(*who, what, where, when, why, how*)" (LAURINDO, 2014, p. 30), que acabou traduzida para quem, o quê, onde, quando, como e por quê. Melo afirma que aprendeu

[...] com Nabantino Ramos [...] que o *lead*, palavra abasileirada nas redações de jornais (*lide*), significa "comando" ou "introdução, convertendo-se em mecanismo destinado a facilitar a leitura da imprensa, resumindo em "termos claros, provocativos, simples, diretos" as matérias publicadas cotidianamente. (MELO, 2014c, p. 35).

Como estratégia pedagógica, Melo se apoiou nos ensinamentos de Luiz Beltrão, conduzindo os alunos a aplicar a fórmula do *lead* "para chegar à 'notícia analítica': 3Q+CO+PQ". Para isso utilizava-se o "jornal cobaia" diário, que fazia com que o docente e os alunos comprassem os

exemplares referentes a cada dia letivo.

Completava-se o fluxo de aprendizagem com o recorte das unidades de informação publicadas naquele dia, permitindo aos alunos fazer colagem em papel branco, seja para projetá-las na próxima aula, ensejando comparações, seja no fim de cada aula, justificando interpretações empíricas. (MELO, 2014c, p. 36).

A aula sobre a qual se desenvolveu a apostila foi ministrada em 28 de março de 1968, "[...] tendo como pano de fundo os acontecimentos verificados no dia anterior, no Rio de Janeiro, no restaurante estudantil *Calabouço*, resultando um óbito e inúmeros feridos do confronto estudantes/polícia". (MELO, 2014c, p. 37).

O exemplar de 1972,

Figura 27 - Capa da apostila *Técnica do "Lead"*

Fonte: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1972, p. 1).

difundido pelo SNI, disponível no Centro de Informação e Documentação Arquivística da Universidade Federal de Goiás⁹⁸, contém 18 folhas. É importante salientar a ausência de uma página, pois o documento salta da página 16 à 18.

A apostila era uma seleção com trechos de cinco jornais datilografados (*Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*), que serviam apresentação do *lead* integral e *flash*, além de exemplos de suas variantes (resumo, dramático, citação, interrogação, contraste e descritivo) e amostras de valorização do ângulo principal no *lead* (tradicional, valorização do quem, quando, onde, como e por que). Embora não haja nenhum texto de Melo, visto que são apenas trechos de jornais, estes estão sublinhados em algumas dessas páginas. O conteúdo sublinhado ou se refere a alguma citação ao Exército, ou à morte, ou a conflitos entre o regime e os estudantes, como a figura a seguir demonstra:

Figura 28 - Trecho sublinhado da apostila *Técnica do "Lead"*

Fonte: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1972, p. 7).

⁹⁸ O documento faz parte do Fundo "Divisão Central de Informações do Estado de Goiás", que abriga acervo oriundo de divisão do DOPS. "O [...] fundo refere-se a produção documental de um mesmo órgão que teve três nomenclaturas diferentes, Serviço Estadual de Informações, Divisão de Segurança e Informações e Divisão Central de Informações. Sua criação é decorrente de uma reestruturação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás em 1969, disposta por meio do decreto-lei nº 84 de 28 de novembro de 1969 e regulamentada pelo decreto nº 266 de 11 de novembro de 1970, que, dentre outras, altera sua finalidade e, cria novos departamentos e seções, sendo uma delas o Serviço Estadual de Informações - SEI. A finalidade passa a ser a "preservação e manutenção da ordem pública e segurança interna, e pelos serviços de polícia em geral, em todo território do Estado". (CIDARQ - CENTRO DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO UFG, [2009?]).

Conteúdos fora do âmbito dos mencionados não foram indicados, como o trecho a seguir, que trata do casamento de Roberto Carlos:

Figura 29 - Trecho da apostila *Técnica do "Lead"*

Fonte: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1972, p. 10).

Há de se ressaltar que a página faltante contém detalhes sobre mortes e confrontos com a repressão:

VALORIZAÇÃO DO COMO

Trinta e oito facadas no corpo, dadas pelo marginal Zequinha, mataram ontem, na esquina da rua Augusta com Paulista o comerciante João de Deus...

.....

Metralhado por policiais do DOPS, o estudante Edson Luiz morreu, ontem, ao participar de uma passeata... (MELO, 1972 apud LAURINDO, 2014, p. 26).

A apostila só se tornaria um problema em 1972, tendo em vista que, por ocasião do pedido de renovação de contrato de Melo em 1971, ela chegou a ser arrolada como uma de suas publicações.

Os projetos relatados pelo docente na qualidade de coordenador do Departamento de Jornalismo e Editoração demonstram o crescimento das atividades acadêmicas e ampliação de periódicos editados na, agora, ECA: o CJE passou a funcionar em novas instalações, no edifício da ECA, além disso, havia sido implantada a Oficina Gráfica e o Laboratório Fotográfico, cujo equipamento já havia sido adquirido, parte nos anos anteriores, parte no exercício financeiro de 1970. A Oficina, de acordo com Melo, a partir de 1971, atenderia não apenas aos projetos experimentais dos cursos mantidos pelo CJE, mas também executaria serviços para terceiros sob a forma de renda industrial. Assim o material não ficaria ocioso em alguns períodos, e a renda industrial seria revertida para manutenção do equipamento. A implementação da Oficina após 1970 talvez explique o porquê de a apostila *Técnica do Lead* não ter se propagado antes desse período, como veremos adiante.

Outro projeto implementado foi o da *Revista K*, órgão que veicularia

[...] matérias sobre os problemas de comunicação na sociedade contemporânea.

Sob a direção do Prof. Juarez Bahia, e contando com a colaboração do Monitor Jair Borin, o projeto da revista foi elaborado durante o primeiro semestre, pelos alunos do 4º ano, tendo a sua realização material sido concluída ao final do ano letivo. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 170).

O objetivo era que o projeto continuasse nos anos seguintes e que a *Revista* se transformasse num veículo de integração entre a ECA e os seus ex-alunos. Dentre os inúmeros projetos, havia o do Museu da Imprensa, cujo acervo contava com 154 peças, além de 169 microfilmes de jornais raros do país. O Museu recebeu doações de exemplares de vários países, iniciando uma coleção de Jornais Estrangeiros e a sua inauguração estava prevista para o início de 1971.

A renovação do contrato de Melo teve uma peculiaridade, pois teve sua função modificada de Professor Regente de Cátedra para Professor Colaborador. A mudança deveu-se, em parte, à implementação da Reforma Universitária e a extinção das cátedras e, também, ao fato de Melo não ter se doutorado ainda, não podendo ascender às outras categorias docentes.

Em junho de 1971, foi organizada a III Semana de Estudos de Jornalismo, cujo tema era "Imprensa e Desenvolvimento". No mês seguinte, foi publicado o termo de aditamento que renovava o contrato de Melo, a partir de 1º de abril 1971, por três anos, constando a alteração de suas funções.

Em maio de 1972, o processo do docente foi consultado pelo então Diretor Geral do Departamento de Administração da USP, ou, como foi renomeado após a reforma, Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE), órgão que fazia parte da Reitoria⁹⁹. Nesse mesmo mês, ocorreu a IV Semana de Estudos de Jornalismo, cujo tema foi "O Ensino de Jornalismo":

o momento desse evento [Semana de Estudo de Jornalismo] chegou ao seu ápice em 1972 [...]. Nós realizamos um evento que teve aqui mil pessoas participando que era a IV Semana de Estudos de Jornalismo; vieram estudantes do Brasil inteiro, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, foi um sucesso. Só que nessa Semana então, essas Semanas começaram a ser vigiadas, cada Semana era um atropelo, porque havia tentativa de vetar, mas nós mantínhamos a atividade de comum acordo entre alunos, professores e funcionários. Nessa IV Semana teve mil alunos aqui então foi quando começaram as perseguições. Eu fui processado logo depois não pela Semana, mas por uma aula que eu havia dado aqui em 1968, chamada "Técnica do lead". (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

Motta explica que seminários e palestras foram vigiados "[...] para evitar a abordagem de temas inconvenientes ou a presença de conferencistas de oposição". (MOTTA, 2014b, p. 218).

Em 1972, Melo levou à frente a Pesquisa sobre o "Jornalista Profissional no Estado de São Paulo: perfil sócio econômico e cultural" - projeto realizado sob a direção do Prof. Jair Borin e patrocinado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. O projeto foi interrompido e

infelizmente não houve tempo hábil para construir uma análise pormenorizada dos dados estatísticos. Tanto o professor Borin quanto o chefe do departamento [Melo] foram surpreendidos pela ação dos órgãos de segurança instalados no gabinete do reitor da USP. Tendo que enfrentar um calvário de acusações e perseguições¹⁰⁰, alguns docentes fomos excluídos sumariamente dos quadros da universidade, sem direito a defesa, sob ameaça de represálias.

Antes disso, para garantir a difusão dos resultados do perfil dos jornalistas, a única providência possível foi a edição de um opúsculo impresso na gráfica da escola e distribuído nacionalmente, intitulado *O Jornalista Profissional no Estado de São Paulo. Perfil Sócio-econômico e Cultural* (Borin, 1972). (MELO, 2013, p. 99).

⁹⁹ "Artigo 43 – A CODAGE tem por finalidade:

I – o estudo, a orientação e o controle da administração geral da USP;

II – a coordenação e articulação de suas atividades com as de outros órgãos da USP;

III – a execução de serviços de administração geral". (SÃO PAULO (ESTADO), 1972).

¹⁰⁰ "A 'comunidade', porém, dedicou mais esforços ao monitoramento de pesquisas e pesquisadores que, a seus olhos, representavam ameaça à segurança interna do país. A área de ciências humanas e sociais, naturalmente, chamava mais atenção [...]". (MOTTA, 2014b, p. 222).

Melo fora enquadrado pelo Decreto 477/69. De acordo com ficha no DEOPS, o Reitor da USP enviou ofício em 22 de maio de 1972, em que se solicitava ao Diretor da ECA a instauração de inquérito sumário contra Melo, devido à publicação de *Técnica do lead*, "obra considerada tendenciosa". Ou seja, o ofício da reitoria coincide com as datas da IV Semana de Estudos de Jornalismo e com a consulta do processo do docente por órgão ligado à reitoria. De acordo com a ficha no DEOPS, a Comissão que apurou os fatos, concluiu pela aplicação das penalidades previstas no inciso I do §1º do artigo 1º do Decreto 477/69, que dizia:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

[...]

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

[...]

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; (BRASIL, 1969c).

Com o processo aberto em maio de 1972, há um ofício do então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, encaminhando a apostila ao chefe do SNI e informando que estava tomando providências junto à diretoria da ECA para coibir tais práticas. Em 2 de setembro de 1972, foi publicado no Diário Oficial da União despacho do Ministro da Educação e Cultura, homologando a "[...] decisão absolutória do diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP, proferida nos autos daquele processo, razão porque o Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO, não foi punido".(DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO, [entre 1974 e 1976], p. 3).

O então diretor da ECA, Antonio Guimarães Ferri, era presidente da Comissão Organizadora do I Congresso Nacional Universitário de Propaganda, que ocorreria entre 3 e 7 de julho na USP

[...] e, por isto, estive em Brasília para convidar o ministro [da Educação e Cultura] para o evento. No texto dos agentes de segurança consta que Ferri queria "auto-promover-se" (sic) para garantir sua indicação na lista tríplice que deverá ser encaminhada para a escolha do Reitor da U.S.P., ao Sr. Governador do Estado". Complementa com informações sobre o processo contra Marques de Melo e apresenta que Ferri levou recurso de defesa

"tomando por conseguinte, ostensivamente partido em favor do Professor José Marques de Melo". (LAURINDO, 2014, p. 18).

A defesa de Ferri funcionou, aliado ao fato de que o Decreto 477 era extremamente repudiado, inclusive no âmbito internacional devido ao seu caráter discricionário.

O Decreto-Lei n.477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das "infrações" nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito. (MOTTA, 2014b, p. 156).

Embora tivesse sido elaborado com o objetivo de dismantlar o movimento estudantil, o Decreto 477 também previa a aplicação a docentes e servidores, como já apresentamos. Apesar disso, o ministro da Educação entre 1969 e 1974, Jarbas Passarinho¹⁰¹, declarava

[...] reservadamente ter ressalvas quanto ao decreto. Em suas memórias, Passarinho afirmou ter feito gestões para atenuar os efeitos da lei e reivindicou mesmo ter reduzido sua aplicação ao interferir favoravelmente a alguns alunos investigados. Ele declarou que, ao assumir o ministério, conseguiu mudar o texto do decreto, passando a ter direito de absolver, pois, no formato original, o ministro só poderia intervir para reverter decisões de absolvição. (MOTTA, 2014b, p. 161).

Obviamente Passarinho tinha suas razões para minimizar o seu papel repressivo, afinal as memórias de resistência foram ganhando corpo após o fim da ditadura. Contudo, Motta (2014b, p. 161) afirma que fontes da época confirmam o uso moderado da legislação repressiva, fato que é corroborado com o caso de Melo aqui apresentado.

"Isso criou aí uma celeuma, nos órgãos de segurança, no sistema, sobretudo porque a reitoria tinha um sistema de vigilância dos professores". (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c). Essa situação pode ser vista em documento da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), que, em 13 de setembro de 1972 - após a absolvição do ministro da Educação -, encaminhava a apostila e afirmava que

Os exemplos coligidos pelo Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO em diversos jornais e apresentados no livreto "Técnica do LEAD" **demonstram a**

¹⁰¹ Militar da Artilharia, natural de Xapuri (AC), foi superintendente da Petrobras na região amazônica, em 1959 e participou do golpe de 1964, quando era chefe do estado-maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar (8ª RM), sediada em Belém. Foi governador do Pará em 1964, tendo se filiado ao Arena em 1966, partido pelo qual se elegeu senador do Pará neste mesmo ano. Em 1967 assumiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social, passando para a reserva com a patente de coronel. Foi um dos signatários do AI-5, tendo sido convidado a assumir o Ministério da Educação e da Cultura pelo general Médici em 1969. Passarinho implementou a reforma universitária em 1970 e criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cuja pretensão era diminuir as taxas de analfabetismo no país. Em 1974 reassumiu seu cargo no Senado, tendo sido reeleito no mesmo ano. (COUTINHO, MOURA e JUNQUEIRA, 2009).

intenção de procurar influenciar negativamente seus alunos, através de propaganda subliminar. (SNI, 1972 apud LAURINDO, 2014, p. 16, grifos do autor).

Outro documento, da mesma data, explica que o docente não foi atingido pelo Decreto 477 "[...] graças à interferência do Diretor daquela Faculdade, Prof. ANTONIO GUIMARÃES FERRI que recorreu pessoalmente em seu favor, junto ao MEC, em Brasília". (SNI, 1972 apud LAURINDO, 2014, p. 16).

Em setembro de 1972, segundo relatório do próprio José Marques de Melo arrolado ao processo de contrato docente (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 305), ele teria se afastado "voluntariamente" da direção do CJE, mas, de acordo com Mattos, o afastamento ocorreu porque Antonio Guimarães Ferri era candidato a Reitor, e por isso "[...] não queria atrair problemas para sua candidatura e ponderou que seria melhor que Zé Marques não ocupasse nenhum cargo de gestão acadêmica". (MATTOS, 2014, p. 189). Apesar de absolvido por Jarbas Passarinho, Melo comentou que "[...] a estrutura da universidade não assimilou, criou uma reação. Fui proibido de sair do país, fui afastado da chefia do departamento e fiquei só como professor". (MOURA, 2012, p. 30).

Em 26 de fevereiro de 1973, apesar do clima hostil, Melo teve sua tese - *Fatores sócio culturais que retardaram a implantação da Imprensa no Brasil* - aprovada pela banca de exame composta pelos Profs. Drs. Julio Garcia Morejón (FFLCH/USP), Antonio Augusto Soares Amora (FFLCH-USP), Virgilio Benjamin Noya Pinto (ECA/USP), Manuel Nunes Dias¹⁰² e Rolando Morel Pinto (FFLCH/USP), seu orientador. Embora as notas variassem de forma mínima, não chegando a mais de um ponto, apenas uma foi diferente das demais, a de Manuel Nunes Dias. De acordo com Melo, o docente o repreendeu por ter usado autores esquerdistas, como Werneck Sodré, o que talvez explique a diferença de sua nota em relação às demais.

Aconselhado por amigos e colegas, Melo seguiu para os Estados Unidos, a fim de sair da mira dos órgãos de vigilância e realizar o pós-doutorado.

Então eu fui absolvido e fiquei sem clima aqui na universidade, foi quando me aconselharam – eu havia feito meu doutoramento, que foi notícia em todos os jornais do país que eu fui o primeiro doutor em jornalismo – a sair do país por um tempo se não eu ia sofrer alguma represália dos chamados órgãos de segurança. Daí eu fui para os Estados Unidos, consegui bolsa na FAPESP, sou o primeiro bolsista de pós-doutoramento em comunicação na FAPESP. Fiquei lá um ano, 73, 74, mas ao chegar aqui havia piorado muito

¹⁰² Manuel Nunes Dias, docente da História da FFLCH-USP, havia assumido a direção da ECA após indicação do Reitor Miguel Reale, em meados de 1972.

a situação política porque havia rebelião ainda da linha dura contra o presidente Geisel. (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

Durante o período nos Estados Unidos, Melo realizou estudos e pesquisas em universidades americanas, com vistas à implantação do Curso de Pós-Graduação em Jornalismo na ECA-USP. A ida do docente pode ser entendida dentro do contexto discutido por Motta, no qual, embora os Estados Unidos "[...] tenham sido o aliado mais sólido dos governos militares nos primeiros anos, e portanto cúmplices do autoritarismo", seus representantes "[...] às vezes funcionaram como força moderadora, sugerindo cautela e uso cuidadoso da repressão. Além disso, serviram de refúgio para perseguidos e às vezes intercederam em favor de presos políticos". (MOTTA, 2014b, p. 136-137). Melo fez parte de um grupo de docentes que receberam bolsas para realizar cursos de pós-graduação, oportunidades surgidas com o contato de professores a serviço da USAID, "[...] que convidavam colegas brasileiros em dificuldades". (MOTTA, 2014b, p. 137).

Melo permaneceu fora da USP durante o período agosto de 1973 a julho de 1974, mediante autorização concedida pelo reitor em ato publicado no Diário Oficial de 23 de junho de 1973. Quando de seu retorno, o docente relatou:

[...] compareci ao Departamento de Jornalismo, apresentando meu relatório de viagem. Como era início do segundo semestre, assumi a regência de uma disciplina no curso de pós-graduação e comecei a trabalhar com meus alunos. Um belo dia, sou convocado a comparecer ao gabinete do Diretor da Escola, Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, que me apresenta um ato publicado no Diário Oficial, naquele dia, determinando o meu afastamento sumário da instituição. Fiquei transtornado, pois, como fora absolvido no processo regularmente instaurado dois anos antes, me considerava imune a situações dessa natureza. (RODRIGUES, 2003).

O assombro não era descabido, tendo em vista que em 3 de setembro de 1974 o diretor da ECA enviou ofício à reitoria no qual solicitava a renovação do contrato de Melo a partir de 31 de março 1974 por 3 anos, alterando-se, porém, a denominação de sua função para Professor Assistente Doutor e a sua faixa salarial para valor menor que a atual. A matéria havia sido avaliada e aprovada pela Comissão Especial do CTA em 29 de janeiro daquele ano. O termo chegou a ser arrolado no processo de contrato do docente, constando as assinaturas do diretor da ECA, da secretária e de Melo, mas não a do reitor.

No dia 9 de setembro, há a indicação que novos documentos foram arrolados ao processo, que nesse momento encontrava-se no gabinete da reitoria; tratava-se de relatório de atividades de Melo referente ao período de 1971 e 1973. Ao que constava, o processo estava no gabinete da reitoria desde 20 de março de 1974. Cruzando com a informação da ficha de

Melo no DEOPS, podemos entender como o processo ocorreu, pois há uma entrada de 8 de fevereiro de 1974 informando que

o nominado, [...] professor colaborador da Escola de Comunicações e Artes da USP, encontra-se atualmente afastado realizando estudos na Univ. de Wisconsin [sic] Madison - USA. Pleiteia renovação de seu contrato com a ECA/USP, que vence a 30-3-1974. (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO, [entre 1974 e 1976], p. 3).

Em 3 de outubro de 1974, observamos um ofício da diretoria da ECA à reitoria, encaminhando requerimento de Melo. No pedido, o docente solicitava que fossem convalidados os pagamentos a ele efetuados na base de referência salarial maior durante o período de 31 de março de 1974 (data do término do seu contrato anterior) a 31 de agosto de 1974, uma vez que, a partir de 1º de setembro de 1974, seus salários já foram efetuados na base da referência salarial menor, igual àquela proposta no termo de aditamento que estava em tramitação.

Em 8 de outubro de 1974, novos documentos foram juntados ao processo, que permanecia no gabinete do reitor, o que nos leva a crer que se tratam dos ofícios da diretoria da ECA de 3 de outubro, e de Melo.

Sem nenhum tipo de justificativa, veio a rescisão de contrato, publicada no Diário Oficial em 24 de outubro de 1974. No mês seguinte, no dia 22, Melo enviou um ofício à reitoria pedindo a reconsideração em relação à rescisão do contrato, argumentando que a matéria já havia sido aprovada pelas instâncias anteriores isto é, o Conselho Departamental, Conselho Interdepartamental e Comissão Especial do CTA junto à ECA. Além disso, o docente pontuava:

quando da concessão de afastamento remunerado para que o peticionário gozasse de bolsa de estudos no exterior, concedida pela FAPESP, havia um compromisso tácito desta Universidade para a sua permanência na função ocupada, sobretudo em face da sua colaboração para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação, setor considerado prioritário nas metas educacionais do atual Governo. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 329).

Não adiantou. Melo tentou dialogar com o diretor da ECA e com o próprio reitor:

Pedi explicações. Não me foram dadas pelo Diretor, que me dizia estar cumprindo ordens superiores. Pedi uma audiência ao Reitor, que, a muito custo, me foi concedida. Ele me disse que não tivera outra alternativa senão baixar o ato da minha demissão, juntamente com outros docentes incluídos numa lista elaborada pelos órgãos de segurança. E assim ficou a situação. Depois de 7 anos de serviços prestados à universidade não recebia qualquer

indenização. Tive que reiniciar minha carreira acadêmica fora do sistema público.(RODRIGUES, 2003).

A lista à qual Melo faz menção faz parte de um documento do II Exército, de maio de 1975, que afirma que a diretoria da ECA, alertada pelos órgãos de segurança, não havia renovado os contratos de Melo e de Paulo Emílio Salles Gomes. De acordo com a ficha de Gomes no DEOPS, tratavam-se de "[...] possivelmente comunistas moderados"(DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO, [entre 1974 e 1976], p. 2). Motta afirma que Manuel Nunes Dias, diretor da ECA,

[...] cancelou os contratos dos professores Jair Borin, Paulo Emílio Sales Gomes e José Marques de Melo, seguindo recomendação de órgãos de segurança. O professor Paulo Emílio Sales Gomes resolveu resistir à demissão, apesar de o reitor ter sugerido que ele se resignasse. Foi organizada uma comissão de notáveis de várias faculdades da USP para pressionar o reitor, e Paulo Emílio enviou denúncias a cinematecas do mundo inteiro, que mandaram protestos à reitoria. Assustado com a repercussão negativa, o reitor entendeu que era melhor enfrentar o mau humor dos órgãos de repressão, e a demissão foi suspensa.(MOTTA, 2014b, p. 231).

Há que se ressaltar o fato de que os órgãos de vigilância não tinham, a priori, função de decisão ou ação, sendo os trabalhos de repressão física aos inimigos do Estado papel das polícias estaduais (DOPS), Polícia Federal e dos DOI-Codis.

As ondas de cassações e aplicações do Decreto 477 no campus da USP em São Paulo não passaram em branco. A greve na ECA de 1975, ocorrida entre 16 de abril e julho daquele ano, seria comentada mesmo após seu fim, como atesta trecho da coluna de Perseu Abramo no jornal *Folha de S. Paulo*:

Figura 30 - Trecho da coluna de Perseu Abramo sobre a greve na ECA no 1º semestre de 1975

Se, na área estudantil, o primeiro semestre deste ano foi marcado pela greve dos estudantes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que morreu sem ter morte decretada, com as férias de julho, este segundo semestre já está pintalgado de pequenas crises nas escolas superiores. Nenhuma com a gravidade, as dimensões e a repercussão da que abalou a Escola de Comunicações. Mas todas com potencialidades semelhantes, e que, se não forem oportunamente e devidamente enfrentadas, fatalmente eclodirão em movimentos parecidos aos do primeiro semestre.

Fonte: Abramo (1975).

A greve durou 10 semanas sem que as exigências pretendidas fossem alcançadas. Mas é notável a discussão sobre as indicações e mudanças de nomes para a composição das bancas de defesa de mestrados e doutorados, outra prática que atrasou a carreira acadêmica de muitos docentes.

No caso de Melo, a obstacularização, além do desligamento, deu-se através de perseguição em outras instituições de ensino. Embora não estivesse proibido formalmente e legalmente de lecionar, o docente foi evitado

[...] por pessoas que tinham comprometer-se pela simples saudação acadêmica. No território nacional, como meu nome constasse de uma espécie de "lista negra", carimbada pelos órgãos de segurança, fui impedido de proferir conferências, dar aulas e participar de bancas examinadoras em universidades públicas. Fui também impedido de ser contratado para lecionar em universidades privadas que se mostravam dóceis aos aparatos de segurança mantidos pelo governo militar no setor universitário. (MELO, 2014a, p. 57).

Os órgãos de vigilância continuaram a interferir na contratação de Melo, como trecho de sua ficha no DEOPS, de 17 de dezembro de 1974, atesta:

[..] o Ministro da Educação e Cultura, solicitou informação do epígrafado. Constando que o mesmo foi desligado da USP, pretendo [sic] lecionar em vários estabelecimentos de ensino superior do Estado, do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, de São Leopoldo, e a Universidade do Rio Grande do Sul. Consta, ainda, que ele teria traduzido algumas obras sem autorização do respectivo autor. (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO, [entre 1974 e 1976], p. 4).

De acordo com o docente, sua única opção teria sido o exílio, caso não conseguisse se fixar no Instituto Metodista, que na ocasião estava organizando uma faculdade de comunicação.

Não fosse a coragem evangélica dos educadores metodistas Dorival Beulke e B. P. Bittencourt, que resistiram às pressões dos órgãos de segurança vigilantes no setor universitário, acolhendo-me na Universidade Metodista de São Paulo, só me restaria a alternativa do exílio. Permaneci em São Bernardo do Campo, no período de 1975 a 1985. (MELO, 2015, p. 297).

O docente comentou que, três meses após o início de suas atividades nessa nova instituição, os órgãos de segurança fizeram pressão para que o reitor o demitisse. O reitor Benedito de Paula Bittencourt, membro do Conselho Federal de Educação, cuidou da situação, desde que Melo não fizesse "[...] proselitismo em sala de aula". (MOURA, 2012, p. 31). Podemos entender esse acolhimento de Melo dentro do contexto das relações de acomodação e negociação que permearam esse período:

gestões de natureza pessoal permitiram que: vetos políticos à contratação de alguns professores fossem contornados [...].

[...] Por outro lado, a disposição das autoridades para agir com moderação era tanto maior quanto menos o impacto público das atividades promovidas no espaço universitário.

[...] Os intelectuais visados pelas agências de repressão que conseguiam escapar de perseguições deveriam comportar-se com discrição, evitando ataques públicos contra a ditadura. (MOTTA, 2014a, p. 59-60).

Durante o período em que esteve afastado da USP, Melo fundou a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) em dezembro de 1977¹⁰³, além de ter ministrado disciplinas na Faculdade Cásper Líbero entre 1976 e 1978.

O retorno de Melo à ECA só deu os primeiros passos em 5 de setembro de 1979, após a publicação da Lei da Anistia. Porém, curiosamente, a legislação não foi aplicada à situação do professor. Como vimos no caso de Bernardet, a situação dos que haviam sido cassados oficialmente também não foi serena ou imediata. Nesse período, a ECA finalmente já tinha Congregação própria, o que pode ter contribuído para a indicação e contratação de Melo na vaga da Profa. Eneida Freitas de Miranda Rosa. O cargo seria de Professor Assistente Doutor, em Regime de Tempo Parcial, por três anos.

Consoante uma lista de 26 de setembro de 1979 do CJE, fica patente que o departamento presumia que Jair Borin, José Marques de Melo e Thomaz Farkas seriam contratados, uma vez que seus nomes estão relacionados para ministrar disciplinas.

Ao mesmo tempo em que o processo de contratação de Melo corria na reitoria, a diretoria da ECA entrou com pedido de autorização liminar pelo prazo de 120 dias ao docente, nas mesmas condições pretendidas anteriormente, a contar de 22 de agosto de 1979. Em novembro daquele ano, veio a autorização da reitoria, sendo esta prorrogada por mais 240 dias a partir de janeiro de 1980. A contratação pelo prazo de três anos veio em julho de 1980, sendo que as autorizações liminares foram contabilizadas como parte do prazo.

Melo galgaria os patamares da carreira acadêmica só no ano seguinte, em 1981, quando prestou o concurso para Professor Assistente, junto ao CJE, na Disciplina Jornalismo Opinativo. Dias depois da publicação da portaria que o nomeou como docente concursado, a

¹⁰³ "A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação foi fundada em 12 de dezembro de 1977, em reunião realizada na sala de professores da Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, SP. [...] Na ocasião, os fundadores definiram os objetivos da entidade, entre eles: a) contribuir para a reflexão pluralista sobre problemas emergentes da comunicação; b) contribuir para o aperfeiçoamento e a revitalização intelectual dos sócios, através do intercâmbio de experiências cognitivas; c) contribuir para a formulação de modelos de análise da comunicação com a sociedade e a cultura brasileira e capazes de superar a dependência econômico-cultural do sistema nacional de comunicação. Para atingir esses objetivos, a Intercom se comprometeu a fazer reuniões entre os sócios para estudos e debates e criar de um boletim informativo, além de organizar congressos, cursos, palestras, seminários e pesquisas interdisciplinares". (INTERCOM, [2017?]).

Congregação da ECA votou pela alteração do regime, isto é, Melo passaria de Regime de Trabalho para Turno Completo.

Em 1982 o docente reassumiu a chefia do CJE e, em 1984, foi aprovado em concurso de Livre-Docência nas disciplinas "Jornalismo Opinativo" e "Gêneros Opinativos na Imprensa Diária". Nesse mesmo ano, Melo foi designado para exercer a função de Assistente Técnico de Coordenador, junto à Coordenadoria de Atividades Culturais (CODAC¹⁰⁴), órgão integrante da reitoria. Ainda neste ano, ingressou no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, com o projeto "A implantação do ensino do jornalismo no Brasil - O papel de Cásper Líbero". No texto, o docente explica que o desenvolvimento das pesquisas sobre o tema da formação dos intelectuais que atuariam nos meios de comunicação de massa foi interrompido "com a crise vivida pelas escolas de comunicação em meados da década de 70, em decorrência do bloqueio institucional desencadeado pelo AI-5 e seu instrumento complementar - o Decreto 477 [...]".(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 440).

Essa interrupção pode ser compreensível na medida em que se considera o ambiente encontrado no retorno:

a verdade é que, quando retornamos ao corpo docente da USP, no início dos anos 1980, [...] não encontramos ambiente favorável para retomar os projetos interrompidos. Ao contrário, tivemos que desenvolver luta titânica para reconstruir as paredes de um edifício acadêmico que havia sido literalmente destruído ou desvirtuado pelos agentes do governo autoritário. (MELO, 2013, p. 99).

Em 1985 Melo foi designado Assessor Técnico de Gabinete junto à reitoria, e passou por concurso para Professor Adjunto. É nesse momento, em 2 de outubro de 1985, que o docente entrou com pedido de anistia:

esclarece o signatário que ingressou no quadro docente da USP em 02.05.67 e permaneceu em exercício até 24/10/74, quando teve o seu contrato rescindido unilateralmente por Ato Reitoral, devido a razões políticas, como é público e notório. Ao ser readmitido em 03/10/79 ficou evidente que a medida tomada pelo Conselho do Departamento visava reparar a arbitrariedade de que fora vítima através de processo sumário chamado de "cassação branca".

Assim sendo, e considerando que a demissão do signatário em 1974 caracterizou-se como punição "por motivação exclusivamente política com base em outros diplomas legais" (Art. 4º, § 1º da Emenda Constitucional), requer os benefícios previstos pelos parágrafos 3º e 5º do mesmo artigo daquele dispositivo constitucional, entre os quais a contagem do tempo em

¹⁰⁴ "Artigo 44 – A CODAC tem por finalidade promover atividades de caráter cultural, destinadas à divulgação dos conhecimentos e progressos verificados nas ciências, letras, artes e na técnica". (SÃO PAULO (ESTADO), 1972).

que esteve impedido de exercer suas funções docentes nesta Universidade, para fins de aposentadoria e percepção de adicionais, bem como outros que possam ser aplicáveis. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 481).

Dois dias depois, o CJE endossou os pedidos de Melo, Farkas e Borin

decidindo propor o seu acolhimento pela Congregação desta escola e posterior encaminhamento ao magnífico reitor para que sejam deferidos, como é de justiça e de direito.

Atesta o conselho do CJE que os três docentes foram punidos, em momentos diversos e circunstâncias distintas, mas todos eles por razões políticas, que determinaram a interrupção/rescisão dos seus contratos de trabalho por atos reitorias à revelia das propostas encaminhadas por este departamento, sem consulta ou justificativa. Com tantos outros docentes da USP, os três requerentes foram sumariamente demitidos, sem qualquer processo ou acusação formal, configurando o que se convencionou chamar de "cassação branca", expediente utilizado pelo órgão encarregado, na época, de fazer triagem política nos quadros funcionais desta Universidade, cuja existência foi aliás reconhecida pela comissão de inquérito criada pela Assembleia Legislativa do Estado para esse fim.

Atesta também que a iniciativa tomada pelos CJE, recontratando os referidos docentes em 1979, visou explicitamente a reparar a arbitrariedade de que haviam sido vítimas, ainda que a Lei de Anistia tivesse aplicação restrita aos punidos pelos atos institucionais e complementares.

Assim sendo, a extensão da anistia política a todos os punidos por quaisquer atos legais ou administrativos, praticados por motivação política durante o período de exceção, conforme determina a Emenda Constitucional recém aprovada pelo Congresso, constitui uma oportunidade para que a Universidade de São Paulo faça justiça aos docentes deste Departamento que estiveram impedidos, durante algum tempo, de exercer suas funções didáticas e de pesquisa, concedendo-lhes os benefícios previstos naquele diploma legislativo, como requer cada um deles em expediente próprio. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 482-483).

A Congregação da ECA avalizou os pedidos dos três docentes feitos pelo CJE, assim como o de Freitas Nobre, que ainda lutava para retornar à USP, como vimos anteriormente. O caso também foi apreciado pela Consultoria Jurídica da USP, que, em seu parecer, destacou que a rescisão contratual de Melo

[...] ocorreu sem que pedido com esse teor fosse apresentado pela Unidade interessada e, mais ainda, sem qualquer motivação ou manifestação preliminar de órgãos que normalmente deveriam apreciar a matéria, tudo isso, a despeito de constar [...] ofício do então Diretor da Escola de Comunicações e Artes, [...] solicitando "providências no sentido de que possa ser renovado, a contar de 31 de março de 1974 e pelo prazo de 3 (três) anos o contrato do Sr. José Marques de Melo, [...]". (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 495).

O parecerista ressaltou também que o pedido de reconsideração de Melo não mereceu qualquer apreciação pelo menos de ordem formal. Como o caso de Farkas já havia sido deferido pela Consultoria, o parecer tomou como base o definido naquele processo, isto é, entendeu-se que o ato que rescindiu o contrato de Melo ocorreu por motivação política. Assim, o docente faria jus, a partir da data da promulgação da Lei da Anistia "[...] a contagem para todos os fins, do tempo em que esteve afastado do serviço ativo, sem qualquer direito ao pagamento daquele período, mesmo em caráter indenizatório". (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [entre 1967 e 2015]a, p. 497). O reitor corroborou o parecer e deferiu a matéria em 21 de março de 1986.

No ano seguinte, Melo transpôs o último grau de provimento da carreira acadêmica, passando no concurso para Professor Titular das disciplinas "Conceito e Gêneros de Jornalismo", "Jornalismo Opinativo", "Jornalismo no Brasil: Tendências no Ensino e da Pesquisa" e "Gêneros Opinativos na Imprensa". Ainda em 1987, assumiu mais uma vez a chefia do CJE.

Em 1989 se candidatou à direção da ECA, exercendo o cargo até 1993, ano de sua aposentadoria.

Então em 89 eu me candidatei a diretor da ECA; havia eleição na comunidade, eu fui o primeiro votado da lista, tive votação maciça dos estudantes, dos professores e pequena votação entre os funcionários. Os funcionários temiam muito a minha gestão porque eu sou muito caxias, eu sempre cheguei aqui na hora do expediente, era o primeiro a chegar e o último a sair. Diziam que eu era muito exigente; as pessoas que trabalhavam comigo na verdade não concordavam com isso e diziam que na verdade eu era pessoa justa mas, em suma, depois eu conquistei os funcionários da ECA, fiz uma gestão de quatro anos, e quando terminei minha gestão resolvi me aposentar. Eu havia completado 34 anos de serviço público e resolvi deixar a oportunidade pros jovens. Quando a gente só sai da universidade na aposentadoria, na compulsória, na verdade você está ocupando um lugar que um jovem podia estar. Então saí daqui e fui convidado para trabalhar com Carlos Volpe da Unicamp – eu sou cofundador do laboratório de estudos avançados em jornalismo da UNICAMP. Depois então recebi o convite da Universidade Metodista de São Paulo para dirigir a cátedra UNESCO de Comunicação e ainda estou lá, na ativa. Então, essa é a minha história, esta é a minha vida. (PROJETO MEMÓRIAS DA ECA, 2014c).

Mas a relação com a ECA ainda teria um último capítulo, o da concessão do título de professor emérito em 2003. O que observamos na trajetória de Melo e dos outros docentes aqui estudados é que o período entre o retorno à USP e as aposentadorias foi curto, projetos anteriores não foram retomados, e no caso do Departamento de Jornalismo e Editoração, especificamente, aquela

[...] geração desperdiçou boa parte da sua vida intelectual produtiva, tendo que autodefender-se [sic] para não ser vítima de arbitrariedades. Mas também foi um período rico em solidariedade humana. Muitas pessoas preservaram a dignidade que as caracterizava, ajudando perseguidos, amparando condenados ou acolhendo órfãos e viúvas, apesar do terror generalizado. Outras optaram pelo exílio voluntário para viver de forma menos opressiva. (RODRIGUES, 2003).

A anistia completa só foi obtida em 2015, após ter ingressado com um processo junto à Comissão de Anistia¹⁰⁵ em 2012, no qual Melo detalhou os empecilhos que a perseguição política lhe causou:

[...] Porque além da demissão sumária na Universidade de São Paulo, sem qualquer explicação, eu tentei procurar emprego em outras universidades particulares ou públicas e em cada uma que eu ia eu era refugado, advertido que havia uma ordem para que eu não fosse contratado. Eu fui inicialmente na faculdade de Filosofia de Marília e ali disseram que não adiantava me candidatar nos concursos porque meu nome seria vetado. Fui depois a Adamantina porque havia uma pessoa interessada na minha colaboração, mas fui advertido de que não devia prestar o concurso. E finalmente consegui uma colocação na Unip, uma universidade particular. Cheguei a dar aulas duas semanas, mas ao final das duas semanas fui chamado pelo coordenador do curso que me disse que eu estava impedido de continuar ali porque eles receberam uma pressão dos órgãos de segurança. Só fui conseguir no ano seguinte. Passei o final de 74 sem colocação. (MELO, 2012 apud LAURINDO, 2014, p. 28-29).

O docente fez mais uma reivindicação histórica do que de cunho monetário, ressaltando que, no seu retorno,

[...] não foi sequer considerado que houve uma sanção oficial baseada nos atos institucionais e eu fui readmitido com contrato novo, como se nada tivesse ocorrido. Então, nesse período, eu perdi na minha vida. [...] recorro portanto, a esta comissão para restaurar a verdade da minha biografia, que

¹⁰⁵ "A Comissão de Anistia foi instalada no Ministério da Justiça e Segurança Pública no dia 28 de agosto de 2001. Criada pela Medida Provisória n.º 2.151, posteriormente convertida na Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, ela tem por finalidade examinar e apreciar os requerimentos de anistia, emitindo parecer destinado a subsidiar o Ministro de Estado da Justiça na decisão acerca da concessão de Anistia Política. O regime da anistia política abrange aqueles atingidos por atos de exceção por motivação exclusivamente política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Até hoje, foram apresentados à comissão mais de 75 mil requerimentos. Desses, mais de 60 mil já foram apreciados e, em seguida, submetidos à decisão final do Ministro da Justiça. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção..."

Mas muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade. E suas ações, destaque-se, inserem-se em um contexto maior de políticas do Estado brasileiro, organizadas e estruturadas no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009". (SOBRE A COMISSÃO..., [2016?]).

tem sido escamoteada estes anos todos. Fui uma espécie de punido que não tem documentação sobre a real situação desta punição, desta perseguição. (MELO, 2012 apud LAURINDO, 2014, p. 29).

A anistia formal veio em 13 de julho de 2015, acompanhada do pedido de desculpas pelas perseguições, pela prisão, pelo tempo em que esteve afastado do seu emprego e por todos os reflexos causados também à sua família.

4. OS ARQUIVOS DO SILÊNCIO

Segundo Motta (2014b, p. 25),

No momento do golpe, os agentes repressivos já tinham seus alvos previamente definidos. Eles mantiveram os militantes sob vigilância mesmo durante o período Goulart, quando a orientação em alguns estados e em âmbito federal era deixar a esquerda em paz.

Para Napolitano (2014), a máquina repressiva do regime militar se apoiava num tripé formado por vigilância-censura-repressão. Apesar de não ter criado o tripé repressivo, foi a ditadura militar de 1964 que lhe deu "nova estrutura, novas agências e funções"(NAPOLITANO, 2014, p. 128). Fundada num eixo teórico vindo da França, a máquina repressiva apoiava-se na concepção de guerra interna, na qual se utilizava todo o aparato disponível, seja ele militar, político ou de informação,

[...] no combate a um inimigo invisível, oculto - o "subversivo" -, entre a população como se fosse um cidadão comum. Por essa lógica, todos eram suspeitos até que se provasse o contrário. As forças militares tinham que abandonar os conceitos tradicionais de guerras, baseados em mobilização e movimentação de grandes recursos humanos e materiais na defesa ou invasão de um território inimigo, para desenvolver uma ação tipicamente policial, complementada com operações de guerrilha contrainsurgente. Tratava-se, nas palavras de um general, de uma luta abstrata contra um inimigo invisível. O inimigo era invisível, mas a luta não foi tão abstrata como queriam os manuais.(NAPOLITANO, 2014, p. 128-129).

Nessa lógica,

as universidades representam espaço privilegiado para observar os entrelaços das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar. (MOTTA, 2014b, p. 16).

Nesse aspecto fica claro, cotejando a bibliografia e a documentação relativa a Thomaz Farkas, que o docente estava inserido num contexto de expurgos que, muitas vezes, não poderiam ser rastreados, pois não deixavam vestígios nos processos admissionais exceto por anomalias como um "arquite-se" ou "venha ao G.R. [gabinete da reitoria] c/ urgência". A situação de Farkas fica mais óbvia quando tomamos ciência de que,

em setembro de 1971, cerca de seis meses após a criação das Assessorias, a DSI/MEC mandou um ofício aos reitores informando que [...] os órgãos de segurança deveriam ser consultados previamente sobre cada contratação, e para isso as Universidades deveriam preencher a ficha modelo 12 preparada

pelo SNI, contendo os dados pessoais dos candidatos. [...] Quando localizavam registros das pessoas em seus arquivos, os órgãos de segurança mandavam cópia para a instituição interessada na contratação, e aí cabia aos reitores (às vezes aos Diretores de Unidades acadêmicas) tomar a decisão.(MOTTA, 2008b, p. 46).

Motta (2008b, p. 46) afirma que encontrou evidência documental sobre a não renovação do contrato de docentes suspeitos, entre eles Paulo Emílio Sales Gomes, Jair Borin e José Marques de Melo entre 1974 e 1975. Como sabemos que a AESI da USP foi criada em 1972, e que mesmo antes a vigilância influenciava as contratações, isso pode implicar na atuação de órgãos de vigilância e repressão no indeferimento da renovação contratual de Farkas. Com base nos indícios que encontramos nos arquivos do DOPS e do Brasil Nunca Mais, Farkas era alvo de monitoramento desde 1965, antes de seu ingresso nos quadros da USP.

O caso estudado de Freitas Nobre, como tratado anteriormente, é diverso, pois havia, a priori, amparo legal para seu afastamento dos quadros da universidade. No entanto, encontramos a mesma burocracia atuante observada no processo de Thomaz Farkas. Além disso, Freitas Nobre também era alvo dos órgãos de vigilância muito antes do início de suas atividades na ECA.

Os casos estudados mostram a necessidade de sua análise em conjunto, pois alguns têm amparo legal e outros não, como costuma acontecer em tais circunstâncias. Mas podemos depreender que as relações da universidade com a ditadura eram conflitivas e, embora a universidade procurasse negociar sua autonomia e defender alguns de seus professores, outros acabavam sendo sacrificados. Fato é que, sendo esses atos justos ou injustos, o controle ideológico fazia-se aparecer em tais processos, intimidando e criando um ambiente de receio e hostilidade.

O que observamos em todos os casos estudados é que havia o uso do controle coercitivo, não apenas através da violência física, mas também na violência simbólica. Entendemos esta última dentro dos sistemas simbólicos que, enquanto

instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento [...] cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, [...] para a "domesticação dos dominados".(BOURDIEU, 2007, p. 11).

Normas são definidas para a manutenção da ordem social pretendida e "[...] se faz necessário vigiar os indivíduos submetidos a tais normas. A vigilância "[...] aponta desvios,

indica intenções, faz prognósticos, classifica, elabora e fornece provas, até mesmo em casos em que não há o que de fato provar".(MANSAN, 2012, p. 5). Isso tudo pôde ser observado nos arquivos do DEOPS sobre os cinco docentes; as ações ali relatadas tinham como objetivo classificá-los como subversores da ordem, comunistas, doutrinadores e propagadores de ideias contrárias ao regime vigente. Chama a atenção o fato de que a vigilância teve preocupação de elencar principalmente a posição de Farkas como dirigente da Fotóptica, tanto é que o no DEOPS há um Dossiê dedicado apenas à empresa, o que nos leva a creditar sua importância. Outra atenção foi com os filmes e documentários que Farkas dirigiu, produziu e fotografou, bem como as reuniões que promoveu sobre o tema do cinema. Não há, no entanto, nenhuma menção à sua carreira docente. No caso de Freitas Nobre, o enfoque foi sua atividade política e sindical, como se sua presença nos eventos fosse um perigo constante, digno de nota nos autos dos órgãos de vigilância. No caso de José Marques de Melo, a sua ligação com o governo de Arraes no pré-64 foi digna de nota, como se a sua associação bastasse como atestado de subversão. Porém, diferentemente dos demais docentes, suas ações em sala de aula foram alvo do patrulhamento, fato corroborado pelas entradas sobre o inquérito que o enquadraram no Decreto 477, e suas tentativas de recolocação após o desligamento da USP. Jair Borin teve sua vida vasculhada com enfoque nas ações enquanto membro da FAB e, principalmente, a participação no POR-T. A sua conexão com a USP só foi citada quando da sua segunda prisão e pela solicitação da universidade em 1979, no período em que sua recontração foi requerida pelo CJE.

Dentro do raciocínio do regime, o próximo passo depois da vigilância era a punição como forma de cessar os desvios e servir como exemplo a fim de desmotivar novas ações semelhantes, isto é, a intimidação. O caso de Pedro, filho de Thomaz Farkas, pode nos levar a pensar naquilo que se chamou de "violência radial", na qual familiares, amigos e colegas são indiretamente punidos. Não seria mera coincidência que, após o episódio do indiciamento (1970 - Operação Bandeirante), quando Thomaz Farkas foi renovar seu contrato, sofresse sanções e tivesse uma negativa sem justificativa. Não podemos afirmar que a não renovação se deu exclusivamente por conta desse episódio, mas, levando em conta que o docente já era alvo dos órgãos de vigilância desde 1965, acrescido desse acontecimento, a "cassação branca" era uma possibilidade plausível. Sua punição foi além da cassação, se pensarmos que seu doutoramento foi atrasado devido a entraves com a burocracia e a questões que ultrapassavam o acadêmico.

Thomaz Farkas sofreu com uma violência simbólica, isto é, esses pequenos obstáculos que foram colocados para que não concluísse e defendesse o doutorado são disputas do campo

do poder. Embora não possamos afirmar categoricamente que Freitas Nobre tenha sofrido uma "cassação branca", fato é que a burocracia da USP foi tamanha a ponto de não conseguir ter seu diploma de doutorado reconhecido, embora tivesse entrado com o pedido antes de seu desligamento enquanto docente. O reconhecimento do título foi dado pela Universidade de Brasília no período em que esteve afastado da USP. A mesma situação foi observada no caso de Bernardet, que não teve seu título considerado pela universidade, o que gerou insatisfação e a necessidade de passagem pelo doutorado na instituição brasileira para legitimar seu notório saber. Na condição de Melo, embora não observemos dificuldades para a composição da banca, houve uma tentativa de rebaixamento de sua pesquisa na atribuição de uma das notas dos membros.

Mansan (2012) afirma ser a punição o aspecto mais notório do controle coercitivo, sendo que, para o controle do campo do ensino superior, um exemplo dela seria o expurgo. Diríamos mais: as cassações brancas funcionaram como punições veladas, consequência da ação dos órgãos de segurança (AESI, DOPS, DOI-CODI etc.) na vigilância das atividades dos docentes dentro e fora da universidade. Podemos chamar então os agentes do tripé vigilância-censura-repressão e suas instituições como dispositivos, termo cunhado por Michel Foucault e trabalhado por Giorgio Agamben (2009, p. 40-41).

É interessante observar que a violência simbólica das ações dos dispositivos de vigilância nas universidades foi, de certa forma, mitigada pelo fato de não deixar rastros e por ser normalizada, rotineira. De acordo com Motta, as AESI

Não protagonizaram ações espetaculares, tampouco puderam apresentar em sua folha corrida manifestações de poder decisivo em qualquer esfera. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a **liberdade**. Durante cerca de 15 anos as AESI foram um dos parafusos da engrenagem de vigilância e repressão montada pelo regime militar. Contribuíram para criar nas Universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas do saber mais visadas para não falar no empobrecimento do debate político. (MOTTA, 2008b, p. 56, grifo nosso).

Daí talvez o uso do termo "cassação branca" não ser o mais adequado para os desligamentos dos docentes do CJE, pois embora seja utilizado por aqueles que vivenciaram o período abarcado pela tese, constando inclusive em documentos oficiais, não resolve todas as questões envolvidas nos casos estudados. Além de ser um termo bastante preconceituoso e inadequado, ainda perpetua a ideia de que teria havido uma cassação branca *versus* uma

cassação de fato. Podemos cair, tomadas as devidas proporções, na discussão da ditabranda¹⁰⁶, isto é, uma "ditadura não muito convicta da sua dureza".(NAPOLITANO, 2014, p. 69). E, talvez, essa brandura reflita nos resultados de pedidos de anistia, pois, por não configurar uma cassação de fato, isto é, não ter sido decretada pelo governo militar oficialmente, ela não teria ocorrido. E, se ela não ocorreu, os desligamentos não tiveram motivação política. Foi justamente essa questão que pudemos observar com o estudo do desligamento desses docentes, pois o processo de investigação e interdição ocorreu em maior ou menor medida, indo desde a não renovação do contrato até a prisão ou a morte, como o caso de Vladimir Herzog. Ou seja, a punição (interdição) variou em relação ao aspecto da violência física, mas a violência simbólica é permanente, assim como suas consequências: mudanças de rumos de vidas, prejuízos financeiros, pessoais etc. O mais adequado seria o termo interdições, pois abarca todos aqueles que durante o regime militar foram afetados no exercício de suas funções.

Nesse sentido, o clima de intimidação e autocensura foram os resultados que a prática da interdição - aqui entendida como os desligamentos e as imposições de obstáculos que tiveram motivações políticas - criou naqueles que estiveram à sua volta. Esse fato é corroborado pela narração de Melo sobre o clima na ECA durante a gestão de Manuel Nunes Dias na diretoria:

[...] Alguns colegas comentavam nos corredores que foram chamados à diretoria da escola, recebendo admoestação por incluírem autores marxistas em suas bibliografias. [...] Mais grave do que a censura oficial foi a autocensura a que se impuseram jovens docentes eliminando dos seus cursos tópicos e autores que pudesse ser considerados perigosos.(MELO, 2014a, p. 57-58).

Nesse sentido, retomando nossas hipóteses iniciais, houve, em certa medida, uma ligação entre as interdições dos quatro docentes do CJE e a aposentadoria de Bernardet, pois esses desligamentos fizeram parte dos jogos de interdição impostos pelo regime militar, em colaboração com os interesses dos dirigentes da USP e da ECA, que realizaram os expurgos em dois períodos: 1969, com os Decretos, e na década de 1970, por meio velado. O papel da AESI da USP não pôde ser totalmente comprovado, até pela falta de documentação, mas

¹⁰⁶ "Em 2009, a *Folha de S. Paulo* referiu-se aos quatro primeiros anos do regime militar como uma 'ditabranda', ou seja, uma ditadura não muito convicta da sua dureza. A opinião desse grande jornal paulistano, cioso da sua memória de resistência ao regime militar, provocou extrema polêmica sobre a natureza do regime autoritário instaurado pelo golpe de 1964.

[...] Embora tenha passado à história como o maior representante da 'ditabranda', o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira." (NAPOLITANO, 2014, p. 69, 73).

podemos inferir a influência dos órgãos de informação para os desligamentos da década de 1970, o que pôde ser visto principalmente nos casos de Melo e Borin, já que constam ofícios do SNI sobre os docentes, inclusive de suas atividades na universidade.

O que há de comum entre os desligamentos dos cinco docentes é a vigilância de suas atividades no pré-64. A repressão deu-se, em maior medida, por causa de seus posicionamentos no período do governo de João Goulart e pelas militâncias; e em menor medida em relação às atitudes em sala de aula. O único caso aqui estudado cuja ação em sala de aula foi digna de nota foi a confecção da apostila *Técnica do Lead* (1972). Além disso, os desligamentos se deram com a anuência dos setores do alto escalão da USP. Portanto, se a repressão existiu e conseguiu realizar prisões, demissões, aposentadorias, renovações negadas etc., foi também porque contou com a colaboração dos micropoderes da instituição. Não teria sido possível executar tais tarefas sem a colaboração e/ou negociação com esses setores civis. Os desligamentos devem ser entendidos na chave interpretativa entre esfera macro e micro, pois além dos interesses do regime ditatorial, atenderam às disputas de poder internas da academia.

O que pudemos perceber ao longo desta pesquisa é que justamente a liberdade foi suprimida com as interdições e os entraves colocados para o exercício das atividades docentes. Houve, como vimos anteriormente, no desligamento dos professores, a tentativa de colocá-los fora de circulação, isto é, seus discursos, suas ideias, fora do âmbito universitário. Dessa forma, a interdição dos docentes funcionou como tentativa de silenciamento que, de alguma maneira, como a censura, tem a pretensão de interferir, modificar, mutilar, adiar, atrasar e condenar as ideias ao banimento. (COSTA, 2017, p. 29). No caso de Melo e Borin, por exemplo, a pesquisa que estava em andamento antes do desligamento dos docentes nunca foi retomada, ficando parada no tempo. Além disso, a maior parte dos projetos iniciados em 1967, 1968, não foi concluída, como, por exemplo, a tentativa do Museu da Imprensa, que foi destruído no período em que Melo esteve fora da ECA. Não podemos dizer, porém, que o silenciamento foi completo, pois os docentes retornaram e ainda produziram em suas respectivas áreas, assim como continuaram a desenvolver pesquisas ou projetos pessoais durante o período dos afastamentos. Além disso, houve o silenciamento sobre o tema dos expurgos na USP, um sintoma do processo político desencadeado com a Lei da Anistia. Como vimos, mesmo Bernardet, cassado formalmente, não teve maior facilidade no retorno à ECA em relação aos docentes do CJE. Embora anistiado, a sua reintegração de fato se deu após muito debate e protesto da ADUSP e outras instituições.

Nesse sentido, podemos considerar como dispositivos com fins de silenciamento por meio da interdição a burocracia universitária e seus agentes, principalmente o jurídico, atuando como mediadores da relação e comunicação entre o regime - representado na figura dos órgãos de vigilância e repressão - e os docentes. No esquema proposto por Martín-Barbero no prefácio à 5ª edição espanhola de *Dos meios às mediações*,

a dupla relação das Matrizes Culturais, Competências de Recepção e as Lógicas de Produção é mediada pelos movimentos de socialidade [...] e pelas mudanças na institucionalidade. [...] a *institucionalidade* tem sido, desde sempre, uma mediação densa de interesses e poderes contrapostos, que tem afetado e continua afetando, especialmente a regulação dos discursos que, da parte do Estado, buscam dar estabilidade à ordem constituída e, da parte dos cidadãos - maiorias e minorias -, buscam defender seus direitos e fazer-se reconhecer, isto é re-constituir permanentemente o social.(MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 17).

É nesse jogo de discursos e poderes que a mediação ocorreu através dos processos de interdição. A cotidianidade e o modo capcioso com que a vigilância e os expurgos ocorreram na USP ficaram evidentes nos pareceres jurídicos a respeito da anistia dos cinco docentes. E a violência simbólica pode ser percebida justamente pelo fato de a Lei de Anistia contemplar casos em que os servidores tivessem sido punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Esse não foi o caso dos professores do CJE, pois, oficialmente, foram desligados de maneira usual, o que causava menos protestos, pois não havia a evidência política (Decretos, Atos etc.) para justificar a saída dos professores. Isso auxiliou para que alguns docentes da USP desistissem do retorno após 1979, já que não encontravam amparo na lei.

Durante a ditadura militar, para manutenção da ordem estabelecida, vigiou-se e puniu-se como forma de interdição para silenciamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁰⁷

ABRAMO, P. Crises. **Folha de S. Paulo**, Caderno Educação, São Paulo, 11 set. 1975. p. 19.

ABREU, A. A. D. Partido Operário Revolucionário (POR). **CPDOC-FGV**: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-operario-revolucionario-por>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ABREU, A. A. D. Partido Comunista Brasileiro (PCB). **CPDOC-FGV**: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ABREU, K. Executada pela Ditadura, a professora Ana Rosa foi demitida da USP por "abandono de trabalho". **Revista da Adusp**, São Paulo, n. 33, p. 92-93, out. 2004.

ADORNO, S. Contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para os 80 anos da USP. In: GOLDEMBERG, J. **USP 80 Anos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 99-108.

ADUSP. **O controle ideológico na Universidade**: 1964-1978. 2ª. ed. São Paulo: Adusp, 2004.

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALMEIDA, G. B. O Conselho de Segurança Nacional e a Ditadura (1964-1969). In: MOTTA, R. P. S. **Ditaduras Militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 83-100.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. DEOPS - Fichas. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, [2016?]. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/deops_ficha>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ASTOLFI, R. Ficha Individual - Jean Claude Bernardet. **Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo**, [2015?]. Disponível em: <<http://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/07/Jean-Claude-Bernadet.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

ASTOLFI, R. Ficha Individual: Jair Borin. **Comissão da Verdade da USP**, [2015?]. Disponível em: <<http://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/07/Jair-Borin.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

¹⁰⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

AZEVEDO, F. D. A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. In: CULTURA, M. D. E. E. D. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 33-68.

BARROS, L. M. D. Para que pesquisar? Comunicação: uma ciência social aplicada. In: LOPES, M. I. V. D. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 227-244.

BASTOS, E. R. Paulo Augusto Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 121-142.

BENEVIDES, M. V. União Democrática Nacional (UDN). **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BERG, C. D. O. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: Edufscar, 2002.

BERNARDET, J.-C. **Jean-Claude Bernardet (depoimento, 2013)**. Rio de Janeiro: CPDOC. 2013a. p. 53.

BERNARDET, J.-C. **Jean-Claude Bernardet (depoimento, 2013)**. Rio de Janeiro: CPDOC. 2013b. p. 43.

BLAZO, G. C. F. **Entre a ditadura e a democracia**: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP). 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BIOGRAFIAS da Resistência: Miguel Arraes. **Memórias da Ditadura**, [2008?]. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/miguel-arraes/index.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BNM 144: Ação Penal nº 39/65. **Brasil Nunca Mais**: digit@1, [entre 1965 e 1979]. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=16378>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BNM 266: Ação Penal nº 88/64. **Brasil Nunca Mais**: digit@1, [entre 1965 e 1980]. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=76809>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BORIN, J. **Memorial Jair Borin**. 95 p. Memorial (Livre-Docência) – Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1993.

BORIN, J. **Memorial: Jair Borin**. 70 p. Memorial (Professor Titular) – Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª Edição. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939. Dispõe sobre o exercício da atividade de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 dez. 1939. p. 39.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6227 – de 24 de janeiro de 1944. Código Penal Militar. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 1 fev. 1944. p. 1697. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Lei no 1.802, de 5 de JANEIRO de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 7 jan. 1953. p. 273. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. **Diário Oficial**, Seção 1, 27 out. 1965. p. 11017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 21 nov. 1966. p. 13416.

BRASIL. Decreto nº 60.417, de 11 de Março de 1967. Aprova o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. **Diário Oficial da União**, 17 mar. 1967. p. 3236. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60417impressao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 fev. 1967. p. 2443.

BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 13 mar. 1967. p. 2993. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968. **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1968. p. 11017.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 1968. p. 10801. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 13 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 29 nov. 1968. p. 10369.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - Suplemento, 21 out. 1969. p. 49. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1002-21-outubro-1969-376259-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Decreto de 25 de abril de 1969. **Diário Oficial da União**, 28 abr. 1969a. p. 3598.

BRASIL. Decreto de 29 de abril de 1969 - Ministério da Educação e da Cultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 abr. 1969b. p. 3699.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 fev. 1969c. p. 1706. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979. Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 ago. 1979. p. 11721. Disponível em: <<http://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/128340/lei-6680-79>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 ago. 1979. p. 12265. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 12 out. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - Edição Extra, 18 nov. 2005. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL NUNCA MAIS DIGIT@L. Início. **Brasil Nunca Mais Digit@l**, 2016. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/#services>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

BRASIL, U.; RIBEIRO, T. Morre cineasta e escritor Rudá de Andrade, filho de Oswald. **Estadão**, São Paulo, 27 jan. 2009. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,morre-cineasta-e-escriptor-ruda-de-andrade-filho-de-oswald,313921>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L. História (1979-1985). **Brasil: nunca mais**, 2016. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/historia.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L. Sobre nós. **Brasil: nunca mais**, 2016. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/sobre.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CAMARGO, A. Ligas Camponesas. **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CAMARGO, B. C. Ficha individual - Paulo Archias Mendes da Rocha. **Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo**, [2015?]. Disponível em: <<http://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/07/Paulo-Mendes-da-Rocha1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CANÁRIO, P. Batizar Congonhas de Freitas Nobre simboliza resistência à ditadura militar. **Consultor Jurídico**, 28 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-28/batizar-congonhas-freitas-nobre-simboliza-resistencia-ditadura?imprimir=1>>. Acesso em: 01 out. 2017.

CARDOSO, I. USP, 70 anos: comemorações e contra-comemorações. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 33, p. 13-20, out. 2004.

CASELA, G. T. Os Institutos Culturais Brasil-União Soviética e as Medidas Ativas: uma história de espionagem e contra-espionagem no Brasil. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, Suplemento, p. 1309-1314, dez. 2014.

CATELA, L. D. S. Do segredo à verdade. processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. D. A. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, v. II, 2009. p. 444-471.

CELESTE FILHO, M. **A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo - década de 1960**. 2006. p. 285. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CERTEAU, M. D. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novas problemas**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995. p. 17-48.

CERTEAU, M. D. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes MENEZES. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHIAPPIM, L. Apresentação aos mais jovens, lembranças para os mais velhos. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, n. 1, p. 96-110, 1996.

CHRISPINIANO, J. Na criação do DCE livre, uma derrota da ditadura. **Revista da Adusp**, São Paulo, n. 33, p. 69-73, out. 2004.

CHRISPINIANO, J.; FIGUEIREDO, C. A ECA é o principal foco de agitação da USP. **ADUSP**, São Paulo, n. 33, p. 63-68, out. 2004.

CHRISPINIANO, J.; PIKANÇO, M.; GONZALEZ, M. Filha bastarda da USP, AESI desempenhou diferentes papéis na repressão interna. **ADUSP**, São Paulo, n. 33, p. 37-48, out. 2004.

CHRISTIAN Metz. **Oxford Reference**, 2010. Disponível em: <<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100154425>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CIDARQ - CENTRO DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO UFG. Fundo. XX DGO - Divisão Central de Informações do Estado de Goiás. **Acervos Arquivísticos**: CIDARQ - Centro de Informação, Documentação e Arquivo UFG, [2009?]. Disponível em: <<https://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/divisao-central-de-informacoes-do-estado-de-goias>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

COSTA, C. Das profundezas de São Paulo: O crime do poço. In: COSTA, C. **Leituras e releituras**: sete peças vetadas pela censura lidas e analisadas na atualidade. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2017. p. 11-30.

COSTA, M. C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

COSTA, M. C. C. **Teatro e Censura**: Vargas e Salazar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

COSTA, M. C. C. Opinião Pública, comunicação, liberdade de expressão e censura. In: COSTA, M. C. C. (Org.). **Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão**. São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 19-36.

COSTA, M. C. C. Nous sommes Charlie. In: COSTA, M. C. C.; BLANCO, P. (Orgs.). **Liberdade de expressão e seus limites**. São Paulo: ECA-USP, 2015. p. 10-13.

COSTA, M. C. C. D. **Ficção, comunicação e mídias**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

COSTA, M. C. C. D. **Interdição e partilha do sensível**: Análise, recuperação e resgate de peças teatrais vetadas pela censura no Estado de São Paulo (1932 - 1966) presentes no Arquivo Miroel Silveira (ECA/USP). 458 p. Relatório Final (Auxílio à Pesquisa - FAPESP) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

COSTA, M. C. C.; COUTINHO, L. D. F. **Memórias da Escola de Comunicações e Artes: 50 anos**. 2014. 191 p. Relatório Final (FAPESP) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

COUTINHO, A. C.; MOURA, G. M.; JUNQUEIRA, E. Jarbas Gonçalves Passarinho. **PDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

COUTINHO, Lis de Freitas. **O Rei da Vela e o Oficina (1967-1982): censura e dramaturgia**. 2011. 209 p. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Gustavo Capanema. In: (FGV), C. -F. G. V. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001a.

CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Lourival Fontes. In: (FGV), C. -F. G. V. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001b.

CPDOC-FGV. José de Freitas Nobre. **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-freitas-nobre>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CPDOC-FGV. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-democratico-brasileiro-mdb>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CPDOC-FGV. Partido Socialista Brasileiro (1947-1965). **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialista-brasileiro-1947-1965>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CUNHA, M. V. D. A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do Inep. **Revista Brasileira Pedagógica**, Brasília, v. 83, n. n. 203/204/205, p. 127-140, jan./dez. 2002.

DECCA, E. S. D. **O silêncio dos vencidos**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO. Delegacia de Ordem Social: Maurice Carlos Capovilla. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, [entre 1964 e 1975]. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXTSNC001116.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO. Jair Borin. **Arquivo Público do Estado de São Paulo: Delegacia de Ordem Social**, [entre 1967 e 1979]. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXSNB003320.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO. Delegacia de Ordem Social: Paulo Emilio Sales Gomes. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, [entre 1974 e 1976]. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXSNG001459.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2018.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO. DEOPS - Fichas: José Marques de Melo. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, [entre 1974 e 1976]. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXSNM003006.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO. Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI, Pastas OS 1116, Pasta 193. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, [entre 1978 e 1979]. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS001116.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO. Dossiê do Setor de Análises, Operações e Informações (OS 1070), Pasta 157 - MDB, Documento nº 25 - José de Freitas Nobre. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1978. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS001070.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, E. Por uma epistemologia da Comunicação. In: LOPES, M. I. V. D. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 41-54.

DUTRA, TARSO. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-de-tarso-de-morais-dutra>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FARKAS, J. P. Cronologia: Thomaz Farkas. **IMS: Instituto Moreira Salles**, São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2011a. Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/thomaz-farkas/cronologia>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FARKAS, J. P. Perfil: Thomaz Farkas. **IMS: Instituto Moreira Salles**, 2011b. Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/thomaz-farkas/perfil>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FARKAS, T. J. **Memorial Thomaz Jorge Farkas**. 1985. 58 p. Memorial (Docente) – Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1985.

FERREIRA, M. D. M. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965). **CPDOC-FGV**: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2010a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FERREIRA, M. D. M. Partido Trabalhista Nacional (PTN). **CPDOC-FGV**: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2010b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

FGV-CPDOC. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). **CPDOC-FGV**: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FIGUEIREDO, C.; LOTIERZO, T. Crônicas de tempos amargos. **Revista da Adusp**, São Paulo, n. 33, p. 86-96, out. 2004.

FIGUEIREDO, L. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FLORENT, A. C. Roupas sujas se lava em casa: Graciliano Ramos, escritor e comunista na era de Vargas. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 143-162.

FOLHA DE S. PAULO. Busca Detalhada. **Acervo Folha**, [200-]. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/busca_detalhada/>. Acesso em: 16 fev. 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Aprovados na Escola de Comunicações Culturais. **Folha de S. Paulo**, 1º caderno, São Paulo, 29 mar. 1967a. p. 8.

FOLHA DE S. PAULO. Comunicações Culturais. **Folha de S. Paulo**, 1º caderno, São Paulo, 2 mar. 1967b. p. 7.

FOLHA DE S. PAULO. Comunicações Culturais. **Folha de S. Paulo**, Edição da Tarde, 1º caderno, São Paulo, 25 abr. 1967c. p. 13.

FOLHA DE S. PAULO. Comunicações Culturais autoriza matrícula de mais 100 excedentes. **Folha de S. Paulo**, 1º caderno, São Paulo, 14 abr. 1967d. p. 6.

FOLHA DE S. PAULO. Aposentados 23 na USP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 1969. p. 1.

FOLHA DE S. PAULO. Adusp busca apoio para reintegração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jul. 1980a. p. 18.

FOLHA DE S. PAULO. Desanistia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 1980b. p. 2.

FOLHA DE S. PAULO. USP cria cargos para reintegração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1980c. p. 21.

FOLHA DE S. PAULO. USP reintegra 13 docentes que foram anistiados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jul. 1980d. p. 16.

FOLHA DE S. PAULO. Morre em São Paulo, aos 63, o jornalista Odon Pereira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2001. p. A6.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GAMA E SILVA. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-antonio-da-gama-e-silva>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GOLDEMBERG, J. USP 80 anos: Contribuição para a Ciência e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, J. **USP 80 Anos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 9-18.

GOVERNO baixa novo ato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1968. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/12/14/2/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

GRECCO, H. A. Memória vs. Esquecimento, Instituinte vs. Instituído: a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. In: SILVA, H. R. K. D. **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 193-216.

GUIMARÃES, M.; MARCOLIN, N. Jean-Claude Bernardet: Um crítico contra a estética da miséria. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 224, p. 30-37, out. 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HIPÓLITO, L. Partido Social Democrático (PSD-1945-1965). **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

INTERCOM. 1977: É fundada a Intercom. **Memória INTERCOM: Linha do tempo**, [2017?]. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/memoria/linha_do_tempo>. Acesso em: 11 fev. 2018.

ISHAQ, V.; FRANCO, P. E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

ITAÚ CULTURAL. Thomaz Farkas. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7520/thomaz-farkas>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

JACÓ Guinsburg. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa109358/jaco-guinsburg>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

JANUÁRIO, M. Thomaz Farkas, civilizador. **REVISTA PJ:Br - Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, n. 4, 2º semestre 2004. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas4_a.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

KORNIS, M. Juventude Universitária Católica (JUC). **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-universitaria-catolica-juc>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

KORNIS, M. MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP). **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-cultura-popular-mcp>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

KOSHIYAMA, A. M. A prática política para ser jornalista: ECA/USP 1975-1976. **Revista PJ:Br**, São Paulo, v. único, 2008.

KOSHIYAMA, A. M. **Ensino de Jornalismo e prática política: lições da ditadura no Brasil (1975-1976)**. Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) - XII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. Belo Horizonte: [s.n.]. 2009.

KOSHIYAMA, A. M. **Jornalismo e Sociedade no Brasil (1964-2012): das memórias à história em construção**. Intercom - XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Ouro Preto: [s.n.]. 2012.

KUNSCH, M. M. K. ECA-USP e suas Contribuições Públicas. In: GOLDEMBERG, J. **USP 80 Anos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 25-38.

LAMARÃO, S. Frente de Mobilização Popular (FMP). **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-mobilizacao-popular-fmp>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

LAMAS, C. et al. **produção audiovisual na pesquisa empírica: a experiência do núcleo de pesquisa em comunicação e censura da ECA-USP**. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2011.

LAURINDO, R. **AI-5 na academia: o manual do Lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de jornalismo**. Blumenau: Edifurb, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7ª. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

LEMONS, R.; PANTOJA, S. ARRAIS, Miguel. **CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

LIMA, A. A. Terrorismo Cultural. In: LIMA, A. A. **Revolução, Reação ou Reforma?** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. p. 319-321.

LIRA, A. T. D. N. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. 367 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, M. I. V. D. **Pesquisa em Comunicação**. 8ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MACHADO, R. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 7-34.

MAGNO, M. I. C. Brasil: 500 anos de que História? **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 17, p. 121-125, jan./abr. 2000.

MANSAN, J. V. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988). **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 30.2, p. 1-17, dez. 2012.

MARCOLIN, N.; MOURA, M. Thomaz Farkas: Otimista e delirante, mas nem tanto. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 131, p. 12-21, jan. 2007.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MATHIAS, S. K. O golpe de 1964 e a Universidade: entre a repressão e a modernização. **Revista da Adusp**, São Paulo, n. 33, p. 102-106, out. 2004.

MATTAR, F. N.; OLIVEIRA, B.; MOTTA, S. L. S. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento execução e análise**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MATTOS, S. **O guerreiro midiático: biografia de José Marques de Melo**. 2ª. ed. Petrópolis: Intercom, Editora Vozes, 2014.

MAURICE Capovilla. In: _____ **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa547887/maurice-capovilla>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MELO, J. M. D. Midiologia brasileira: o resgate das fontes paradigmáticas. In: LOPES, M. I. V. D. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 105-120.

MELO, J. M. D. Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma. **Matrizes**, São Paulo, n. 1, ano 7, p. 95-106, jan/jun 2013.

MELO, J. M. D. A perigosa apostila sobre a técnica do lead. In: LAURINDO, R. **AI-5 na academia**: o manual do Lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de jornalismo. Blumenau: Edifurb, 2014a. p. 51-60.

MELO, J. M. D. O Golpe de 1964, meio século depois. In: LAURINDO, R. **AI-5 na academia**: o manual do Lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de jornalismo. Blumenau: Edifurb, 2014b. p. 61-90.

MELO, J. M. D. Pedagogia do Lead. In: LAURINDO, R. **AI-5 na academia**: o manual do Lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de jornalismo. Blumenau: Edifurb, 2014c. p. 35-38.

MELO, J. M. D. Fragmentos da memória de um professor de Jornalismo: perplexidades evidentes no tardio itinerário do anistiado político. **INTERCOM - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 291-315, jul./dez. 2015.

MENDES JÚNIOR, O.; JANUÁRIO, M. Economia: Jair Borin. **ArteJornalismo: Pensamento Jornalístico Uspiano**, 2004. Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_artejornalismo/expo_virtual/virtual1.htm>. Acesso em: 19 fev. 2018.

MOREIRA, R. D. L. Fatos & Imagens: Revolução Constitucionalista de 1932. **FGV CPDOC**, [20--]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

MOTTA, R. P. S. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 43-66, jul/dez 2008a.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan/jun 2008b.

MOTTA, R. P. S. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 56-70, jan.-jun. 2013.

MOTTA, R. P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p. 48-65.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

MOTTA, R. P. S. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. In: MOTTA, R. P. S. **Ditaduras militares:** Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 37-60.

MOURA, M. José Marques de Melo: A prima pobre das ciências sociais. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 201, p. 26-33, nov. 2012.

NAPOLITANO, M. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NOBRE, J. F. **Memorial:** atividades acadêmicas, culturais e profissionais / José Freitas Nobre. 1988. 106 p. Memorial (Professor Adjunto) – Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1988.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez 1993.

O LABORATÓRIO DE FHC, São Paulo, 15 ago. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15089914.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

OBCOM. Conheça o OBCOM. **OBCOM-USP**, [201-]. Disponível em: <<http://obcom.nap.usp.br/conheca-o-obcom.php>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

OBCOM USP. Arquivo Miroel Silveira. **Observatório de comunicação, liberdade de expressão e censura**, [201-]. Disponível em: <<http://obcom.nap.usp.br/arquivo-miroel.php>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

OLIVEIRA, L. L. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAÚJO, M. C. **As Instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/ Ed. Fundação, 1999. p. 83-96.

OLIVEIRA, L. L. D. O. A Revolução de 1930 no acervo documental do CPDOC. **CPDOC-FGV:** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/revolucao1930/acervo>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

PACHECO, E. D. **A ECA por dentro e por fora:** Escola e Trabalho - o poder ser e o poder fazer dos jovens. 1989. 243 p. Tese (Livre-Docência) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

PASSETTI, E. Segurança, Confiança e Tolerância: comandos na sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 151-160, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2017.

PAULISTAS assinam manifesto. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 06 maio 1965.

PILAGALLO, O. **A história do Brasil no século 20 (1940-1960)**. São Paulo: Publifolha, 2008.

PILAGALLO, O. **A história do Brasil do século 20 (1920-1940)**. 2ª. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, P. E. D. R. Histórias que vale a pena contar. **Revista Adusp: Associação dos Docentes da USP**, São Paulo, n. 33, p. 5, out. 2004.

PROJETO MEMÓRIAS DA ECA. Marcos Históricos: Decreto de criação da Escola de Comunicações Culturais. **Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos**, 2014a. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/memorias/pt-br/timeline#1>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

PROJETO MEMÓRIAS DA ECA. Videoentrevistas. **Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos**, 2014b. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/memorias/pt-br/content/videoentrevistas>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

PROJETO MEMÓRIAS DA ECA. Videoentrevistas de Jose Marques de Melo. **Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos**, 2014c. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/memorias/pt-br/entrevistas/Jose%20Marques%20de%20Melo>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

PROJETO MEMÓRIAS DA ECA/USP: 50 ANOS. Transcrição Profa. Dra. Ana Mae Barbosa. **Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos**, 2013. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/memorias/sites/default/files/transcricoes/Transc_Ana%20Mae%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PROJETO MEMÓRIAS DA ECA/USP: 50 ANOS. Memoriais. **Projeto Memórias da ECA/USP: 50 anos**, 2014d. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/memorias/pt-br/content/memoriais>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: Estética e política**. São Paulo: EXO experimental/ Editora 34, 2009.

REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES. O que se entende por menagem? **Jusbrasil**, 2010. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2511040/o-que-se-entende-por-menagem-daniella-parra-pedroso-yoshikawa>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

REGO, W. D. L. Intelectuais, Estado e Ordem Democrática: notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 175-192.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, fev./jul. 1993.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

RIDENTI, M. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. **Bulletin of Latin American Research: Journal of the Society for Latin American Studies**, Oxford, UK, n. 37, p. 33-42, jun. 2016.

RODEGHERO, C. S. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 172-185.

RODRIGUES, V. José Marques de Melo: Nos tempos da ditadura - O efeito devastador do 477 no edifício em construção da ECA-USP. **REVISTA PJ:Br - Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, n. 1, 1º semestre 2003. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas_002.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ROLLAND, D. O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 95-120.

ROLLEMBERG, D. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, J. R. **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 81-91.

ROLLEMBERG, D. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, S. V.; ROLLEMBERG, D. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1, 2015. p. 77-95.

ROVAI, M. L. A legião de Viramundos e o que carece de solução. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas: Anuario de Historia de América Latina (JbLA)**, Hamburg, v. 50, issue 1, p. 353-373, Dec. 2013.

SANTANA, F. D. A. **Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

SANTOS, T. M. **Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) o Recife (1955-1964)**. 2009. 118 p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial**, 10 maio 1934. p. 1. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 40.346, de 7 de julho de 1962. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 jul. 1962. p. 2. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-no-40-346-de-7-de-julho-de-1962>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto 42632/63: Dispõe sobre acumulações remuneradas. **Jusbrasil**, 1963. Disponível em: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/224299/decreto-42632-63#art-26>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto n. 46.419, de 16 de junho de 1966. Cria na Universidade de São Paulo, a Escola de Comunicações Culturais, e dá outras providências. **Diário Oficial**, São Paulo, 17 jun. 1966. p. 2. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1966/decreto-46419-16.06.1966.html>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969. **Diário Oficial do Estado**, 1969. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-no-52-326-de-16-de-dezembro-de-1969>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 52.906, de 27 de março de 1972. Aprova o Regimento Geral da Universidade de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1972. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-no-52-906-de-27-de-marco-de-1972>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SECRETARIA DA CULTURA. Sobre o Memorial da Resistência. **Memorial da Resistência de São Paulo**, São Paulo, [20--]. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>>. Acesso em: 2 Fevereiro 2016.

SECRETARIA DA CULTURA. Deops/SP: a repressão institucionalizada. **Memorial da Resistência de São Paulo**, s.d.a. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/Upload/file/institucional/PDFDeops.pdf>>. Acesso em: 2 Fevereiro 2016.

SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Jair Borin. **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco**: Fundo CEMVDHC (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara); Série Fontes Documentais e Testemunhais: Subsérie Processos da Comissão Especial de ex-Presos Políticos, [entre 2001 e 2007]. Disponível em: <<https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/jair-borin-pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. BR GOUFG DGN.SBU.IREC.1167/01, f.13-29. **Memórias Reveladas**, 1972. Disponível em: <http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/Multinivel/Imagem_Mapa.asp?visualiza=1&v_CodReferencia_id=44146&v_FlagBack=2>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SOBRE A COMISSÃO: Comissão de Anistia. **Ministério da Justiça e Segurança Pública - Governo Federal**, [2016?]. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/sobre-a-comissao>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SOUSA JUNIOR, W. D. Apresentação. In: COSTA, M. C. C. **Seminários sobre a censura**: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP). São Paulo: Balão Editorial/FAPESP, 2012. p. 9-14.

STAMPA, I. T.; NETTO, R. D. S. Documentar a Ditadura, uma reflexão coletiva sobre uma história que não pode se repetir. In: STAMPA, I. T.; NETTO, R. D. S. **Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. p. 10-21.

STARLING, H. M. Sobre os silêncios da ditadura militar. In: FIGUEIREDO, L. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. I-IV.

STEPHANOU, A. A. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

STUMPF, I. R.; WEBER, M. H. Comunicação e Informação: conflitos e convergências. In: LOPES, M. I. V. D. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 121-134.

SUMÁRIO DO BNM 144. **Brasil Nunca Mais: digit@1**, [entre 2014 e 2018]. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/114.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SURGE nova crise na Comunicações da USP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1975. p. 13. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/04/16/2/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

THIOLLENT, M. J. M. Definição das técnicas de pesquisa. In: THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TRINTA, A. R. A comunicação e(m) seus limiares. In: LOPES, M. I. V. D. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 155-162.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Informações: Fichas. **Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo**, [2013?]. Disponível em: <<http://sites.usp.br/comissaodaverdade/informacoes-disponiveis/fichas/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. CV-USP. **Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo**, [2013]. Disponível em: <<http://sites.usp.br/comissaodaverdade/institucional/cv-usp/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Processo 67.1.14322.1.1**: contrato docente José Marques de Melo. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 556 fls. [entre 1967 e 2015]a.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Processo 67.1.16602.1.1**: contrato docente Jean Claude Georges Rene Bernardet. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 337 fls. [entre 1967 e 2015]b.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Processo 68.1.1227.1.6**: contrato docente Freitas Nobre. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 350 fls. [entre 1968 e 2015].

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Processo 69.1.6717.1.2:** contrato docente Thomaz Farkas. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 193 fls. [entre 1969 e 2015].

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Processo nº 65.1.8185.1.4:** Sobre designação de uma comissão especial para estudar e propor a criação de um instituto que trata das formas de comunicações culturais - escola. Reitoria da Universidade de São Paulo. São Paulo, 242 fls. 1965.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Portaria GR nº 6172, de 07 de maio de 2013. Dispõe sobre a criação da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. **Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo**, 2013. Disponível em: <<http://sites.usp.br/comissaodaverdade/institucional/resolucoes/portarias/criacao-da-cv-usp/>>. Acesso em: jun. fev. 2017.

UOL. Biografia. **João Batista de Andrade - Site Oficial - UOL**, [entre 1999 e 2018]. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/joaobatistadeandrade/biografia.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

USP MÍDIAS ONLINE - CERT. Histórico. **CERT:** Comissão Especial de Regimes de Trabalho, [20--]. Disponível em: <<http://sites.usp.br/cert/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

USP/MÍDIAS ONLINE. Serviço de Assentamentos – SVASSEN-01. **Departamento de Recursos Humanos da Universidade de São Paulo**, [20--]. Disponível em: <<http://www.usp.br/drh/o-departamento/organograma/svassen-servico-de-assentamentos/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

USP/MÍDIAS ONLINE. Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo: Home. **Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo**, [entre 2009 e 2017]. Disponível em: <<http://www.pgusp.usp.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

USP\MÍDIAS ONLINE. Serviço de Contratos Autárquicos e Docentes – SVCOAUD-01. **Departamento de Recursos Humanos da Universidade de São Paulo**, [20--]. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/?page_id=440>. Acesso em: 13 jan. 2018.

VELLOSO, M. P. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VENTURA, R. **Estilo Tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZELIC, M. Quem somos. **Armazém da memória:** um resgate coletivo da história, [200-]. Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.